Plano de
Desenvolvimento
Institucional

PDI

2014-2019

INSTITUTO FEDERAL
ESPÍRITO SANTO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2014/2 – 2019/1

Vitória, Junho de 2014

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2014/2 – 2019/1

Plano de Desenvolvimento Institucional para o período 2014/2 – 2019/1 apresentado ao Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica a que esta Unidade está submetida nos termos do art. 5 da lei Federal nº 11.892/2008, elaborado de acordo com as disposições do art. 16 do Decreto Federal nº 5.773/2006.

Vitória, Junho de 2014

Governo Federal

Presidente da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Educação

Renato Janine Ribeiro

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Marcelo Machado Feres

Reitoria do Ifes

Reitor

Denio Rebello Arantes

Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Lezi José Ferreira

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

Ademar Manoel Stange

Pró-Reitora de Ensino

Araceli Verônica Flores Nardy Ribeiro

Pró-Reitor de Extensão

Renato Tannure Rotta de Almeida

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Márcio Almeida Có

Diretorias Gerais

Diretora-Geral do Campus de Alegre

Maria Valdete Santos Tannure

Diretor-Geral do Campus Aracruz

Hermes Vazzoler Junior

Diretor de Implantação do Campus Barra de São Francisco

Jean Rubyo de Oliveira Lopes

Diretor-Geral do Campus Cachoeiro de Itapemirim
Carlos Cezar de Oliveira Bettero

Diretora de Implantação do Campus Centro-Serrano
Adriana Pionttkovsky Barcellos

Diretor-Geral do Campus Cariacica
Lodovico Ortlieb Faria

Diretor-Geral do Campus Colatina
Luiz Braz Galon

Diretor-Geral do Campus Guarapari
Ronaldo Neves Cruz

Diretor-Geral do Campus Ibatiba
Flávio Eymard da Rocha Pena

Diretor-Geral do Campus Itapina
Anderson Mathias Holtz

Diretor-Geral do Campus Linhares
Antônio de Freitas

Diretor de Implantação do Campus Montanha
André dos Santos Sampaio

Diretor-Geral do Campus Nova Venécia
Welliton de Resende Zani Carvalho

Diretora-Geral do Campus Piúma
Cláudia da Silva Ferreira

Diretor-Geral do Campus Santa Teresa
Moacyr Antônio Serafini

Diretor-Geral do Campus São Mateus
Mário Cezar dos Santos Junior

Diretor-Geral do Campus Serra
José Geraldo Neves Orlandi

Diretor-Geral do Campus Venda Nova do Imigrante
Aloísio Carnielli

Diretora-Geral do Campus Avançado de Viana
Edna dos Reis

Diretor-Geral do Campus Vitória
Ricardo Paiva

Diretora-Geral do Campus Vila Velha
Denise Rocco de Sena

Diretora do Centro de Referência em Formação e em Educação à Distância
Vanessa Battestin Nunes

Consolidação dos dados
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Diretoria de Planejamento

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 12

INTRODUÇÃO 13

1. PERFIL INSTITUCIONAL 14
1.1 HISTÓRICO 15
1.2 DIRETRIZES INSTITUCIONAIS 22
1.3 FINALIDADES 23
1.4 OBJETIVOS ESTATUTÁRIOS 23
1.5 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA 24
1.6 INSERÇÃO REGIONAL 25

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 28
2.1 PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA – UMA CONSTRUÇÃO 29
2.2 MAPA ESTRATÉGICO DO IFES 31
2.3 PROJETOS E PAINEL DE INDICADORES 32

3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL 36
3.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO 40
3.2 ENSINO 54
3.3 EXTENSÃO 60
3.4 PESQUISA 64
3.5 GESTÃO 67
3.6 ASSUNTOS ESTUDANTIS 70
3.7 AVALIAÇÃO 72
3.8 PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS 73
3.9 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO 75

4. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA 76
4.1 OFERTA ATUAL DE CURSOS E PROGRAMAS 78
4.2 CRONOGRAMA DE ABERTURA DOS CURSOS E PROGRAMAS 82

5. INFRAESTRUTURA 122
5.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ATUAIS 125
5.2 BIBLIOTECA 129
5.3 LABORATÓRIOS 133
5.4 INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS SIGNIFICATIVAS 133
5.5 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI 134

6. GESTÃO INSTITUCIONAL E DE PESSOAS 171
6.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 172
6.2 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL 181

7. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES 185
7.1 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL 186

8. GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA 188
8.1 CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA 189
8.2 MATRIZ CONIF 189
8.3 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO 190

9. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 192
9.1 PROCEDIMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO FEDERAL 193
9.2 MONITORAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 196

10. DISPOSIÇÕES FINAIS 198

REFERÊNCIAS 201

ANEXOS..... 202

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: OFERTA ATUAL DE CURSOS E PROGRAMAS
TABELA 2: CRONOGRAMA DE ABERTURA DE CURSOS TÉCNICOS
TABELA 3: CRONOGRAMA DE ABERTURA DE CURSOS SUPERIORES
TABELA 4: CRONOGRAMA DE ABERTURA DE CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
TABELA 5: PLANEJAMNETO DE AÇÕES DE EXTENSÃO
TABELA 6: INFRAESTRUTURA FÍSICA
TABELA 7: CARACTERIZAÇÃO FÍSICA GERAL
TABELA 8: CARACTERIZAÇÃO FÍSICA ESPORTIVA
TABELA 9: LABORATÓRIOS POR GRANDES ÁREAS
TABELA 10: ACERVO BIBLIOGRÁFICO
TABELA 11: CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA
TABELA 12: TITULAÇÃO E REGIME DE TRABALHO DOS TAE'S
TABELA 13: PREVISÃO DE CONTRATAÇÃO DE TAE'S
TABELA 14: TITULAÇÃO E REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES EFETIVOS
TABELA 15: TITULAÇÃO E REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES SUBSTITUTOS
TABELA 16: PREVISÃO DE CONTRATAÇÃO DE DOCENTES
TABELA 17: CORPO DISCENTE ATENDIDO EM PROGRAMAS
TABELA 18: PROJEÇÃO DE ORÇAMENTO DESTINADO ÀS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
TABELA 19: RESUMO FINANCEIRO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1: NOVAS MICROREGIÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ILUSTRAÇÃO 2: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS CAMPI DO IFES
ILUSTRAÇÃO 3: ETAPAS DO PE
ILUSTRAÇÃO 4: MAPA ESTRATÉGICO DO IFES 2014-2018
ILUSTRAÇÃO 5: FICHA DE DETALHAMENTO DE INDICADORES
ILUSTRAÇÃO 6: ORGANOGRAMA DA REITORIA DO IFES
ILUSTRAÇÃO 7: ORGANOGRAMA DOS CAMPI DO IFES
ILUSTRAÇÃO 8: INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA DO PE

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: OBJETIVOS E AÇÕES ESTRATÉGICAS DA DTI

LISTA DE ABREVIATURAS

BSC – Balance Scorecard

CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais

CD – Colégio de Dirigentes do Ifes

CEFETES – Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo

CEFOR – Centro de Referência em Formação e em Educação à Distância

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação e Extensão do Ifes

CF – Constituição Federal

CGC – Conselho de Gestão do Campus

CIEE – Coordenadoria de Integração Escola-empresa

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CS – Conselho Superior

DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas do IFES

DTI – Diretoria da Tecnologia da Informação do IFES

EAD – Educação à Distância

EJA – Educação de jovens adultos

ETEFES – Escola Técnica Federal do ES

ETF – Escola Técnica Federal

ETV – Escola Técnica de Vitória

FIAE – Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil

FIC – Formação Inicial e Continuada

FONAPNE – Fórum dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

FORPLAN – Fórum de Pró-Reitores de Planejamento, Administração e Desenvolvimento Institucional da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFES – Instituto Federal do Espírito Santo

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOA – Lei Orçamentária Anual

MEC – Ministério da Educação

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

OCC – Orçamento de Custeio e Capital

PAE – Política de Assistência Estudantil

PAVI – Programa de Avaliação Institucional

PDCA – Plan-Do-Check-Adjust

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PE – Planejamento Estratégico

PPA – Plano Plurianual

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PROAD – Pró-Reitoria de Administração e Orçamento do IFES

PRODI – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional do IFES

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

RAE – Reuniões de Avaliação da Estratégia

ROD – Regulamento da Organização Didática

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

SIASS – Subsistemas Integrados de Atenção à Saúde do Servidor

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UNED – Unidade de Ensino Descentralizada

APRESENTAÇÃO

Mais que entregar um documento que cumpre procedimentos legais, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal do Espírito Santo define programas, objetivos e metas para o período de 2014-2019, traçando horizontes que vislumbram um crescimento planejado e que tem por base a valorização do ser humano, o comprometimento com as demandas da área social, a educação científica e tecnológica, a pesquisa e a extensão, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua o Ifes.

Alinhado ao Planejamento Estratégico 2014-2018 e fundamentado nas dimensões históricas e sociais do Ifes ao longo de sua trajetória, o PDI é fruto de um trabalho coletivo, construído pela comunidade do Instituto, que hoje atua na Reitoria, no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor) e em 21 campi em todo o Estado do Espírito Santo, alcançando desde a Educação Básica até os níveis da pós-graduação (lato e stricto sensu), sem perder de vista seu compromisso social, traduzido em projetos de extensão e em cursos de formação inicial e continuada.

Nesse processo, a instituição empreendeu esforços para a construção coletiva do PDI, promovendo sua discussão em cada campus e, posteriormente, disponibilizando o documento para Consulta Pública, para, enfim, revisá-lo e aprová-lo no Colégio de Dirigentes e no Conselho Superior. Um trabalho executado a muitas mãos, no qual prevaleceu o diálogo, a cooperação, a ética, as decisões coletivas, a transparência e a participação democrática na gestão pública.

Tamanho foi o desafio de implementar essa complexa metodologia a fim de que a construção do PDI acontecesse, de fato, de modo compartilhado. Vale ressaltar que o Instituto Federal do Espírito Santo é composto por diversos campi que carregam décadas de uma vasta experiência e por outros muito novos, que estão ainda iniciando suas atividades. Diante desse cenário, também se apresentam a distância geográfica e a autonomia de cada campus respeitada em todos os seus aspectos.

Desse modo, ao implementarmos uma nova cultura de trabalho participativo em rede, sob os moldes de uma complexa proposta organizativa na construção do PDI, alcançamos mais uma meta do Instituto traçada no Planejamento Estratégico 2014-2018: promover a participação da comunidade Ifes na gestão, ampliando a interação entre os campi, o Cefor e a Reitoria.

Entender a construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável é promover ações de desenvolvimento institucional que ultrapassam o crescimento apenas físico e estrutural. É trabalhar, nos mais diversos aspectos, com o intuito de proporcionar desenvolvimento tecnológico e socioeconômico ao nosso Estado, de despertar talentos e espírito empreendedor, de fomentar o saber, de ampliar os espaços para a inclusão e a diversidade e, acima de tudo, de valorizar o que há de mais precioso em nossa instituição: o ser humano.

Denio Rebello Arantes

Reitor

INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Ifes, na busca de um projeto institucional comprometido com a sua missão, seus valores e suas estratégias, elaborou o presente planejamento para o período de 2014-2 a 2019-1, na perspectiva de encontrar elementos para subsidiar o fortalecimento das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa.

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI ficou sob a responsabilidade de uma equipe composta por membros da reitoria e de todos os campi do Ifes, que centrou esforços no intuito de realizar um trabalho que proporcionasse discussões em todos os segmentos da Instituição, respeitando as especificidades, as estratégias e as ações, procurando estimular a comunidade acadêmica a se motivar e envolver-se com as questões institucionais.

O PDI foi elaborado, quanto à forma, seguindo as orientações previstas no Artigo 16 do Decreto nº. 5.773, de 9 de maio de 2006, e tendo ainda como base legal a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; a Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O Plano, que permitirá à Instituição planejar e executar o fazer acadêmico de forma democrática e aberta aos interesses da sociedade, dá prosseguimento a um processo de mudança cultural que valoriza o planejamento e a avaliação. Foi elaborado conforme as recomendações do Decreto nº 5.773/2006 e será um instrumento de política Institucional capaz de conduzir os caminhos a serem seguidos pelo Instituto nos próximos cinco anos, aproveitando suas potencialidades e oportunidades de ambientes acadêmico, tecnológico e científico.

O modelo de planejamento em proposição é do tipo estratégico e participativo, pautando suas ações pelos seguintes princípios norteadores: (Art.3º do Estatuto)

I. compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;

II. verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

III. eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;

IV. inclusão de pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais;

V. natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

Para garantir a excelência na aplicabilidade do Plano com as reais necessidades da comunidade acadêmica, torna-se de fundamental importância administrar desafios, não apenas na mudança estrutural, mas no esforço para consolidar um modelo de gestão centrado na participação coletiva, respeitando a pluralidade das ideias e das aptidões, fortalecendo a ética e a transparência nas relações com o mundo científico, social, econômico, cultural e artístico.

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 HISTÓRICO

Em 29 de dezembro do ano de 2008, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei n.º 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país. Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional, científica e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

No Espírito Santo, o Centro Federal de Educação Tecnológica - Cefetes e as Escolas Agrotécnicas de Alegre - EAFA, Colatina - EAFC e Santa Teresa - EAFST se integraram em uma estrutura única: o Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes. Dessa forma, as Unidades de Ensino do Cefetes (Vitória, Colatina, Serra, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Cariacica, Aracruz Linhares e Nova Venécia) e as Escolas Agrotécnicas de Alegre, Santa Teresa e Colatina passaram a ser os campi do Instituto.

Desde a criação do Ifes, em 29 de dezembro de 2008, foram implementados mais sete campi, a saber: Vila Velha (2010), Guarapari (2010), Ibatiba (2010), Venda Nova do Imigrante (2010), Piúma, (2011), Montanha (2014), Barra de São Francisco (2014), além de um campus avançado (Viana 2014) e um Centro de Referência em Formação e em Educação à Distância (2014). Em 2015 começará a funcionar o campus Centro-Serrano.

A Reitoria do Ifes funciona na capital do Estado do Espírito Santo, conforme definido na supracitada Lei 11.892.

1.1.1 Campus Vitória: Avenida Vitória, 1729 – Jucutuquara – 29040-780 – Vitória – ES

O campus Vitória foi oficializado em 23 de setembro de 1909, no governo de Nilo Peçanha, denominando-se Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo. A Escola foi regulamentada pelo Decreto nº 9.070, de 25 de outubro de 1910, com o propósito de formar profissionais artesãos, voltados para o trabalho manual – um fator de efetivo valor social e econômico – com ensino para a vida.

A partir de 1937, a Instituição – então denominada Liceu Industrial de Vitória – passou a formar profissionais voltados para a produção em série, porém com características artesanais.

Em 25 de fevereiro de 1942, o Liceu Industrial foi transformado em Escola Técnica de Vitória e, em 11 de dezembro de 1942, foi inaugurado o prédio onde funciona até hoje, sendo que à época contava com internato e externato, oficinas e salas de aula para atender aos cursos de artes de couro, alfaiataria, marcenaria, serralheria, mecânica de máquinas, tipografia e encadernação.

Em 3 de setembro de 1965, passou a ser denominada Escola Técnica Federal do Estado do Espírito Santo, Etfes, baseada num modelo empresarial.

A Escola Técnica passou a ser um Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), a partir de março de 1999, o que possibilitou novas formas de atuação e um novo paradigma de instituição pública profissionalizante.

Em 2004, o Cefetes passou a ser uma Instituição de Ensino Superior, com os decretos nº 5.224 e nº 5.225 de 1 de outubro, hoje substituídos pelo Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006.

Denominações que o campus já teve:
1909 - Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo;
1937 - Liceu Industrial de Vitória;
1942 - Escola Técnica de Vitória – ETV;
1965 - Escola Técnica Federal do Espírito Santo – Etfes;
1999 - Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo – Cefetes;
2008 – Campus Vitória do Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes.

1.1.2 Campus Colatina: Avenida Arino Gomes Leal, 1700 Santa Margarida – 29700-558 – Colatina – ES

O campus Colatina, no norte do estado, teve sua autorização de funcionamento pela PORTARIA Nº 1.531 DE 19 DE OUTUBRO DE 1992 sendo a primeira Unidade de Ensino Descentralizada do Cefetes.

Sua inauguração ocorreu em 13 de março de 1993.

1.1.3 Campus Serra: Rodovia ES 010, Km 6,5 – Manguinhos, Serra – ES, 29173-087

O campus Serra teve sua autorização de funcionamento pela PORTARIA Nº 625 DE 11 DE MAIO DE 2000 sendo a segunda Unidade de Ensino Descentralizada do Cefetes.

Em 12 de março de 2001, foram iniciadas as atividades letivas na Unidade, oferecendo Cursos Técnicos em Automação Industrial e em Informática.

O perfil do campus está direcionado aos eixos de Controle e Processos Industriais e de Informação e Comunicação, haja visto que o município da Serra abriga uma das maiores concentrações industriais do Estado do Espírito Santo.

Em 12 de março de 2001, foram iniciadas as atividades letivas na Unidade, oferecendo Cursos Técnicos em Automação Industrial e em Informática.

1.1.4 Campus Cachoeiro de Itapemirim: Rodovia BR-482 (Cachoeiro Alegre) Fazenda Morro Grande – Caixa Postal 727 29311-970 – Cachoeiro de Itapemirim – ES

O campus Cachoeiro de Itapemirim teve sua autorização de funcionamento pela PORTARIA Nº 2.357 DE 3 DE SETEMBRO DE 2003 sendo a terceira Unidade de Ensino Descentralizada do Cefetes.

Entrou em funcionamento em 2005/2 oferecendo o Curso Técnico em Eletromecânica e o Curso Técnico em Rochas Ornamentais, inédito no Brasil.

1.1.5 Campus Cariacica: Rodovia Governador José Sette, S/Nº, Itacibá 29150-410 – Cariacica – ES

O campus Cariacica teve sua autorização de funcionamento pela PORTARIA Nº 1.979 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2006 também como unidade de ensino descentralizada do Cefetes.

O perfil do campus está direcionado ao eixo Infraestrutura e iniciou suas atividades em 21 de agosto de 2006, oferecendo o Curso Técnico em Ferrovias, inédito no Brasil e fruto de uma parceria do Cefetes com a Companhia Vale do Rio Doce.

Funcionou, inicialmente, em prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Cariacica, no Bairro São Francisco. Em 2009, passou a funcionar também em Itacibá, de forma parcial. A Sede própria em Itacibá foi ocupada em definitivo no final de 2012.

1.1.6 Campus São Mateus: Rodovia BR-101 Norte, Km 58 – Litorâneo 29932-540 – São Mateus – ES

O campus São Mateus teve sua autorização de funcionamento pela PORTARIA Nº 1.978 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2006 e iniciou suas atividades como Unidade de Ensino do Cefetes, no dia 14 de agosto de 2006, com duas turmas do curso Técnico em Mecânica, em prédio provisório no Bairro Carapina. Em 2007, a unidade recebeu a primeira turma do curso Técnico em Eletrotécnica. O dia 6 de agosto de 2008 marcou mais uma etapa de crescimento da unidade, com a transferência parcial das atividades para o novo prédio, no Bairro Litorâneo.

O perfil do campus está direcionado ao eixo Controle e Processos Industriais.

1.1.7 Campus Aracruz: Avenida Morobá, 248 – Morobá – 29192-733 – Aracruz – ES

O campus Aracruz teve sua autorização de funcionamento pela PORTARIA Nº 690 DE 9 DE JUNHO DE 2008 como Unidade de Ensino Descentralizada do Cefetes.

O perfil do campus está direcionado ao eixo Controle e Processos Industriais, e iniciou suas atividades em 15 de setembro de 2008, através da oferta de vagas para os cursos técnicos concomitante em Mecânica e subsequente em Química.

1.1.8 Campus Linhares: Avenida Filogônio Peixoto, S/Nº – Aviso – 29901-291 – Linhares – ES

O campus Linhares teve sua autorização de funcionamento pela PORTARIA Nº 691 DE 9 DE JUNHO DE 2008.

O perfil do campus está direcionado ao eixo Controle e Processos Industriais e Gestão e Negócios e iniciou suas atividades como Unidade de Ensino do Cefetes no dia 19 de setembro de 2008 com os cursos

técnicos de Automação Industrial e Administração.

1.1.9 Campus Nova Venécia: Rodovia Miguel Curry Carneiro, 799 – Santa Luzia 29830-000 – Nova Venécia – ES

O campus Nova Venécia teve sua autorização de funcionamento pela PORTARIA Nº 692 DE 9 DE JUNHO DE 2008.

Iniciou suas atividades como Unidade de Ensino do Cefetes no dia 22 de setembro de 2008 oferecendo vagas para o curso Técnico de Construção Civil e de Mineração.

1.1.10 Campus de Alegre: Rodovia BR-482 (Cachoeiro-Alegre), Km 47 Distrito de Rive – Caixa Postal 47 – 29500-000 – Alegre – ES

O programa de ensino agrícola de grau elementar e médio foi institucionalizado, no Brasil, pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola, Decreto Lei nº 9.613, de 20/08/1946, e artigos 2º e 4º do Decreto Federal n.º 22.470, de 20/01/1947, que apresentavam a seguinte inovação: criação de escolas agrícolas, que deveriam funcionar em regime de internato, nas quais seriam ministradas as quatro séries do 1º ciclo (Ginásio Agrícola) e as três séries do 2º ciclo, atribuindo-se aos concluintes o diploma de Técnico em Agricultura. Objetivando atingir as metas desse Decreto, em 07/05/1953, foi firmado um convênio entre o Governo da União e o do estado do Espírito Santo, para a formação de uma escola agrícola no Município de Alegre. Foi escolhida, para esse fim, a Fazenda da "Caixa D'Água", com área de 327,8 ha, situada em Rive, distrito de Alegre. Em 17/12/1974, conforme Lei Estadual n.º 2.949, o Estado doou à União Federal a área de terra onde estava situada a Escola.

Em 29/06/1953, pela Portaria n.º 825, da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário – SEAV, Ministério da Agricultura, foi nomeado como primeiro Diretor da Escola, o Engenheiro Agrônomo Ivan Neves de Andrade, que iniciou a construção das instalações necessárias ao funcionamento da Instituição.

A Escola funcionou como Centro de Treinamento Rural nos dois primeiros anos do Governo Estadual de Carlos Lindenberg e, em 02/03/1962, foram iniciadas as atividades escolares.

Em decorrência da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), as escolas agrícolas passaram a ser denominadas de colégios agrícolas, ministrando as três séries do 2º ciclo (colegial) e conferindo aos concluintes o diploma de Técnico Agrícola. Assim, em 13/02/1964, pelo Decreto n.º 53.558, foi estabelecida a designação da escola como Colégio Agrícola de Alegre.

A partir do Decreto n.º 83.935, de 04 de setembro de 1979, publicado no DOU de 05/09/1979, foi substituída a denominação de Colégio Agrícola de Alegre – caa para Escola Agrotécnica Federal de Alegre – eafa.

A Escola Agrotécnica Federal de Alegre teve declarada regularidade dos estudos pela Portaria n.º 20, de 29/08/1980, da Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura, depois vinculada à Secretaria de Ensino de 2º Grau, do Ministério da Educação, conforme item I da Portaria n.º 833 de 01/12/1986. A Escola Agrotécnica Federal de Alegre-ES tornou-se uma autarquia instituída pela Lei 8.731 de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, conforme os termos do Art. 20, Anexo I do Decreto n.º 2.147 de 14 de fevereiro de 1997, da Secretaria de Educação Média e Tecnológica.

Em 1997, foi implantado o curso Pós-Técnico em Piscicultura que, em 2001, evoluiu para Técnico de Aquicultura. Em 1999, foram implantados os cursos técnicos em Agroindústria e Informática, e em 2000, o curso Técnico em Cafeicultura. Todos os cursos técnicos oferecidos pela Instituição foram reconhecidos pelo MEC, mediante portaria n.º 219, de 11 de novembro de 2003, encontrando-se inseridos no Cadastro Nacional de Cursos Técnicos – CNCT.

No ano de 2005, a EAFA teve aprovado pelo MEC o curso superior de Tecnologia em Aquicultura, decorrente da evolução do curso Técnico em Aquicultura. O curso superior de Tecnologia em Aquicultura teve seu reconhecimento solicitado pela Instituição em meados do ano de 2007.

No ano de 2007, foi implementado o Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos – PROEJA, mediante a oferta do curso Técnico em Informática. Em 2009, a educação de jovens e adultos passa a ser ampliada pela oferta do Curso Técnico em Agroindústria, no período noturno.

No fim do ano de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Alegre atravessa mais um período de mudanças. Por meio da Lei 11.892, publicada no DOU no dia 30/12/08, a Escola Agrotécnica Federal de Alegre tornou-se parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

1.1.11 Campus Itapina: Rodovia BR-259, Km 70 – Zona Rural – Caixa Postal 256 – 29709-910 – Colatina – ES

A história do Campus Itapina teve início por meio do Termo de Acordo celebrado entre a União e o Governo do estado do Espírito Santo para a instalação de uma escola de iniciação agrícola à margem esquerda do Rio Doce, no município de Colatina, em 15/11/49. O projeto de construção daquela Escola de Iniciação Agrícola, onde se ministrariam as 1ª e 2ª séries do primeiro ciclo ginasial, visava à formação de operários agrícolas. Tal iniciativa fundamentava-se no Decreto-Lei 9.613, de 20/08/46 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola, cujo artigo 1º – Título I, diz: "Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino agrícola, que é o ramo do ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura. " Com base no referido Decreto-Lei, foi publicado o Decreto nº 22.470, de 20/01/1947, que estabelecia acordos para a instalação de escolas destinadas ao ensino agrícola. Para que o projeto tivesse continuidade, o Governo do estado firmou contrato de parceria com o Governo Federal, por meio da SEAV – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, no qual o estado participou com 1/3 e o Governo Federal com 2/3. A construção dos prédios foi iniciada em 1952.

Não obstante as dificuldades financeiras e de infraestrutura, a Escola foi erguida, subsidiada com verbas do governo federal e estadual e, em 20 de abril de 1956, no governo de Juscelino Kubitschek, a Escola de Iniciação Agrícola foi inaugurada. Era subordinada à superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura.

As Leis orgânicas dividiram o ensino secundário em dois ciclos: o primeiro ciclo – ginasial e o segundo – colegial. A atuação da Escola de Iniciação Agrícola de Colatina, em 1956, foi aí inserida, ministrando o curso de Iniciação Agrícola na formação de operários agrícolas. As atividades didático-pedagógicas eram teóricas e práticas. Os conteúdos teóricos abordavam cultura geral, agricultura, zootecnia e indústrias rurais. As atividades práticas, desenvolvidas no campo, abrangiam agricultura, zootecnia, indústrias rurais e mecânica agrícola.

Em dezembro de 1961, entrou em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4024/61. Com a promulgação dessa Lei, a Escola passou a lecionar o curso Ginasial Agrícola, com duração de quatro anos, que habilitava o formando em mestre agrícola. A organização curricular previa a existência de disciplinas obrigatórias fixadas pelo Conselho Federal de Educação, até o número de cinco, cabendo aos Conselhos Estaduais complementar esse número (PIMENTA & GONÇALVES, 1992).

A Escola de Iniciação Agrícola de Colatina, por meio do Decreto 53.558/64, passou a ser denominada Ginásio Agrícola de Colatina, destinado a formar mestres agrícolas. O ginásio recebia discentes que haviam frequentado o curso primário e ministrava as 4 séries do primeiro ciclo (ginasial), orientadas para o ensino agrícola.

A metodologia utilizada era marcada pela aplicação prática no campo, de conhecimentos teóricos ministrados por docentes de formação essencialmente prática. No campo, os discentes tinham um período determinado de 3 a 4 horas de trabalho sob monitoria de um docente ou funcionário do ginásio. A clientela era formada de homens e mulheres. Às mulheres, além da formação geral e agrícola, eram transmitidos conhecimentos de economia do lar, puericultura, trabalhos manuais, noções de etiqueta e de culinária. Mesmo havendo diferenças no currículo cumprido, a certificação de homens e mulheres nesse período, emitida pela Escola era de conclusão do Curso Ginasial Agrícola – Mestre Agrícola.

Em 1967, por meio do Decreto 60.731, os Ginásios Agrícolas passaram a ser subordinados ao Ministério da Educação e Cultura, vinculados à Diretoria de Ensino Agrícola (DEA) e, posteriormente, em 1970, à Diretoria de Ensino Médio (DEM). Condizente com o modelo desenvolvimentista adotado pelo governo, as escolas procuravam se ajustar às demandas decorrentes do surgimento de grandes empresas voltadas para o desenvolvimento de tecnologias agrícolas. Nessa perspectiva, o MEC implanta o sistema escola-fazenda. Em Colatina, isso se efetivou em 1969. Sua base metodológica fundamentava-se na educação para o trabalho, cuja premissa filosófica era: "aprender a fazer e fazer para aprender".

Esse sistema se caracterizava pela conjugação do ensino com a produção. Todas as tarefas, desde a plantação até a comercialização, eram feitas pelos discentes que, assim preparados, poderiam futuramente administrar uma propriedade agrícola. A produção se constituía como elemento de extrema importância no interior desse sistema e o trabalho, o componente fundamental de sua estrutura filosófica.

Em 1973, por meio do Decreto 72.434, foi criada a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola – COAGRI, no Ministério da Educação e da Cultura que, em 1975, ganha autonomia administrativa e financeira e passa a denominar-se Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário.

Ressaltamos que, anteriormente à Reforma do Ensino, o Colégio Agrícola de Colatina já estava no sistema escola-fazenda. O que ocorreu com a promulgação da Lei 5692/71 foi a profissionalização compulsória e obrigatória.

A Portaria Ministerial n° 27 de 14/12/77 autorizou o funcionamento do curso técnico em Agropecuária no nível de 2° grau no Ginásio Agrícola de Colatina. Em sua justificativa de implantação encontra-se a fundamentação do curso: "em face do grande contingente estudantil da região que favorece a ampliação da matrícula; da necessidade de oferecer curso profissionalizante que atenda o setor primário e ao fato do Ginásio estar localizado em região de predomínio agropecuário, apresentando amplas perspectivas de mercado de trabalho para o egresso do ensino de 2° grau", conforme processo n.º 257.386/77 – MEC.

O currículo pleno do curso Técnico em Agropecuária, atendendo a Lei 5692/71, era composto de núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada conforme as necessidades e possibilidades concretas das peculiaridades locais.

A denominação Escola Agrotécnica Federal de Colatina adveio com o Decreto 83.935 de 04/09/79, cujo teor alterou a denominação dos estabelecimentos de ensino subordinados à COAGRI. O curso foi regularizado pela Portaria n.º 67 de 29/08/80.

Em 1982, foi promulgada a Lei Federal 7044/82, que alterou os dispositivos legais quanto à obrigatoriedade da profissionalização da educação, tornando-a facultativa. A Escola Agrotécnica Federal de Colatina permaneceu na mesma estrutura de oferta de curso profissionalizante.

Com o decreto n.º 93.613/86 foi extinta a COAGRI e criada a Secretaria de Ensino de 2º Grau – SESG, que absorveu as atividades do referido órgão, ficando responsável pela administração das Escolas Agrotécnicas Federais. O Decreto n.º 99.244/90, que reorganizou a Administração Federal, alterou a SESG para a Secretaria de Educação Tecnológica–SENETE – que, em 1992, passou à denominação de Secretaria de Educação Média e Tecnológica.

Em 17 de novembro de 1993, a EAF.Colatina foi transformada em autarquia, sendo-lhe concedido um período de 03 anos, a contar daquela data, para promover sua normalização.

Em 1996, com a Lei 9394/96, a Escola iniciou um novo período de reestruturação aderindo ao processo de Reforma da Educação Profissional, promovida pelo Ministério da Educação.

Este processo foi sofrendo alterações de acordo com as políticas governamentais, porém a estrutura básica da metodologia de escola-fazenda nunca deixou de permear as organizações curriculares da Escola. Mudou o contexto e a forma, mas a filosofia permaneceu.

A partir de 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei 11.892, publicada no DOU no dia 30/12/08, a Escola Agrotécnica Federal de Colatina tornou-se parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

1.1.12 Campus Santa Teresa: Rodovia ES-080, Km 93 São João de Petrópolis – 29660-000 – Santa Teresa – ES

A origem da Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa data de 1940, quando foi criada pelo Decreto-Lei n.º 12.147, de 06 de setembro, do Interventor Federal no estado do Espírito Santo, major João Punaro Bley.

Foi inaugurada em 8 de setembro de 1941, sob a denominação de Escola Prática de Agricultura (EPA), com a finalidade de ministrar dois cursos práticos e intensivos, de um ano de duração cada, a trabalhadores rurais: Administrador de Fazenda e Prático Rural.

Em 1948, a 10 de março, por força de Convênio firmado entre a União e o Estado, passou para a supervisão da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário – SEAV – do Ministério da Agricultura, para ministrar os cursos previstos na Lei Orgânica do Ensino Agrícola – Decreto-Lei n.º 9.613, de 20 de agosto de 1946, com a denominação de Escola Agrotécnica do Espírito Santo, nome que perdurou até 1956.

Nos primeiros anos, isto é, de 1948 a 1951, iniciou-se com os cursos de Iniciação Agrícola e de Mestria Agrícola. A partir de 1952, passou a ministrar, além dos cursos mencionados, o de Técnico em Agricultura, que teve sua denominação alterada para Técnico Agrícola.

Em 1956, face à renovação do Convênio citado, passou a chamar-se Escola Agrotécnica de Santa Teresa. O nome Colégio Agrícola de Santa Teresa foi-lhe dado pelo Decreto n.º 53.588, de 13 de fevereiro de 1964, publicado no Diário Oficial da União (DOU) do citado mês.

O nome Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa foi estabelecido pelo Decreto n.º 83.935, de 4 de setembro de 1979, publicado no D.O.U., de 05/09/79. A transformação em autarquia ocorreu por força da Lei nº 8.731, de 16/11/1993, publicada no D.O.U. De 17/11/1993, ficando vinculada à Secretaria de Educação Média e Tecnológica-SEMTEC.

Em 1976, foi crido o curso Técnico em Agropecuária, que diplomou até 1994. Em 1994, a EAFST passou a ministrar também o curso de Especialização Técnica em Zootecnia e, a partir de 1997, o curso de Especialização Técnica em Olericultura e Jardinagem. Tais cursos duraram até 2004. O curso Técnico em Agro turismo teve início em 2000, perdurando até 2005.

De 1995 a 2003, a Escola oferecia o curso Técnico Agrícola, com Habilitação em Agropecuária. A partir do segundo semestre de 2003, a denominação do curso passou para Técnico em Agropecuária com Habilitação em Agricultura, Agroindústria, Agropecuária e Zootecnia com oferta de vagas nas modalidades concomitante e subsequente. Em 1999, iniciou-se o curso Técnico em Meio Ambiente na modalidade subsequente, no período noturno.

A partir de 2007, a Escola passou a oferecer a educação para jovens e adultos – PROEJA, com o curso Técnico em Agropecuária com Habilitação em Agroindústria integrado ao Ensino Médio, no período noturno.

Por meio da Lei 11.892, publicada no DOU no dia 30/12/08, a Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa tornou-se parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

1.1.13 Campus Vila Velha: Avenida Ministro Salgado Filho, 1000 – Soteco – 29106-010 – Vila Velha – ES

Os primeiros passos para a implantação do Campus Vila Velha foram dados em 1985, por meio do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico. Neste período foram realizados estudos para a construção de uma Unidade Descentralizada de Ensino (UnED) em Vila Velha, com inauguração prevista para 1991. No entanto, por falta de definição quanto ao terreno para a construção do campus, o processo foi substituído pela implantação da UnED de Serra. Somente em 2007, por ocasião da segunda fase do Plano de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica, o projeto foi retomado.

Com a promulgação da Lei 11.892/2008, a UnED Vila Velha prevista no Plano de Expansão foi transformada em Campus. Em 2009, o problema relacionado ao terreno foi solucionado, por meio da assinatura de um termo de concessão de Direito de Superfície entre o Governo do Estado, por meio da Companhia de Habitação (COHAB), e o IFES.

O Campus teve sua autorização de funcionamento dada PORTARIA Nº 1.366 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2010, ofertando cursos Técnico em Química e Licenciatura em Química, mas utilizando as instalações do Campus Vitória. Devido ao atraso na entrega das obras, os cursos somente puderam se transferir para o Campus Vila Velha a partir de abril de 2012.

Importante destacar o cenário estadual e municipal que marca a implantação do IFES Campus Vila Velha. O Espírito Santo conta com uma população de mais de 3 milhões de habitantes, com maior densidade na Região da Grande Vitória (60%). A economia é diversificada, mas altamente concentrada nas atividades de produção e exportação de commodities. Vila Velha é o segundo maior município em termos populacionais. Todavia, possui uma das piores distribuições de renda. Situado próximo à capital, o município não acompanhou o desenvolvimento regional, ficando com um dos piores índices em termos de industrialização, mostrando uma clara modificação de cenário em relação à primeira vez que se pensou em implantar uma escola técnica federal nos anos 80, sendo considerado uma "cidade-dormitório". A cidade possui um alto índice de violência, carência de serviços públicos essenciais e infraestrutura, o que torna difícil encontrar o caminho do desenvolvimento local. É nesse contexto que o IFES Campus de Vila Velha vem sendo implantado, com a perspectiva de que possa atuar como um mecanismo de transformação econômica e social, resgatando os valores relacionados ao desenvolvimento econômico.

1.1.14 Campus Guarapari: Estrada da Tartaruga, S/Nº – Muquiçaba 29215-090 – Guarapari – ES

O campus Guarapari teve sua autorização de funcionamento pela PORTARIA Nº 1.366 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2010 como campus avançado da estrutura organizacional do Ifes.

Suas atividades iniciaram-se em abril de 2010, com duas turmas do curso Técnico Concomitante em Administração. No segundo semestre do mesmo ano foi lançado o curso Técnico Concomitante em Eletromecânica. Com perfil direcionado ao eixo Gestão e Negócios e Controle e Processos Industriais, em 23 DE ABRIL DE 2013, por meio da PORTARIA Nº 330, teve sua organização administrativa alterada para campus.

1.1.15 Campus Piúma: Rua Augusto Costa de Oliveira, 660 – Praia Doce 29285-000 – Piúma – ES

O campus Piúma teve sua autorização de funcionamento pela PORTARIA Nº 806 DE 24 DE JUNHO DE 2011 como campus avançado da estrutura organizacional do Ifes.

O perfil do campus está direcionado ao eixo Recursos Naturais com atuação efetiva no setor pesqueiro com a oferta dos Cursos Técnicos em Pesca, Aquicultura e Processamento de Pescado e, a Engenharia de Pesca.

Em 10 DE JUNHO DE 2014, por meio da PORTARIA Nº 505, teve sua organização administrativa alterada para campus.

1.1.16 Campus Ibatiba: Avenida 7 de novembro, 40, Centro, 29395-000 – Ibatiba – ES

O campus Ibatiba foi inaugurado em 29 de novembro de 2010 e teve sua autorização de funcionamento pela PORTARIA nº 1.366 de 6 de dezembro de 2010 como unidade integrante da estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

O perfil do Campus está direcionado ao eixo tecnológico Ambiente e Saúde e também ao eixo Recursos Naturais. Iniciou suas atividades letivas no primeiro semestre de 2011 com o Curso Técnico em Meio Ambiente, nas formas integrado ao Ensino Médio e subsequente ao mesmo. No primeiro semestre de 2013 iniciou a oferta do Curso Técnico em Florestas, como o segundo curso técnico integrado ao ensino médio. No segundo semestre de 2013 iniciou a oferta do Curso Técnico em Administração, na modalidade EAD, como polo do Campus Guarapari e no segundo semestre de 2014 iniciará a oferta do Curso Técnico em Informática, também na modalidade EAD, como polo do Campus Colatina.

1.1.17 Campus Venda Nova do Imigrante: Rua Elizabeth Minete Perim, S/Nº – São Rafael – 29375-000 – Venda Nova do Imigrante – ES

O campus Venda Nova do Imigrante teve sua autorização de funcionamento pela PORTARIA Nº 1.366 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2010 como campus avançado da estrutura organizacional do Ifes. Os cursos ofertados no Campus qualificam profissionais para atividades econômicas tradicionais da região, visando a renovação no perfil dos trabalhadores locais e iniciou suas atividades em março de 2010.

Em 23 DE ABRIL DE 2013, por meio da PORTARIA Nº 330, teve sua organização administrativa alterada para campus.

1.1.18 Campus Montanha: Rodovia ES-130 (Montanha-Vinhático), Km 1 – Palhinha – 29890-000 – Montanha – ES

O Campus Montanha faz parte da terceira fase de expansão da Rede Federal, anunciada em agosto de 2011 pelo Ministério da Educação e teve sua autorização de funcionamento pela PORTARIA Nº 505 DE 11 DE JUNHO DE 2014 revogada posteriormente pela PORTARIA Nº 1.074 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

O campus iniciou suas atividades no dia 23 de maio de 2013 com o curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Operador de Computador. No dia 31 de março de 2014, o campus iniciou as atividades do Curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio, em horário integral.

1.1.19 Campus Barra de São Francisco: Av. Dona Minelvina Garcia de Lima, 218 – Vila Gonçalves – 29800-000 – Barra de São Francisco – ES

O Campus Barra de São Francisco faz parte da terceira fase de expansão da Rede Federal, anunciada em agosto de 2011 pelo Ministério da Educação. O campus está em processo de implantação e já oferece cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que funcionam no antigo prédio da Câmara Municipal. Em 04 de agosto de 2015 iniciarão as atividades do curso Técnico Concomitante em Administração no turno noturno.

1.1.20 Campus Centro-serrano: Rua Principal, S/Nº – Fazenda Pagung – Alto Jetibá – Caramuru – 29645-000 – Santa Maria de Jetibá – ES

O Campus Centro-serrano faz parte do programa de expansão da rede federal de ensino e conta com a colaboração do Consórcio Intermunicipal para a implantação do Ifes – Campus Centro-serrano, formado pelos municípios de Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina e Domingos Martins. O campus está em processo de implantação e vem oferecendo cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em parceria com a Secretaria de Ação Social do município de Santa Maria de Jetibá nos espaços das escolas municipais e estaduais e cursos na área de formação continuada para professores da educação básica.

1.1.21 Campus Avançado de Viana: Rodovia BR-262, Km 12 – Universal – 29135-000 – Viana – ES

O campus Avançado Viana teve sua autorização de funcionamento pela PORTARIA Nº 1.074, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014 como unidade integrante da estrutura organizacional do Ifes. Como campus avançado, possui estrutura reduzida e recebe suporte do campus Cariacica ao qual está vinculado.

O perfil do campus Avançado Viana está direcionado ao eixo Gestão e Negócios, iniciando seus cursos, tecnológico e técnico, na área de logística, característica expressiva de Viana e municípios vizinhos.

1.1.22 Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância – Cefor: Rodovia ES 010, Km 6,5 – Manguinhos – 29173-087 Serra – ES

O Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância – Cefor (antigo Centro de Educação a Distância – Cead – criado em 2006) – foi criado por meio da Portaria nº 1602, de 11 agosto de 2014 (reitoria) e possui as seguintes atribuições:

- promover a integração sistêmica com os campi, para a consolidação das políticas institucionais de apoio à EaD e de formação inicial e continuada de professores e servidores técnico-administrativos em educação;
- ofertar cursos, nos diferentes níveis e modalidades, relacionados à formação inicial e continuada de professores e servidores técnico-administrativos em educação;
- promover a implementação das políticas e diretrizes definidas pela instituição no que diz respeito.

1.1.23 Reitoria: Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES

A Reitoria é o órgão executivo do Ifes e tem o papel de formular as políticas educacionais, bem como agir para que os campi atuem em sintonia com as finalidades definidas em Estatuto.

1.2 Diretrizes Institucionais

Os Institutos Federais ressaltam a valorização da educação e das instituições públicas, aspectos das atuais políticas assumidos como fundamentais para a construção de uma nação soberana e democrática, o que pressupõe o combate às desigualdades estruturais de toda ordem. Nesse sentido, os Institutos Federais devem ser considerados bem público e, como tal, pensados em função da sociedade como um todo na perspectiva de sua transformação.

Os Institutos Federais respondem à necessidade da institucionalização definitiva da educação profissional e tecnológica como política pública. Os institutos são federais, não apenas como expressão da presença em todo o território nacional, mas, acima de tudo, como entes mantidos pelo orçamento público central.

Um preceito que fundamenta a ação do Instituto Federal é, atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal. O diálogo vivo e próximo dos Institutos Federais com a realidade local e regional objetiva provocar um olhar mais criterioso em busca de soluções para a realidade de exclusão que ainda neste século castiga a sociedade brasileira no que se refere ao direito aos bens sociais e, em especial, à educação.

A partir desse entendimento, o Ifes promoveu seu planejamento estratégico.

As diretrizes institucionais são a base de qualquer planejamento estratégico e têm como elementos principais a missão, a visão e os valores perseguidos pela Instituição.

1.2.1 Missão, Visão e Valores

Missão:

Promover educação profissional pública de excelência, integrando ensino, pesquisa e extensão, para a construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável.

Visão de Futuro:

Ser referência em educação profissional, proporcionando o desenvolvimento tecnológico e socioeconômico do Espírito Santo, com reconhecimento nacional e internacional.

Valores Compartilhados:

Comprometimento • Cooperação • Ética • Excelência • Inclusão • Responsabilidade Social Sustentabilidade • Transparência.

1.3 Finalidades

Como instituição de educação profissional e tecnológica, o Ifes tem por finalidade formar e qualificar profissionais. Além do ensino, realiza pesquisa e extensão voltadas ao desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e a sociedade, com ênfase em produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, objetivando o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão pressupõe que cada uma dessas atividades, mesmo que realizadas em tempos e espaços distintos, tenham um eixo fundamental: constituir a função social da instituição de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária.

O Instituto Federal tem as seguintes finalidades e características (cf. Art.4º do Estatuto):

I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II. desenvolver a educação profissional, científica e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e

IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

1.4 Objetivos Estatutários

De acordo com o Art. 5º de seu estatuto, o Ifes tem os seguintes objetivos:

I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI. ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de docentes para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

1.5 Áreas de atuação acadêmica

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do ES, como uma rede social de educação profissional e tecnológica, atuará de forma mais abrangente e eficaz nas demandas crescentes por formação de recursos humanos, difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, em sintonia com os arranjos produtivos locais, como forma de efetivar o seu compromisso social.

O Ifes deverá atuar em todos os níveis e modalidades da educação profissional (foi credenciado para oferta de educação à distância por meio da Portaria nº 1.369 de 07 de dezembro de 2010), com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador. Para manifestar este compromisso, o Instituto assegurará a vinculação de um mínimo de 50% das vagas para os cursos de educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, integrada ao ensino médio, de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e de cursos profissionalizantes para atendimento ao Proeja, visando incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram excluídos do processo de democratização do conhecimento.

Além disso, no mínimo 20% das vagas ofertadas deverão ser destinados aos cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, objetivando a formação de professores e especialistas para as disciplinas científicas do ensino médio e da educação profissional. Concomitantemente, serão destinados, ainda, 30% das vagas para cursos de tecnólogo, bacharelado e pós-graduação.

A proposta curricular do Ifes não se limitará às ofertas da formação puramente acadêmica, pautando-se numa construção formativa que busque a perspectiva da transversalidade. Na sua arquitetura curricular, está assegurada a flexibilidade de itinerários de formação que permitam um diálogo rico, diverso em seu interior, à integração dos diferentes níveis de educação básica e do ensino superior, da educação profissional e tecnológica, além de propiciar a educação continuada e a verticalização do ensino.

Nessa proposta, agregam-se à formação acadêmica a preparação para o trabalho e uma educação profissional e tecnológica contextualizada, baseada em conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida.

1.6 Inserção Regional

Os campi do Ifes ocupam posição de referência educacional e se integram com a sociedade nos municípios em que estão localizados. Dispõem de ampla infraestrutura física, laboratórios, equipamentos, bibliotecas, salas de aula e parques desportivos. Atendem os níveis básico, técnico e tecnológico de educação profissional e a educação superior

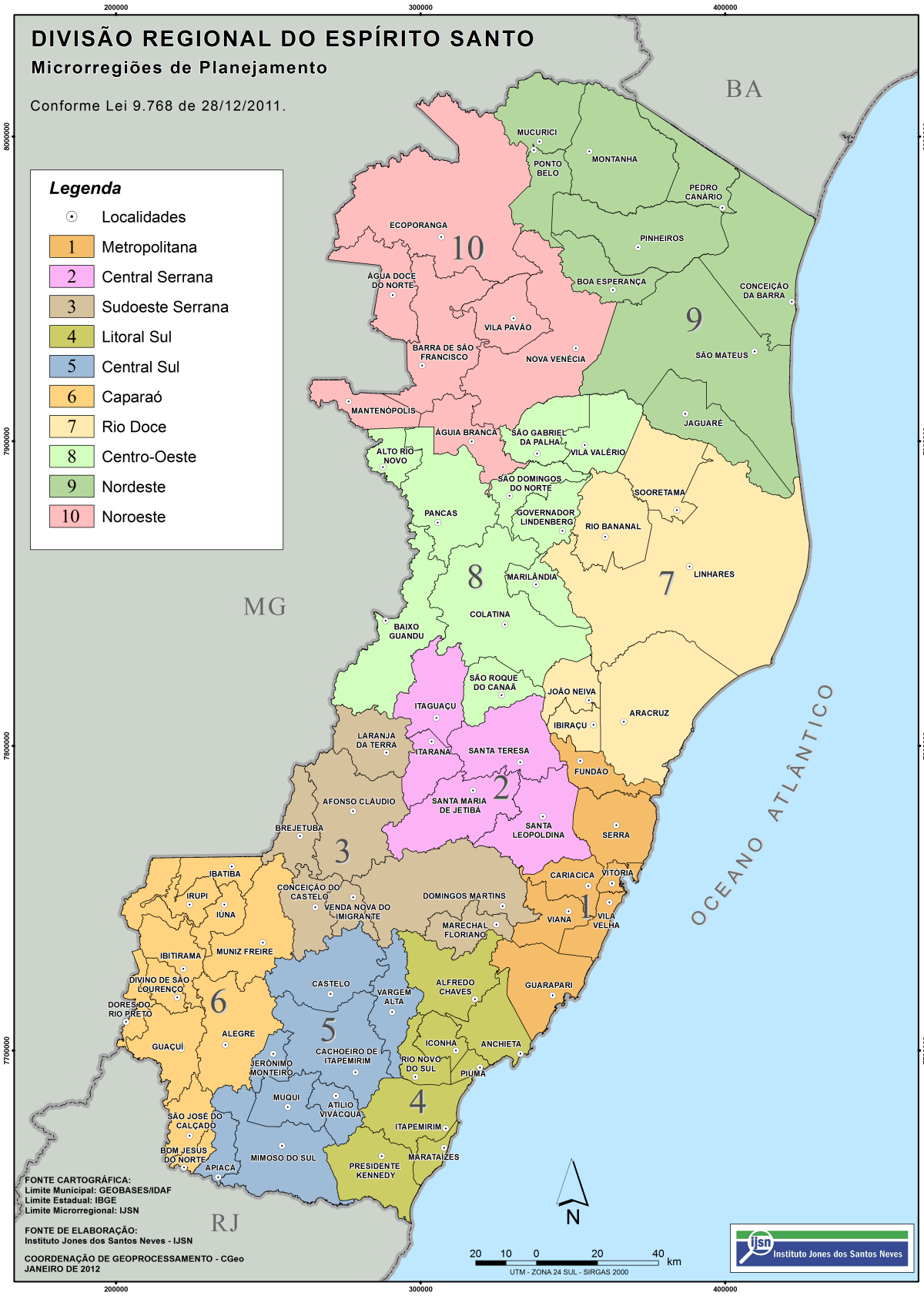
O Estado do Espírito Santo se apresenta dividido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em quatro mesorregiões, as quais por sua vez se subdividem em microrregiões.

O governo estadual promoveu mudanças na geografia regional do Espírito Santo, alterando o agrupamento dos municípios que estava em vigor há quase duas décadas. O número de microrregiões caiu de 12 para 10.

A lei estadual nº 9.768 de 28/12/2011 estabelece a divisão do estado em 10 microrregiões e a Lei Complementar n° 318 de 17/01/05, reestrutura a Região Metropolitana da Grande Vitória.

A área de abrangência dos campi do Ifes compreende todo o território do estado do Espírito Santo, com concentrações nas microrregiões em que se localizam os respectivos campi. Abrange também vários municípios dos estados que fazem limite com o estado do Espírito Santo. Há campus do Ifes em todas as microrregiões do estado.

Ilustração 1: Novas Microrregiões do ES



Na ilustração a seguir, consta a distribuição espacial dos municípios onde estão situados os Campi do Ifes, ressaltando-se que a população atendida pela Instituição compreende um determinado território de abrangência, que inclui outros municípios situados num raio de 50 a 80 quilômetros.

Ilustração 2: Localização geográfica dos campi do Ifes

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2.1 PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA – UMA CONSTRUÇÃO

O projeto de elaboração do Planejamento Estratégico do Ifes trata da modernização da gestão do Ifes, a partir da disseminação de métodos, instrumentos, ferramentas e melhores práticas em gestão de projetos, compartilhamento de resultados, interoperabilidade de linguagens, racionalização de recursos, cultura voltada ao alcance de resultados e à prestação de contas.

A construção do PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO IFES integrado ao PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL visa contribuir para uma melhor integração e articulação dos planos da Rede IFES com as decisões estratégicas recorrentes em cada gestão, para isso se torna imprescindível a construção do PDI a partir dos objetivos, metas e ações definidas no Planejamento Estratégico do IFES.

A partir de um processo licitatório foi contratada a empresa Gestão e Desenvolvimento, sediada em Brasília /DF atua em todo o território nacional desenvolvendo serviços de consultoria organizacional, capacitação e implementação de gestão orientada para resultados, principalmente para a administração pública.

Dentro do instituto com o intuito de construir um processo de planejamento com uma estrutura ampla, participativa e democrática foram criadas comissões em cada campus com objetivo de realizar interlocução com a sociedade, garantindo assim representatividade local e por categorias nas definições estratégicas do IFES.

Cada comissão local foi composta por:

- Diretor Geral do campus
- Diretores (Ensino, Pesquisa, Extensão, Administração)
- Membros do comitê de gestão do campus
- Professores*
- TAE*
- Estudantes*

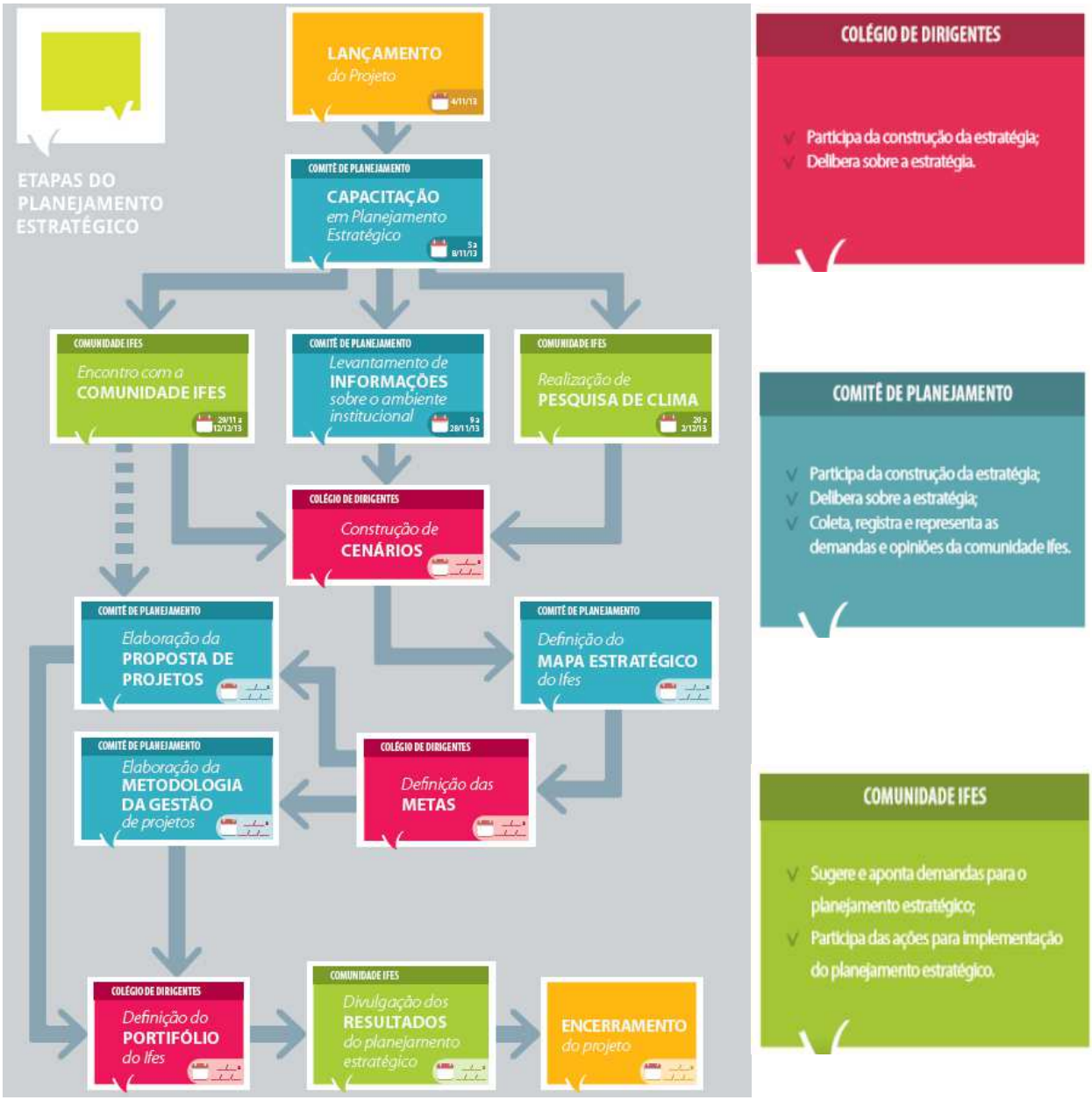
* Mínimo de dois por categoria.

Campus muito grande poderia chegar a um pouco mais.

Preferencialmente em torno de 10 pessoas por campi.

Para a gerência do projeto do Planejamento Estratégico foi criado também um Comitê Gestor, este tinha o objetivo de realizar interlocução entre a empresa Gestão e Desenvolvimento e as Comissões Locais, monitorar as etapas do cronograma, ajustar os desvios, aprovar e divulgar os produtos do Planejamento Estratégico.

A figura a seguir apresenta as etapas seguidas no projeto do Planejamento Estratégico do IFES e as respectivas funções de cada grupo:



Esperam-se os seguintes resultados com a implantação do Modelo de Gestão Estratégica:

- **Sistematização do processo decisório:** definição de um processo formal de tomada de decisões sobre objetivos, metas e projetos estratégicos da organização. A partir da construção e implantação do Modelo de Gestão Estratégica, pretende-se que a organização desenvolva e fortaleça as atividades de monitoramento, análise e avaliação da estratégia;

- **Maior capacidade de planejamento e alcance de resultados:** com a implantação do planejamento estratégico, pretende-se ampliar a geração de resultados da organização que serão obtidos por meio dos projetos estratégicos e mensurados pelo painel de gestão (por meio da implementação do sistema de BSC – Balance Scorecard, ou "Indicadores Balanceados de Desempenho");

- **Decisões baseadas na corporação como um todo:** desenvolver a capacidade da organização em gerir um portfólio de projetos baseado nos objetivos estratégicos e não nas necessidades setoriais de seus departamentos;

- **Melhor capacidade de planejamento e alocação de recursos:** fortalecer a gestão de projetos e processos como forma de alcance de resultados e orientação orçamentária;

- **Acesso mais rápido a informação de maior qualidade:** com a implantação do BSC, serão disponibilizadas informações de forma tempestiva para a tomada de decisões na organização;

- **Aumento da eficácia e eficiência da organização:** a gestão por projetos e processos permite focalizar a entrega de produtos e a organização real e adequada dos recursos necessários para a sua execução;

- **Priorização mais realista do trabalho:** ter foco estratégico significa melhorar a capacidade de escolha

e priorização dos temas que realmente impulsionam a organização para o alcance dos objetivos e resultados almejados.

2.2 MAPA ESTRATÉGICO DO IFES

Os objetivos estratégicos são os fins a serem perseguidos pelo Instituto Federal do Espírito Santo para o cumprimento de sua missão institucional e o alcance de sua visão de futuro. Traduzem, consideradas as demandas e expectativas de suas partes interessadas, os desafios a serem enfrentados para os próximos anos.

Foram elaborados 22 objetivos estratégicos para o Ifes, os quais, de forma balanceada, estão distribuídos em três perspectivas do mapa estratégico. São eles:

· Formar profissionais empreendedores, críticos, éticos e atuantes na sociedade;

· Promover soluções tecnológicas e inovadoras;

· Difundir conhecimento, cultura e esporte;

· Formar formadores;

· Fortalecer parcerias com o setor produtivo e instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais;

· Fortalecer a identidade institucional e a ação em Rede;

· Promover a verticalização do ensino articulada com a vocação dos *campi*;

· Integrar ensino, pesquisa e extensão;

· Incentivar a pesquisa aplicada e a extensão;

· Ampliar a interação entre a comunidade interna e externa nas ações educacionais;

· Ampliar e aperfeiçoar os canais e os processos de comunicação interna e com a sociedade;

· Fortalecer a acessibilidade, a transparência e a clareza das informações;

· Estimular a participação da comunidade Ifes na gestão;

· Desenvolver modelo de governança com foco em resultados e indicadores;

· Promover uniformização e eficiência das atividades de trabalho;

· Promover capacitação e qualificação estratégica continuada de servidores;

· Atrair e manter profissionais competentes;

- Ampliar a participação dos servidores nas atividades de pesquisa aplicada e extensão;

· Adequar a infraestrutura para pesquisa aplicada e extensão tecnológica;

· Consolidar a estrutura física e de pessoal dos *campi*;

· Garantir orçamento para a execução da estratégia;

· Aumentar a captação de recurso extra orçamentário e de créditos complementares.

Perspectivas:

As perspectivas englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retrata o que a instituição pretende transformar em cada dimensão. Elas, quando vistas em conjunto, permitem uma visão completa da estratégia da instituição e contam a história da estratégia de uma forma clara e de fácil compreensão. Para a construção do mapa estratégico do Ifes, foram elencadas as seguintes perspectivas:

Resultados – focaliza os desafios para o público-alvo da organização. Em outras palavras, significa o que a instituição deve entregar para atender as necessidades e expectativas do seu público;

Processos internos – reúne os desafios internos que a organização deve superar para cumprir o seu papel institucional, ou seja, em quais processos internos a instituição deve ter excelência;

Recursos humanos e infraestrutura– concentra os desafios para melhoria das pessoas que trabalham na organização tanto do ponto de vista quantitativo, quanto dos pontos de vista qualitativo e de alocação; lista os desafios que traduzem as necessidades de infraestrutura física e tecnológica que garantam processos de excelência;

Os *Pilares Estratégicos* são o agrupamento de objetivos relacionados a um mesmo assunto ou com

relações de causa e efeito muito fortes. Tratam-se dos eixos da estratégia, pois, em regra, contemplam uma série de objetivos com suas relações de causa e efeito, que formam uma hipótese estratégica. Em última instância, refletem a visão da alta administração sobre o que deve ser feito internamente para se alcançar a visão de futuro.

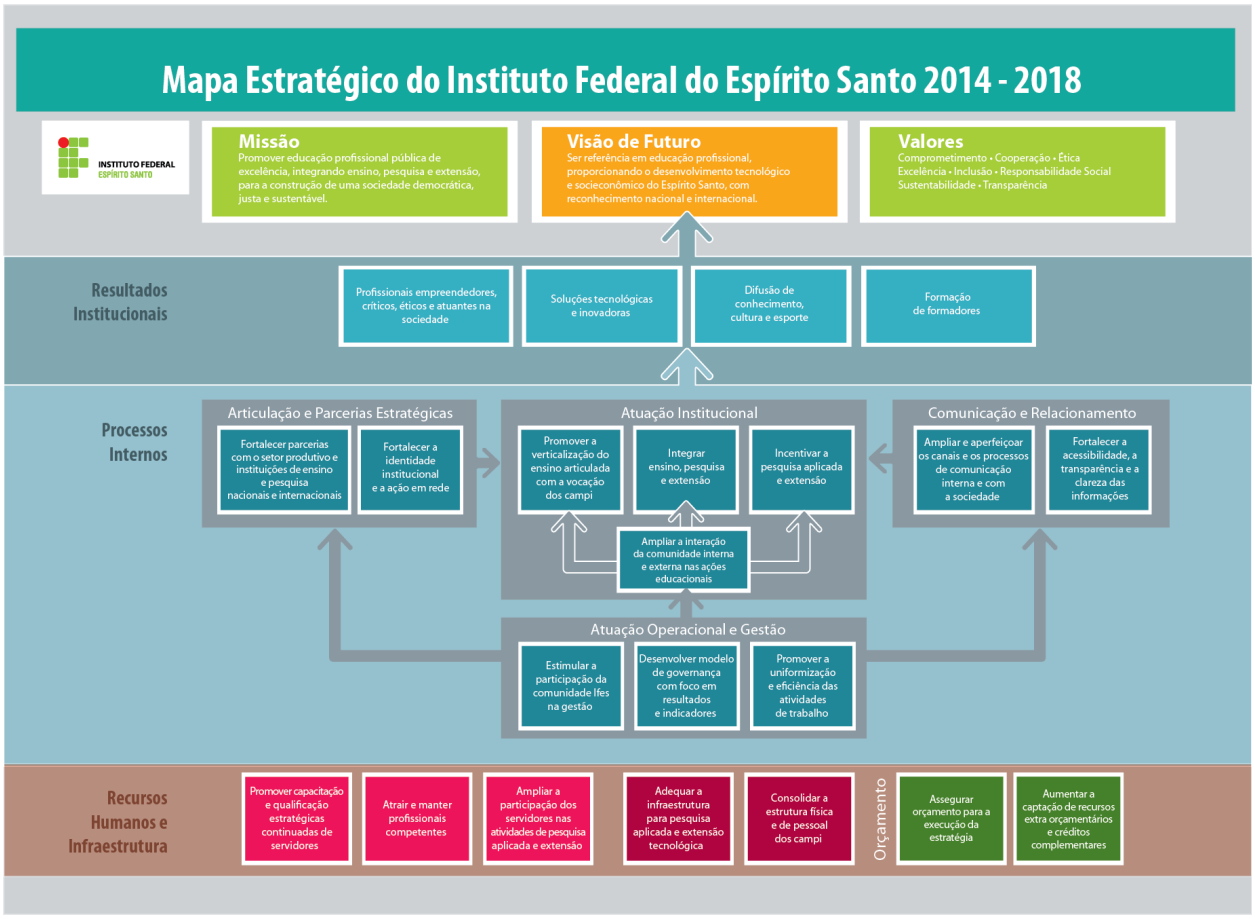


Ilustração 4: Mapa Estratégico do Ifes 2014-2018

2.3 PROJETOS E PAINEL DE INDICADORES

Projetos estratégicos são, por definição, iniciativas que guardam uma relação adequada de custo-benefício ao mesmo tempo em que tem forte vinculação com a estratégia da organização, em outras palavras são a materialização da estratégia, ou seja, as ações para alcançar os objetivos estratégicos. Os projetos estratégicos do Ifes assim ficaram definidos:

- Adequação dos espaços para estrutura mínima dos campi, laboratórios de pesquisa aplicada e extensão e para verticalização
- Apoio à pesquisa aplicada e extensão
- Câmara de Pesquisa e Câmara de Pós-Graduação
- Campanha para estimulo à verticalização em rede
- Centro de Formação
- Certificação de Laboratórios
- Comunicação do Ifes
- Editora do Ifes
- Escritório de Gerenciamento de Projetos - Desenvolvimento e Implementação
- Escritório de Processos – Implantação e Desenvolvimento
- Escritório de Prospecção e Gestão de Projetos
- Ifes Cidadania - Ampliação de programas de extensão comunitária
- Implantação da Assessoria de Relações Internacionais – Arinter Ifes

- Implantação dos Sistemas Institucionais Integrados –SIG
- Intercâmbio de Servidores – Ifes
- Internacionalização da Pós-Graduação
- Memória e Identidade do Ifes
- Normatização de Procedimentos Institucionais
- Observatório de Egressos Ifes
- Parque de Pesquisa do Ifes
- Planfor – Pro-doutoral
- Plano de ação de fortalecimento da representatividade e transparência dos órgãos colegiados
- Plano de Distribuição Orçamentária
- Política de Capacitação e Desenvolvimento de Servidores
- Processo seletivo de alunos
- Processo Seletivo de Servidores
- Programa de apoio a ações educacionais integradas – EPE
- Programa de apoio a Mestrados Profissionais
- Programa de estímulo ao protagonismo estudantil em empreendedorismo e inovação
- Programa de Fóruns Temáticos
- Programa de Intercâmbio do Ifes
- Programa de Parcerias Tecnológicas
- Programa de Qualidade de Vida no Trabalho
- Programa Estruturante de Polos de Inovação Tecnológica –PREPIT

Para a programação da ordem em que os projetos serão implementados foi utilizada uma matriz multicritério AHP – Analytic Hierarchy Process, trata-se de um algoritmo que analisa cada projeto por meio da combinação entre os critérios de avaliação selecionados. Os critérios analisados foram:

- Visibilidade Política
- Matriz GUT (Gravidade-Urgência-Tendência)
- Comprometimento das partes interessadas
- Conhecimento Técnico da equipe
- Riscos

O resultado da matriz é um ranking, uma lista de projetos ordenados os projetos mais prioritários (maior pontuação). De forma a representar os desejos das lideranças da organização de forma isenta, a matriz se utiliza de pesos entre os critérios selecionados. Desta forma os projetos prioritários, ou seja, os primeiros a serem implementados são:

- Escritório de Gerenciamento de Projetos - Desenvolvimento e Implementação
- Adequação dos espaços para estrutura mínima dos campi, laboratórios de pesquisa aplicada e extensão e para verticalização
- Comunicação do Ifes
- Ifes Cidadania - Ampliação de programas de extensão comunitária
- Normatização de Procedimentos Institucionais
- Observatório de Egressos Ifes
- Programa de Parcerias Tecnológicas
- Programa de Qualidade de Vida no Trabalho

Os indicadores têm o propósito de testar o progresso do Ifes em direção aos seus objetivos estratégicos. O princípio é simples: se não há medição, não há controle. E se não há controle, não há gerenciamento. Ou

seja, indicadores estratégicos mostram a relação entre os objetivos estratégicos e representam um teste permanente da validade da estratégia.

Os indicadores podem ser entendidos como informações numéricas que servem para relacionar recursos e produtos, assim como para avaliar o desempenho dos processos, programas, projetos e da própria organização em sua totalidade. De uma maneira simplificada, os indicadores são definidos como medidas que representam e quantificam um insumo, resultado, característica ou o desempenho de um processo, serviço, produto ou da organização.

O grande desafio de toda organização que implementa sistemática de medição está em dispor de número limitado de indicadores que comunique adequadamente o desempenho organizacional. A metodologia do BSC recomenda limitar o número de indicadores (média de 1,5 por objetivo) de modo a direcionar a análise ao que é estratégico e não confundi-la com a avaliação de desempenho do operacional. Da mesma forma, aconselha-se um "balanceamento" entre indicadores vigentes e novos, desde que respeitado o princípio de que o indicador "nasce" para atender um objetivo e não o contrário.

Em relação ao mapa estratégico, os indicadores devem ainda manter a relação de causa e efeito existente entre os objetivos, ou seja, devem preservar a mesma coerência que embasa a hipótese estratégica existente no mapa.

E importante também considerar a viabilidade de se obterem resultados de forma sistemática sem gerar ônus de trabalho excessivo para a organização. Com efeito, é fundamental que os indicadores sejam direcionados para as tomadas de decisão gerenciais voltadas para a solução dos problemas apontados, servindo de base para a revisão de metas estabelecidas. Por isso, os indicadores não podem agregar mais trabalho no dia-a-dia, nem tempo excessivo para serem coletados e obtidos.

As metas definirão o nível de desempenho pretendido (valor) para um determinado período de tempo, portanto pressupõem comunicar um desafio futuro que promova um salto no desempenho de um indicador. Ou seja, as metas estratégicas não podem se limitar a representar, no futuro, uma projeção incremental do desempenho histórico.

Com efeito, estabelecer metas pressupõe a mobilização de esforços que motivam as pessoas a superar resultados já alcançados; enquanto os indicadores buscam traduzir a evolução no alcance de cada objetivo estratégico, as metas estabelecem o nível desejado de cada indicador quando do alcance dos resultados finais.

Para todo indicador, foi estipulado um nível desejado (meta) para os anos de 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. As metas foram elaboradas considerando fatores de contexto (a situação de cada uma das áreas, as informações disponíveis, bem como situações do dia-a-dia de cada área) e a linha de base (quando houver). Desta forma, as metas apontam e comunicam o desafio, de forma tangível e quantificada, para os objetivos estratégicos.

As Metas Estratégicas apresentam os seguintes propósitos:

· Estabelecer/comunicar o nível esperado de desempenho à organização;

· Mobilizar toda a organização com foco em resultados tangíveis e mensuráveis;

· Possibilitar que os indivíduos percebam qual é a sua contribuição à estratégia geral da organização;

· Concentrar as atenções da organização em melhorias.

A seguir, apresenta-se uma ficha de acompanhamento para os indicadores.

Ilustração 5: Ficha de detalhamento de indicadores

	Ficha de Detalhamento de Indicadores	MENU

POSICIONAMENTO NO MAPA ESTRATÉGICO:	
NOME DO INDICADOR:	
OBJETIVO ASSOCIADO:	
PERSPECTIVA:	

INFORMAÇÕES GERAIS:			
FINALIDADE DO INDICADOR:			
NOVO OU EXISTENTE			
FÓRMULA DE CÁLCULO:		UNIDADE DE MEDIDA:	
PERIODICIDADE:		CASAS DECIMAIS:	
POLARIDADE		NECESSITA PROJETO:	

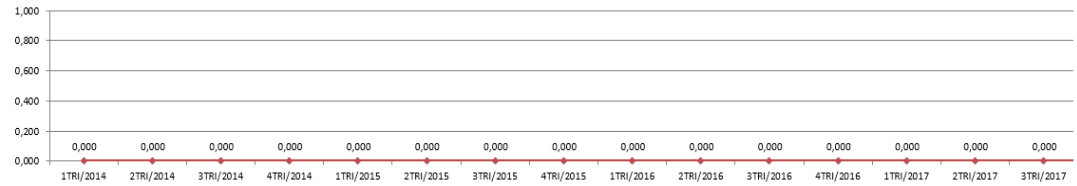
DISPONIBILIZAÇÃO:			
DISPONIBILIDADE INDICADOR:		DATA DA ÚLTIMA MEDIÇÃO:	
FONTE DE DADO:		RESPONSÁVEL PELA COLETA:	

METAS:	HISTÓRICO DOS RESULTADOS:			METAS DE LONGO PRAZO:					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019

COLETA PERIÓDICA															
1TRI/2014	2TRI/2014	3TRI/2014	4TRI/2014	1TRI/2015	2TRI/2015	3TRI/2015	4TRI/2015	1TRI/2016	2TRI/2016	3TRI/2016	4TRI/2016	1TRI/2017	2TRI/2017	3TRI/2017	4TRI/2017
0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

GRÁFICO

GRÁFICO 2014 A 2019:



3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O Projeto Pedagógico Institucional estabelece princípios e diretrizes para a elaboração dos planos estratégicos e operacionais da instituição – educacionais e de gestão. Ele traduz as principais concepções que norteiam as ações educacionais, sejam elas de ensino, extensão ou pesquisa.

O Projeto Pedagógico Institucional começou a ser estruturado por uma comissão composta por representantes de vários campi, nomeada pela Portaria nº 1.407, de 03 de setembro de 2013. Os trabalhos foram iniciados a partir de estudos e discussões do Projeto Pedagógico já existente no Ifes e de PPIs em construção em outras instituições. A intenção que permeou a elaboração deste projeto sempre foi tornar as discussões e produções as mais democráticas possível, inclusive com a participação ampla da comunidade, e, por isso, tivemos um primeiro momento no qual os membros das Comissões Locais de Planejamento Estratégico[1] de todos os campi e da reitoria foram convidados a fazer modificações e acréscimos numa primeira minuta do PPI. As contribuições dadas pelas comissões, em oficina realizada no dia 11 de novembro de 2013, foram acolhidas e com elas foi gerada uma nova versão do documento, ainda em fase de minuta. Após as adaptações necessárias, foi a vez de envolver toda a comunidade nessa grande e importante discussão. Para isso, foi disponibilizada uma nova versão da minuta do PPI do Ifes à qual, em um trabalho conduzido pelas Comissões Locais de Planejamento Estratégico, toda a comunidade de cada campus pôde dar as suas contribuições, buscando validar, modificar, complementar ou retirar o que fora estruturado até então. O convite, portanto, foi feito para que pudéssemos realizar uma produção colaborativa, tendo em vista nortear as ações pedagógicas do Ifes pelos próximos cinco anos. Após essa nova etapa, a Comissão Geral do PPI novamente se debruçou em discussões e análises para compilar as diversas opiniões e materializá-las em um documento que pudesse realmente refletir tanto a realidade presente quando as perspectivas futuras de nossa instituição.

Na maioria das vezes, os assuntos abordados no documento estão organizados em Princípios, Políticas e Diretrizes, às vezes de forma explícita, outras implicitamente no texto. Por isso, é importante que seja trazida, logo nesta introdução, a compreensão que se tem de cada um desses elementos.

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello (2000), **princípio** é, por definição, o mandamento nuclear de um sistema, o seu verdadeiro alicerce, a disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas, compondo-lhes o espírito e servindo de critério para a exata compreensão e inteligência delas, exatamente porque define a lógica e a racionalidade do sistema normativo, conferindo-lhe a tônica que lhe dá sentido harmônico. O sentido etimológico da palavra princípio nos faz compreender o seu significado como o ponto de partida, o começo de alguma coisa, aquilo que vem antes, na frente, o que fundamenta.

Considerando dessa forma, em todo processo de qualquer escolha ou tomada de decisão, levamos em conta um conjunto de valores que carregamos e que regem nossas ações, os quais são os princípios que nos constituem ou que defendemos. Portanto, ao definirmos o conjunto de Políticas, Diretrizes, Planos e Projetos, quaisquer que sejam, é imperioso consultar os princípios que orientarão todas as nossas ações.

As **Políticas** de gestão consistem em definições das posturas da instituição quanto às diferentes temáticas que devem ser desenvolvidas, com foco no alcance de sua missão e visão. São consideradas como os objetivos maiores que nortearão o planejamento estratégico. Na construção dessas políticas, é fundamental que se promova e garanta o alinhamento com os princípios, as diretrizes, a missão, a visão e os valores institucionais.

As **Diretrizes** são os caminhos, as direções, os rumos que devemos seguir. São orientações constituídas por um conjunto de normas comuns que orientam os procedimentos a serem observados e seguidos na organização da instituição. As diretrizes são mais operacionais, mais funcionais que os princípios. Os princípios são os fundamentos que orientarão a escolha dos caminhos. É a mesma relação que se faz entre fundamentos e metodologias, ou seja, eles precisam estar alinhados.

Definição do PPI

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é o instrumento teórico e metodológico que define a política pedagógica das instituições de ensino. Muito além de uma série de apontamentos burocráticos, trata-se de um documento que se quer transformador e inspirador das práticas cotidianas, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, uma vez que indica os elementos de caráter político, pedagógico e filosófico que

[1] As Comissões Locais de Planejamento Estratégico foram criadas para representar cada *campus* e a Reitoria nas ações relacionadas com o planejamento estratégico do Ifes, cujo trabalho se iniciou no segundo semestre de 2013, paralelamente à reestruturação do PDI e, consequentemente, do PPI. As Comissões dos *campi* foram compostas por representantes da gestão, corpo docente, corpo discente e servidores técnico-administrativos, escolhidos pelo Conselho de Gestão dos campi.

fundamentam as ações educacionais, sugerindo as condições de humanidade e sociedade que são desejadas coletivamente pela instituição. O PPI faz parte de um documento maior – o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – e se orienta a partir da sua missão, das diretrizes e dos objetivos, constituindo-se em referência fundamental e concreta não apenas para a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos, mas também para a pluralidade de práticas pedagógicas que coexistem no cotidiano institucional.

A elaboração do PPI deve ser coletiva, contando com a participação ativa dos envolvidos com o trabalho pedagógico, ou seja, busca-se garantir que a comunidade tenha possibilidade de acompanhar o processo, avaliando e sugerindo modificações. Não é uma tarefa fácil, pois se trata de um documento especialmente democrático, que conta com ampla participação dos representantes das diferentes categorias. Os trabalhos de estruturação do PPI do Ifes foram conduzidos por uma comissão representativa dos campi, reservando espaços de ampla discussão com as comissões locais de Planejamento Estratégico e com representantes dos setores discente, docente e técnico administrativo, envolvidos no processo de produção do documento.

Amparo Legal

A construção do PPI, bem como todo o trabalho educacional, está pautada na legislação educacional que orienta e normaliza as ações no âmbito nacional.

Assim, o Ifes, como instituição de Educação Básica, Profissionalizante e Superior, deve pautar-se em alguns documentos legais para orientar suas atividades educacionais, destacados a seguir:

- Constituição Federal de 1988 – artigos 205, 208 e 225, §1º, inciso VI;
- Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Estabelece Política Nacional de Meio Ambiente;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional (LDB), principal documento da educação brasileira e que organiza o sistema educacional;
- Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social;
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental (PNEA);
- Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica (dentre elas, as pessoas com deficiência);
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE;
- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- Lei n° 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;
- Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005. Dispõe sobre o direito de o portador de deficiência visual ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia;
- Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos na Lei nº 9.394/1996;
- Lei n° 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências;
- Lei n° 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas Universidades;
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n° 7.853/1989;
- Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei 9.795/2002 (PNEA);

- Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098/2000;
- Decreto nº 5.626, de 02 de dezembro de 2005. Regulamenta a lei 10.436/2002;
- Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional no que se refere à Educação a Distância;
- Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores no sistema federal de ensino. Destaque especial para o artigo 16, inciso VII, alínea c;
- Decreto nº 5.840, de 03 de julho de 2006. Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA);
- Decreto nº 5.904, de 21 de setembro de 2006. Regulamenta a Lei nº 11.126/2005;
- Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do plano de metas "Compromisso Todos pela Educação";
- Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007;
- Decreto n° 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação;
- Decreto n° 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES;
- Decreto nº 7.388, de 09 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD;
- Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado e revoga o Decreto nº 6.571/2008;
- Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite;
- Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica;
- Resolução CNE/CP nº 01, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura e de graduação plena;
- Resolução CNE/CP nº 02, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena e de formação de professores da Educação Básica em nível superior;
- Resolução CNE/CES nº 11, de 11 de março de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia;
- Resolução CNE/CP nº 03, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia;
- Resolução CNE/CES nº 01, de 02 de fevereiro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração, Bacharelado e dá outras providências;
- Resolução CNE/CP nº 06, de 02 de fevereiro de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e dá outras providências;
- Resolução CNE/CEB nº 04, de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o atendimento especializado na Educação Básica, modalidade de Educação Especial;
- Resolução CNE/CEB nº 04, de 13 de julho de 2010. Define as Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação Básica;
- Resolução CNE/CEB nº 02, de 30 de janeiro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;

- Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Resolução CNE/CEB nº 04, de 06 de junho de 2012. Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB n° 03/2008 definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio;
- Resolução CNE/CEB nº 05, de 22 de junho de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica;
- Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Resolução CNE/CEB nº 08, de 20 de novembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica;
- Portaria n° 18, de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições de ensino de que tratam a Lei n° 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o decreto n° 7.824, de 11 de outubro de 2012;
- Declaração de Salamanca (1994) sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área de Necessidades Educativas Especiais;
- Portaria MEC nº 3.284/2003, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiência para instruir processos de autorização de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições;
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 05 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007;
- Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020). Projeto em tramitação no Congresso Nacional – Projeto de Lei nº 8.035/10;
- Nota Técnica nº 106/2013/MEC/SECADI/DPEE, que dispõe sobre a Orientação à Implementação da Política Institucional de Acessibilidade na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

3.1 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

Uma vez que a atribuição precípua do Ifes é a educação profissional, científica e tecnológica e esta não se separa da ciência e da formação humana, consideramos uma concepção de educação que traz inclusa a educação profissional.

Sendo assim, o Ifes deve cumprir seu papel social de contribuir para uma sociedade sem pobreza socioeconômica e sem degradação ambiental, mais autônoma e solidária, principalmente em virtude das transformações e diversidades do mundo contemporâneo.

Considerando essa premissa, a educação profissional não prescinde do conhecimento reflexivo, ao contrário, deve desenvolver-se em um contexto envolto de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana[2] na busca de caminhos mais dignos de vida.

Dessa forma, as políticas para a educação profissional, científica e tecnológica se baseiam em integração

[2] A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o homem, daí compreender-se que ela se dá no decorrer da vida humana, por meio das experiências e conhecimentos, ao longo das relações sociais e produtivas (BRASIL, 2010, p 33).

e articulação entre ciência[3], tecnologia[4], cultura[5] e trabalho[6] e no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, elementos essenciais para as vertentes educação e trabalho em busca de novas políticas de inclusão[7] e transformação social, desenvolvimento socioeconômico e sua sustentabilidade, pelos quais se elimine a pobreza socioeconômica sistêmica e se garanta a preservação da natureza.

Nesta perspectiva, entende-se a educação em uma dimensão mais ampla, a qual conduz à formação de um cidadão, consciente de seus deveres e direitos; que compreenda a realidade e seja capaz de ultrapassar os obstáculos que ela apresenta; que seja capaz de pensar e intervir na perspectiva de possibilitar as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais do meio em que vive. Ou seja, uma educação potencializadora do ser humano, enquanto integralidade[8], no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, e na perspectiva de sua emancipação[9], tendo em vista a crítica à exploração socioambiental.

Assim, esta se constitui uma educação com permanente qualidade, que considera atendimento das características dos sujeitos, bem como a incessante busca de conviver e de aprender juntos, cujo olhar deve voltar-se para uma formação humana, nas dimensões: social, política e produtiva, tudo isso inserido no contexto das relações sociais.

3.1.1 Educação e Trabalho

O ensino profissionalizante no Brasil, desde sua formulação inicial por meio do decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, carrega uma forte marca de ensino instrumental e de preparação restrita para um dado ofício destinado às classes mais pobres da população. Na ocasião do decreto de Nilo Peçanha, essa finalidade era expressa textualmente, quando indicava que a finalidade das Escolas de "Aprendizes Artífices" era "não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna (...)", mas também de permitir com que essa população pobre "pudesse adquirir hábitos de trabalho profícuo que os afastará da ociosidade" (BRAZIL, 1909).

Em que pesem as muitas alterações pelas quais passou esta instituição, e até mesmo pela importância e densidade de conteúdos que ganhou o ensino técnico com o processo de "modernização" da economia brasileira, muitas características desta concepção inicial ainda hoje são reproduzidas nas práticas de ensino. E isso está posto não somente no Ifes, mas na própria política nacional destinada ao ensino profissionalizante. Há, na verdade, um grande tensionamento, inclusive de ordem social, entre duas

[3] Ciência entendida como um "conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade" (BRASIL, 2012, p.2), transformação no sentido de contribuir com a vida do planeta e com o diálogo entre o homem e a natureza (SANTOS, 2001).

[4] A tecnologia é conceituada como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida (BRASIL, 2012, p.2).

[5] A cultura é conceituada como o processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estáticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade (BRASIL, 2012, p.2).

[6] O trabalho é conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência (BRASIL, 2012, p.2).

[7] As políticas de inclusão, segundo Cury (2005), "[…] podem ser entendidas como estratégias voltadas para a universalização de direitos civis, políticos e sociais. Elas buscam, pela presença interventora do Estado, aproximar os valores formais proclamados no ordenamento jurídico dos valores reais existentes em situações de desigualdade. Elas se voltam para o indivíduo e para todos, sustentadas pelo Estado, pelo princípio da igualdade de oportunidades e pela igualdade de todos ante a lei". […] "Nesses termos, recoloca-se a importância estratégica da educação escolar que atinja todas as pessoas como indivíduos singulares e como membros de um corpo social nacional e internacional […]".

[8] Entendemos que a educação é potencializadora do ser humano enquanto integralidade e esta integralidade não pode "[…] ficar restrita à dimensão lógico-formal ou às funções ocupacionais do trabalho; ela se dá no entrecruzamento das competências cognitivas, comportamentais e psicomotoras que se desenvolvem por meio das dimensões pedagógicas das relações sociais e produtivas, com a finalidade de produzir as condições necessárias à existência" (PARANÁ, 2006, p. 35).

[9] A emancipação entendida do ponto de vista de Freire (2002) aponta para uma educação como formadora do ser humano, tanto no âmbito do conhecimento quanto da ética, que prepare o sujeito a se orientar no mundo, a pensar os seus próprios atos, a ter uma postura decisiva e autodeterminada e, acima de tudo, a ter ideias próprias e autoconsciência, logo, a emancipação deve contemplar a liberdade de pensamento. A emancipação humana exige a libertação de toda a forma de alienação, sendo necessário viver em sociedade, usufruindo os direitos civis, políticos e sociais, nos âmbitos individual e coletivo.

concepções aparentemente antagônicas, a saber: de um lado temos uma educação em perspectiva ampliada, na qual se inclui o ensino profissionalizante, mas que não se restringe a ele. E de outro lado, seja por justificativas de caráter econômico ou dos argumentos que defendem certo pragmatismo no atendimento às demandas de mercado, uma perspectiva em que a escola deva se restringir ou ter como prioridade o ensino profissionalizante. Ou seja, que a nossa responsabilidade se restrinja ao que diz respeito à habilitação técnica/profissional dos discentes.

Diante desse quadro, temos apontado como opção política uma concepção educacional mais ampla e que tenha como objetivo contribuir para a perspectiva emancipatória dos sujeitos, a qual deve estar apoiada em bases conceituais sobre a educação profissional e tecnológica que vêm sendo definidas como um processo mais amplo na defesa do desenvolvimento de uma educação integral do cidadão, capaz de se integrar e interferir na vida social e produtiva deste.

Nessa perspectiva, o que se busca é encontrar meios que possam garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a sua atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Nesse sentido, tal formação pressupõe a compreensão das relações sociais concernentes a todos os fatores que ocorrem na vida social (CIAVATTA, 2005).

Maria Ciavatta coloca em pauta uma educação que integre a cultura geral e os conteúdos técnicos específicos que sugerem a superação da divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. E nessa dimensão já não basta somente ao trabalhador a competência técnica específica do "saber fazer", mas sim saber lidar com variadas funções, ser criativo, ter iniciativa e saber agir diante de situações inesperadas. Ciavatta (2005) ainda afirma que, ao incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, formamos trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

Contudo, para agir dessa forma, é preciso que se pense na concepção de trabalho de uma forma mais ampla, como uma atividade estruturante do ser social, como um valor próprio à vida humana e ao conhecimento que ele proporciona ao se relacionar com a natureza. De forma similar, Frigotto (2005), citando Kosik[10] (1986), fala que o trabalho "é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade. Por isso o mesmo não se reduz à atividade laborativa ou emprego, mas à produção de todas as dimensões da vida humana" (p. 58).

Assim, por ser humano, o homem possui o direito de subsistência e, também, o dever de colaborar na produção dos bens materiais e culturais fundamentais à construção da vida humana. Ao constituir-se o trabalho em direito e dever, gera-se "um princípio formativo ou educativo". (FRIGOTTO, 2005, 60).

Para Frigotto, "[...] o trabalho como *princípio educativo* deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida". (FRIGOTTO, 2005, p. 60, grifo do autor). Para o autor citado, compreender o trabalho como princípio educativo não significa formar o educando para o exercício do trabalho apenas como produtor de mercadorias, mas antes compreender o ser humano como produtor de sua realidade, como sujeito que dela se apropria para transformá-la.

Defender o trabalho como princípio educativo no contexto da formação profissional significa defender o direito ao acesso à cultura, à ciência e à tecnologia para todos. É acreditar em uma prática pedagógica que comporte, como um dos fundamentos do currículo, a integração entre ciência, cultura, tecnologia e trabalho, não de forma enciclopedista ou estritamente profissionalizante.

Contudo, ao tomar o trabalho como princípio educativo, há que se recorrer a uma sólida formação geral fundamentada nos conhecimentos acumulados pela humanidade e a uma sólida formação técnico-profissional, instituindo a educação integral no ambiente acadêmico de formação profissional, trazendo para as discussões a complexidade das relações sociais que estão nas bases do mundo do trabalho.

Assim, ao integrar o currículo e tendo o trabalho como eixo articulador dos conteúdos, ou seja, como princípio educativo, ficamos próximos do equilíbrio entre o desenvolvimento da capacidade de atuar praticamente e trabalhar intelectualmente, permitindo ao jovem e ao adulto a compreensão dos fundamentos técnicos, sociais, culturais, políticos e ambientais do sistema produtivo.

O Ifes entende o trabalho como dimensão potencializadora do ser humano, na perspectiva de sua emancipação. Neste sentido, o entendimento do trabalho como princípio educativo deve orientar os processos formativos em todos os níveis e modalidades de ensino, para que estejamos centrados na perspectiva do trabalho humano que articule, além das atividades materiais e produtivas, aspectos que agreguem os conhecimentos da ciência, da arte, da cultura, da técnica e da tecnologia.

---

[10] Kosik, K. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

3.1.2 Educação e Juventude

De acordo com a PEC da Juventude aprovada pelo Congresso em setembro de 2010, é jovem no Brasil todo o cidadão que compreende a idade entre 15 e 29 anos, sendo este dividido em Jovem-Adolescente, Jovem-Jovem e Jovem-Adulto. Observando as ofertas e o público-alvo dos cursos ofertados pelo Ifes, é fácil concluir que essa é a faixa etária na qual se encontram a maioria dos estudantes. Dessa forma, buscar um conhecimento mais profundo sobre os tempos de vida desses estudantes torna-se elemento essencial para o fortalecimento da ação educativa.

Mas, afinal, quem são os jovens hoje e como são suas relações com a sociedade e com a instituição escolar? Para tentar responder a essa questão, é necessário, inicialmente, ressaltar que as mudanças físicas, cognitivas e sociais desse público ajudam a traçar o perfil do nosso aluno e que as respostas a algumas questões como “o que é ser jovem? ”, “quem e até quando pode ser considerado jovem? ” têm mudado no tempo e são sempre diferentes nas diversas culturas e espaços sociais. É necessário, ainda, considerar que a juventude é uma produção histórica e sociocultural e a escola, nos seus mais variados espaços de formação e cotidianos, deve potencializar a construção dessas identidades juvenis.

A juventude traz marcas de processos de construção que vão se definindo pela busca da diferença e originalidade, pelo desejo de impactar e de provocar contrastes. Essas marcas definidoras da existência social parecem mobilizar, de forma visível, a atenção e a tensão dos jovens, que passam a utilizar vocabulários e vestuários próprios, estilos variados, construindo, assim, a sua identidade nas relações estabelecidas não somente na escola, mas em outras esferas sociais, como a família, a igreja e o trabalho.

Ao se lançar um novo olhar para as culturas juvenis, são percebidas inúmeras possibilidades de exercício da cidadania. Assim, é necessário:

- olhar e ouvir o que os jovens têm a dizer, buscando romper com as representações que os associam a posturas hedonistas e violentas e com o estereótipo de geração submetida às leis da mídia, descomprometida com o bem-estar e com os destinos do mundo;
- perceber as práticas culturais juvenis na contemporaneidade como potência de vida e, dessa forma, ressignificar os olhares já instituídos, principalmente por se tratar de percepções que relacionam cultura e educação;
- contribuir para que as imagens e narrativas que os jovens trazem a partir de suas práticas culturais possam ser compreendidas por meio de novas sensibilidades, diminuindo, assim, as distâncias entre essas práticas e a cultura escolar;
- atentar para os recursos tecnológicos e redes sociais utilizados por eles, fazendo uso positivo de suas potencialidades, enfatizando o caráter educacional e as relações humanas.

3.1.3 Educação, Diversidade e Inclusão

Com o advento da ideia e das práticas da “Educação para todos”, ampliou-se não somente o número de alunos nas escolas, mas, fundamentalmente, a convivência com as mais variadas formas de diversidade sociocultural. Tal contexto tem levado as escolas a se reinventarem, no sentido da busca por novos valores, novos modos de ensino e aprendizagem e de convívio que propiciem uma inclusão de fato, ou seja, um ambiente escolar no qual todos possam ter suas diferentes necessidades e anseios atendidos de forma justa e equitativa.

Nesse sentido, diversos grupos socioculturais têm se mobilizado e conquistado direitos no campo educacional, produzindo-se, assim, novas respostas pedagógicas às questões de cada grupo. A temática tem sido debatida e veiculada, mas o campo de tensões ainda é visível. Temos historicamente um modelo escolar hegemônico, normalizador e universalizante que, agora, precisa se abrir para acolher o novo paradigma da inclusão social. O reconhecimento e a valorização do tema da Diversidade permitem agir sobre estruturas sociais discriminatórias e excludentes. A dificuldade de se lidar, nas práticas educativas, com as diversas manifestações da diferença (gênero e orientação sexual, cultural, étnico-racial, entre outras) é evidente.

Educar para a diversidade não significa apenas reconhecer a diferença, mas construir caminhos possíveis para o convívio democrático. Sendo a escola um espaço sociocultural em que as diferentes identidades se encontram, é fundamental que os processos de ensino e aprendizagem envolvam todos os estudantes, acolhendo-os em sua diversidade e garantindo sua permanência e saída com êxito. Para tanto, é preciso possibilitar aos professores a construção de conhecimentos necessários para trabalhar com pessoas

procedentes de diferentes contextos sociais e culturais, a fim de garantir a participação e a aprendizagem de todos e de cada um.

Conforme a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva objetiva oferecer educação de qualidade a todos os alunos, reconhecendo e respondendo às suas diversas necessidades, respeitando todos os estilos e ritmos de aprendizagem, por meio de um currículo flexível e apropriado, de arranjos organizacionais, de estratégias de ensino, do uso de recursos especiais e do processo seletivo acessível, com o envolvimento de todos os agentes da comunidade escolar.

No âmbito da temática da Diversidade e Inclusão, faz-se necessário destacar alguns eixos de ação, os quais serão abordados a seguir.

3.1.4 Educação de Jovens e Adultos

Machado (2001) afirma que, ao final da primeira década do século XXI, a baixa escolarização da população brasileira, principalmente de pessoas jovens e adultas, ainda era uma barreira a ser superada. Um dos indícios dessa barreira é o fato de que naquele período ainda havia no Brasil cerca de 101 milhões de brasileiros com mais de 18 anos que não haviam concluído a educação básica.

Esse e outros dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE/Pnad, 2009), nos mostram que o Ifes precisa implementar e consolidar ações que possam contribuir para a melhoria dessa situação. Algumas dessas ações já têm sido desenvolvidas nos últimos anos como, por exemplo, o EMJAT – Ensino Médio para Jovens e Adultos Trabalhadores –, nascido de uma experiência voluntária de um grupo de professores do Campus Vitória (FERREIRA et al., 2007) e que funcionou de 2001 até o ano de 2006, quando se iniciaram os cursos vinculados ao Proeja[11].

O Ifes caminha para a desvinculação de suas ações de inclusão de sujeitos jovens e adultos de programas governamentais que delineiam ofertas aligeiradas de qualificação e busca, dessa forma, consolidar políticas públicas que venham atender às concepções do direito à educação na perspectiva da formação integral do ser humano, defendida por Gramsci (1986). As concepções e princípios que orientam as ações são pautadas nos fundamentos e funções da EJA trazidas no Parecer CNE/CEB 11/2000, quais sejam: **função reparadora,** reconhecendo o direito negado para uma parcela da população a uma escola de qualidade; **função equalizadora,** propiciando a igualdade de oportunidades para novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços de estética e na abertura de canais e participação; e **função qualificadora,** que tem como base o caráter incompleto do ser humano como potencial de desenvolvimento e adequação, que pode se atualizar, em quadros escolares ou não escolares, devendo ser essa uma função permanente da EJA.

Além disso, é importante que se articule a educação de jovens e adultos à formação para o trabalho e, sem dúvidas, esta é a maior contribuição que uma instituição como o Ifes pode dar à modalidade, muitas vezes focada apenas no combate ao analfabetismo (BRASIL, 2006). O importante é que seja ofertada uma educação profissional e tecnológica comprometida com a formação de um sujeito com autonomia intelectual, ética, política e humana, não para adaptar o trabalhador e prepará-lo de forma passiva e subordinada ao processo de acumulação da economia capitalista, mas voltada para a perspectiva da vivência de um processo crítico, emancipador e fertilizador de outro mundo possível (BRASIL, 2006).

Dessa maneira, é política do Ifes proporcionar o acesso do público de EJA ao ensino médio integrado à educação profissional de nível médio e viabilizar parcerias com prefeituras municipais para atendimento a estudantes jovens e adultos por meio de cursos FIC, em busca de tornar-se referência na oferta do ensino médio integrado à educação profissional na modalidade EJA. Para lograr tal intento é importante fazer ofertas regulares de programas de formação de professores para atuarem na EJA, em nível de graduação,

[11] O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja – abrange cursos que proporcionam formação profissional com escolarização para jovens e adultos. No caso específico do Ifes, abrange Educação profissional técnica de nível médio integrada com ensino médio, destinada a quem já concluiu o ensino fundamental e ainda não possui o ensino médio e pretende adquirir o título de técnico. A idade mínima para ingressar nos cursos do Proeja é de 18 anos na data da matrícula e não há limite máximo. A base legal do Programa é o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Outros atos normativos que fundamentam o Proeja são: a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, os Pareceres CNE/CEB nº 16/99, nº 11/2000 e nº 39/2004 e as Resoluções CNE/CEB nº 04/99 e nº 01/2005.

aperfeiçoamento e/ou especialização, entendendo que todos os professores que atuem na educação básica ou profissional podem e devem trabalhar com a modalidade EJA, mas, para isso, precisam mergulhar no universo de questões que compõem a realidade desse público, investigando seus modos de aprender de forma geral, para que possam compreender e favorecer essas lógicas de aprendizagem no ambiente escolar (BRASIL 2006). Além disso, é necessário também fomentar pesquisas na área, entendendo a EJA como um campo do conhecimento específico, o que implica investigar, entre outros aspectos, as reais necessidades de aprendizagem dos sujeitos alunos (BRASIL, 2006).

Para atendimento a essas questões é preciso pensar em todas as especificidades que a modalidade possui, construindo propostas político-pedagógicas específicas, oferecendo respostas condizentes com a natureza da educação que buscam, dialogando com as concepções formadas sobre o campo de atuação profissional, sobre o mundo do trabalho e sobre a vida (BRASIL, 2006). Dessa maneira, algumas ações são necessárias, entre elas:

- garantir a inclusão da população jovem e adulta nas ofertas educacionais do Ifes, promovendo ações que visem a assegurar a permanência e o sucesso dos alunos nas unidades escolares;
- institucionalizar a modalidade EJA integrada à educação profissional, assumindo a educação como direito público;
- assumir, na EJA integrada à educação profissional, o trabalho como princípio educativo, entendendo que esse não se pauta pela relação com a ocupação profissional diretamente mas pelo entendimento de que homens e mulheres produzem sua condição humana pelo trabalho;
- utilizar pesquisa como fundamento da formação do sujeito, por compreendê-la como modo de produzir conhecimentos e fazer avançar a compreensão da realidade, além de contribuir para a construção da autonomia intelectual desses sujeitos/educandos;
- considerar as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais;
- operar, prioritariamente, na perspectiva de um currículo integrado, entendendo integração como um processo no qual a educação geral deve ser parte inseparável da educação profissional, com foco na formação integral e crítica do sujeito;
- ofertar cursos condizentes com demandas locais, considerando não só os arranjos produtivos, mas também, e principalmente, os anseios dos sujeitos a serem atendidos. Os cursos deverão ser estruturados de forma a contemplar uma formação plena dos estudantes, considerando currículo, tempos e espaços adequados às especificidades da modalidade.

3.1.5 Educação Especial na Perspectiva Inclusiva

A Declaração de Salamanca (1994) conclama seus signatários – o Brasil é um deles – a refletir sobre as práticas educacionais vigentes. Busca-se, por um lado, combater as atitudes discriminatórias e, por outro, adotar práticas de Educação Inclusiva. Para isso, as instituições educacionais são impulsionadas a promover formas de acessibilidade, sejam elas atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais ou programáticas.

De acordo com o Decreto nº 7.611/2011, consideram-se público-alvo da Educação Especial os discentes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação. Para o Ifes, é primordial oferecer para esses alunos condições para o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos, ressignificando as diversas organizações curriculares e práticas, na tentativa de atender a diversidade presente no contexto educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 (LDB/96), em seu art. 59, assegura aos educandos com necessidades educacionais especiais, "[...] currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às necessidades", assim como serviços de apoio especializados. Este último inclui o trabalho do professor de educação especial de maneira a contribuir com o processo de inclusão desses alunos na classe comum.

Para que o Ifes possa atender ao princípio da inclusão, deve oferecer o atendimento educacional especializado, que significa um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizado institucional e continuamente, prestado de forma complementar ou suplementar para atender aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, em busca não só da sua inserção em ambientes comuns de ensino, mas também de sua plena participação

no cotidiano da sala de aula e da escola.

O Ifes vê a inclusão de pessoas com necessidades específicas como um desafio a ser superado e já tem tomado algumas medidas para garantir que os direitos desse público sejam cumpridos. Uma das ações é a criação, em cada campus do Ifes, do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), uma comissão responsável por articular as ações inclusivas no estabelecimento de ensino. São objetivos do Napne, entre outros: identificar os discentes com necessidades específicas nos campi; orientar os discentes com necessidades específicas, bem como seus familiares, quanto aos seus direitos e deveres; contribuir para a promoção do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos discentes com necessidades específicas que dele precisarem.

Além disso, compreendendo a necessidade de unificar a política de acessibilidade do Ifes, instituiu-se o Fórum dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Fonapne). O Fonapne tem como principais objetivos elaborar documentos norteadores para as ações dos Napne visando à unificação de diretrizes, funcionamento, composição e procedimentos dos Núcleos no Ifes, bem como ao acompanhamento da implementação de tais documentos, de sua avaliação e reformulação, quando esta se fizer necessária.

Tendo em vista as considerações acima expostas, o Ifes tem como desafio a consolidação da política de inclusão e acessibilidade em todos os campi, garantindo o pleno direito das pessoas com necessidades especiais de realizar seu percurso formativo. Para isso, são necessários a adoção e o fortalecimento de ações inclusivas, tais como:

- Gestão Participativa – estabelecer mecanismos de participação descentralizados para planejamento, revisão e avaliação do processo educacional inclusivo com incentivo à participação da comunidade escolar e de organizações de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- Flexibilidade Curricular – adaptar o currículo às necessidades dos alunos e não o contrário. As escolas devem prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas a habilidades, interesses e necessidades diferentes;
- Avaliação Formativa – acompanhar o progresso dos alunos para que estes, assim como os professores, sejam informados sobre a evolução da aprendizagem, identificando as dificuldades que surgirem, de modo que possam ser superadas;
- Acessibilidade – garantir a acessibilidade em todas as suas dimensões: atitudinal, instrumental, metodológica, comunicacional, arquitetônica e programática (SASSAKI, 2005);
- Atendimento Educacional Especializado – oportunizar que os alunos público-alvo da educação especial sejam atendidos por profissionais qualificados, de acordo com suas necessidades de complementação e/ou suplementação de estudos;
- Acompanhamento Multidisciplinar – garantir que os discentes com necessidades específicas sejam acompanhados por profissionais de diferentes áreas de conhecimento, de modo a propiciar a qualidade do processo educativo;
- Formação Contínua dos docentes e demais profissionais da educação – empreender processo coletivo de construção de práticas pedagógicas inclusivas;
- Acolhimento – propiciar um ambiente escolar acolhedor para todos, no qual o processo de aprendizagem seja colaborativo, contínuo e contemple as diferenças humanas;
- Incentivo à Pesquisa – promover a pesquisa junto à comunidade acadêmica na área inclusiva com disseminação de resultados específicos e progressos alcançados;
- Intercâmbio Inclusivo – potencializar rede de intercâmbio e disseminação de experiências inclusivas bem-sucedidas;
- Criação de sala de Recurso Multifuncional – espaço de apoio pedagógico especializado, um trabalho colaborativo a partir do trabalho do professor de educação especial. Este ambiente deve promover estratégias para eliminação de barreiras existentes com o aluno público-alvo da educação especial;
- Fortalecimento dos Napne em todos os campi;
- Dar visibilidade ao Fonapne, envolvendo-o nas discussões sobre ensino, pesquisa e extensão.

3.1.6 Educação, Gênero, Sexualidade e Orientação Sexual

Temos vivido recentemente um aumento da mobilização de vários setores sociais em defesa do reconhecimento da legitimidade de suas diferenças, o que tem levado várias instâncias da sociedade a repensarem ações e posturas mediante a educação para a diversidade. Estar atento a essa questão e pensar em ações no interior de instituições educacionais é essencial, a fim de se garantirem direitos, tendo em vista "promover igualdade de oportunidades e enfrentar toda sorte de preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade" (BRASIL, 2007, p. 9).

Para isso é preciso, inicialmente, compreender que, ao se falar de gênero, está se falando de *masculino* e *feminino* em diversas e dinâmicas *masculinidades* e *feminilidades*, entendendo, portanto, que gênero remete a construções sociais, culturais e políticas (BRASIL, 2007). Percebe-se, então, que a masculinidade não necessariamente está relacionada ao macho, e que a feminilidade não necessariamente está relacionada à fêmea.

Por outro lado, mas não necessariamente dissociada dos conceitos de masculino e feminino, a "orientação sexual se refere à direção ou à inclinação do desejo afetivo e erótico" (BRASIL, 2007, p. 17). Esse desejo pode dar-se única ou principalmente por pessoas do sexo oposto (heterossexualidades), por pessoas do mesmo sexo (homossexualidades) ou por ambos (bissexualidades). De acordo com Jesus et al. (2006, *apud* BRASIL, 2007), esses termos são todos grafados no plural porque são várias as formas de expressão e representação de cada um deles. Dessa maneira, ainda segundo os autores, "uma pessoa pode ter uma identidade de gênero – masculina, feminina, ambas ou nenhuma –, apresentar características fisiológicas do sexo oposto ao seu e, ainda assim, ser hétero, homo ou bissexual" (JESUS et al., 2006, p. 37, *apud* BRASIL, 2007, p. 19).

Ao compreender e reconhecer que essas diferenciações quanto às posições ocupadas na sociedade não são definidas apenas pelo gênero, mas pela combinação do gênero com outras categorias sociais, é que se espera romper com situações de preconceito e discriminação vivenciadas por homens e mulheres em função de suas identidades de gênero e de suas orientações sexuais. Debater esse tema requer reflexões sobre os direitos relativos à sexualidade, sobre as relações desse tema com a constituição dos papéis sociais e das variadas composições familiares, bem como um panorama sobre as mobilizações e a organização do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) no Brasil.

Cabe ao Ifes, assim como a qualquer outra instituição educacional, implementar ações com vistas à promoção da equidade de gênero e orientação sexual e ao enfrentamento do sexismo e da homofobia. Para isso, encontra-se respaldo em propostas de ações governamentais relativas à educação, conscientização e mobilização contidas no Programa Nacional de Direitos Humanos II (BRASIL, 2002), no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2004), no Programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2004) e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2006).

Nesse sentido, assumindo-se como uma instituição na qual essa equidade de gênero e orientação sexual é respeitada, devem-se buscar algumas ações que visem a um processo educacional que possa contribuir para uma sociedade mais humana e mais livre, dentre as quais se destacam:

- propor, estimular e garantir medidas administrativas e organizacionais, para que em todo o Instituto seja assegurado a discentes e servidores lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros o direito a terem sua diversidade respeitada;
- legitimar o direito ao nome social em documentos nos quais não haja impedimento legal;
- construir parcerias com núcleos de estudos sobre Gênero, Sexualidade e Orientação Sexual, com a finalidade de promover articulação dos órgãos e entidades envolvidos na implementação das ações que assegurem a promoção da cidadania e direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros;
- articular ações em consonância com as atividades executadas no âmbito escolar e promover discussões coletivas acerca do tema;
- incentivar e fomentar eventos, fóruns, seminários, debates, pesquisas e grupos de estudos sobre diversidade, objetivando a promoção da cidadania e direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros;
- incluir a perspectiva da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos

humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros;

- impulsionar a reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência;
- promover formação inicial e continuada de servidores, a qual contemple conteúdos que os prepare para esse debate.

3.1.7 Educação para as relações étnico-raciais

Ao longo dos séculos da história brasileira, o preconceito perpetrado por boa parte da sociedade fomentou estratégias que mantiveram negros e indígenas à margem dos direitos devidos a todos os cidadãos. Ainda hoje, indivíduos e instituições continuam promovendo posturas racistas e propagando desigualdades. Por isso, tem sido necessário que movimentos sociais organizados reivindiquem políticas públicas com o intuito de corrigir disparidades, começando por garantir a todos os brasileiros igualdade de direito e de acesso à sua própria história e cultura.

No que diz respeito aos grupos afrodescentes, não se trata apenas de oferecer conteúdos “referentes à participação do negro para o desenvolvimento da sociedade brasileira”. O Parecer CNE/CP3/2004 esclarece que a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana visa a construir uma educação para as relações étnico-raciais a fim de que todos – descendentes de europeus, asiáticos, africanos e povos indígenas – valorizem a identidade, a cultura e a história dos negros, que constituem um dos segmentos mais desrespeitados da nossa sociedade.

Além disso, a Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012, deixa claro que a educação para as relações étnico-raciais deve contemplar as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação histórica da sociedade brasileira, notadamente as matrizes indígena, africana e europeia.

Os sistemas de ensino e as escolas de diferentes níveis da educação devem tornar-se espaços necessários e competentes para combater o racismo e as discriminações de todos os tipos, assegurando, conforme consta no Parecer CNE/CP3/2004, “o direito à igualdade de condições de vida e cidadania”, assim como garantindo “igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso a diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros”.

As leis citadas são frutos de demandas sociais, existindo para corrigir distorções e garantir os direitos devidos a todos os cidadãos. É importante lembrar que até a promulgação da Lei 10.639/2003[12], em todos os níveis de educação se ensinava e divulgava unicamente a história dos eurodescendentes, a ponto de se ignorar, por exemplo, a presença dos povos indígenas na América, afirmando-se que o Brasil foi descoberto pelos portugueses.

O espaço escolar é fértil para o desenvolvimento de práticas sociais as mais variadas, inclusive para o desenvolvimento de práticas nocivas como o racismo, o que coloca ao Ifes o desafio de programar e desenvolver planos de ação fundamentados nas normativas pertinentes à educação para as relações étnico-raciais, para, decididamente, combater toda e qualquer forma de racismo, discriminação e preconceito.

Um procedimento importante no Ifes foi a criação do 1º Núcleo de Estudos Afro-brasileiros em 2009. O Neab/Ifes, desde sua criação, tem desenvolvido ações visando ao fortalecimento das discussões sobre a questão étnico-racial nessa instituição. A formalização de convênio com a Uniafro, que teve como desdobramento a formação de professores; a realização de seminários e palestras; a aquisição de material bibliográfico; a participação de integrantes do Neab/Ifes em bancas de TCC e na elaboração de pareceres; e a orientação para elaboração de ementa no curso de Licenciatura em Matemática, são algumas dessas ações que deverão ser ampliadas e aprofundadas a fim de atendermos a legislação pertinente e, além disso, porque acreditamos e defendemos que é função de todos os profissionais do Ifes empreender tempo, estudo, diálogos e ações acerca da educação para as relações étnico-raciais, uma vez que o combate ao racismo, à discriminação e ao preconceito também se faz na escola e em todos os níveis de

[12] A Lei nº 10.639/2003 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Acesse a Lei na íntegra em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm

ensino.

É fundamental que se promovam no Ifes movimentos semelhantes aos realizados pelo Neab no que diz respeito a outras raças e etnias, notadamente escassas, tais como ações de inserção indígena nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Com o objetivo de contribuir para o aprofundamento e desenvolvimento de ações para a efetivação da educação para as relações étnico-raciais no Ifes, é necessário:

- estimular a criação de outros Neab e incentivar sua articulação em rede;
- promover formação continuada para servidores em educação das relações étnico-raciais;
- criar disciplinas específicas sobre a temática nas licenciaturas;
- garantir conteúdos pertinentes à temática nas ementas de todos os cursos;
- contribuir para a criação de ações afirmativas para a garantia do acesso, da permanência e da conclusão com êxito de estudantes das cotas étnico-raciais;
- produzir, organizar, publicar e adquirir material bibliográfico;
- fomentar estudos, pesquisas e projetos de extensão, a partir do desenvolvimento de programas e projetos, em diversas áreas do conhecimento, com ênfase nas relações étnico-raciais.

3.1.8 Educação para Sustentabilidade

Nas últimas duas décadas do Século XX, percebemos grandes mudanças no campo socioeconômico, político, cultural, da ciência e da tecnologia, mas, sobretudo, nos ecossistemas do mundo. As Conferências sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de Estocolmo (1972), do Rio de Janeiro (1992) e a Rio+20 (2012) foram grandes marcos dessas mudanças.

No Brasil, a formalização de uma Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) veio por meio da Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999), a qual foi regulamentada pelo Decreto nº 4.281/2002. Neste sentido, entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e à sua sustentabilidade. De acordo com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS), a educação ambiental é um processo dinâmico e permanente de aprendizagem, baseado no respeito a todas as formas de vida, que estimula a formação de sociedades justas e ecologicamente equilibradas, conservando entre si relação de interdependência e diversidade. De acordo com o artigo 2º do PNEA, a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

O desgaste dos recursos naturais, favorecendo a lógica do capitalismo, bem como a globalização da economia, são, segundo Leff (2001), evidências do contrassenso da ideologia do progresso, produzindo irracionalidades que desencadearam a chamada crise ambiental. Tal crise, que se tornou mais evidente após meados do século XX, questiona o modelo de desenvolvimento estabelecido, suas funções e condições de sustentabilidade. Assim, busca-se promover ações educativas que favoreçam o espírito de solidariedade, cooperação e desenvolvimento de atitudes, contribuindo na construção de indivíduos autônomos, emancipados, ativos, capazes de intervir nos processos do cotidiano da vida pessoal e profissional, exercendo sua plena cidadania. Essa postura social deve ser promovida pelo poder público mediante ações, projetos e propostas capazes de dar visibilidade à transição para a sustentabilidade em suas dimensões ambientais, econômicas, sociais e culturais. Para tanto, o Ifes deve promover ações formativas em educação ambiental para que professores, técnico-administrativos e gestores atuem no sentido de desencadear novos valores na sociedade, sobretudo nos espaços educativos formais e não formais. Esses pressupostos estão ancorados em uma Educação Ambiental Crítica e no Movimento Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente (CTSA), debatidos por pesquisadores como Moacir Gadotti (2009), Wildson Santos e Décio Auler (2011) e Frederico Loureiro, Philippe Layrargues e Ronaldo Castro (2009).

Tendo isso em vista, é necessária a adoção e o fortalecimento de ações, tais como:

- compreender a Educação Ambiental e a Sustentabilidade numa vertente crítica e emancipatória que visa à equalização social e à justiça ambiental. Trata-se de reconhecer que, para apreender a problemática ambiental, é necessária uma visão complexa de meio ambiente, em que a natureza

integra uma rede de relações não apenas naturais, mas também sociais e culturais;

- envolver os sujeitos na solução ou redução dos problemas e conflitos socioambientais, mediante processos de ensino-aprendizagem formais e não formais que preconizem a construção de conhecimentos e a formação de uma cidadania ambiental;
- promover a formação de educadores ambientais por meio de cursos de capacitação ou outros meios de formação continuada;
- criar de grupos de estudos, pesquisas e centros interdisciplinares de Educação Ambiental;
- incentivar e viabilizar projetos de educação para sociedades sustentáveis, discutindo prioridades sociais junto às agências de fomento e organizações da sociedade civil.

3.1.9 Educação a Distância

Desde 2007, o Ifes oferta cursos a distância por meio dos programas federais do Sistema Universidade Aberta do Brasil (Decreto nº 5.800/2006) e Rede e-Tec Brasil (Decreto nº7589/2011) e, a partir de 2014, também com recursos próprios.

As primeiras ofertas de cursos a distância no Ifes foram gerenciadas pelo Centro de Educação a Distância (Cead), criado em 2006 para dar suporte às ações de EaD no Instituto. Em 2009, o Cead foi transformado em diretoria sistêmica e, em uma primeira iniciativa de institucionalização da EaD, foi adotado um modelo descentralizado de gestão, no qual o Cead continuou responsável pela produção de materiais didáticos, pela infraestrutura tecnológica, pela formação da equipe e por outras atividades relacionadas aos programas federais. Já os campi proponentes dos cursos EaD se tornaram responsáveis pela gestão pedagógica e administrativa dos cursos, assim como o controle acadêmico e a garantia de direitos iguais aos alunos da modalidade a distância e presencial.

Em 2014 o Cead foi transformado em Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor), por meio da Portaria 1.602 de 11 de agosto de 2014. Uma das principais metas do Cefor é a institucionalização da EaD, por meio da oferta de cursos sem fomentos externos, consolidando ainda mais a modalidade no Instituto e o uso de tecnologias na educação, inclusive na educação presencial. Nesse sentido, o Cefor tem por objetivos:

> I- promover o ensino, a pesquisa e a extensão voltados para a formação de docentes e técnicos administrativos da educação, em diferentes níveis e modalidades, bem como o uso das Tecnologias Educacionais;
>
> II- realizar estudos e pesquisas relacionados às áreas de Educação, Ciência e Tecnologia;
>
> III- propor e implementar políticas para programas e projetos na modalidade a distância, no Ifes;
>
> IV- apoiar a oferta de componentes curriculares a distância e/ou o uso das TIC nos cursos ofertados pelo Ifes;
>
> V- incentivar a utilização das TIC no processo de ensino-aprendizagem;
>
> VI- promover formações com a finalidade de propiciar o aprimoramento de discentes, docentes, profissionais envolvidos com a modalidade a distância e técnicos administrativos da educação;
>
> VII- divulgar pesquisas e resultados de estudos realizados pelo Cefor que ocorram no âmbito do Ifes ou fora dele;
>
> VIII- divulgar eventos e fatos relacionados à atuação do Cefor;
>
> IX- manter intercâmbio com instituições brasileiras e estrangeiras para estabelecer parcerias no âmbito da atuação do Cefor;
>
> X- ofertar cursos, em diferentes níveis e modalidades, relacionados à formação inicial e continuada de professores e técnicos administrativos da educação.

Nessa trajetória, muitos desafios e alguns preconceitos em relação à modalidade foram superados, mas ainda há um caminho a ser trilhado para que a EaD seja organicamente integrada ao Ifes e à sociedade capixaba e para que a institucionalização da EaD se consolide.

Moran (2012) destaca que, na EaD, é preciso pensar em vários aspectos, tais como: processos pedagógicos e de gestão que compatibilizem a preparação de materiais e atividades adequados, a integração dos vários profissionais envolvidos, a comunicação em tempo real e em tempos diferentes, as avaliações, den-

tre outros. O autor afirma que é um processo muito mais complexo do que o realizado na modalidade presencial, porque exige uma logística nova, sendo muito tênue a linha que separa os cursos de qualidade daqueles de baixo nível.

Destaca-se, então, a necessidade de reflexões e ações que englobem as potencialidades técnicas e pedagógicas das tecnologias, criando um ambiente educativo que ultrapasse o conservadorismo da educação bancária, criticada por Paulo Freire, contribuindo para a formação de cidadãos mais críticos e atentos às diversas demandas que a sociedade atual apresenta. Oliveira (2008) indica que nesse ambiente deve haver espaço para encruzilhadas interdisciplinares, com a adoção de metodologias investigativas, abertas e colaborativas, em que o professor assume o papel de mediador das situações de aprendizagem, com o apoio das tecnologias.

Esse olhar, é importante ressaltar, deve permear as ações institucionais de ensino, pesquisa, extensão, gestão, avaliação, dentre outros.

Diante do exposto, algumas ações se fazem necessárias para a continuidade e o fortalecimento da EaD no Ifes, tais como:

- incentivar os professores a desenvolverem experiências inovadoras de ensino, que os levem a tirar proveito do potencial que as tecnologias podem oferecer à EaD, rompendo com a predominância do ensino expositivo nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem;
- fomentar pesquisas e ações relacionadas à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), possibilitando que os docentes do Instituto se apropriem dos conhecimentos necessários para que possam refletir sobre a própria prática;
- desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão na modalidade a distância, fortalecendo a identidade institucional da EaD;
- estabelecer estratégias organizacionais para institucionalização da EaD, por meio de uma reflexão sobre as diretrizes pedagógicas e de gestão, criando um ambiente institucional no qual a EaD consiga sustentar-se sem fomento de programas externos;
- discutir parâmetros de alocação docente para atuação na EaD, para que os professores tenham condições adequadas de atender aos cursos a distância dentro de sua carga horária de trabalho;
- discutir estratégias de institucionalização da tutoria para os cursos a distância no Ifes;
- promover a estruturação, física, administrativa e pedagógica, dos campi do instituto para que possam receber os alunos da EaD em suas dependências, fazendo papel de polo de apoio presencial para cursos superiores e técnicos;
- promover a integração com outras instituições ofertantes de cursos a distância, permitindo a criação e oferta de cursos em rede;
- promover a oferta de componentes curriculares a distância na modalidade presencial, conforme legislação vigente.

3.1.9.1 A docência em EaD: perfil, seleção e formação.

A atuação na EaD exige novas competências dos educadores, uma vez que ensinar a distância não significa apenas transpor as práticas da modalidade presencial para os Ambientes Virtuais de Aprendizagem. A docência na EaD necessita de tempo, planejamento e recursos específicos, sejam estes humanos, financeiros ou tecnológicos. Os tempos e os espaços na EaD diferem da modalidade presencial, modificando o diálogo, a forma de apresentar os conteúdos e as estratégias de ensino.

Nesse contexto, cabe ao Ifes, enquanto instituição ofertante de cursos a distância, selecionar e formar os profissionais que conduzirão os estudantes da modalidade na construção do conhecimento, especialmente os professores e tutores. Estes últimos são os profissionais responsáveis por mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os estudantes, acompanhando todas as atividades discentes desenvolvidas no AVA. Por isso, consideramos que exercem, assim como o professor, atividade docente, embora isso não seja um consenso entre as instituições que ofertam EaD.

No caso dos docentes, para os cursos a distância fomentados pela própria instituição, esses profissionais são os mesmos dos cursos presenciais. Sendo assim, seguem a mesma carreira e processo de seleção, conforme estabelecido no Art. 113º, Seção XVI da Lei 11.784/2008. Já para os cursos a distância com fomento externo (UAB e e-Tec, por exemplo), nos quais existe o pagamento de bolsas para os docentes, os re-

quisitos de seleção, titulação e experiência profissional são definidos pela respectiva agência fomentadora.

Considerando a formação docente como primordial, o Cefor/Ifes criou um setor específico para tratar da formação da equipe, o qual iniciou suas atividades ainda em 2007, com a finalidade de formar a equipe EaD. Algumas dessas iniciativas são fomentadas pela própria instituição, em que atuam os docentes lotados no Cefor. Porém, a maior parte têm sido realizada com fomento do Sistema UAB, por meio dos Projetos Anuais de Capacitação Continuada (PACC). Em geral as formações ocorrem semestralmente, sendo que alguns cursos mais específicos podem ser ofertados a qualquer tempo. Os cursos de formação para professores e tutores são cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão do Ifes, instância que também formaliza a certificação dos alunos e no sistema acadêmico institucional.

Para o Ifes e para o Cefor, é muito importante a formação dos profissionais que atuam na EaD para adequação à metodologia utilizada pela instituição, primando sempre pela excelência na qualidade da educação ofertada por essa Instituição. Em um programa de cursos que deve priorizar a práxis, ao concluírem o curso de formação, espera-se que os professores estejam com parte do planejamento de seus componentes curriculares pronto, além de estarem aptos a utilizar e editar o ambiente virtual de aprendizagem, sendo capazes de escolher quando e quais recursos didático-tecnológico devem utilizar no planejamento de suas disciplinas.

Além disso, as formações para EaD podem causar um impacto muito positivo no que diz respeito ao caminhar para a institucionalização da EaD no Ifes. Vários docentes podem ter a oportunidade de atuar nos cursos a distância e realizarem os cursos de formação, ampliando seus horizontes inclusive quanto aos métodos aplicados no ensino presencial.

No que diz respeito aos tutores, é importante destacar que apenas os cursos financiados por programas federais contam com esses profissionais. No caso dos cursos sem fomento externo, as atividades de tutoria ficam sob responsabilidade dos professores do quadro do Ifes que atuam no curso. Assim, os critérios de seleção e o perfil são influenciados pelos requisitos de cada programa, embora o Cefor possa estabelecer requisitos relativos aos cursos de atuação.

De forma geral, os tutores devem possuir graduação e especialização relacionadas à componente curricular e/ou área de ensino, experiência comprovada de no mínimo um ano de magistério superior para as graduações e especializações e um ano de magistério para os cursos técnicos. A experiência em EaD é contabilizada na prova de títulos, mas não é uma exigência, pois todos os tutores passam por um processo de formação inicial e continuada para EaD.

Os tutores dos cursos com fomento de programas federais são selecionados por edital público, definidos em conjunto com as coordenações de curso, por meio de prova de títulos (classificatória) e pela nota obtida no curso de formação (eliminatória e classificatória). São bolsistas e suas condições de contratação são regidas por legislações próprias das agências de fomento. Assim, a contratação desses profissionais depende da expansão dos cursos pelos programas federais, sendo que o padrão esperado para um atendimento adequado é de um tutor para cada vinte e cinco alunos.

Em razão do vínculo como bolsista ter característica efêmera, em caso de substituição eventual, um novo tutor é selecionado do processo seletivo realizado anteriormente, uma vez que há cadastro de reserva. Caso não haja um edital com candidatos disponíveis, os professores e/ou coordenadores de polo devem assumir a função dos tutores a distância e/ou tutores presenciais, a fim de não prejudicar o atendimento aos estudantes. No caso dos cursos sem fomento externo, as atividades de tutoria ficam sob responsabilidade dos professores do quadro do Ifes que atuam no curso.

Um tutor necessita, além de uma formação específica sobre o curso em que oferecerá a tutoria, de uma formação multidisciplinar, tanto em nível pedagógico quanto tecnológico, pois este profissional será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do aluno em suas atividades exercidas a distância. Esse profissional também será responsável pela motivação aos alunos que não estiverem enviando as atividades nos prazos que serão pré¬estabelecidos.

Desse modo, cabe ao Cefor, tendo em vista os saberes e conhecimentos necessários para um atendimento adequado aos estudantes, promover a formação dos tutores que atuaram/atuarão no Ifes. Uma iniciativa nesse sentido é a oferta do curso de Formação de Tutores para Educação a Distância ¬ avançado, que consiste em um conjunto de componentes curriculares e atividades didáticas que contemplam conhecimentos sobre os aspectos gerais em relação à tutoria e aprendizagem, envolvendo fundamentos tecnológicos e pedagógicos, tendo como foco central a relação dos recursos tecnológicos favoráveis e potencializadores de uma aprendizagem mais rica e significativa. O curso é ofertado no mínimo uma vez ao ano, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e é ministrado por um professor formador responsável e um tutor a dis-

tância para cada 25 alunos. Além disso, cabe ressaltar que o curso faz parte do processo seletivo para novos tutores, de forma que os tutores devem ser aprovados em todos os componentes curriculares como requisito para atuação na instituição.

Vários são os desafios para a implantação de um curso a distância, como a quebra de paradigmas, trabalho em equipe, habilidade na construção de materiais didáticos, habilidade para o uso de tecnologias educacionais, dentre outros. Nesse sentido, as formações para EaD ofertadas pelo Cefor têm sido fundamentais na superação desses desafios, pois permitem que a instituição possa atender às necessidades técnico-pedagógicas dos envolvidos dos cursos a distância, evidenciando não apenas os recursos pedagógicos do AVA utilizado, como também, as amplas relações e idiossincrasias estabelecidas e que são inerentes a estes cursos a partir da perspectiva de EaD.

3.1.10 Educação e Produção Animal e Vegetal

As atividades de produção desenvolvidas no Ifes constituem um processo educativo, social, cultural, científico e tecnológico que se articula ao ensino, à extensão e à pesquisa de forma indissociável, tendo como perspectiva a formação de um homem capaz de agir e pensar de forma autônoma.

Para isso são requeridos currículos estruturados sob a ótica da indissociabilidade entre teoria e prática, e um ensino que privilegie a integração dos conhecimentos, numa perspectiva interdisciplinar. O que se propõe, portanto, é romper com um modelo educacional no qual a produção se transforma, na maioria das vezes, na questão mais importante, influenciando e até direcionando os demais aspectos constitutivos da prática educativa. A intenção é evitar que os campi com vocação produtora animal ou vegetal lancem no mercado de trabalho “agentes de produção” com uma formação que não lhes permita uma visão mais crítica dos sistemas de produção e da própria técnica.

É importante, também, compreender que a produção é uma atividade inerente à educação agrícola e, deste modo, sua evolução com o uso de técnicas e tecnologias que aprimorem as práticas tradicionalmente adotadas é primordial. Uma vez que o meio rural é o principal gerador de trabalho e de divisas do país, este também deve ser pensado como um espaço para desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias. A existência de atividades de produção no Ifes propicia ao educando a vivência real de situações-problema, colocando-o numa busca reflexiva de soluções e inovações para o desenvolvimento de novas técnicas de produção e de aumento da produtividade.

Dessa forma, o Ifes deve estabelecer-se na sociedade como uma instituição de referência no tocante à produção, em todas as suas perspectivas: ambientais, econômicas e sociais. Ambientais no sentido de se desenvolverem técnicas de produção voltadas para o desenvolvimento sustentável e integrado. Nesse sentido, as pesquisas desenvolvidas no Instituto devem possuir caráter aplicado, voltadas à elucidação dos problemas ambientais inerentes às atividades agrícolas, pecuárias, aquícolas ou outras afins. Com relação ao viés econômico, as áreas de produção dos campi devem servir de laboratórios vivos para investigações científicas voltadas ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, gerando novos produtos e agregando valor aos produtos da região. Levando em consideração que o Espírito Santo é um Estado cuja economia possui forte ligação com as atividades focadas na produção animal e vegetal, as áreas de produção devem atuar como unidades demonstrativas para o desenvolvimento de trabalhos de extensão junto a produtores e empresários, mostrando alternativas para a manutenção e a melhoria da qualidade de vida.

Nesse sentido, podem-se listar algumas diretrizes que norteiam práticas e políticas de Produção do Ifes, entre elas:

- atuar como agente de inovação em consonância com as necessidades dos arranjos produtivos locais, proporcionando possibilidades de constante aprimoramento tecnológico;
- sensibilizar a comunidade acadêmica, a saber: alunos, professores, funcionários e administração superior da instituição, quanto ao desenvolvimento social e ambiental;
- fomentar a pesquisa técnico-científica visando ao desenvolvimento e à inovação na área produtiva;
- utilizar a área de produção da instituição como campo de aplicação às investigações originárias da pesquisa técnico-científica;
- desenvolver e ampliar a área de produção com vistas ao atendimento à prática educacional agrícola e agroindustrial;
- conceber as atividades agrícolas e agroindustriais como um espaço que permita a produção de múltiplos saberes e fazeres que ultrapassem os desenvolvidos pelos conteúdos.

3.2 ENSINO

Concepções e Princípios

Para uma melhor organização em torno dos princípios e concepções que deverão nortear a política de ensino no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), bem como para que possamos contextualizar melhor cada uma dessas ideias, fizemos a opção por apresentá-las na forma de grandes eixos de discussão, os quais, posteriormente, se desdobram em diretrizes e políticas.

3.2.1 Necessidade de constituição de uma identidade

Com a criação do Ifes em dezembro de 2008, muitos foram os desafios que se apresentaram à nossa instituição do ponto de vista político, administrativo e mesmo estrutural. Contudo, especificamente no ensino, um dos principais desafios tem sido a constituição de uma identidade política e pedagógica a partir da qual possamos nos reconhecer como uma unidade institucional, sem perder de vista toda a diversidade que constitui o Ifes por meio de seus vinte campi, que atualmente estão em funcionamento.

O Ifes teve um crescimento acelerado nos últimos anos, o que, em grande parte, justifica-se pelo próprio acúmulo de demanda que tivemos no período anterior, uma vez que, durante mais de uma década, não houve praticamente nenhuma ampliação da oferta de ensino profissionalizante na rede pública. Dessa forma, embora esse crescimento se constitua como um grande desafio do ponto de vista estrutural, ele é necessário diante da enorme demanda que temos no estado do Espírito Santo.

O fato é que a conformação dessa instituição, com ramificações em todo o estado, trouxe inevitavelmente para essa identidade uma série de práticas e valores que foram e são constituídos em âmbito regional ou local. Em primeira instância, essa diversidade consiste num elemento positivo, uma vez que muitas dessas práticas e valores buscam dialogar com demandas concretas de uma dada realidade. Por outro lado, é importante que consigamos manter uma identidade do instituto, ou seja, que todos os discentes e servidores se reconheçam como parte integrante de uma mesma instituição. Ou seja, é importante que todos se reconheçam frente a uma identidade institucional, sem que isso signifique uma uniformidade restritiva da política de ensino nos campi.

No âmbito da política de ensino e de suas regulamentações, isso deve ter como desdobramento prático o fortalecimento do campus como espaço prioritário de decisão sobre a sua política de ensino, a constituição de regulamentações mais flexíveis e dotadas de um caráter de orientação política e pedagógica. Em contrapartida, é necessário que tenhamos diretrizes gerais mais claras e objetivas quanto à expansão e à manutenção da oferta para toda a instituição, uma vez que essa ainda parece ser uma de nossas dificuldades, a qual traz muitas consequências para o funcionamento dos cursos já existentes e para os que ainda serão criados. A definição dessas diretrizes é de grande importância, já que nos permitirá um planejamento mais preciso para os próximos anos de expansão da oferta.

Em síntese, é importante que cada campus tenha claras suas obrigações quanto às diretrizes e metas no âmbito institucional, ao mesmo tempo em que é importante que cada um deles também tenha a flexibilidade que lhe for necessária para dar a melhor resposta possível a tais obrigações.

Um exemplo que podemos mencionar quanto aos tensionamentos existentes entre a constituição de uma identidade institucional e a singularidade presente em cada campus se reflete nos projetos dos cursos. Por um lado, é importante que os projetos de todos os nossos cursos tenham uma identidade, sobretudo entre os que compartilham a mesma área ou eixo tecnológico, mesmo porque a identidade dos cursos é estabelecida, em parte, por meio do catálogo nacional de cursos e demais regulamentações curriculares nacionais. A opção do instituto por estabelecer uma similaridade curricular de setenta e cinco por cento entre conteúdos e disciplinas na matriz curricular por meio de regulamentação interna, vale aqui destacar, tem apresentado inúmeras dificuldades de ser implementada.

Em que pese toda dificuldade desse exercício, dada a própria complexidade da tarefa, é indispensável que a instituição como um todo se dedique à construção dessa unidade institucional, que deverá ser realizada de forma progressiva. Mesmo que possamos revisar a forma pela qual temos buscado a construção dessa identidade, é fundamental que não desconsideremos a importância dessa tarefa. Assim, é necessário ponderar que, de fato, existem algumas especificidades locais e regionais que necessitam ser incorporadas, ou mesmo que se faz necessária a formação de um corpo docente que tenda a dar uma formatação diferenciada em um mesmo curso – ou seja, ênfases que, por ventura, podem ser dadas a partir das experiências profissionais e formações acadêmicas específicas de um determinado corpo docente. Contudo, é importante destacar que o sucesso dessa diretriz nos permitirá a construção de ações conjuntas entre esses cursos, além de estabelecer uma referência para todo o estado do Espírito Santo,

uma vez que alguns de nossos cursos são ofertados em muitas regiões diferentes. Nesse sentido é que reforçamos o compromisso com esse exercício político; não somente em relação aos currículos dos cursos, mas também na relação com os demais aspectos que constituem a política de ensino no Ifes.

Outra questão relacionada à identidade do instituto diz respeito aos novos profissionais que ingressam na instituição. Em decorrência da inserção de novos cursos superiores, da necessidade de profissionais envolvidos com pesquisa e extensão, além da diversificação de níveis, modalidades e atividades de ensino, percebemos que sistematicamente temos feito a opção por exigir níveis cada vez mais elevados de formação tentando responder a essas demandas. Ocorre que, se por um lado esses docentes atendem a vários aspectos dessas novas exigências, por outro, eles tendem a ter um perfil mais acadêmico. Ressalvadas as exceções de alguns profissionais e áreas, a dedicação à carreira acadêmica nas áreas técnicas, contraditoriamente, muitas vezes afasta esses profissionais de uma relação mais orgânica com o mercado de trabalho e com as demandas mais recentes, referentes a atualizações técnicas, mudanças de procedimentos na área, inserção de novos equipamentos e outras, que geram a necessidade de reformulação ou inserção de novos conteúdos.

Não estamos dizendo, com isso, que esta opção seja equivocada, mas alertamos que é necessário o devido cuidado para que não percamos a identidade do aspecto prático de nossos cursos técnicos – e até dos superiores, que não estão diretamente relacionados a esse perfil de profissional de caráter mais acadêmico.

3.2.2 Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a diversidade dos sujeitos que a constituem

Quando pretendemos construir uma escola verdadeiramente inclusiva, é relevante ressaltar a importância de um trabalho docente persistente e orientado a partir dos princípios do reconhecimento e da valorização da diversidade humana e da educação para todos. Para Freire (1996, p. 67), “qualquer discriminação é imoral, e lutar contra ela é um dever, por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar”. E esse é um desafio que precisa ser enfrentado cotidianamente por meio de ações sistêmicas e no cotidiano da escola. Além de reconhecidas, as diferenças humanas devem ser aceitas e valorizadas e, nesse sentido, Boaventura Souza Santos nos esclarece que: “temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”. Esse é um desafio que precisa ser enfrentado cotidianamente por meio de ações sistêmicas no cotidiano da escola, em que essas diferenças humanas devem ser compreendidas e consideradas no planejamento, desenvolvimento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.

A noção de flexibilidade curricular é defendida na Declaração de Salamanca (1994) para atender às diferentes necessidades dos discentes e contribuir para o sucesso educacional e a inclusão. Percebe-se no documento a indicação de que os currículos sejam adaptados aos alunos e não o contrário. As adaptações curriculares no nível do projeto pedagógico devem focalizar, principalmente, a organização escolar e os serviços de apoio, propiciando condições estruturais para que as adaptações possam acontecer na escola. Outro documento de referência nesse sentido são os Parâmetros Curriculares Nacionais: “Adaptações curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais”, que afirma a necessidade da flexibilidade de organização e funcionamento da escola para atender à demanda diversificada dos discentes, em relação ao processo avaliativo, ao processo ensino-aprendizagem e à prática educacional (BRASIL, 1998).

Em relação aos discentes com necessidades específicas, cabe destacar que o Ifes recebeu, por meio do parecer CNE/CEB nº 02/2013, de 31 de janeiro de 2013, autorização para aplicação de procedimentos operacionais que, até então, só estavam previstos nas Diretrizes Nacionais da Educação Especial para o ensino fundamental. Essa certamente consiste em uma importante conquista no que concerne à perspectiva de regulamentação dessas ações.

A democratização do acesso à educação pública de qualidade é uma questão central na garantia de equidade por meio de ações, tais como: criação de novos tipos e modalidades de cursos, propostas de políticas de inclusão social e ações afirmativas. Na sociedade da informação, a busca constante por conhecimento tornou-se essencial para a inserção de todo e qualquer indivíduo nesse mundo globalizado e condição para que o sujeito possa assumir um papel de protagonista ativo e não de mero expectador. Assim, o conhecimento deve ser “fonte de saber e não de exclusão. A distribuição do conhecimento entre os grupos sociais é um dos desafios para garantir a democracia e maior inclusão social e competitividade global” (NEVES, RAIZER, FACHINETTO, 2007, p. 127).

No âmbito das políticas de inclusão, é importante que a garantia de acesso ao Ifes seja acompanhada por uma política institucional eficiente para que se possa intervir, de forma significativa, na contenção dos índices de evasão, retenção e reprovação, política esta fundamentada em um trabalho docente consistente, o qual possa garantir aos discentes a conclusão dos cursos. As ações a serem empreendidas pelo Ifes em busca da permanência e do sucesso dos discentes que ingressam, sejam pedagógicas, sejam administrativas, devem estar pautadas na realidade do Instituto e fazer parte do dia-a-dia dos campi. Os princípios que balizam essas ações são: garantia da democratização e da qualidade do atendimento prestado à comunidade estudantil, com as devidas adequações à realidade local; adequação dos projetos pedagógicos dos cursos aos arranjos culturais e produtivos regionais e locais, por meio de avaliação sistemática; respeito ao pluralismo de ideias, à diversidade e à gestão democrática; justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos; integração e interdisciplinaridade das ações, de forma a atender os sujeitos em sua totalidade.

O maior desafio diante da diversidade dos discentes ocorre não somente pelos diferentes níveis de conhecimento escolar que eles trazem, mas também pelas diferenças identitárias, a saber: mulheres, homens, negros, brancos, indígenas, jovens, idosos, oriundos do meio rural, urbano, entre outros tipos de público. Essas diferenças exigem que especificidades de cunho metodológico, procedimental e de organização curricular sejam estabelecidas de acordo com cada um desses públicos.

A ausência de tempo apresentada por muitos desses discentes, bem como o forte esgotamento que aulas com orientação mais tradicional (sem que o tradicional aqui tenha um sentido necessariamente pejorativo) se apresentam como dificultadores diante das várias fontes de conhecimento e intercâmbio que as tecnologias da informação e comunicação permitem aos sujeitos à nossa época, o que tem nos provocado a experimentar cada vez mais a inserção dessas ferramentas no cotidiano de sala de aula. Ou até mesmo para incluir determinados grupos que não dispõem do tempo convencionalmente exigido em cursos presenciais.

A utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no contexto educacional pode desempenhar um papel importante de apoio na melhoria da qualidade da educação, considerando as mudanças trazidas pela transformação da sociedade – a sociedade do conhecimento e a globalização. O desenvolvimento das TICs traz ao processo do ensino e da aprendizagem uma nova perspectiva, com a ampliação do acesso à informação e ao conhecimento, reduzindo os limites de tempo e espaço físico e sugerindo um conjunto significativo de alterações, que vão desde os suportes materiais e metodologias, até novas concepções de aprendizagem.

Ensinar e aprender, segundo Moran, exige hoje muito mais “flexibilidade espaço-temporal, pessoal e de grupo, menos conteúdos fixos e processos abertos de pesquisa e de comunicação” (1999, p. 1). Para isso, será preciso “adaptar os programas previstos às necessidades dos alunos, criando conexões com o cotidiano, com o inesperado, transformando a sala de aula em uma comunidade de investigação” (MORAN, 1999, p.1).

Nesse processo, o papel do docente é auxiliar o discente a compreender as informações obtidas com a tecnologia, a relacioná-las, interpretá-las e reconstruí-las. Assim, em uma perspectiva transformadora da aprendizagem escolar, não é suficiente ter os recursos tecnológicos à disposição. É preciso conhecer as possibilidades de utilização pedagógica desses recursos de forma criativa e construtiva para o desenvolvimento de um processo consciente e reflexivo de construção do conhecimento.

3.2.3 Formação docente como elemento estruturante na política de ensino

Como último eixo de discussão, destacamos a formação docente como um de nossos principais desafios para qualquer perspectiva na política educacional que se pretenda avançar em relação ao nosso contexto atual. A consolidação de uma política de formação docente é, portanto, uma ação prioritária para as melhorias que pretendemos implementar no processo ensino-aprendizagem. Cabe destacar ainda que, no contexto do Ifes, pelas especificidades do corpo docente no ensino profissionalizante, temos hoje um quadro significativo de bacharéis que não possuem nenhuma formação específica para o exercício da docência.

Essa constatação também se desdobra para nós como um desafio legal a partir da publicação da Resolução nº 06 do Conselho Nacional de Educação, de 20 de setembro de 2012, que, a partir de seu quadragésimo artigo, estabelece um título dedicado exclusivamente à formação docente. Nele é estabelecido um prazo até 2020 para que todos os docentes tenham habilitação por meio de formação pedagógica. Esse dado só corrobora a necessidade de instituirmos um programa de formação docente de caráter pedagógico. Preferencialmente, que parta de uma ação sistêmica, envolvendo diferentes pró-

reitorias, podendo ser também viabilizada em um regime de construção coletiva junto aos campi do Ifes.

Além disso, podemos dizer que a formação continuada dos docentes e sua valorização profissional são fatores determinantes da qualidade educacional e retroalimentam os demais princípios. O aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola como lugar de crescimento profissional permanente (NÓVOA, 2003). Para António Nóvoa, a formação continuada deve se dar de maneira coletiva e depende de experiências e reflexões como instrumentos contínuos de análise. Ou seja, com o objetivo de desenvolver habilidades em docência, o docente precisa refletir sobre suas práticas.

Dessa forma, o conhecimento do docente depende de uma reflexão teórico-prática. Depende, por um lado, de uma reelaboração da experiência a partir de uma análise sistemática das práticas, análise sistemática que permite evitar as armadilhas de uma mera reprodução de ideias prontas ou preconcebidas. Depende, por outro lado, de um esforço de deliberação, de escolha e de decisão que passa por uma intencionalidade de sentidos (NÓVOA, 2003).

Finalmente, destacamos que o docente não é o único responsável por sua formação. Há várias interferências nesse processo, e daí o investimento em tal âmbito é fundamental. Sendo a formação docente algo muito sério, requer investimento tanto pessoal, quanto institucional, público, político e social (PIMENTA, 1999).

3.2.4. Os profissionais da educação

Pela complexidade natural que envolve o trabalho educacional, cada profissional envolvido no processo educativo do Ifes, desde o Professor, os Pedagogos, o Técnico em Assuntos Educacionais, atendidas as atribuições previstas no perfil profissional constantes dos editais de seleção, devem atuar em articulação, de forma multidisciplinar, de modo a favorecer o alcance dos objetivos do processo ensino-aprendizagem considerando a diversidade dos sujeitos nele envolvidos, tendo em vista uma educação de qualidade, na perspectiva inclusiva, a qual, portanto, inclua todos.

O Pedagogo e o Técnico em Assuntos Educacionais, em articulação com os pares, têm papel fundamental na gestão do processo ensino-aprendizagem, em atividades administrativas e pedagógicas, como mediador das relações e experiências cotidianas nos espaços e tempos institucionais para contribuir com o êxito da atuação de docentes e discentes.

Seu trabalho amplia as possibilidades de uma prática educativa multidisciplinar e emancipadora, promovendo a troca de experiências, de momentos de reflexão e de estudos, a coprodução de conhecimentos, a articulação entre teoria e prática, o planejamento das atividades, a intercomunicação entre os saberes acadêmicos e de experiências, feitos, numa relação cada vez mais estreita e dialógica com os professores e demais profissionais da educação.

A atuação desses profissionais transcende as questões administrativas, burocráticas e funcionalistas, refletindo o papel transformador da escola na formação humana.

Políticas

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008).

Os cursos devem ser ofertados baseados na demanda econômica, social e cultural da região onde a instituição está inserida, de acordo com a Lei 11.892/2008 (BRASIL, 2008). Além disso, a oferta deverá favorecer a integração e a verticalização, do ensino básico ao superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

No sentido de viabilizar a verticalização do ensino, o Ifes atuará na oferta de cursos de nível básico (formação inicial e continuada), nível técnico e nível superior (tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*).

O ensino no Ifes é coordenado pela Pró-Reitoria de Ensino (Proen), setor responsável pela formulação de políticas de desenvolvimento do ensino na Instituição. Compete à Proen definir, propor, fomentar e implementar políticas e ações de ensino, de modo sistêmico, no alcance aos objetivos propostos. Para isso, esse setor deve planejar, coordenar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das ações e das políticas de ensino para todos os cursos dos níveis e modalidades da atuação em educação profissional e tecnológica, em consonância com as diretrizes provenientes do Ministério da Educação e Cultura e com

os princípios pedagógicos definidos no Projeto Pedagógico Institucional – PPI.

As principais políticas definidas para o desenvolvimento do Ensino na Instituição são:

- a identidade institucional na política de ensino dar-se-á como um processo de construção coletiva em busca de diretrizes comuns, respeitando as especificidades de cada campus e a diversidade de ofertas próprias dos Institutos;
- a aprendizagem deve ser o fim último de todas as atividades de ensino e o primeiro compromisso de todos os professores;
- o processo de ensino desenvolvido será inclusivo e deverá promover ações que visem a assegurar a permanência e o sucesso dos discentes nos diversos campi;
- o processo de ensino respeitará a pluralidade própria da sociedade humana, considerando as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais;
- o respeito à natureza e a busca do equilíbrio ambiental serão práticas permanentes no cotidiano da vida acadêmica, na perspectiva do desenvolvimento sustentável;
- o trabalho educativo será produzido mediante o diálogo, principalmente no que tange ao processo ensino-aprendizagem;
- o trabalho educativo é entendido como um trabalho de humanização, de formação de cidadãos capazes de atuar e transformar a sociedade na qual estão inseridos;
- as atividades de ensino deverão ser indissociáveis das atividades de pesquisa e extensão;
- o trabalho deverá ser entendido como princípio educativo, ou seja, como a primeira mediação dos seres humanos entre si e em relação à natureza, e como práxis econômica que fundamenta a profissionalização das pessoas na sociedade moderna. Assim, a profissionalização, sob essa perspectiva, se opõe à simples formação para o mercado de trabalho, incorporando valores ético-políticos e conteúdos histórico-científicos que caracterizam a práxis humana;
- a integração de conhecimentos gerais e específicos, formação básica e profissional, teoria e prática, deve orientar as práticas curriculares e pedagógicas, especialmente por meio da mediação do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, articulando experiências e conhecimentos, a fim de superar a fragmentação dos conhecimentos e construir processos emancipatórios;
- a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos e investigativos deverão orientar posturas interdisciplinares, contextualizadas e críticas frente aos conhecimentos. Ela vai desde o ato fundamental da "curiosidade epistemológica" dos discentes e docentes na (re)construção dos conhecimentos (FREIRE, 2002), passando pelas possibilidades da iniciação científica e extensionista, até a produção de novos saberes e conhecimentos em diálogo com seus contextos. Em todos os âmbitos, cabe resgatar o papel das articulações dinâmicas que a pesquisa e a extensão possibilitam ao ensino;
- a formação continuada e em serviço é fundamental para o desenvolvimento profissional docente e deverá contribuir para o sucesso educacional e acadêmico dos discentes, exigindo investimento tanto pessoal quanto institucional para a construção de tal profissionalidade;
- o ato de planejar é constitutivo da prática pedagógica e deve ser entendido como um espaço-tempo privilegiado de pesquisa, e o ensino e a aprendizagem, como objetos de investigação próprios da função docente, que se dá por meio dos planejamentos individuais e, sobretudo, coletivos, numa perspectiva solidária e tendo como foco a formação e o sucesso dos nossos discentes.

Diretrizes

Com base nas concepções, princípios e políticas acima apresentados, bem como no conjunto das legislações nacionais que regulamentam as diferentes modalidades e níveis de ensino os quais são ofertados pelo Ifes, destacamos as seguintes diretrizes:

- estabelecer um equilíbrio nas contratações de docentes que respondam às demandas do instituto, sem perder de vista a necessidade de docentes que estejam aptos e tenham experiência prática nas

áreas dos cursos que ministram;

- garantir a implantação de cursos em todos os níveis e modalidades de ensino, obedecendo à legislação vigente, observando a demanda regional, os recursos institucionais disponíveis e buscando maior aproximação com os percentuais pactuados com o Ministério da Educação;
- garantir o percentual mínimo de cinquenta por cento de matrículas no ensino técnico, prioritariamente na forma de cursos integrados, em conformidade com a Lei que cria os Institutos Federais;
- garantir a ampliação das matrículas, a permanência e o sucesso de segmentos sociais que foram historicamente excluídos do direito à educação (jovens e adultos não escolarizados; pessoas com necessidades específicas; negros, índios e outros grupos étnicos que tenham tido esse direto negado) e aos diversos cursos que o Ifes oferta em seus diferentes níveis de ensino;
- buscar a melhoria contínua da qualidade dos cursos ofertados, por meio de avaliação institucional e política de egressos;
- criar mecanismos que assegurem o acompanhamento pedagógico de todos os níveis e modalidades de ensino;
- buscar a melhoria da divulgação dos cursos ofertados e expandir o acesso às informações científicas, tecnológicas, artísticas e culturais;
- incentivar as políticas de formação dos servidores (docentes e técnico-administrativos) nas diversas áreas, incluindo Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Educação Inclusiva, Educação de Jovens e Adultos, Educação para as Relações Étnico-raciais, Educação a Distância, dentre outros;
- aprimorar e diversificar os métodos de avaliação da aprendizagem e da qualidade do ensino;
- estimular a participação efetiva dos discentes nas atividades de pesquisa (práticas de investigação), nas atividades de extensão e de prática profissional integradas à formação profissional;
- estimular a promoção de práticas educacionais que valorizem o protagonismo estudantil, o empreendedorismo e a inovação;
- articular, junto às demais Pró-reitorias, a divulgação de produções oriundas de Trabalhos de Conclusão de Cursos, de Pesquisa e Extensão de discentes e de Práticas de Ensino dos docentes, por meio de publicações próprias e externas ao Ifes;
- valorizar a equidade de importância das diversas áreas de conhecimento;
- promover o fortalecimento de políticas de assistência aos discentes;
- adotar ações de inclusão, redução de evasão e de retenção, promovendo uma educação fundamentada no princípio da universalização do acesso à educação e na atenção à diversidade;
- aprimorar o sistema de informação com aperfeiçoamento da base de dados, da coleta e do armazenamento de dados censitários e estatísticos sobre a educação no Ifes, em especial de dados sobre evasão, retenção e reprovação, proporcionando relatórios consistentes e em tempo hábil;
- fomentar a publicação de materiais didático-pedagógicos alternativos e experimentais, considerando os estilos de aprendizagem nas variadas disciplinas;
- fomentar a adaptação de materiais pedagógicos visando à acessibilidade para atendimento aos discentes com necessidades educacionais específicas;
- ampliar a promoção da equidade no acesso aos cursos do Ifes por meio de atendimento diferenciado no âmbito do processo seletivo aos candidatos com necessidades específicas;
- institucionalizar a modalidade de Educação a Distância no âmbito do Ifes como uma oferta permanente e estratégica para o cumprimento da missão do instituto, buscando sempre estabelecer, junto aos discentes dessa modalidade, tratamento igualitário em relação aos discentes da modalidade presencial;
- incentivar a implantação de ambientes virtuais nos variados níveis e modalidades de ensino e

fomentar a utilização das TICs nas aulas de cursos presenciais;

- flexibilizar a oferta de disciplinas optativas e eletivas de maneira a atender vários cursos, inclusive fazendo uso das TICs e da EaD;
- promover a flexibilidade curricular visando ao atendimento a diferentes necessidades dos discentes;
- incentivar o desenvolvimento de conteúdos por meio de projetos interdisciplinares, encontros tecnológicos, visitas técnicas e ou culturais envolvendo as diversas áreas do conhecimento, a pesquisa e a interação com a comunidade;
- estimular a promoção de práticas educacionais que contribuam para a superação das desigualdades de acesso aos bens materiais e imateriais, das discriminações praticadas sobre as diversidades socioculturais, de identidade, de gênero, de etnia, de raça, de orientação sexual, de deficiências, dentre outras e, de modo geral, as opressões vinculadas ao controle do poder por minorias sociais (Parecer CNE n. 08/2012);
- estimular a promoção de práticas educacionais que conheçam, respeitem e valorizem a história e a cultura afro-brasileira, africana e indígena, como importantes raízes fundadoras da cultura e da nacionalidade brasileiras (Lei 11.645/2008), assim como aquelas referentes à história e à cultura de cada região e localidade;
- estimular a promoção de práticas educacionais voltadas à conservação do meio ambiente e à sustentabilidade, assegurando a presença da dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos projetos dos cursos.

3.3 EXTENSÃO

Concepção e princípios

Os processos formativos abrangidos na definição de Educação, conforme o Art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9394/96) –, desenvolvem-se de diversas formas e em diversos ambientes, extrapolando os limites das instituições de ensino e pesquisa, compreendendo também a vida familiar, o trabalho, os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil e as manifestações culturais e artísticas. De forma coerente com esta definição inicial, em seu Art. 3º, a LDB também determina que o ensino deve ser ministrado com base nos seguintes princípios: da valorização da experiência extraescolar e da vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, ambos diretamente relacionados com a Extensão, definida como processo educacional que promove o intercâmbio com a sociedade. Estes princípios perpassam todos os níveis e modalidades detalhados na LDB, sendo assim aplicados também à Educação Profissional e Tecnológica (Título V, Capítulo III) quanto à Educação Superior (Título V, Capítulo IV), categorias em que se enquadram a maior parte dos cursos ofertados pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Adotam-se, aqui, como principais referências, a Política Nacional de Extensão Universitária, elaborada pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEX –, e as concepções, diretrizes e políticas em discussão no Fórum de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – FORPROEXT.

Segundo definição proposta pelo FORPROEXT, a Extensão é um Processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase em produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, visando ao desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional.

Elencam-se, a seguir, os princípios relativos às ações de Extensão, as quais devem ser pautadas por:

- Interação Dialógica – Este princípio orienta o desenvolvimento de relações entre a Instituição de Educação e os setores sociais, marcadas pelo diálogo e pela troca de saberes em uma ação de mão dupla. A ação tradicional de estender à sociedade o saber acumulado na Academia se completa enquanto interação dialógica, quando se consideram os saberes construídos na prática cotidiana, no fazer profissional e na vivência comunitária;
- Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade – Este princípio busca combinar a especialização, característica dos processos de formação profissional, com a consideração de que a vivência e as questões abordadas em comunidades e outros grupos sociais são complexas, assim como os

objetivos e objetos das ações de Extensão desenvolvidas em função destes setores da sociedade. Esta complexidade exige uma visão holista na integração de especialidades para a realização de ações extensionistas, o que pode ser materializado pela interação de conceitos e modelos provenientes de várias disciplinas e áreas do conhecimento em busca de uma consistência, tanto teórica como operacional, de que a efetividade destas ações depende;

- Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão – O que se supõe neste princípio é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa). Na relação Extensão-Ensino, a diretriz de indissociabilidade coloca o estudante como protagonista de suas formações técnica e cidadã. Na relação Extensão-Pesquisa, visando à produção de conhecimento, a Extensão Universitária sustenta-se principalmente em metodologias participativas, no formato investigação-ação (ou pesquisa-ação), que prioriza a participação dos atores sociais e do diálogo. Também propõe a participação sistemática de estudantes de pós-graduação em ações extensionistas, considerando ainda o estímulo à produção acadêmica a partir das atividades de Extensão.

- Impacto na formação do estudante – Para imprimir qualidade à formação do estudante e promover o protagonismo estudantil, as ações extensionistas devem explicitar três elementos essenciais: (i) a designação do orientador; (ii) os objetivos da ação e as competências dos atores nela envolvidos; (iii) a metodologia de avaliação da participação do estudante. A articulação destas ações com a formação do estudante depende, também, de um diálogo franco e permanente dos órgãos destinados ao fomento das ações extensionistas com os colegiados de gestão acadêmica dos cursos.

- Impacto e Transformação social – Este princípio firma a Extensão como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e mediadora do desenvolvimento social, econômico e cultural. Este princípio se pauta nas seguintes características: (i) privilégio de questões sobre as quais atuar, sem desconsideração da complexidade e diversidade da realidade social, econômica e cultural; (ii) abrangência, de forma que a ação, ou um conjunto de ações, possa ser suficiente para oferecer contribuições relevantes para a transformação do território sobre os quais incide; (iii) efetividade na solução do problema.

Com relação à prática da Inovação no Ifes, adota-se como referência o Manual de Oslo (OECD, 2005). Segundo este documento, “uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de *marketing*, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas. ” No que tange à relação entre os conceitos formais de inovação, dada pelo Manual de Oslo, de novidade, dada pela Lei de Propriedade Industrial (Lei Nº 9.279, de 14 de maio de 1996) ou de novidade como contribuição original resultante de pesquisa científica, é que se pressupõe que o requisito mínimo para se definir uma inovação é que ela seja nova para a organização ou empresa que a efetivou. Isto inclui tanto os produtos, processos e métodos que são desenvolvidos de forma pioneira como também outros que foram adotados de outras organizações, ou seja, uma inovação, em seu requisito mínimo, não precisa necessariamente ser novidade do ponto de vista científico, podendo estar no estado da técnica ou mesmo em domínio público. O que caracteriza fundamentalmente uma inovação é que esta deve ter sido implementada para se constituir como tal. No que diz respeito a produtos, estes têm que ter sido introduzidos no mercado. Quanto aos processos e métodos gerenciais e de *marketing*, caracteriza-se uma inovação quando estes são efetivamente utilizados nas organizações. Por este motivo, no Ifes, a Inovação é reconhecida como atividade institucional com caráter predominantemente extensionista, visto que a implementação envolve, via de regra, interação com outras organizações e empresas que levarão a termo a industrialização e comercialização de produtos, bem como a utilização, em um amplo espectro de aplicações, de processos e métodos inovadores.

As atividades de inovação são definidas como “etapas científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e comerciais que conduzem, ou visam a conduzir, à implementação de inovações” (OECD, 2005). Dentre estas etapas, incluem-se: a pesquisa básica dirigida para um assunto relacionado à inovação; a pesquisa aplicada para aprimoramento de produtos, processos e métodos por meio do aporte de conhecimento existente, produzindo novas aplicações; o desenvolvimento experimental, em que se comprova a viabilidade técnica ou funcional de produtos, processos e métodos por meio de prototipagem, projetos de demonstração e pilotos, entre outras, como testes com cabeças de série e lotes pioneiros, voltadas para a industrialização e/ou utilização em escala compatível com o mercado ou com a utilização efetiva, bem como a própria inserção de produtos inovadores no mercado ou

em organizações, enquanto processo ou método inovador. Desta forma, fica clara a integração entre extensão e pesquisa quando se fala em atividades de inovação, dado que a inovação frequentemente se origina no conhecimento desenvolvido e aplicado por pesquisadores, ou mesmo de desenvolvimento tecnológico em projetos associados de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Políticas

As principais políticas definidas para o desenvolvimento da Extensão na Instituição são:

- a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do País;
- o Ifes não pode se imaginar proprietário de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, deve ser sensível a seus problemas e apelos, sejam aqueles expressos pelos grupos sociais com os quais interage, sejam aqueles definidos ou apreendidos por meio de suas atividades próprias de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- o Ifes deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação da desigualdade e da exclusão social existentes no Brasil;
- a ação cidadã do Ifes não pode prescindir da efetiva difusão e democratização dos saberes nela produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas se tornam objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes de suas ações educacionais. Sendo assim, a difusão científica, tecnológica, cultural e/ou artística por meio da organização e da participação institucional em eventos, bem como da produção, publicação e/ou veiculação de trabalhos resultantes da produção técnico-científica, cultural e/ou artística do Ifes, é imprescindível em ações educacionais que compreendem atividades de Extensão;
- a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir de e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;
- a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica por meio de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania;
- a gestão da propriedade intelectual, dos serviços tecnológicos e da incubação de empreendimentos com foco no desenvolvimento de inovações (de produto, de processo, organizacionais e de *marketing*), bem como as ações educacionais no âmbito da disseminação e consolidação da Cultura de Inovação serão operacionalizadas por meio de programas e projetos institucionais de Extensão, em consonância com a Política de Inovação do Ifes e apoiadas pela Agência de Inovação do Ifes;
- as ações educacionais relacionadas com o empreendedorismo, com o associativismo e com o cooperativismo que apoiam a criação e a consolidação de empreendimentos estudantis (como empresas juniores, empresas simuladas e laboratórios de empreendedorismo) e de núcleos de incubação de empreendimentos tecnológicos industriais, sociais e da economia criativa, em parceria com outros órgãos públicos e com entidades privadas, devem proporcionar a disseminação da cultura empreendedora com foco no desenvolvimento socioeconômico local e regional, privilegiando o protagonismo estudantil;
- os cursos de Extensão devem ser abertos à comunidade e/ou demandados por entidades públicas ou privadas e devem priorizar: (i) a inclusão social e cidadã aliada à geração de emprego e renda; e/ou (ii) a requalificação profissional básica e técnica de trabalhadores; e/ou (iii) o ingresso no Ifes de jovens e adultos trabalhadores e de integrantes de grupos sociais em situação de vulnerabilidade;
- os currículos dos cursos regulares do Ifes devem conter atividades de Extensão, oportunizando a participação de estudantes em projetos e programas de Extensão, propostos e orientados pelos respectivos corpos docente e técnico-administrativo;
- a realização de estágios e a organização de visitas técnicas, associadas com ações de formação

profissional, a organização de visitas gerenciais, com foco na prospecção de parcerias, e o acompanhamento dos itinerários profissionais dos egressos da instituição promovem a interação de suas áreas educacionais com o mundo do trabalho e proporcionam uma formação mais ampla de servidores e estudantes, ao aproximar o universo acadêmico da realidade profissional, além de proporcionar formas de avaliação dos impactos socioeconômicos das ações educacionais do Ifes;

- os processos seletivos internos para financiamento de projetos e programas de extensão com recursos orçamentários do Ifes serão conduzidos de forma a capacitar os servidores do Ifes para a captação de recursos destinados ao financiamento de ações de Extensão, com vistas à elaboração de propostas competitivas para processos seletivos promovidos por agências oficiais de fomento e/ou que sejam apoiadas por entidades privadas ou órgãos públicos, estimulando o financiamento externo com a concessão de contrapartidas institucionais e outras formas de apoio específicas.

Diretrizes

As diretrizes dispostas para o desenvolvimento deste processo são:

- exercitar o papel transformador da Extensão na relação da Instituição Pública de Educação com todos os outros setores da sociedade, no sentido da mudança social e da superação das desigualdades, por meio da relação autônoma e crítico-propositiva com as políticas públicas em programas estruturantes, capazes de gerar impacto social;
- estimular o protagonismo estudantil, garantindo o impacto da Extensão na formação do estudante ao longo de toda a sua trajetória na Instituição de Educação, superando a tradição de limitar a oferta de ações extensionistas ao estágio curricular de fim de curso e ações isoladas de prestação de serviços sem compromisso com a transformação social;
- priorizar a produção de conhecimentos sistematizados, voltados para a emancipação dos atores nela envolvidos e da sociedade como um todo, incorporando ao leque de Indicadores de Avaliação da Extensão aqueles referidos às dimensões acadêmica e qualitativa e aos impactos sociais da Extensão;
- desenvolver parcerias e participar das governanças de observatórios e núcleos locais, regionais e estaduais que promovam a indução de arranjos produtivos, sociais e culturais, bem como contribuir para a indução destes arranjos, a partir dos ativos de competências institucionais;
- contribuir para o desenvolvimento e a difusão da ciência, da tecnologia e da inovação, nas suas dimensões industrial, social e cultural, produzidas na interação com a sociedade;
- promover a cultura do empreendedorismo e da inovação, estabelecendo perspectivas de atuação profissional em empreendimentos voltados para a inovação proposta a partir de ações extensionistas;
- contribuir para o desenvolvimento da sociedade constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino;
- buscar interação sistematizada da Rede Federal de EPCT com a comunidade, por meio da participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil;
- integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular;
- incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais-cidadãos;
- participar criticamente de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável, em todas as suas dimensões;
- articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional estabelecendo mecanismos de inclusão;
- acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão;

- elaborar, de forma participativa, materiais que orientem a prática extensionista institucional, contribuindo para a ambientação dos servidores e estudantes e para a integração entre extensionistas do Ifes, estimulando a atuação em redes temáticas;
- estimular a captação de recursos e a disponibilização de infraestrutura e de recursos humanos para a execução de projetos e programas de extensão.

3.4 PESQUISA

Concepção e Princípios

A Pesquisa consiste em um trabalho criativo empregado de forma sistemática, com o objetivo de aumentar o volume de conhecimentos, abrangendo o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, bem como a utilização desses conhecimentos para novas aplicações (OCDE, 2013).

No Ifes, a pesquisa deve ser vista como uma ação natural nas práticas cotidianas de gestores, docentes, servidores administrativos e discentes. Entre essas práticas cotidianas se destaca sua inserção no processo educativo emancipatório, cabendo em todos os níveis de ensino, seja ele básico ou superior, seja como princípio educativo ou como princípio científico e tecnológico.

Enquanto princípio indissociável do ensino e da extensão, a pesquisa visa à geração e à ampliação do conhecimento, e busca a criação e a produção científica ou tecnológica. A integração da pesquisa com a extensão e com o ensino cria as condições necessárias para a atualização, a difusão e a aplicação dos conhecimentos e saberes, contribuindo para o desenvolvimento de um produto, a melhoria de um processo e o avanço do conhecimento técnico e científico, especialmente aqueles que são aplicados diretamente ao desenvolvimento do país.

Nesse sentido, o Ifes deve buscar cumprir seu papel de Instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão, articulando a produção do conhecimento acadêmico com a difusão científica, tecnológica e cultural; aplicando as pesquisas no desenvolvimento científico e tecnológico, estendendo seus benefícios e aproximando-se da sociedade em busca de se consolidar como uma instituição de excelência no desenvolvimento técnico-científico.

O Artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 11.892 dispõe que a **finalidade** dos Institutos Federais é “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico”. Da mesma forma, de acordo com o Art. 7º, inciso 3º, são **objetivos** dos Institutos Federais “realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade” (BRASIL, 2008).

O termo Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) abrange três atividades: a pesquisa básica, a pesquisa aplicada e o desenvolvimento experimental. A pesquisa básica consiste em trabalhos experimentais ou teóricos desenvolvidos com a finalidade de adquirir novos conhecimentos sobre os fundamentos de fenômenos e fatos observáveis, sem considerar uma aplicação ou um uso em particular. A pesquisa aplicada consiste igualmente em trabalhos originais empreendidos com o objetivo de adquirir novos conhecimentos. No entanto, ela é principalmente direcionada a um objetivo prático determinado. Trata-se de considerar os conhecimentos existentes e aprofundá-los com a finalidade de resolver problemas específicos, sendo muitas vezes empreendida em virtude do desenvolvimento de um projeto para explorar um resultado promissor obtido no âmbito de um programa de pesquisa básica. O desenvolvimento experimental consiste em trabalhos sistemáticos com base em conhecimentos existentes obtidos por pesquisa ou experiência prática, para lançar novos materiais, produtos, procedimentos, sistemas ou serviços, ou melhorar os já existentes. (OCDE, 2013).

Alinhado com a finalidade do instituto de formação e qualificação dos cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, bem como a ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional e no fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, a política de pesquisa no instituto deve ser conduzida e orientada buscando construir um sistema promissor capaz de interagir e contribuir com a sociedade e para o seu crescimento.

O papel da pesquisa na inovação não deve ser visto como uma fonte de ideias inventivas que precede a inovação, mas como uma forma de solução de problemas a ser utilizada em qualquer ponto. Quando problemas surgem no processo de inovação, como infalivelmente ocorrerá, lança-se mão da base de conhecimentos naquele momento particular – que se compõe de resultados de pesquisas anteriores e experiências práticas e técnicas. O sistema de pesquisa assume as dificuldades que não puderam ser resolvidas com a base de conhecimentos disponíveis, ampliando-a, assim, com sucesso (OCDE, 2004).

O fortalecimento da pesquisa no Ifes depende de políticas e programas, com procedimentos institucionais claros e atualizados segundo a legislação vigente. O estado vem investindo de forma crescente no apoio à pesquisa, por meio de suas agências de fomentos. As oportunidades para os institutos federais se ampliam de forma contundente na direção de programas específicos de apoio para a pesquisa aplicada e a inovação tecnológica, além de ações ligadas à formação de professores para a educação básica.

No âmbito externo, o Plano Nacional de Pós-graduação (2010-2020) produzido pela Capes apresenta metas de combate às assimetrias das áreas de conhecimento, e visa à interiorização do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG), incentivando a expansão de programas multi, inter e transdisciplinares e buscando novas modalidades de interação entre o meio acadêmico e a sociedade (BRASIL, 2010). Num caminho semelhante ao da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2012-2015) do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, também estabelece metas e investimentos em inovação, propondo ações que facilitem a integração das instituições que realizam pesquisa com o setor produtivo (BRASIL, 2012).

No âmbito interno, considerando a necessidade de estruturar ações relacionadas ao apoio e ao fomento das atividades de pesquisa do Ifes, a resolução do Conselho Superior nº 36/2010, de 23 de agosto de 2010, criou os programas de apoio à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação no âmbito da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Ifes. Os programas têm por objetivo induzir novas ações e garantir a manutenção de atividades regulares de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação por intermédio de apoio e fomento.

Os programas de apoio à iniciação científica e tecnológica são fundamentais, pois têm por finalidade desenvolver o pensamento científico e a iniciação à pesquisa, bem como estimular os estudantes ao desenvolvimento e à transferência de novas tecnologias e inovação. Contribuem, desta forma, para uma formação integrada do cidadão, formando recursos humanos para atuar em PD&I, além de qualificar estudantes para programas de pós-graduação.

Toda ação de apoio e fomento à pesquisa é fundamental e relevante para consolidar a cultura da pesquisa em uma instituição de educação, em especial aos institutos federais que possuem história e excelência no ensino profissionalizante de nível médio. Assim, induzir a criação de grupos de pesquisa orientados às demandas do setor produtivo regional, apoiar grupos de pesquisa em consolidação ou já consolidados no Ifes, incentivar novos pesquisadores na composição de seus primeiros projetos, promover a inserção internacional de pesquisadores, apoiar a divulgação científica e o depósito de patentes são formas de superar a lacuna hoje detectada no Ifes. Este apoio deve utilizar recursos internos e externos, os quais são inúmeros, crescendo ano a ano as oportunidades de sua captação.

Políticas

Tornar o Ifes uma referência em Pesquisa e Pós-Graduação pressupõe que sejam estabelecidas orientações de caráter estratégico para consolidar a atividade de pesquisa como um dos valores do Instituto. Com este intuito, apresentam-se então algumas linhas principais de atuação para esta consolidação: incentivo à Iniciação Científica, fortalecimento dos Grupos de Pesquisa, ampliação da oferta de cursos e Programas de Pós-Graduação, aprimoramento de mecanismos formais de gestão da pesquisa.

É preciso incentivar pesquisadores organizados em um Grupo de Pesquisa, de tal maneira que produzam conhecimentos e saberes em conjunto, buscando a unicidade da instituição e vocacionando-a para que possua, como desdobramento natural de grupos de pesquisa fortes, cursos técnicos, de graduação e pós-graduação (*stricto sensu* e *lato sensu*) fortes e atuantes no mundo tecnológico.

A Pós-graduação, por sua vez, merece destaque especial, pois é um dos principais elementos de incentivo à pesquisa. Entendemos ser importante a inserção da pesquisa na sociedade, especialmente por meio de programas que estabeleçam o vínculo e a aproximação com o setor produtivo e a sociedade civil organizada.

Para fortalecer a pesquisa, destacam-se, então, as seguintes políticas:

- incentivar a Iniciação Científica, formando recursos humanos qualificados e estimulando o desenvolvimento do pensar científico e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa;
- fomentar e fortalecer os grupos e núcleos de pesquisa do Ifes visando a estabelecer os elos entre pesquisadores, alunos, publicações, pós-graduação e inovação;
- fomentar e apoiar a criação de novos cursos de pós-graduação (*lato e stricto sensu)*, com ênfase

aos mestrados e doutorados articulados com os eixos tecnológicos de cada campus, buscando sempre a verticalização sustentada do Ifes e atendendo às vocações regionais, à sociedade e ao setor produtivo;

- consolidar o caráter formal inerente à atividade de pesquisa, buscando desenvolver e aprimorar mecanismos institucionais de gestão da pesquisa para atender às especificidades de cada campus e o equilíbrio com o ensino e a extensão;
- consolidar a integração da Pesquisa com a Extensão e o Ensino, valorizando projetos que envolvam os diversos níveis e modalidades de oferta de vagas, buscando aprimorar a formação do egresso e articular a produção do conhecimento com as demandas sociais e tecnológicas locais e regionais.

Diretrizes

Para realizar o plano de consolidação da pesquisa no Ifes, um conjunto de recomendações e instruções subordinadas às políticas é apresentado a seguir:

- desenvolver programas de fomento à pesquisa no âmbito do Ifes com a participação de docentes, discentes e técnico-administrativos;
- incentivar as atividades de pesquisa, em caráter voluntário, de todos os servidores e discentes do Ifes;
- promover a articulação entre grupos de pesquisa e programas de pós-graduação com atividades de extensão, visando à transformação da pesquisa em inovação e transferência de tecnologia para o desenvolvimento local e regional;
- apoiar a criação e a certificação de laboratórios e espaços dedicados à pesquisa, garantindo a infraestrutura necessária ao fortalecimento dos grupos de pesquisa e programas de pós-graduação, bem como a capacidade de atendimento às demandas sociais produtivas;
- criar mecanismos de capacitação e integração dos pesquisadores;
- incentivar e apoiar a captação de recursos externos para pesquisa;
- fortalecer o Programa de Incentivo à publicação e divulgação dos resultados científicos e tecnológicos;
- incentivar a participação e organização de eventos científicos e tecnológicos;
- incentivar e fomentar a divulgação científica;
- ampliar as atividades de cooperação científica e tecnológica entre grupos de pesquisa e em caráter intercampus e interinstitucional;
- promover a capacitação, de forma estratégica, planejada e direcionada, para as atividades inerentes à atividade dos servidores em programas de pós-graduação, principalmente em nível de doutorado, para melhorar as competências técnico-científicas e criar novos núcleos de excelência, com foco na verticalização sustentada e na articulação e integração entre os vários níveis;
- melhorar continuamente a qualidade dos cursos de pós-graduação oferecidos;
- revisar as resoluções e regulamentos que tratam da estrutura organizacional e do funcionamento dos cursos de pós-graduação;
- realizar intercâmbios nacionais e internacionais com professores e alunos, com o objetivo de ampliar a Pós-graduação para além-muros do Ifes;
- fomentar e apoiar a capacitação de servidores em áreas estratégicas, alinhadas com as diretrizes nacionais e vocações regionais, visando à criação de novos cursos e programas de pós-graduação e ao fortalecimento da pesquisa no Ifes;
- buscar mecanismos que garantam agilidade e fluidez aos programas de apoio à pesquisa existentes no Ifes, sem abrir mão do rigor no controle dos processos neles gerados;
- criar e atualizar procedimentos institucionais para desenvolver a pesquisa no âmbito do Ifes;
- incentivar a representação do Ifes em órgãos de fomento externos;

- aprimorar o processo de gestão de projetos de pesquisa;
- consolidar a integração da Pesquisa e da Extensão no campo da Inovação Tecnológica e da Propriedade Intelectual, em ações conjuntas com a Agifes;
- disseminar a cultura da Pesquisa Aplicada e Cooperativa com entidades da sociedade que demandem soluções tecnológicas;
- ampliar a oferta interna de editais de pesquisa, extensão e inovação;
- fomentar ações empreendedoras integradas às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- buscar o aumento de número de depósitos e licenciamentos de patentes de forma articulada com a Agifes;
- criar e implementar um Programa de Mapeamento, Proteção e Transferência de Tecnologia;
- ampliar a divulgação das competências e tecnologias do Ifes.

3.5 GESTÃO

Concepção e Princípios

A Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, coloca a gestão democrática como princípio, promovendo a integração da educação com a nova organização social, não deixando dúvidas de que as instituições educacionais devam aproximar-se da comunidade, fazendo parte dela e fazendo com que ela também participe de forma ativa de seus processos.

A gestão democrática está associada à democracia participativa. A autonomia e a participação estabelecem abertura de novas arenas públicas de decisão, que conferem a cada instituição de ensino sua singularidade, sua identidade própria, tendo a qualidade do ensino como ponto central de qualquer proposta para essa instituição. No exercício da construção da autonomia institucional, a participação e a autonomia devem ocorrer de forma transparente, respeitando a diversidade, o pluralismo e os valores éticos.

Configurando-se como uma estrutura multicampi, o Ifes precisa estabelecer mecanismos de gestão que garantam a autonomia dos campi e, ao mesmo tempo, fortaleçam o caráter sistêmico do Instituto. Como os campi atuam em comunidades diferenciadas, precisam praticar a autonomia, que será verdadeira quando cada campus puder tomar decisões e encaminhar seus trabalhos, respeitando suas peculiaridades, atendendo, portanto, às características e necessidades do contexto em que está inserido. Isso, entretanto, requer a definição de políticas institucionais claras em termos pedagógicos.

Entende-se que gestão é uma prática social, dependendo de pessoas, da sociedade, da economia, da cultura, das possibilidades tecnológicas e de outras tantas dimensões da vida. Nessa perspectiva, a formação continuada dos servidores tem fundamental importância, pois, além de possibilitar a qualificação, a competência e a progressão funcional na carreira, propicia o desenvolvimento profissional de modo articulado ao projeto e às finalidades da instituição.

É imprescindível, ainda, que se promova o espaço de discussão e de preparação da comunidade acadêmica para tomar decisões coletivas. Esse espaço contribui para a formação dos sujeitos e, sobretudo, qualifica as decisões e ações. Assim todos crescem e aperfeiçoam sua condição de cidadãos.

Para garantir uma gestão pautada em democracia, inclusão e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, as ações do Ifes se nortearão com base nos seguintes princípios:

- respeito às leis e normas que regem a educação e a instituição, promovendo, sempre que necessário, as devidas intervenções para que sejam revisadas;
- garantia do cumprimento dos direitos e deveres de todos os integrantes da comunidade acadêmica, bem como as atribuições dos diversos profissionais e seus respectivos setores;
- ensino como atividade principal do Ifes, em torno da qual se organizam a pesquisa, a extensão e a gestão dos campi;
- zelo quanto à identidade de Instituição de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- respeito à pluralidade de ideias;
- integração, solidariedade e compartilhamento de conhecimentos e boas práticas na comunidade

acadêmica;

- promoção de políticas inclusivas, que possibilitem o acesso, a permanência e o êxito da diversidade de sujeitos que compõem a sociedade, incluindo aí estudantes com necessidades educacionais especiais e estudantes jovens e adultos;
- incorporação dos avanços tecnológicos e estabelecimento das condições necessárias para que as atividades de ensino, pesquisa e extensão nos diversos campi e na Reitoria sejam realizadas de forma integrada e em rede;
- ter como meta principal a formação humana, para a qual devem ser direcionadas todas as demais ações, inclusive a formação para o mundo do trabalho.

Políticas

O Instituto deverá realizar a proposição de políticas com foco em ações educacionais de ensino, pesquisa e extensão, sendo as principais dimensões as que seguem:

- Inclusão – As políticas inclusivas devem centrar-se nos eixos da organização sociopolítica necessária para viabilizá-la e dos direitos individuais do público a que se destina.
- Educação – A gestão da instituição deve ser essencialmente voltada para o atendimento de seus públicos estratégicos, proporcionando-lhes educação formal de qualidade, bem como à comunidade, disponibilizando oportunidades educacionais, culturais, artísticas e de extensão. A continuidade e expansão da adoção de um modelo de gestão democrático e diferenciado abrem o caminho para a inovação gerencial.
- Tecnologia da Informação, Segurança e Comunicação – Estabelecimento da relação permanente e sistemática entre a instituição e seus públicos estratégicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de subsidiar ações de ensino, pesquisa e extensão, e eliminar ou reduzir riscos e vulnerabilidades, aos quais as informações estão expostas, principalmente no que diz respeito a pesquisas e inovações tecnológicas que exigem sigilo.
- Comunicação – Estabelecimento da relação permanente e sistemática entre a instituição e seus públicos estratégicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos de comunicação do Ifes. A Política de Comunicação aborda temas especiais que se reportam a processos, estratégias ou situações relevantes que devem merecer atenção especial dos profissionais de comunicação do Ifes e de seus gestores, nos vários níveis de decisão, além de todos os demais servidores, uma vez que se trata de um compromisso assumido por todo o Instituto.
- Internacionalização – Desenvolvimento e implantação de programas que possibilitem o fortalecimento da internacionalização do Ifes com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade acadêmica, divulgação e produção científica e tecnológica.
- Responsabilidade Socioambiental – A política de responsabilidade socioambiental do Ifes deve ser permeada por um conjunto de práticas, ações e iniciativas capazes de tornar efetivo o princípio da função socioambiental, mediante a adoção, implementação e gestão de atividades sociais e ambientais em benefício da comunidade, proporcionando a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento do ser humano e da cultura da sustentabilidade. Essa política deve ser compreendida como uma responsabilidade legal e um compromisso social da Instituição com a comunidade em que a mesma está inserida.
- Infraestrutura – Gestão dos recursos materiais, físicos e tecnológicos do Ifes, tendo como foco a otimização, a efetividade e a modernização dos processos de atendimento aos usuários, nas áreas do ensino, pesquisa, extensão e gestão.
- Gestão de Pessoas – A política de gestão de pessoas deverá contemplar: o estabelecimento de um cenário organizacional que possibilite a realização profissional do servidor, em todas as etapas da vida funcional, buscando o equilíbrio de objetivos entre a pessoa, a equipe e a instituição; o desenvolvimento de processo de formação continuada para os servidores, considerando os respectivos estágios de ambientação na instituição, a formação de gestores e as finalidades institucionais; e a realização de processos de ingresso e de dimensionamento de servidores alinhados às políticas, critérios institucionais e à promoção da avaliação contínua dos servidores.

- Gestão da Informação e do Conhecimento – Promoção da utilização de fundamentos teórico-práticos da gestão do conhecimento, de forma a estimular a identificação, o armazenamento, o compartilhamento, a externalização, a combinação, a internalização, a criação e a aplicação de informações e conhecimentos estratégicos relevantes para a gestão institucional.
- Governança Corporativa – Estabelecimento de diretrizes e critérios institucionais baseados nos princípios da equidade, da solidariedade, da transparência e da participação, para subsidiar o processo de gestão estratégica, possibilitando a integração do ciclo de avaliação, planejamento, programação e execução orçamentária, e acompanhamento.
- Avaliação – Promoção da avaliação sistemática dos processos, tanto no âmbito pedagógico quanto no administrativo. A avaliação institucional consiste em obter dados quantitativos e qualitativos para efetuar análises que permitam a tomada de decisões acerca do desenvolvimento da instituição. Essa avaliação deve ser abrangente e aberta a toda comunidade acadêmica. Essa prática de avaliação servirá para orientar a gestão, garantindo a democracia e a transparência.

Diretrizes

As diretrizes da Gestão Democrática foram citadas primeiramente na Constituição Federal de 1988 e posteriormente na Lei de Diretrizes e Bases/96.

Considerando que o Ifes prima por sua função social, faz-se necessário que sua gestão seja democrática e transparente, para que, na pluralidade de visões, constitua-se o caráter público das práticas da instituição. Para tal, os processos de decisão devem ser coletivos, participativos, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade acadêmica vejam-se corresponsáveis pela concepção, execução e acompanhamento das ações.

A organização político-pedagógica e administrativa para a prática de funcionamento do Ifes levará em consideração as seguintes diretrizes:

- promover o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações de forma participativa, implementando instrumentos que possibilitem a composição e a utilização de indicadores de gestão;
- avaliar, revisar e adequar de forma contínua a avaliação, a revisão e a adequação da estrutura organizacional do Instituto, garantindo, sobretudo, a melhoria do processo de gestão;
- promover, sistematicamente, a melhoria das condições físicas e materiais, bem como a adequação do quadro de pessoal às necessidades institucionais;
- criar mecanismos de ampliação dos recursos financeiros, garantindo o caráter público e gratuito de todos os cursos mantidos pelo Instituto;
- garantir a comunicação efetiva do Ifes com seus públicos, salientando que todos os segmentos tenham acesso à informação de forma igualitária e descentralizada;
- propiciar, sistematicamente, espaços para reflexão sobre as questões institucionais e questões educacionais mais amplas, visando à preparação das pessoas para os processos decisórios e para colaborarem nos processos educativos;
- desenvolver um programa de formação continuada de gestores de processos educacionais;
- avaliar, reorganizar e integrar os processos educativos, buscando a efetividade e a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, exigindo dos órgãos superiores responsáveis pela educação as condições necessárias para atender às expectativas da comunidade;
- promover a integração entre as diversas áreas profissionais, bem como entre os segmentos que integram a comunidade acadêmica do Ifes;
- promover intercâmbio com outras instituições e organizações, visando ao aprimoramento das práticas do Instituto e à socialização de seus trabalhos;
- estabelecer mecanismos que permitam a prática de princípios éticos e de valores humanos mais solidários nas práticas da Instituição;
- promover ações inclusivas que visem ao acesso, à permanência e ao êxito dos estudantes;

- garantir espaços de discussão e integração de cada segmento para encaminhamento de solicitações específicas, visando à formação de lideranças para o exercício da representatividade;
- buscar articulação com diferentes parcerias para viabilizar a proposta política, pedagógica e administrativa, valorizando a comunidade onde a instituição está inserida;
- garantir o acesso, a permanência e o êxito do aluno, respeitando os direitos humanos baseados nos princípios de justiça, igualdade, cooperação e compreensão, considerando as condições físicas e humanas de cada campus;
- assegurar, para o exercício da cidadania, que a instituição não seja somente espaço de participação, mas também de formação, com assessoria permanente e sistemática, considerando as necessidades específicas de cada uma;
- avaliar constantemente as atividades desenvolvidas junto à comunidade, realizando prestação de contas, replanejamento e realimentação, ações necessárias para redimensionar os trabalhos.

3.6 ASSUNTOS ESTUDANTIS

Em seus projetos pedagógicos, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são incitados a considerar o sentido ampliado que a educação adquiriu com a Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, a educação é compreendida como “direito de todos e dever do Estado e da família”, cujos principais objetivos devem ser “o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Ainda de acordo com a Constituição Federal (art. 208), faz-se necessário que o Estado garanta atendimento educacional especializado (AEE) às pessoas com necessidades especiais, bem como ofereça atendimento aos estudantes “por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1988).

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) estabelece a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola como um dos princípios norteadores da educação nacional.

A educação, portanto, supera a concepção de disseminação de informações, exercendo papel de transformação em meio ao contexto de demandas e vulnerabilidades sociais que se apresentam na realidade educacional brasileira. Isso significa que os estabelecimentos escolares devem ser espaços de acolhimento e respeito às diversidades presentes em cada um de seus educandos, permitindo o exercício pleno de sua cidadania.

Compreendendo a necessidade de adequar os estabelecimentos de ensino profissionalizante aos parâmetros educacionais da atualidade acima expostos, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) vem adotando políticas para a superação das desigualdades sociais, econômicas e étnico-raciais existentes no país e no estado. Para alcançar este fim, é importante que, no percurso educacional, todos efetivamente possuam iguais condições de acesso, permanência e conclusão dos cursos com êxito.

Acesso

A consolidação de uma política de acesso efetiva, que garanta o preceito constitucional do direito à educação a todos, não é compatível com qualquer tipo de processo seletivo que justifique a não inserção de parte dos sujeitos que desejam acesso a um segmento do ensino público. O forte valor simbólico que a sociedade atribui aos processos seletivos para estudantes ingressantes, tanto nos cursos técnicos como nas graduações, especialmente os mais concorridos, e a sua naturalização como prática de regulação ao acesso à educação, parecem tê-los desvinculado de sua origem histórica que consiste, exclusivamente, na ausência de vagas para todos.

Mesmo após uma expansão expressiva do ensino profissionalizante no Brasil na última década, que também foi acompanhada pelo Ifes, o déficit de vagas ainda permanece como um problema concreto. A superação desse contexto demanda não somente vontade política da instituição, mas também um amplo movimento em âmbito nacional que garanta que o direito a todos os níveis e modalidades da educação básica seja encarado como uma prioridade a ser efetivada.

Diante desse contexto, ainda de transição, é importante que todos nós tenhamos a dimensão original do

problema, a fim de reconhecer, de forma mais precisa, nossas limitações e não perder a perspectiva das mudanças necessárias para o pleno atendimento de nossa demanda. Por outro lado, é necessário que, de imediato, possamos contribuir para minorar alguns dos problemas e distorções gerados pelo formato dos processos seletivos ora constituídos.

Uma das constatações que temos hoje é que, quanto mais as seleções são concorridas, mais um dado perfil de aluno se reafirma como principal merecedor das vagas. E esse perfil em nada representa a maior parte da população demandante da rede pública de ensino brasileira. A classe social, a cor, a escola de origem e outros fatores similares são visivelmente determinantes na ocupação deste espaço. É fato que, diante dessa contradição, não encontraremos uma solução definitiva que não seja a garantia de vagas para todos, mas a constatação latente dessa problemática não nos permite ficar indiferentes para ao menos tentar estabelecer processos menos injustos e determinantes quanto a fatores sociais dos quais esses sujeitos não possuem domínio.

Diante disso, o Ifes tem ensaiado algumas iniciativas que certamente precisarão ser revistas, mas que buscam nesse momento se constituírem como ponto de partida de uma política mais ampla. Este é o caso, por exemplo, da opção do uso exclusivo das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) / Sistema de Seleção Unificada (SISU) como forma de seleção dos ingressantes a partir do ano de 2010. Essa ação teve como consequência, no mínimo, a possibilidade de que estudantes de outros estados e do próprio estado participassem do processo seletivo diminuindo significativamente o ônus financeiro dos candidatos e isentando os que não tinham condições de pagar.

Na ocasião da publicação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que estabelecia a política de reserva de vagas para alunos oriundos da escola pública, de baixa renda e por etnia, o Ifes fez a opção de aplicar a lei de imediato em todos os seus níveis de ensino, ainda que a mesma nos permitisse a implementação fracionada para os cursos superiores em um prazo de 4 anos a partir de sua publicação.

Em relação aos alunos da educação especial, ainda não conseguimos estabelecer uma forma de acesso que não sejam as já convencionadas. Contudo, sobre esse aspecto cabe dizer que, mesmo reconhecendo que a literatura que trata sobre o tema nos indique que parte deste segmento não pode concorrer nas mesmas condições que os demais candidatos, devemos destacar a falta de uma regulamentação nacional que nos ampare. Dessa forma, qualquer ação do Ifes que caminhe para uma iniciativa como a que ocorre hoje com os alunos cotistas para este segmento, deverá estar muito bem consolidada no campo jurídico, uma vez que tais ações estão longe de serem consenso por toda sociedade.

Diante desse quadro educacional que pode e deve ser melhorado, acreditamos que nossa tarefa de contribuir com a democratização do acesso ao ensino público possui duas grandes vertentes de intervenção. De um lado, é imprescindível que a ampliação do instituto seja garantida não somente em número de matrículas, mas também na diversificação dos cursos e níveis de ensino, como temos feito até o momento, mesmo com todas as dificuldades. Por outro lado, devem-se aperfeiçoar os processos já existentes com o objetivo de garantir que tenhamos não somente um perfil de aluno, mas sim a maior pluralidade possível de perfis, como é característico da pluralidade de constituição de nosso povo.

Permanência e Conclusão com Êxito

Considera-se permanência e conclusão com êxito o tempo que o discente leva para integralizar os componentes curriculares previstos no projeto do curso, inclusive o período de estágio, quando este for obrigatório. Assim, tendo cumprido todos os componentes curriculares, o discente recebe a certificação de conclusão do curso a que tem direito.

Em contraposição à permanência e à conclusão com êxito, temos a evasão escolar, que se caracteriza por processos complexos e multifacetados pelos quais o discente abandona o estabelecimento educacional, sem concluir integralmente o curso (BRASIL, 1996).

A evasão é um tema que sempre esteve presente no contexto escolar e, nos últimos tempos, tem se tornado uma problemática inaceitável para a maioria das instituições de ensino, principalmente em um momento em que se discutem, estudam e analisam os processos educacionais de forma que todos tenham acesso a uma educação de qualidade. Para Patto (1997), o fracasso escolar e a evasão fazem parte de uma questão problemática de cunho pedagógico, sem, é claro, excluir os fatores que são advindos da vida extraescolar de cada aluno. O MEC, em parceria com a ANDIFES, ABRUEM e SESU, formou uma Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras com o objetivo de analisar a evasão dos cursos, considerando-a como sendo “a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo”.

É fato que as relações que se estabelecem interna e externamente influenciam determinantemente quando o assunto é a permanência do aluno e sua conclusão com êxito dos cursos nas instituições de ensino. Em decorrência disso, destaca-se que a evasão está relacionada a diversos fatores, sendo eles externos e internos. “Os fatores internos são ligados ao curso, e podem ser classificados em: infraestrutura, corpo docente e a assistência socioeducacional. Há fatores externos que se relacionam ao aluno, tais como: vocação, aspectos socioeconômicos e problemas de ordem pessoal” (PAREDES, 1994). Podemos realçar, ainda, que há outros fatores internos que contribuem para o fortalecimento dos vínculos do educando com a instituição, tais como: laboratórios e ambientes físicos adequados, formação continuada do docente, que interfere em sua atuação, a Política de Assistência ao Educando com programas que permitam a existência de monitorias e auxílios possíveis. Já os fatores externos, tais como a adequação ao mercado de trabalho, o reconhecimento social da carreira escolhida, a qualidade da educação do Ensino Fundamental, as conjunturas econômicas específicas, a desvalorização da profissão, as dificuldades financeiras do estudante e as de atualização frente aos avanços tecnológicos, econômicos e sociais da contemporaneidade também são fatores determinantes para a evasão do aluno do ambiente escolar.

Tendo em vista solucionar esse problema da evasão, é preciso atentar para o fortalecimento dos programas já instituídos, como a Política de Assistência Estudantil e a implantação da Política de Contenção da Evasão, Repetência e Reprovação, ambos já em processo de análise e com várias ações em andamento, tais como: Programa de Formação Continuada e em Serviço de Docentes e Servidores do Ifes, Formação Pedagógica de Docentes, Programa de Resgate de Conteúdos para alunos ingressantes, Revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso, Metodologias de Ensino e Recursos Didáticos diferenciados, Comissão Permanente de Estudos de Evasão, Retenção e Reprovação de cada campus, Fortalecimento da Gestão Democrática, Programa Ifes Portas Abertas, e, ainda, a institucionalização de programas que visem a ambientar os alunos ingressantes, bem como acompanhá-los no processo ensino-aprendizagem.

Egressos

Os discentes tornam-se egressos após concluírem todos os componentes curriculares, inclusive o estágio, quando obrigatório, obtendo o direito ao recebimento da certificação (MEC, 2008) e estando, assim, aptos a ingressar no mercado de trabalho e/ou a dar continuidade aos seus estudos.

A política de acompanhamentos de egressos desenvolvida pelo Ifes deve ser constituída de ações que colaborem com a melhoria dos processos formativos existentes com vistas à formação de um profissional inovador, empreendedor e socialmente responsável, capaz de modificar a sua realidade e a da comunidade na qual está inserido.

Além disso, deve-se mapear a inserção desse egresso na sociedade, a satisfação de suas perspectivas e expectativas, estimulando o seu retorno ao Ifes para complementação de seus estudos ou de sua formação acadêmica. É importante, ainda, manter vínculo com os egressos a fim de ampliar e fortalecer a integração entre a instituição e os diversos movimentos ocorridos nas comunidades e na vida social como um todo.

3.7 AVALIAÇÃO

A avaliação envolve todo processo educativo. É contínua e integrada ao fazer diário de professores e alunos, perpassando seus saberes, fazeres e pensamentos. Seus resultados devem servir como base para o replanejamento das ações, dos conteúdos, dos objetivos e de todas as relações que são tecidas no processo, ultrapassando até os limites da técnica. A compreensão dessas tessituras exige uma ação atenta aos conflitos, contradições, fragmentos e múltiplas vozes que se escondem e se revelam no cotidiano da sala de aula, a qual se constitui tempo e espaço de imprevisibilidades.

As discussões sobre avaliação devem estar associadas às discussões sobre o currículo e sobre a concepção e leitura acerca do mundo, tendo como fios condutores as dimensões ética e estética das diversas áreas do conhecimento, que se tecem na formulação e reformulação das verdades constituídas.

A sala de aula é um espaço múltiplo, heterogêneo e, nesse cenário, as relações se potencializam, abrindo espaço para novas formas de aprender, novos processos, novos resultados. A avaliação, nessa perspectiva, deve considerar a diversidade, o movimento e a complexidade, adotando uma prática investigativa que auxilie na compreensão dos resultados alcançados e na valorização dos saberes. Ou seja: quais os procedimentos utilizados, como se chegou aos resultados, de onde partir, aonde se quer chegar, como intervir para avançar, são questões que podem auxiliar na busca dessa compreensão.

A avaliação como prática investigativa é parte das relações entre ensino e aprendizagens e, adotando

práticas dialógicas, cria mecanismos que podem servir para compreender as ações pedagógicas sob a ótica da complexidade.

Há que se ter claro, porém, que não basta mudar os procedimentos de avaliação para produzir sucesso escolar e inclusão social. É importante também considerar que as práticas de avaliação estão marcadas pelas tensões sociais e pela dinâmica de inclusão e exclusão dos sujeitos, e uma avaliação unicamente classificatória prioriza o controle e a classificação, tendo como eixo fundamental a produção de uma hierarquia dos estudantes, cujo cenário pode fortalecer os mecanismos de exclusão.

Neste contexto, a prática de avaliação classificatória deve dar espaço a práticas avaliativas emancipatórias, que favoreçam a dialogicidade, a reflexão e a interação entre os sujeitos e seus pontos de vista sobre a escola e suas dinâmicas. Uma avaliação que seja compatível com a ideia de complexidade, tecida no processo e que, contemplando as diversas esferas escolares, possa alimentar a reflexão sobre o trabalho realizado.

Assumindo um papel dialógico e reflexivo, a avaliação potencializa o processo educacional, projeta novas possibilidades, novos caminhos, novas questões, percebendo todo ponto de chegada como um indício para novos pontos de partida. E servirá, assim, como prática de investigação que tenta entender melhor o processo educativo em toda sua multiplicidade de culturas, de conhecimentos, de formas de aprender, de resultados, em todos os espaços e tempos da instituição.

O Ifes (2010, 2011), quando prescreve em seu Regulamento da Organização Didática que a avaliação da aprendizagem deve ser processual, com caráter “diagnóstico” – porque parte de conhecimentos já existentes em todos os momentos da formação dos estudantes – e “formativo” – porque deve acompanhar o desenvolvimento dos estudantes durante todo o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, de forma contínua, para que as dificuldades identificadas sejam logo sanadas por meio de estudos e reavaliação –, possibilita o atendimento da concepção de avaliação proposta.

Assumindo a avaliação como fundamental, o Ifes (2010, 2011) encaminha como organização metodológica a utilização de instrumentos e procedimentos de avaliação variados, na perspectiva da constituição de formas de avaliar mais democráticas e inclusivas. Considerando que avaliar também é atribuir valor, os resultados não só devem balizar o pensamento e as ações no que diz respeito às relações estabelecidas na sala de aula e fora dela, mas também avançar na compreensão de um processo educacional como parte da produção de subjetividades e das práticas sociais.

3.8 PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS

O Projeto Pedagógico de Curso – PPC – deve fundamentar-se no compromisso ético da instituição educacional em relação à concretização do perfil profissional de conclusão do curso; representar o interesse do coletivo de professores; os anseios e necessidades da comunidade local e da sociedade; as orientações acadêmicas, políticas e pedagógicas definidas pelo PPI e constituir-se como instrumento de orientação às ações de ensino, pesquisa e extensão.

Como instrumento orientador que trata da estrutura e organização curricular dos cursos de formação profissional, em vários níveis e modalidades de ensino, o PPC deve nortear o trabalho pedagógico de forma que contemple a articulação entre ciência, cultura, tecnologia e sociedade, tomando o trabalho como eixo articulador dos conteúdos, de forma a proporcionar uma formação profissional que dê suporte a uma atuação prática e intelectual.

A organização dos Projetos Pedagógicos de Curso deve far-se à luz da concepção de educação que norteia o trabalho educacional do Ifes, a qual, por sua vez, determina a concepção de currículo que se quer implementado/desenvolvido.

Na proposta do Ifes de “agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e discutir os princípios e tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica: uma formação profissional e tecnológica contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida” (PACHECO, 2009, p. 10).

Dessa forma, a organização curricular do Ifes tem como diretriz a formação de cidadãos trabalhadores que compreendam a realidade de forma crítica e criativa, e, a partir desta realidade, possam contribuir com a transformação de si mesmos e da sociedade.

Ao construir os currículos, deve-se ter em mente que estes não são neutros, isso porque expressam uma

concepção educativa, além de certo entendimento do papel ou função do próprio currículo na prática pedagógica. Stenhouse[13] (1984), citado por Sacristán, (1998), aponta para o currículo em uma perspectiva prática e de comunicação do que se quer produzir em uma dada realidade e evidencia, ainda, que o currículo não é estático.

Segundo Stenhouse (apud Sacristán 1998, p. 147), o currículo é uma tentativa para comunicar os princípios e traços essenciais de um propósito educativo, de tal forma que permaneça aberto à discussão crítica e possa ser transferido efetivamente para a prática. Ainda, para Sacristán (1998), é importante considerar, na elaboração do currículo, a manifestação da cultura e da integração entre a teoria e a prática.

Assim, o currículo passa a ser entendido como produto de uma realidade, na qual estão situados os interesses do sistema educativo, mas também as múltiplas demandas dos grupos sociais.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos caminham na mesma direção e devem contemplar um conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam a prática pedagógica do curso.

Ao organizar seus PPCs, o Ifes deve considerar:

- as concepções e orientações contidas ao longo deste documento – PDI;
- os documentos legais, em especial as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, inerentes à modalidade e ao nível de ensino desejado;
- um currículo transformador e contextualizado que contemple as demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho, em termos de compromisso ético para com os estudantes e a sociedade (BRASIL, 2012);
- a flexibilidade necessária, de modo que cada campus construa projetos inovadores, atualizados e próprios considerando as possibilidades da instituição;
- o perfil profissional de conclusão que contemple, de forma explícita, os conhecimentos, saberes e competências profissionais e pessoais correspondentes ao itinerário formativo, de modo que este perfil possa responder aos constantes desafios da vida cidadã e profissional, bem como às necessidades requeridas pelos arranjos sociais, culturais e produtivos presentes nos territórios de influência de cada campus;
- as quatro premissas apontadas pela UNESCO como eixos estruturais da educação na sociedade contemporânea, a saber: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser. Dessa forma, o currículo, deve contemplar conteúdos e estratégias de aprendizagem que promovam uma formação humana que integre os sujeitos no universo das relações políticas, do trabalho e das relações sociais;
- os princípios da interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade como mecanismos pedagógicos que superem a fragmentação de conhecimentos e a segmentação da organização curricular; que favoreça a compreensão de significados e a integração entre a teoria e a prática, envolvendo as dimensões das ciências, cultura, trabalho e as tecnologias a elas vinculadas;
- o compromisso ético para com os estudantes, considerando-os como sujeitos históricos e de direitos, participantes ativos e protagonistas do seu processo de formação;
- o respeito aos valores estéticos, políticos e éticos, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional (BRASIL, 2012);
- o reconhecimento das diversidades nas suas singularidades, desde as pessoas com necessidades especiais às identidades de gênero e étnico-raciais;
- o ensino, a extensão e a pesquisa de forma indissociável;
- a pesquisa como princípio educativo e científico e a extensão como forma de integração com a sociedade, superando a dicotomia entre a teoria e a prática.

Na organização dos conteúdos, deve-se contemplar (KUENZER, 2000[14], citado por PARANÁ, 2006):

- os princípios científicos gerais sobre os quais se fundamentam as relações sociais e produtivas;
- os conhecimentos relativos às formas tecnológicas que estão na raiz dos processos sociais e produtivos contemporâneos;

13 Stenhouse, L. Investigación y desaroopllo del curriculum. Madrid. Morata, 1984.

14 KUENZER, A. **Ensino médio:** construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo, Cortez, 2000.

- as formas de linguagem próprias das diferentes atividades sociais e produtivas;
- os conhecimentos sócio-históricos e as categorias de análise que propiciem a compreensão crítica da sociedade capitalista e das formas de atuação do homem, como cidadão e trabalhador, sujeito e objeto da história.

Para a construção do PPC, deve-se constituir comissões próprias que se articulem com os demais setores acadêmicos, para que, de forma coletiva e participativa, tomem as decisões sobre a estrutura e o funcionamento do curso, tendo como foco a formação de cidadãos críticos e compromissados com a transformação social.

O PPC deve ser avaliado pelos alunos e pela comunidade acadêmica diretamente envolvida, no sentido de sua reestruturação e adaptações, se necessário, tendo em vista dar-lhe publicidade à comunidade acadêmica e às famílias.

Os elementos operacionais constituintes do PPC serão orientados por uma normativa específica, elaborada pelo Ifes, respeitadas as orientações legais exigidas para cada nível de ensino.

3.9 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPI

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do Ifes, como todo projeto que defende os princípios de uma gestão democrática, foi construído de forma coletiva, entretecido pelos saberes e experiências múltiplas de diversos segmentos da comunidade educativa, contemplando as diversidades de nossa instituição. Os esforços dispendidos para sua elaboração tiveram como objetivo garantir que o documento refletisse essa realidade plural para que nossa instituição pudesse prosseguir na sua missão de atuar com excelência no campo educacional, utilizando como elementos estruturantes o ensino, a extensão e a pesquisa.

O PPI é um texto no qual se estabelecem princípios, políticas e diretrizes e, considerando a dinâmica dessas relações, torna-se indispensável uma constante avaliação de seu conteúdo, a qual esteja pautada em uma permanente reflexão. Busca-se, desta forma, consolidar este projeto como o instrumento de referência no fortalecimento das relações que configuram a identidade da instituição.

Para que tal perspectiva se concretize, deve-se constituir uma Comissão Permanente responsável pelo acompanhamento da implantação e pelas ações de avaliação do PPI, garantindo uma participação coletiva.

Essa comissão deve ser formada levando em conta:

- a representatividade da comissão responsável pela elaboração deste documento;
- a diversidade de realidade dos campi, considerando as características das regiões onde estão implantados;
- a diversidade de oferta de níveis e modalidades de ensino;
- a representatividade da comunidade educativa (docentes, discentes e técnico-administrativos);
- a representatividade dos diversos setores e áreas de atuação (gestão, ensino, extensão, pesquisa e administrativo).

A comissão terá como tarefas:

- acompanhar a implementação das diretrizes propostas neste documento, promovendo ações de divulgação por meio de seminários, visitas aos campi, formação de grupos de trabalho, entre outros;
- avaliar, de forma continuada, o PPI, possibilitando a participação da comunidade no processo;
- trabalhar, de forma participativa e colaborativa, na revisão do documento;
- implementar outras ações relacionadas com reestruturação, aplicação, avaliação e formação concernentes ao PPI;
- propor metodologia de trabalho para a próxima comissão responsável pela revisão do PPI, ao final de 5 anos.

4.ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

4. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

A organização acadêmica do Ifes é apresentada em um documento que regula toda a atividade acadêmica do Instituto, desde a inscrição nos processos seletivos até a emissão de certificados e diplomas: o Regulamento da Organização Didática – ROD. Fundamentado nas leis e demais normas do sistema federal de ensino, o ROD considera as características do Ifes, bem como as atuais normas e os avanços que o Instituto vem incorporando aos seus processos educativos. O processo de elaboração do atual ROD foi mais um exercício da gestão participativa do Ifes, com consulta à comunidade, apreciação pelo CEPE e aprovação pelo Conselho Superior.

Nesta seção é apresentado o cronograma de abertura dos cursos novos e programas, na modalidade presencial e à distância, no período de vigência do PDI, bem como as ações de Extensão e/ou cursos de Aperfeiçoamento ou FIC.

As propostas apresentadas para abertura de novas vagas nortearão a instituição em suas decisões acerca da oferta, da admissão de professores e da ampliação de espaço físico. Nesse sentido, cabe ressaltar que a criação, alteração e extinção dos cursos do Ifes são deliberações do CS. A execução deste cronograma, portanto, está condicionada às decisões do CS, com o assessoramento do CEPE e prévia apreciação do CGC ofertante.

São premissas para implantação de novas vagas:

1. conforme o *caput* do artigo 8º da Lei nº 11.892/2008, no desenvolvimento da sua ação acadêmica, em cada exercício, o Ifes garanta:

a. o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio;

b. o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

2. de acordo com o parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 11.892/2008, os percentuais acima referidos observem o conceito de aluno-equivalente, conforme regulamentação expedida pelo Ministério da Educação;

3. conforme previsto pelo parágrafo 2º do artigo 8º da Lei nº 11.892/2008, a oferta da formação em nível superior possa ser ajustada, quando justificada por demandas sociais, sem prejuízo do índice apresentado no item 1a, ou seja, por exclusão, com redução do índice apresentado no item 1b;

4. assim como disposto pelo parágrafo 1º do artigo 2º do Decreto nº 5.840/2006, no mínimo 10% (dez por cento) do total das vagas de ingresso da instituição sejam disponibilizadas para cursos do PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos;

5. conforme as metas 11.11 e 12.3 do Plano Nacional de Educação 2014-20124, a relação aluno-professor seja gradualmente elevada para, respectivamente, 20 nos cursos técnicos de nível médio e 18 nos cursos presenciais de graduação, ajustando-se o disposto na meta 3 do Termo de Acordo de Metas e Compromissos, que prevê a relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor, considerados os cursos técnicos, superiores e FIC, em relação ao quadro de professores ativos na Instituição.

4.1 OFERTA ATUAL DE CURSOS E PROGRAMAS

Alunos Matriculados no Ifes por Campus em 2014

Campus	Curso	Nível	Classificação	Modalidade	Alunos	Total
Alegre	Téc. em Agroindústria	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	107	
Alegre	Téc. em Agroindústria	Médio	Integrado EJA	Presencial	6	
Alegre	Téc. em Agropecuária	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	38	
Alegre	Téc. em Agropecuária	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	322	
Alegre	Téc. em Informática	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	36	
Alegre	Téc. em Manutenção e Suporte em Informática	Médio	Integrado EJA	Presencial	14	
Alegre	Téc. em Química	Médio	Concomitante PRONATEC	Presencial	30	
Alegre	Licenciatura em Ciências Biológicas	Graduação	Licenciatura	Presencial	147	1114
Alegre	Bacharelado em Ciências Biológicas	Graduação	Bacharelado	Presencial	12	
Alegre	Engenharia de Aquicultura	Graduação	Bacharelado	Presencial	61	
Alegre	Tecnol.em Cafeicultura	Graduação	Tecnologia	Presencial	74	
Alegre	Tecnol.em Análise e Desenvolv.de Sistemas	Graduação	Tecnologia	Presencial	91	
Alegre	Tecnol.em Aquicultura	Graduação	Tecnologia	Presencial	10	
Alegre	Especialização em Agroecologia	Pós-Grad.	Lato Sensu	Presencial	28	
Alegre	Cursos FIC PRONATEC	Fundamental	FIC PRONATEC	Presencial	138	
Aracruz	Téc. em Mecânica	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	112	
Aracruz	Téc. em Mecânica	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	194	
Aracruz	Téc. em Química	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	197	
Aracruz	Téc. em Adminstração	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	32	673
Aracruz	Aperfeiçoamente em Educação	Médio	FIC	EAD	36	
Aracruz	Licenciatura em Química	Graduação	Licenciatura	Presencial	102	
Cach. de Itap.	Téc. em Eletromecânica	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	162	
Cach. de Itap.	Téc. em Eletromecânica	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	142	
Cach. de Itap.	Téc. em Informática	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	74	
Cach. de Itap.	Téc. em Informática	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	129	
Cach. de Itap.	Téc. em Mineração	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	180	
Cach. de Itap.	Licenciatura em Matemática	Graduação	Licenciatura	Presencial	124	1348
Cach. de Itap.	Licenciatura em Informática	Graduação	Licenciatura	EAD	244	
Cach. de Itap.	Bacharelado em Sistemas de Informação	Graduação	Bacharelado	Presencial	41	
Cach. de Itap.	Engenharia Mecânica	Graduação	Bacharelado	Presencial	57	
Cach. de Itap.	Engenharia de Minas	Graduação	Bacharelado	Presencial	127	
Cach. de Itap.	Cursos FIC PRONATEC	Fundamental	FIC PRONATEC	Presencial	68	
Cariacica	Téc. em Administração	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	145	
Cariacica	Téc. em Logística	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	133	
Cariacica	Téc. em Manutenção Eletrom.Ferroviária	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	64	
Cariacica	Téc. em Manutenção Eletrom.Ferroviária	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	112	
Cariacica	Téc. em Portos	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	77	
Cariacica	Téc. em Portos	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	189	1127
Cariacica	FIC em Adminstração	Fundamental	FIC	Presencial	52	
Cariacica	Licenciatura em Física	Graduação	Licenciatura	Presencial	119	
Cariacica	Engenharia de Produção	Graduação	Bacharelado	Presencial	199	
Cariacica	Aperfeiçoamente em Educação	Médio	FIC	EAD	37	

Colatina	Cursos FIC PRONATEC	Fundamental	FIC PRONATEC	Presencial	209	1393
Colatina	Téc. em Comércio	Médio	Integrado EJA	Presencial	9	
Colatina	Téc. em Seg.do Trabalho	Médio	Integrado EJA	Presencial	3	
Colatina	Téc. em Edificações	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	22	
Colatina	Téc. em Edificações	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	237	
Colatina	Téc. em Informática	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	107	
Colatina	Téc. em Administração	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	294	
Colatina	Téc. em Informática	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	EAD	185	
Colatina	Tecnol.em Redes de Computadores	Graduação	Tecnologia	Presencial	43	
Colatina	Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo	Graduação	Bacharelado	Presencial	92	
Colatina	Tecnol.em Saneamento Ambiental	Graduação	Tecnologia	Presencial	104	
Colatina	Bacharelado em Sistemas de Informação	Graduação	Bacharelado	Presencial	88	
Guarapari	Cursos FIC PRONATEC	Fundamental	FIC PRONATEC	Presencial	70	771
Guarapari	Téc. em Administração	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	145	
Guarapari	Téc. em Administração	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	135	
Guarapari	Téc. em Administração	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	EAD	145	
Guarapari	Téc. em Eletromecânica	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	70	
Guarapari	Téc. em Eletromecânica	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	22	
Guarapari	Téc. em Eletrotécnica	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	62	
Guarapari	Téc. em Eletrotécnica	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	70	
Guarapari	Especialização em Gestão Estratégica de Negócios	Pós-Grad.	Lato Sensu	Presencial	10	
Guarapari	Bacharelado em Administração	Graduação	Bacharelado	Presencial	42	
Ibatiba	Téc. em Meio Ambiente	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	171	268
Ibatiba	Téc. em Meio Ambiente	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	35	
Ibatiba	Téc. em Floresta	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	62	
Itapina	Téc. em Agropecuária	Médio	Subsequente	Presencial	33	671
Itapina	Téc. em Agropecuária	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	262	
Itapina	Téc. em Zootecnia	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	129	
Itapina	Téc. em Alimentos	Médio	Integrado EJA	Presencial	9	
Itapina	Licenciatura em Ciências Agrícolas	Graduação	Licenciatura	Presencial	113	
Itapina	Agronomia	Graduação	Bacharelado	Presencial	125	
Linhares	Téc. em Administração	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	93	597
Linhares	Téc. em Administração	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	199	
Linhares	Téc. em Automação Industrial	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	97	
Linhares	Téc. em Automação Industrial	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	208	
Montanha	Téc. em Adminstração	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	22	22
Nova Venécia	Téc. em Edificações	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	68	470
Nova Venécia	Téc. em Edificações	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	166	
Nova Venécia	Téc. em Mineração	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	64	
Nova Venécia	Téc. em Mineração	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	172	

Piúma	Téc. em Aquicultura	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	217	447
Piúma	Téc. em Pesca	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	164	
Piúma	Téc. em Processamento de Pescado	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	13	
Piúma	Engenharia de Pesca	Graduação	Bacharelado	Presencial	53	
Santa Teresa	Cursos FIC PRONATEC	Fundamental	FIC PRONATEC	Presencial	85	1087
Santa Teresa	Gênero e Diversidade na Escola	Médio	FIC	EAD	135	
Santa Teresa	Téc. em Meio Ambiente	Médio	Subsequente	Presencial	56	
Santa Teresa	Téc. em Agroindústria	Médio	Integrado EJA	Presencial	29	
Santa Teresa	Téc. em Meio Ambiente	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	105	
Santa Teresa	Téc. em Agropecuária	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	303	
Santa Teresa	Tecnol.em Análise e Desenvolv.de Sistemas	Graduação	Tecnologia	Presencial	92	
Santa Teresa	Licenciatura em Ciências Biológicas	Graduação	Licenciatura	Presencial	116	
Santa Teresa	Agronomia	Graduação	Bacharelado	Presencial	166	
S. Mateus	Téc. em Eletrotécnica	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	83	611
S. Mateus	Téc. em Eletrotécnica	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	127	
S. Mateus	Téc. em Mecânica	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	83	
S. Mateus	Téc. em Mecânica	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	132	
S. Mateus	Engenharia Mecânica	Graduação	Bacharelado	Presencial	186	
Serra	Téc. em Automação industrial	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	208	1418
Serra	Téc. em Informática	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	261	
Serra	Téc. em Automação industrial	Médio	Integrado EJA	Presencial	3	
Serra	Téc. em Informática	Médio	Integrado EJA	Presencial	22	
Serra	Tecnol.em Redes de Computadores	Graduação	Tecnologia	Presencial	30	
Serra	Tecnol.em Análise e Desenvolv.de Sistemas	Graduação	Tecnologia	Presencial	11	
Serra	Engenharia de Controle e Automação	Graduação	Bacharelado	Presencial	277	
Serra	Tecnol.em Análise e Desenvolv.de Sistemas	Graduação	Tecnologia	EAD	346	
Serra	Bacharelado em Sistemas de Informação	Graduação	Bacharelado	Presencial	230	
Serra	Formação de Professores para EAD	Pós-Grad.	Lato Sensu	EAD	30	
Venda Nova	Téc. em Administração	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	69	610
Venda Nova	Téc. em Administração	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	239	
Venda Nova	Téc. em Agroindústria	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	222	
Venda Nova	Téc. em Agroindústria	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	21	
Venda Nova	Cursos FIC PRONATEC	Fundamental	FIC PRONATEC	Presencial	59	
Vila Velha	Téc. em Química	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	144	338
Vila Velha	Téc. em Biotecnologia	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	72	
Vila Velha	Licenciatura em Química	Graduação	Licenciatura	Presencial	122	

Vitória	Téc. em Edificações	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	159	
Vitória	Téc. em Estradas	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	132	
Vitória	Téc. em Eletrotécnica	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	240	
Vitória	Téc. em Mecânica	Médio	Integrado ao Ensino Médio	Presencial	156	
Vitória	Téc. em Metalurgia	Médio	Integrado EJA	Presencial	198	
Vitória	Téc. em Seg.do Trabalho	Médio	Integrado EJA	Presencial	191	
Vitória	Téc. em Edificações	Médio	Integrado EJA	Presencial	167	
Vitória	Téc. em Seg.do Trabalho	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	152	
Vitória	Téc. em Metalurgia	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	113	
Vitória	Téc. em Mecânica	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	258	
Vitória	Téc. em Eletrotécnica	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	99	
Vitória	Téc. em Edificações	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	30	
Vitória	Téc. em Estradas	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	62	3527
Vitória	Téc. em Geoprocessamento	Médio	Concomitante ao Ensino Médio	Presencial	133	
Vitória	Licenciatura em Matemática	Graduação	Licenciatura	Presencial	126	
Vitória	Licenciatura em Química	Graduação	Licenciatura	Presencial	15	
Vitória	Licenciatura em Letras	Graduação	Licenciatura	Presencial	121	
Vitória	Licenciatura em Letras	Graduação	Licenciatura	EAD	368	
Vitória	Engenharia Elétrica	Graduação	Bacharelado	Presencial	146	
Vitória	Engenharia Metalúrgica	Graduação	Bacharelado	Presencial	143	
Vitória	Engenharia Sanitária e Ambiental	Graduação	Bacharelado	Presencial	143	
Vitória	Mestrado em Eng.Metal.e Materiais	Pós-Grad.	Stricto Sensu	Presencial	34	
Vitória	Mestrado em Ciências e Matematica	Pós-Grad.	Stricto Sensu	Presencial	63	
Vitória	Especialização em Educ. Prof.I Int. Educ. Básica EJA	Pós-Grad.	Lato Sensu	Presencial	235	
Vitória	Especialização em Engenharia Elétrica	Pós-Grad.	Lato Sensu	Presencial	43	
Total de alunos						16492

Fonte: Sistema Acadêmico do Ifes em 05 de maio de 2014

4.2 CRONOGRAMA DE ABERTURA DOS CURSOS E PROGRAMAS

TABELA 2 - CRONOGRAMA DE ABERTURA DE CURSOS TÉCNICOS

Campus ofertante	Nome do Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Polos de apoio presencial	Fomento externo	Turnos de Funciona - mento	Número de Turmas	Número de discentes por turma	Regime de matrícula	Ano/ semestre previsto
Alegre	Treinamento e Instrução de Cães Guia	Integrado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	40	Anual	2015/2
Alegre	ND	Integrado Eja	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Semestral	2016/2
Aracruz	ND	Integrado Eja	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Semestral	2017/1
Barra de São Francisco	ND	Integrado Eja	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Semestral	2017/2
Barra de São Francisco	Administração	Concomitante	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	2	40	Semestral	2015/2
Barra de São Francisco	Administração	Integrado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	40	Anual	2016/1
Cachoeiro de Itapemirim	ND	Integrado Eja	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Semestral	2016/2
Cariacica	ND	Integrado Eja	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Semestral	2017/1
Cefor	ND	Integrado Eja	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Semestral	2016/2
Cefor	Infraestrutura Escolar		À distância	5	Sim (e-Tec)	N se aplica	5	30	Anual	2015/2
Cefor	Alimentação Escolar		À distância	5	Sim (e-Tec)	N se aplica	5	30	Anual	2015/2
Cefor	Secretaria Escolar		À distância	5	Sim (e-Tec)	N se aplica	5	30	Anual	2015/2
Cefor	Multimeios didáticos		À distância	5	Sim (e-Tec)	N se aplica	5	30	Anual	2015/2
Cefor	na área de Libras		À distância	5	Sim (e-Tec)	N se aplica	5	30	Anual	2018/1
Centro-serrano	ND	Integrado Eja	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Semestral	2018/1
Centro-serrano	Administração	Integrado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Matutino e Vespertino	3	40	Anual	2015/1
Centro-serrano	Administração	Subsequente	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	2	40	Anual	2016/1

Centro-serrano	Agroecologia	Integrado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Matutino e Vespertino	2	40	Anual	2017/1
Colatina	ND	Integrado Eja	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Semestral	2016/1
Guarapari	ND	Integrado Eja	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Semestral	2017/1
Guarapari	Mecânica	Integrado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Vespertino	1	36	Anual	2015/1
Guarapari	Mecânica	Concomitante	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	36	Anual	2016/1
Ibatiba	ND	Integrado Eja	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Semestral	2018/1
Itapina	ND	Integrado Eja	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Semestral	2016/1
Itapina	Geoprocessamento	Subsequente	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	40	Semestral	2018/1
Linhares	ND	Integrado Eja	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Semestral	2016/2
Montanha	ND	Integrado Eja	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Semestral	2016/2
Montanha	Agropecuária	Integrado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	40	Anual	2015/1
Montanha	Administração	Integrado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	40	Anual	2015/1
Montanha	Administração	Subsequente	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	40	Anual	2017/1
Nova Venécia	ND	Integrado Eja	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Semestral	2017/1
Nova Venécia	Meio Ambiente	Concomitante	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	40	Semestral	2016/1
Nova Venécia	Estradas	Concomitante	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	40	Semestral	2016/2
Piúma	ND	Integrado Eja	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Semestral	2017/2
Santa Teresa	ND	Integrado Eja	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Semestral	2016/1
Serra	Informática para internet	Subsequente	À distância	5	Não	N se aplica	5	50	Anual	2016/2

Serra	ND	Integrado Eja	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Semestral	2016/2
Serra	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	Concomitante	Presencial	N se aplica	N se aplica	Matutino/ Vespertino	2	40	Semestral	2016/1
Serra	Área de Automação/ Eletroeletrônica	Integrado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Matutino/ Vespertino	1	32	Anual	2017/1
Serra	Área de Informática - Infraestrutura	Integrado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Matutino/ Vespertino	1	40	Anual	2017/1
Venda Nova do Imigrante	ND	Integrado Eja	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Semestral	2016/2
Venda Nova do Imigrante	Especialização Técnica em Administração	Subsequente	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	36	Anual	2016/1
Viana	ND	Integrado Eja	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Semestral	2017/2
Viana	Logística	Integrado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	2	40	Anual	2016/1
Vila Velha	ND	Integrado Eja	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Semestral	2017/2
Vila Velha	Técnico de Gerência em Saúde		Á distância	6	Sim (e-Tec)	N se aplica	6	50	Semestral	2016/2
Vila Velha	Especialização Técnica em Gestão Estratégica da produção	Subsequente	Presencial	N se aplica	N se aplica	Vespertino/ Noturno	1	30	Semestral	2016/1
Vila Velha	Química	Integrado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Matutino	1	40	Semestral	2018/1
Vila Velha	Biotecnologia	Integrado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Matutino	1	40	Semestral	2018/1
Vitória	Meio Ambiente	Integrado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Matutino	1	32	Anual	2016/1
Vitória	Guia de Turismo	Integrado Eja	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	40	Semestral	2015/1
Vitória	Qualificação profissional em Cadista	Integrado Eja	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Semestral	2015/1

TABELA 3 - CRONOGRAMA DE ABERTURA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

Campus ofertante	Nome do Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Polos de apoio presencial	Fomento externo	Turnos de Funciona - mento	Número de Turmas	Número de discentes por turma	Regime de matrícula	Ano/ semestre previsto

Alegre	Ciências da Natureza	Licenciatura	Á distância	8	Não	N se aplica	8	40	Semestral	2016/1
Aracruz	Engenharia Mecânica	Bacharelado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	40	Créditos	2015/1
Aracruz	Química Industrial	Bacharelado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	40	Créditos	2016/1
Barra de São Francisco	Área de gestão	Bacharelado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	40	Créditos	2018/1
Barra de São Francisco	Área agrícola	Bacharelado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	40	Créditos	2018/1
Cachoeiro de Itapemirim	Engenharia Elétrica	Bacharelado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	40	Créditos	2017/1
Cachoeiro de Itapemirim	Licenciatura em Física	Licenciatura	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	40	Créditos	2018/1
Cefor	Licenciatura em Alfabetização	Licenciatura	Presencial	1	Não		1	40	Semestral	2017/1
Cefor	Licenciatura em Matemática	Licenciatura	À distância	5	Sim (UAB)	N se aplica	5	30	Anual	2018/1
Cefor	Licenciatura em Ciências da Natureza	Licenciatura	À distância	5	Sim (UAB)	N se aplica	5	30	Anual	2019/1
Colatina	Administração	Bacharelado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	40	Créditos	2015/1
Serra	Área de Informática	Bacharelado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	40	Créditos	2018/1
Guarapari	Engenharia elétrica	Bacharelado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	40	Créditos	2016/1
Itapina	Pedagogia	Licenciatura	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	40	Créditos	2015/1
Itapina	Zootecnia	Bacharelado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	40	Créditos	2018/1
Ibatiba	Engenharia Ambiental	Bacharelado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	40	Créditos	2018/1
Ibatiba	Geografia	Licenciatura	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	40	Créditos	2019/1
Linhares	Eng. de Controle e Automação	Bacharelado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	32	Créditos	2016/1
Montanha	Agronomia	Bacharelado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	40	Créditos	2018/2

Montanha	Administração	Bacharelado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	40	Créditos	2019/1
Nova Venécia	Geografia	Licenciatura	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	40	Créditos	2014/2
Nova Venécia	Geologia	Bacharelado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	40	Créditos	2016/1
Nova Venécia	Engenharia Civil	Bacharelado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	40	Créditos	2018/1
Piúma	Complementação pedagógica em biologia, física, química, letras português e matemática	Complement. Pedagógica	Á distância	6	Sim (UAB)	N se aplica	12	50	Créditos	2014/2
São Mateus	Engenharia elétrica	Bacharelado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	32	Créditos	2018/1
Viana	Logística	Tecnologia	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	40	Seriado	2015/2
Vila Velha	Engenharia Química	Bacharelado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	40	Créditos	2019/1
Vila Velha	Química Industrial	Bacharelado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	40	Créditos	2015/2
Vila Velha	Biomedicina	Bacharelado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	40	Créditos	2018/2
Vitória	Engenharia Civil	Bacharelado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	36	Créditos	2017/1
Vitória	Educ. Física	Licenciatura	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	40	Créditos	2018/1
Vitória	Engenharia Mecânica	Bacharelado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	36	Créditos	2017/1

TABELA 4 - CRONOGRAMA DE ABERTURA DE CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Campus ofertante	Nome do Curso	Tipo de Oferta	Modalidade	Polos de apoio presencial	Fomento externo	Turnos de Funciona - mento	Número de Turmas	Número de discentes por turma	Regime de matrícula	Ano/ semestre previsto
Alegre	Agroecologia	Especialização	A distância	6	N se aplica	N se aplica	6	30	Anual	2016/2
Alegre	Agroecologia	Mestrado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	12	Anual	2016/1

		Profissional								
Aracruz	Educação Ambiental	Especialização	Presencial	N se aplica	N se aplica	Diurno	1	40	Anual	2016/1
Aracruz	Eng. de Petróleo e Gás	Especialização	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	30	Anual	2016/1
Barra de São Francisco	Pedagogia da Alternância	Especialização	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	30	Anual	2015/2
Cachoeiro de Itapemirim	Eng.Produção	Especialização	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	30	Anual	2016/1
Cachoeiro de Itapemirim	Seg.Trabalho	Especialização	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	30	Anual	2016/1
Cariacica	Educação: Currículo e Ensino	Especialização	A distância	4	N se aplica	N se aplica	4	40	Anual	2016/1
Cariacica	Ensino de Física	Mestrado Profissional em rede nacional	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	15	Anual	2014/2
Cefor	Tecnologias Educacionais	Especialização	A distância	1	Não	N se aplica	2	30	Anual	2015/1
Cefor	Informática na Educação	Especialização	A distância	5	Sim (UAB)	N se aplica	5	30	Anual	2014/1
Cefor	Educação a Distância	Especialização	A distância	1	Não	N se aplica	2	30	Anual	2017/2
Cefor	Na área de Educação Ambiental e Direitos Humanos	Especialização	Semi-presencial	1	Sim		2	30	Anual	2019/2
Cefor	Na área de Informática na Educação	Mestrado	Presencial	1	Não		1	20	Anual	2017/2
Cefor	Na área de Ensino	Mestrado	Presencial	1	Não		1	20	Anual	2016/2
Cefor	Ensino na Educação Básica	Doutorado	Presencial	1	Não		1	15	Anual	2016/2
Colatina	Educação	Especialização	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	30	Anual	2016/2
Colatina	Administração Pública	Mestrado Profissional em rede nacional	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	20	Anual	2016/1
Itapina	Agricultura Sustentável	Especialização	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	30	Anual	2016/2
Itapina	Bovinocultura de Leite	Especialização	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	30	Anual	2016/2

Itapina	Agricultura Sustentável	Mestrado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	20	Anual	2018/2
Itapina	Formação de Educ. no Campo: Novos desafios da alternância como pedagog de interface entre escola e o meio sócio produtivo	Mestrado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	20	Anual	2018/2
Linhares	Gestão Empresarial	Especialização	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	30	Anual	2014/2
Montanha	Gestão Rural	Especialização	A distância	8	N se aplica	N se aplica	8	30	Anual	2019/1
Montanha	Ensino na Educ. Básica	Especialização	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	30	Anual	2016/2
Polo de Inovação	Gestão da Inovação	Especialização	A distância	3	N se aplica	N se aplica	3	30	Anual	2016/2
Nova Venécia	Metodologias e Práticas p Ensino Fundamental	Especialização	A distância	5	N se aplica	N se aplica	8	30	Anual	2016/1
Nova Venécia	Gestão Ambiental	Especialização	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	40	Anual	2014/2
Piúma	Educação Ambiental	Especialização	A distância	3	N se aplica	N se aplica	3	50	Anual	2017/1
Piúma	Processamento de Pescado	Especialização	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Anual	2017/2
Piúma	Recursos Pesqueiros	Mestrado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	10	Anual	2018/2
São Mateus	Engenharia de controle e instrumentação	Especialização	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Anual	2017/1
São Mateus	Engenharia Mecânica	Especialização	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	20	Anual	2019/1
Serra	Redes de Computadores	Especialização	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	25	Anual	2016/1
Serra	Eng. Controle e Automação	Mestrado Profissional	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	22	Anual	2015/2
Serra	Informática	Mestrado Profissional	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	25	Anual	2018/1
Serra	Ensino em Engenharia	Especialização	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	25	Anual	2016/2

Serra	Ensino em Engenharia	Mestrado Profissional em rede nacional	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	25	Anual	2019/1
Venda Nova do Imigrante	Ciência e Tecnologia de Alimentos	Mestrado	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	14	Anual	2017/1
Viana	Logística	Especialização	Presencial	N se aplica	N se aplica	Noturno	1	30	Anual	2017/2
Vila Velha	Ensino Interdisciplinar em Saúde e Meio Ambiente	Especialização	A distância	7	N se aplica	N se aplica	7	30	Semestral	2016/2
Vila Velha	Formação de professores – ensino de ciências	Especialização	A distância	7	N se aplica	N se aplica	7	40	Semestral	2017/2
Vila Velha	Mestrado Profissional em Ensino de Química	Mestrado Profissional	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	30	Anual	2016/1
Vila Velha	Tecnologias Química e Biologia	Mestrado Profissional	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	20	Anual	2016/2
Vitória	Profletras	Mestrado Profissional	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	18	Anual	2014/2
Vitória	Tecnologias Sustentáveis	Mestrado Profissional	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	20	Anual	2016/1
Vitória	Ensino de Humanidades	Mestrado Profissional	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	15	Anual	2016/1
Vitória	PROFEPT Educ. Prof.e Tecnológica	Mestrado Profissional em rede nacional	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	20	Anual	2016/1
Vitória	Eng. Elétrica Sist. Elet. De Potência	Mestrado Profissional	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	15	Anual	2017/1
Vitória	Educação Profissional e Tecnológica	Mestrado Profissional	Presencial	N se aplica	N se aplica	Integral	1	20	Anual	2017/1

Tabela 5. Ações de Extensão e/ou cursos de Aperfeiçoamento ou FIC

PLANEJAMENTO DE AÇÕES DE EXTENSÃO – IFES - CURSOS							
Campus Ofertante	**Ome do Curso**	**Tipo de Oferta**	**Turnos de Funcionamento**	**Número de Turmas**	**Número de discente por turma**	**Modalidade**	**Ano/ semestre previso**
Alegre	Técnico Subsequente em Química/Pronatec	Subsequente	Noturno	1	30	Presencial	2014/02
Alegre	Técnico Subsequente em Química/Pronatec	Subsequente	Noturno	1	30	Presencial	2015/02
Alegre	Técnico Subsequente em Treinamento e Instrução de Cães-Guia/Pronatec	Subsequente	Matutino	1	20	Presencial	2015/02
Alegre	Técnico Subsequente/Pronatec	Subsequente	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	2	30	Presencial	2016/02
Alegre	Técnico Subsequente/Pronatec	Subsequente	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	2	30	Presencial	2017/02
Alegre	Técnico Subsequente/Pronatec	Subsequente	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	2	30	Presencial	2018/02
Alegre	Técnico Subsequente/Pronatec	Subsequente	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	2	30	Presencial	2019/02
Alegre	FIC/Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	6	25	Presencial	2015/01
Alegre	FIC/Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	6	25	Presencial	2015/02
Alegre	FIC/Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	6	25	Presencial	2016/01
Alegre	FIC/Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	6	25	Presencial	2016/02
Alegre	FIC/Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	6	25	Presencial	2017/01
Alegre	FIC/Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	6	25	Presencial	2017/02
Alegre	FIC/Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	6	25	Presencial	2018/01
Alegre	FIC/Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	6	25	Presencial	2018/02
Alegre	FIC/Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	6	25	Presencial	2019/01
Alegre	FIC/Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	6	25	Presencial	2019/02
Alegre	Redação e estilo: produzindo textos com autoria e originalidade	Extensão	Vespertino	1	10	Presencial	2015/01

Aracuz	Libras	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2015/2
Aracuz	Inglês Básico	FIC	Noturno	1	15	Presencial	2015/2
Aracuz	Solda Mig Mag	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2015/2
Aracuz	Arquitetura Naval - módulo II	FIC	Diurno	2	50	Presencial	2015/2
Aracuz	Auxiliar de Recursos Humanos	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2015/2
Aracuz	Atendimento ao Cliente	FIC	Noturno	1	25	Presencial	2016/1
Aracuz	Noção de desenho e Auto Cad	FIC	Diurno	1	20	Presencial	2016/1
Aracuz	Pronatec – a definir	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	3	70	Presencial	2016/1
Aracuz	Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	4	80	Presencial	2016/2
Aracuz	Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	3	70	Presencial	2017/1
Aracuz	Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	4	90	Presencial	2017/2
Aracuz	Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	3	70	Presencial	2018/1
Aracuz	Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	4	90	Presencial	2018/2
Barra de são Francisco	Curso Básico de Panificação	N/D	Matutino e/ou Vespertino	N/D	1	Presencial	2014/2
Barra de são Francisco	Agricultor Familiar (Pronatec)	FIC	Vespertino e/ou Noturno	N/D	1	Presencial	2014/2
Barra de são Francisco	Atendimento ao Cliente – Setor Comércio	N/D	Noturno	N/D	2	Presencial	2015/1
Barra de são Francisco	Direito do Consumidor para Logistas	N/D	Noturno	N/D	2	Presencial	2015/1
Barra de são Francisco	Auxiliar Administrativo (Pronatec)	FIC	Noturno	N/D	1	Presencial	2014/2
Barra de são Francisco	Cidadania e Educação Inclusiva	N/D	Noturno	N/D	2	Presencial	2015/1 e 2015/2
Barra de são Francisco	Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais	N/D	Noturno	N/D	2	Presencial	2014/2
Barra de são Francisco	Noções Básicas para Concursos	N/D	Noturno	N/D	1	Presencial	2015/1
Barra de são Francisco	Aperfeiçoamento em Pedagogia da Alternância e Educação do Campo	FIC	Matutino e/ou Vespertino	N/D	1	Presencial	2015/1
Cachoeiro	Curso de pré-incubação de empreendimentos	FIC	A definir	A definir	A definir	Presencial	2016 a 2019

Cachoeiro	Programa mini-empresa	FIC	Matut/Vespertino	1	20	Presencial	2015/2-2019/02
Cachoeiro	Libras - Pronatec:	FIC	Vespertino	1	20	Presencial	2015/02-2016/01
Cachoeiro	Eletricista instalador predial de baixa tensão - Pronatec:	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2016/2
Cachoeiro	Agente comunitário de saúde - Pronatec:	FIC	Noturno	1	40	Presencial	2016/2
Cachoeiro	Cuidador de idoso - Pronatec:	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2016/2
Cachoeiro	Desenhista mecânica - Pronatec:	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2016/2
Cachoeiro	Aulixiar administrativo - Pronatec:	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2016/2
Cachoeiro	Inglês - Pronatec:	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2016/2
Cariacica	Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	3	30	Presencial	2015/2 a 2019
Cariacica	Formação de Professores	FIC	N/D	1	80	Presencial	2015/2 a 2019
Cariacica	Formação de Trabalhadores Portuários, Ferroviários e Logística	FIC	N/D		N/D	Presencial	2015 a 2019
Cariacica	Área de Informática	FIC	Vespertino	1	25	Presencial	2015/2
Cefor	Alfabetização Científica e Cidadania Socioambiental	Extensão	Não se aplica	1	30	Á distância	2015/2
Cefor	Aprendizagem e Fracasso Escolar	Extensão	Não se aplica	1	30	Á distância	2015/2
Cefor	Gestão Documental, Técnicas de Arquivo e Avaliação de Documentos	FIC	Não se aplica	1	60	Á distância	2015/2
Cefor	Grandezas e Medidas: Possibilidades para Ações em Sala de Aula do Ensino Fundamental	Extensão	Não se aplica	1	30	Á distância	2015/2
Cefor	Formação de Tutores para EaD - UAB	Aperfeiçoamento	Não se aplica	4	30	Á distância	2014/1
Cefor	Formação de Professores para EaD - UAB	Aperfeiçoamento	Não se aplica	4	30	Á distância	2014/1
Cefor	Formação de Designer Instrucional para EaD - UAB	Aperfeiçoamento	Não se aplica	4	30	Á distância	2014/1
Cefor	Formação de Formadores	Aperfeiçoamento ou FIC		1	30	Semi presencial	2015/2
Cefor	Libras	FIC	Não se aplica	1	30	Á distância	2016/1
Cefor	E-Tec Idiomas – Inglês	FIC	Não se aplica	10	30	Á distância	2016/1
Cefor	E-Tec Idiomas – Espanhol	FIC	Não se aplica	10	30	Á distância	2016/1
Cefor	Orientador de TCC para EaD	FIC	Não se aplica	1	30	Á distância	2015/2
Cefor	Capacitação de Professores para a Modalidade a distância UAB	FIC	Não se aplica	1	100	Á distância	2014/1
Cefor	Capacitação de Tutores - UAB	FIC	Não se aplica	1	190	Á distância	2014/1
Cefor	Orientação de TCC - UAB	FIC	Não se aplica	1	50	Á distância	2014/1

Cefor	Designer Instrucional - UAB	FIC	Não se aplica	1	50	Á distância	2014/1
Cefor	Revisão de Texto no Word	FIC	Não se aplica	2	30	Á distância	2015/1
Cefor	Hangout	FIC	Não se aplica	2	30	Á distância	2016/1
Cefor	Webconferência	FIC	Não se aplica	2	30	Á distância	2016/1
Cefor	Tablet na educação	FIC	Não se aplica	2	30	Á distância	2015/2
Cefor	Moodle Versão 1.9 - visão professor	FIC	Não se aplica	1	30	Á distância	2015/2
Cefor	Moodle Versão 1.9 - visão aluno	FIC	Não se aplica	1	30	Á distância	2015/2
Cefor	Moodle Versão 1.9 - visão tutor	FIC	Não se aplica	1	30	Á distância	2015/2
Cefor	Moodle Versão 2.7 - visão professor	FIC	Não se aplica	1	30	Á distância	2016/1
Cefor	Moodle Versão 2.7 - visão aluno	FIC	Não se aplica	1	30	Á distância	2016/1
Cefor	Moodle Versão 2.7 - visão tutor	FIC	Não se aplica	1	30	Á distância	2016/1
Cefor	Google Documentos	FIC	Não se aplica	1	30	Á distância	2015/2
Cefor	Google Planilha	FIC	Não se aplica	1	30	Á distância	2015/2
Cefor	Google Apresentação	FIC	Não se aplica	1	30	Á distância	2015/2
Cefor	Google Formulário	FIC	Não se aplica	1	30	Á distância	2015/2
Cefor	Software de autoria (powtoon)	FIC	Não se aplica	2	30	Á distância	2015/2
Cefor	Criação e tutoriais com o Wink (curso)	FIC	Não se aplica	2	30	Á distância	2016/1
Cefor	Direito Autoral e a EaD	FIC	Não se aplica	2	30	Á distância	2016/1
Cefor	Movie Maker	FIC	Não se aplica	2	30	Á distância	2015/2
Cefor	Propostas Investigativas e Resolução de Problemas em EaD	FIC	Não se aplica	2	30	Á distância	2016/2
Cefor	Lousa Digital	FIC	Não se aplica	1	30	Á distância	2015/2
Cefor	Português Técnico	FIC	Não se aplica	1	30	Á distância	2016/2
Cefor	Excel Básico	FIC	Não se aplica	1	30	Á distância	2016/2
Cefor	Smartphone	FIC	Não se aplica	1	30	Á distância	2016/2
Centro-Serrano	Formação para docentes da Educação Básica	N/D	Noturno	1	40	Presencial	2014/2
Centro-Serrano	Auxiliar Administrativo	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2014/2
Centro-Serrano	Secretariado Escolar	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2015/2
Centro-Serrano	Auxiliar de Finanças	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2015/2
Colatina	Auxiliar Administrativo (Pronatec)	FIC	Noturno	2	40	Presencial	2014/2
Colatina	Auxiliar de Recursos Humanos (Pronatec)	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2014/2
Colatina	Auxiliar de Secretaria Escolar (Pronatec)	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2014/2
Colatina	Inglês Básico (Pronatec)	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2014/2

Colatina/Itapina	Curso de Pré-Incubação para Empreendedores	FIC	Vespertino	1	25	Presencial	2014/2
Colatina	Assistente Administrativo (Pronatec)	FIC	Noturno	1	15	Presencial	2015/2
Colatina	Inglês Básico (Pronatec)	FIC	Noturno	1	15	Presencial	2015/2
Colatina	Espanhol (Pronatec)	FIC	Noturno	1	15	Presencial	2015/2
Colatina	Regente de Coral	FIC	Noturno	1	15	Presencial	2015/2
Guarapari	Curso de Idiomas	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2014/1
Guarapari	Estudos avançados de Física	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2014/1
Guarapari	Programação de Arduíno	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2014/2
Guarapari	Elaboração de projetos sociais	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2016/1
Guarapari	Captação de recursos financeiros e materiais	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2016/1
Guarapari	Direitos humanos para comunidade	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2016/1
Guarapari	Introdução ao MS Project	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2016/2
Guarapari	Práticas docentes no Ensino de Biologia	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2017/1
Guarapari	Segurança em Laboratórios	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2019/1
Guarapari	Informática básica	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2016/2
Guarapari	Cuidadores de Idosos	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2017/1
Guarapari	Escrevendo projetos para Feiras de Ciências	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2016/1
Guarapari	Programa Mulheres Mil	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2016/1
Guarapari	PRONATEC - Auxiliar Administrativo	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2014/1
Guarapari	PRONATEC - Eletricista predial de baixa tensão	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2014/1
Guarapari	PROMINP - Profissional do Planejamento	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2015/1
Guarapari	Automação residencial / predial	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2017/1
Guarapari	Microcontroladores	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2017/1
Guarapari	Instalações Elétricas	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2017/2
Guarapari	Acionamentos Elétricos	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2017/2
Guarapari	Fontes Renováveis	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2018/1
Guarapari	Eficiência Energética	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2018/1
Guarapari	Robótica	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2018/1
Guarapari	Nivelamento	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2018/1
Guarapari	Perfumaria e cosméticos	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2017/1
Ibatiba	Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	1	30	Presencial	2014/2
Ibatiba	Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	10	30	Presencial	2015/2

Ibatiba	Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	10	30	Presencial	2016/2
Ibatiba	Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	10	30	Presencial	2017/2
Ibatiba	Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	10	30	Presencial	2018/2
Ibatiba	Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	10	30	Presencial	2019/2
Ibatiba	Oficina: Técnicas de laboratório e análises físico-químicas de água.	N/D	Matutino	1	30	Presencial	2015/1
Ibatiba	Ações de diagnóstico e recuperação de áreas degradadas no município de Ibatiba – E.S	N/D	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	1	4	Presencial	2015 a 2017
Ibatiba	Princípios Básicos da Educação Ambiental	N/D	Diurno	1	40	Presencial	2015/1
Ibatiba	Curso de Planejamento de Aula e Avaliação de Aprendizagem Escolar	N/D	Matutino/ Vespertino	1	40	Presencial	2014/2
Itapina	Agricultor Familiar	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2014/1
Itapina	Vendedor	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2014/1
Itapina	Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2014/2
Itapina	Operador de Sistemas de Irrigação	FIC	Noturno	1	25	Presencial	2014/2
Itapina	Inglês básico	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2014/2
Itapina	Operador de computador	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2014/2
Itapina	Artesão de pintura em tecido	FIC	N/D	3	100	Presencial	2015/1
Itapina	Agricultura orgânica	FIC	N/D	1	20	Presencial	2015/1
Itapina	Inglês básico	FIC	N/D	1	15	Presencial	2015/1
Itapina	LIBRAS Básico	FIC	N/D	1	15	Presencial	2015/1
Itapina	Jardinagem	FIC	Vespertino / Noturno	1	20	Presencial	2014/1
Itapina	Jardinagem	FIC	Vespertino / Noturno	1	20	Presencial	2016/1
Itapina	Jardinagem	FIC	Vespertino / Noturno	1	20	Presencial	2016/2
Itapina	Jardinagem	FIC	Vespertino / Noturno	1	20	Presencial	2017/1
Itapina	Jardinagem	FIC	Vespertino / Noturno	1	20	Presencial	2017/2
Itapina	Jardinagem	FIC	Vespertino / Noturno	1	20	Presencial	2018/1
Itapina	Jardinagem	FIC	Vespertino / Noturno	1	20	Presencial	2018/2
Itapina	Jardinagem	FIC	Vespertino / Noturno	1	20	Presencial	2019/1
Itapina	Introdução ao Latex: Usando o modelo LATEX2IFES para formatação de trabalhos acadêmicos do IFES	FIC	Vespertino	1	15	Presencial	2014/1

Itapina	LIBRAS Básico	FIC	Vespertino	1	20	Presencial	2014/1 a 2014/2
Itapina	LIBRAS Básico	FIC	Vespertino	1	25	Presencial	2015/2 a 2016/1
Itapina	LIBRAS Básico	FIC	Vespertino	1	25	Presencial	2016/1 a 2016/2
Itapina	LIBRAS Básico	FIC	Vespertino	1	25	Presencial	2017/1 a 2017/2
Itapina	LIBRAS Básico	FIC	Vespertino	1	25	Presencial	2018/1 a 2018/2
Itapina	LIBRAS Básico	FIC	Vespertino	1	25	Presencial	2019/1 a 2019/2
Itapina	LIBRAS Intermediário	FIC	Vespertino	1	20	Presencial	2014/1 a 2014/2
Itapina	LIBRAS Intermediário	FIC	Vespertino	1	25	Presencial	2016/1 a 2016/2
Itapina	LIBRAS Intermediário	FIC	Vespertino	1	25	Presencial	2017/1 a 2017/2
Itapina	LIBRAS Intermediário	FIC	Vespertino	1	25	Presencial	2018/1 a 2018/2
Itapina	LIBRAS Intermediário	FIC	Vespertino	1	20	Presencial	2019/1 a 2019/2
Itapina	Piscicultura como Alternativa Social, Econômica e Ambiental	FIC	Matutino/Vespertino	1	50	Presencial	2014/2
Itapina	Piscicultura como Alternativa Social, Econômica e Ambiental	FIC	Matutino/Vespertino	1	50	Presencial	2015/2
Itapina	Piscicultura como Alternativa Social, Econômica e Ambiental	FIC	Matutino/Vespertino	1	50	Presencial	2016/1
Itapina	Piscicultura como Alternativa Social, Econômica e Ambiental	FIC	Matutino/Vespertino	1	50	Presencial	2016/2
Itapina	Piscicultura como Alternativa Social, Econômica e Ambiental	FIC	Matutino/Vespertino	1	50	Presencial	2017/1
Itapina	Piscicultura como Alternativa Social, Econômica e Ambiental	FIC	Matutino/Vespertino	1	50	Presencial	2017/2
Itapina	Piscicultura como Alternativa Social, Econômica e Ambiental	FIC	Matutino/Vespertino	1	50	Presencial	2018/1
Itapina	Piscicultura como Alternativa Social, Econômica e Ambiental	FIC	Matutino/Vespertino	1	50	Presencial	2018/2
Itapina	Piscicultura como Alternativa Social, Econômica e Ambiental	FIC	Matutino/Vespertino	1	50	Presencial	2019/1

Linhares	Informática Básica	FIC	Noturno	1	16	Presencial	2014/2, 2015/2, 2016/2, 2017/2, 2018/2
Linhares	Cartografias do Contemporâneo: poder e resistência em Deleuze, Foucault e Nietzsche	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2014/2
Linhares	Política, Poder e Resistência no Contemporâneo	FIC	Noturno	1	40	Presencial	2015/1, 2016/1, 2017/1, 2018/1, 2019/1
Linhares	Gestão de Negócios em Organizações Associativas com Ênfase em Assentamentos da Reforma Agrária	FIC	Matutino/ Vespertino	1	40	Presencial	2015/1, 2016/1, 2017/1, 2018/1, 2019/1
Linhares	Direitos Fundamentais e Participação Social	FIC	Matutino/ Vespertino	1	50	Presencial	2015/2, 2016/2, 2017/2, 2018/2
Linhares	Formação e Gestão Política	FIC	Matutino/ Vespertino	1	60	Presencial	2015/2, 2016/2, 2017/2, 2018/2
Linhares	Educação em Ciências	FIC	Noturno	1	40	Presencial	2015/2, 2016/2, 2017/2, 2018/2
Linhares	Educação em Matemática	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2015/2, 2016/2, 2017/2, 2018/2
Linhares	Inglês Básico para Crianças e Adolescentes	FIC	Noturno	1	16	Presencial	2015/2, 2017/2
Linhares	Inglês Intermediário para Crianças e Adolescentes	FIC	Noturno	1	16	Presencial	2016/2, 2018/2
Linhares	Inglês Pré-avançado para Crianças e Adolescentes	FIC	Noturno	1	16	Presencial	2017/2
Linhares	Programação de uma Célula Mecatrônica Usando Controlador Lógico Programável e Linguagem Ladder	FIC	Noturno	1	9	Presencial	2014/2, 2015/2, 2016/2, 2017/2, 2018/2
Linhares	Língua Brasileira de Sinais (Libras) – Básico	FIC	Noturno	2	20	Presencial	2014/2

Linhares	Inglês Básico	FIC	Noturno	2	20	Presencial	2014/2
Linhares	Língua Brasileira de Sinais (Libras) – Básico	FIC	Noturno	2	15	Presencial	2015/2
Linhares	Inglês Básico	FIC	Noturno	2	15	Presencial	2015/2
Linhares	Confeccionador de Bijuterias	FIC	Matutino/Vespertino	1	20	Presencial	2015/2
Linhares	Manicure e Pedicure	FIC	Matutino/Vespertino	1	20	Presencial	2015/2
Linhares	Preparador de Doces e Conservas	FIC	Matutino/Vespertino	1	20	Presencial	2015/2
Linhares	Língua Brasileira de Sinais (Libras) – Básico	FIC	Noturno	2	15	Presencial	2016/2
Linhares	Inglês Básico	FIC	Noturno	2	15	Presencial	2016/2
Linhares	Confeccionador de Bijuterias	FIC	Matutino/Vespertino	1	20	Presencial	2016/2
Linhares	Manicure e Pedicure	FIC	Matutino/Vespertino	1	20	Presencial	2016/2
Linhares	Preparador de Doces e Conservas	FIC	Matutino/Vespertino	1	20	Presencial	2016/2
Linhares	Língua Brasileira de Sinais (Libras) – Básico	FIC	Noturno	2	15	Presencial	2017/2
Linhares	Inglês Básico	FIC	Noturno	2	15	Presencial	2017/2
Linhares	Confeccionador de Bijuterias	FIC	Matutino/Vespertino	1	20	Presencial	2017/2
Linhares	Manicure e Pedicure	FIC	Matutino/Vespertino	1	20	Presencial	2017/2
Linhares	Preparador de Doces e Conservas	FIC	Matutino/Vespertino	1	20	Presencial	2017/2
Linhares	Língua Brasileira de Sinais (Libras) – Básico	FIC	Noturno	2	15	Presencial	2018/2
Linhares	Inglês Básico	FIC	Noturno	2	15	Presencial	2018/2
Linhares	Confeccionador de Bijuterias	FIC	Matutino/Vespertino	1	20	Presencial	2018/2
Linhares	Manicure e Pedicure	FIC	Matutino/Vespertino	1	20	Presencial	2018/2
Linhares	Preparador de Doces e Conservas	FIC	Matutino/Vespertino	1	20	Presencial	2018/2
Montanha	AGENTE DE INCLUSÃO DIGITAL	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2014/2
Montanha	ARTESÃO DE BIOJOIAS	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2014/2
Montanha	AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2014/2
Montanha	AUXILIAR FINANCEIRO	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2014/2
Montanha	AUXILIAR TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2014/2
Montanha	CONTADOR DE HISTÓRIAS	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2014/2
Montanha	ASSISTENTE DE PRODUÇÃO CULTURAL	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2014/2
Montanha	Cuidador de idoso	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2015/2
Montanha	Horticultor orgânico	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2015/2
Montanha	Assistente administrativo	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2015/2
Montanha	Churrasqueiro	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2014 e 2015/2

Montanha	Auxiliar de saúde bucal	FIC	Noturno	1	40	Presencial	2015/2
Montanha	Cuidador infantil	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2014 e 2015/2
Montanha	Montador e reparador de computadores	FIC	Noturno	1	40	Presencial	2015/2
Montanha	Operador de computador	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2015/2
Montanha	Assistente de recursos humanos	FIC	Noturno	1	15	Presencial	2015/2
Montanha	Borracheiro, alinhador e balanceador	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2015/2
Montanha	Eletricista de automóveis	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2015/2
Montanha	Curso de interpretação teatral	Iniciação	Noturno	1	30	Presencial	2015/2
Montanha	Curso de Hábitos e Técnicas de Estudo	Iniciação	Matutino e vespertino	5	40	Presencial	2015/2
Montanha	Curso de Matemática para professores das séries finais do Ensino Fundamental	Atualização	Noturno	1	30	Presencial	2015/2
Montanha	Curso de Ciências para professores do 9º ano do Ensino Fundamental	Atualização	Noturno	1	30	Presencial	2015/2
Nova Venécia	Curso de Sistemas de Impermeabilização	N/D	Noturno	1	21	Presencial	2014/1
Nova Venécia	Curso de Cuidador de Idoso	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2014/2
Nova Venécia	Curso de Auxiliar Administrativo	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2014/2
Nova Venécia	Curso de Recepcionista	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2014/2
Nova Venécia	Curso de Auxiliar de Pessoal	FIC	Noturno	1	40	Presencial	2014/2
Nova Venécia	Curso de Desenhista de Topografia	FIC	Vespertino	1	20	Presencial	2014/2
Nova Venécia	Oficinas de Música	N/D	Diurno / Noturno	6	Variável para cada turma 110 vagas	Presencial	2014/2
Nova Venécia	Curso de Recomendações para o Preparo, Lançamento, Adensamento, Cura e Desforma do Concreto	N/D	Noturno	1	22	Presencial	2014/2
Nova Venécia	Curso de Formação e Gestão Política	N/D	Diurno	23	Variável para cada turma 1520 vagas	Presencial	2015-2016
Nova Venécia	Curso de Recomendações para o Preparo, Lançamento, Adensamento, Cura e Desforma do Concreto	N/D	Noturno	1	25	Presencial	2015/2
Nova Venécia	Iniciação em Gestão Mineral	N/D	Noturno	1	25	Presencial	2015-2016
Piuma	Ensino Profissional Marítimo – Aquaviários do 3º grupo (pescadores)	FIC	N/D	N/D	N/D	Presencial	Permanente
Piuma	Mulheres Mil - Pintura em tecido	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2015/2
Piuma	Mulheres Mil – Artesanato de Biojoias	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2015/2
Piuma	Mulheres Mil - Manicure	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2015/2
Piuma	Uso de tecnologias assistivas na educação especial	Aperfeiçoamento	EAD	4	60	Presencial	2015/2

Piuma	Educacao Ambiental	Aperfeiçoamento	Diurno	3	30	Presencial	2015/2
Santa Teresa	CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO	FIC	Diurno	1	150	Presencial	2014/2
Santa Teresa	III CICLO DE DEBATES: DIVERSIDADE, DIFERENÇA E EDUCAÇÃO	Evento	Diurno	1	150	Presencial	2014/2
Santa Teresa	PROJETO PREPARATÓRIO PARA O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM	Extensão	Diurno	1	46	Presencial	2014/2
São Mateus	Soldador no Processo Eletrodo Revestido Aço Carbono e Aço Baixa Liga (Montanha)	FIC	Noturno	01	20	Presencial	2013/2 a 2014/1
São Mateus	Torneiro Mecânico	FIC	Noturno	01	20	Presencial	2013/2 a 2014/1
São Mateus	Soldador no Processo Eletrodo Revestido Aço Carbono e Aço Baixa Liga (São Mateus)	FIC	Noturno	01	20	Presencial	2013/2 a 2014/1
São Mateus	Soldador no Processo MIG/MAG	FIC	Noturno	01	20	Presencial	2013/2 a 2014/2
São Mateus	Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	FIC	Noturno	01	20	Presencial	2013/2 a 2014/2
São Mateus	Eletricista Industrial	FIC	Noturno	02	16	Presencial	2013/2 a 2014/2
São Mateus	Operadora de Computador	FIC	Noturno	01	20	Presencial	2013/2 a 2014/1
São Mateus	Almoxarife	FIC	Noturno	01	20	Presencial	2014/1
São Mateus	Camareira em Meios de Hospedagem	FIC	Noturno	01	20	Presencial	2014
São Mateus	Treinamento em Inglês para Intercâmbio em Cingapura	N/D	Noturno	01	25	Presencial	2015/2
São Mateus	Oficina de Tradução: Ensino e Prática da Língua Espanhola	N/D	Matutino/Vespertino	02	40	Presencial	2015/1 a 2015/2
São Mateus	Curso de Inglês para a Comunidade	FIC	Noturno	01	15	Presencial	2014/1 a 2015/2
São Mateus	Introdução ao Projeto de Aeronaves	N/D	Matutino/Vespertino	01	40	Presencial	2015/1
São Mateus	Marketing Pessoal	N/D	Noturno	01	20	Presencial	2016/1
São Mateus	Inclusão Digital: Informática Básica	N/D	Noturno	01	20	Presencial	2015/2
São Mateus	Secretaria Escolar	N/D	Noturno	01	20	Presencial	2015/2
São Mateus	Auxiliar Administrativo Contábil-Financeiro	N/D	Noturno	01	20	Presencial	2015/2
São Mateus	Elaboração de Projetos e Captação de Recursos	N/D	Noturno	01	20	Presencial	2015/2
São Mateus	Gestão de Cooperativas	N/D	Noturno	01	20	Presencial	2016/1
São Mateus	Fruticultura	N/D	Noturno	01	20	Presencial	2016
São Mateus	Inglês Instrumental para Turismo Local	N/D	Noturno	01	20	Presencial	2016

São Mateus	Gastronomia	N/D	Noturno	01	20	Presencial	2016
São Mateus	Aperfeiçoamento em PROEJA Quilombola	N/D	Noturno	01	20	Presencial	2016 a 2019
São Mateus	Aperfeiçoamento em EJA	N/D	Noturno	01	20	Presencial	2016 a 2019
São Mateus	Tese em EJA Quilombola e Desenvolvimento Local	N/D	Matutino/Vespertino	N/D	N/D	Presencial	2014 a 2017
São Mateus	Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos Quilombolas	FIC	Noturno	01	20	Presencial	2016 a 2019
São Mateus	Agricultura Familiar	FIC	Noturno	01	20	Presencial	2016 a 2019
São Mateus	Cadeia Produtiva de Mandioca	FIC	Noturno	01	20	Presencial	2016 a 2019
São Mateus	Auxiliar de Biblioteca	FIC	Noturno	01	20	Presencial	2017 a 2019
São Mateus	Orientações para Planejamento de Vida Profissional (Destinado aos Internos do Centro de Detenção Provisória de São Mateus – CDP/SM)	N/D	Vespertino	04	20	Presencial	2017 a 2019
São Mateus	Corte e Costura no Presídio (Ala Feminina) de São Mateus	FIC	Vespertino	02	20	Presencial	2017 a 2019
São Mateus	Empreendedorismo e Economia Solidária (em Comunidades Quilombolas e de Pescadores)	N/D	Vespertino	04	20	Presencial	2018 a 2019
São Mateus	Inclusão Digital: Informática Básica para Pescadores	N/D	Vespertino	01	20	Presencial	2017 a 2019
Serra	Curso de Auxiliar Administrativo	FIC	Matutino	1	40	Presencial	2014/2
Serra	Curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	FIC	Vespertino	1	25	Presencial	2014/2
Serra	Curso de Operador de Computador	FIC	Matutino	1	25	Presencial	2014/2
Serra	Área Eletro-Eletrônica – PRONATEC	FIC	Matutino	1	25	Presencial	a partir de 2015/2
Serra	Área Eletro-Eletrônica – PRONATEC	FIC	Vespertino	1	25	Presencial	a partir de 2015/2
Serra	Área de Informática – PRONATEC	FIC	Matutino	2	25	Presencial	a partir de 2015/2
Serra	Área de Informática – PRONATEC	FIC	Vespertino	2	25	Presencial	a partir de 2015/2
Serra	Curso de Pré-Incubação de Empreendimentos	FIC	Diurno	1	20	Presencial	a partir de 2014/2
Serra	Curso de Pré-Incubação de Empreendimentos – modalidade Residência	FIC	Diurno	1	4	Presencial	A partir de 2015/2
Serra	Curso de Gestão de Empreendimentos Incubados	FIC	Diurno	1	20	Presencial	A partir de 2016/1
Serra	Curso de Gestão de Inovação	FIC	Diurno	1	20	Presencial	A partir de 2016/2
Venda Nova do Imigrante	Curso FIC Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	2	20	Presencial	2017/01
Venda Nova do Imigrante	Curso FIC Pronatec	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	2	20	Presencial	2018/01

Venda Nova do Imigrante	Pós colheita e processamento de café	FIC	Noturno	2	20	Presencial	2016/1
Venda Nova do Imigrante	Editando vídeo com Sony Vegas	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	2	5	Presencial	2014/2
Venda Nova do Imigrante	Informática para deficientes visuais	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	2	2	Presencial	2014/2
Venda Nova do Imigrante	Introdução à programação utilizando a linguagem C.	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	2	5	Presencial	2014/2
Venda Nova do Imigrante	Imersão Linguística para os alunos de Língua Espanhola do Ifes	N/D	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	2	20	Presencial	2014/2
Venda Nova do Imigrante	Introdução a análise sensorial de café, classificação e degustação	N/D	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	2	40	Presencial	2014/2
Venda Nova do Imigrante	Oferta de Curso “A Importância do Registro: O Percurso de Autoria do Professor	N/D	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	1	60	Presencial	2014/2
Venda Nova do Imigrante	Introdução a análise sensorial de Cafés Especiais	N/D	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	2	20	Presencial	2015/1 e 2015/2
Venda Nova do Imigrante	Imersão Linguística para os alunos de Língua Espanhola do Ifes	N/D	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	2	20	Presencial	2015/1
Venda Nova do Imigrante	Educação Financeira: como lidar com meu dinheiro?	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	5	90	Presencial	2015/02
Venda Nova do Imigrante	Educação Financeira: como lidar com meu dinheiro?	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	5	90	Presencial	2016
Venda Nova do Imigrante	Imersão Linguística para os alunos de Língua Espanhola do Ifes	N/D	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	2	20	Presencial	2016/1
Venda Nova do Imigrante	Educação Financeira: como lidar com meu dinheiro?	N/D	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	5	90	Presencial	2017
Venda Nova do Imigrante	Imersão Linguística para os alunos de Língua Espanhola do Ifes	N/D	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	2	20	Presencial	2017/1
Venda Nova do Imigrante	Educação Financeira: como lidar com meu dinheiro?	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	5	90	Presencial	2018
Venda Nova do Imigrante	Imersão Linguística para os alunos de Língua Espanhola do Ifes	N/D	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	2	20	Presencial	2018/1
Venda Nova do Imigrante	Curso de pré-incubação de empreendimentos	N/D	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	1	15	Presencial	2016
Venda Nova do Imigrante	Curso de pré-incubação de empreendimentos	N/D	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	1	15	Presencial	2017
Venda Nova do Imigrante	Curso de pré-incubação de empreendimentos	N/D	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	1	15	Presencial	2018
Venda Nova do Imigrante	Curso de pré-incubação de empreendimentos	N/D	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	1	15	Presencial	2019

Viana	Curso de Direito ao Consumidor	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2015/2 a 2019
Viana	Curso de Ciências forence	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2015/2 a 2019
Viana	Curso de Direitos Políticos	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2015/2 a 2019
Viana	Curso de Auxiliar de RH	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2016/1/ 2017/2018
Viana	Curso de Educação Financeira	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2016/1 a 2019
Viana	Curso de Informática	N/D	N/D	N/D	N/D	Presencial	2016/1 a 2019
Vila Velha	Operador de Computador – Serviços Públicos	FIC	Diurno	1	30	Presencial	2015/2
Vila Velha	Auxiliar de Secretaria Escolar – Serviços Públicos	FIC	Diurno	1	30	Presencial	2015/2
Vila Velha	LIBRAS – Básico – Serviços Públicos	FIC	Diurno	1	15	Presencial	2015/2
Vila Velha	Agente Cultural	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2015/2
Vila Velha	Auxiliar de Saúde Bucal – Serviços Públicos	FIC	Vespertino / Noturno	3	Duas turmas com 20 alunos e uma com 25	Presencial	2015/2
Vila Velha	Auxiliar Administrativo – Serviços Públicos	FIC	Diurno	1	30	Presencial	2015/2
Vila Velha	Agricultor Orgânico	FIC	Diurno	1	20	Presencial	20152
Vila Velha	Itinerários – Secretário Escolar	FIC	Noturno	1	40	Presencial	2015/2
Vila Velha	Cursos a serem ofertados de acordo com a Demanda encaminhada pela SETEC/MEC	FIC	N/D	3	40	Presencial	2016/2
Vila Velha	Cursos a serem ofertados de acordo com a Demanda encaminhada pela SETEC/MEC	FIC	N/D	3	40	Presencial	2017/2
Vila Velha	Cursos a serem ofertados de acordo com a Demanda encaminhada pela SETEC/MEC	FIC	N/D	3	40	Presencial	2018/2
Vila Velha	Cursos a serem ofertados de acordo com a Demanda encaminhada pela SETEC/MEC	FIC	N/D	3	40	Presencial	2019/1
Vila Velha	Operador de Computador	FIC	N/D	1	20	Presencial	2015/02 ou 2016/01
Vela Velha	Assistente Administrativo	FIC	N/D	1	20	Presencial	2015/02 ou 2016/01
Vila Velha	Curso de Aperfeiçoamento em Tecnologias Assistivas	FIC	N/D	1	75	Presencial	2015/02 ou 2016/01
Vila Velha	Curso de aperfeiçoamento em Educação Ambiental	FIC	N/D	1	35	Presencial	2015/02 ou 2016/01

Vitória	Projeto de curso de aperfeiçoamento em Educação Ambiental.	Aperfeiçoamento	Noturno	1	20	Presencial	2017/1
Vitória	A definir	Especialização técnica	Noturno	1	20	Presencial	2017/1
Vitória	Formação para docentes da Educação Básica	N/D	Noturno	1	40	Presencial	2016/1
Vitória	Educação Financeira	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2017/1
Vitória	Educação em Direitos humanos e Cidadania	Aperfeiçoamento	Noturno	1	30	Presencial	2016/1
Vitória	Informática básica para crianças/adolescentes (10 e 15 anos)	N/D	Matutino Vespertino	2	20	Presencial	2016/2
Vitória	Informática Básica	FIC	Vespertino	1	20	Presencial	2014/02
Vitória	Atendimento ao cliente	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2017/2
Vitória	Área Eletro-Eletrônica	FIC	Matutino	1	20	Presencial	2016/1
Vitória	Área Eletro-Eletrônica	FIC	Vespertino	1	20	Presencial	2016/2
Vitória	Área de Informática	FIC	Matutino	1	20	Presencial	2017/1
Vitória	Área de Informática	FIC	Vespertino	1	20	Presencial	2017/2
Vitória	Nivelamento de Matemática Básica	N/D	Diurno e Noturno	2	30	Presencial	2016/1
Vitória	Nivelamento de Química Básica	N/D	Diurno e Noturno	2	30	Presencial	2016/1
Vitória	Torneiro mecânico	FIC	Noturno	1	25	Presencial	2016/2
Vitória	Mecânico de Máquinas Industriais	FIC	Matutino	1	25	Presencial	2016/2
Vitória	Auxíliar Administrativo	FIC	Matutino	1	25	Presencial	2016/2
Vitória	Recepcionista	FIC	Noturno	1	40	Presencial	2017/1
Vitória	Libras	FIC	Vespertino	1	20	Presencial	2017/1
Vitória	Torneiro mecânico	FIC	Matutino	1	25	Presencial	2017/1
Vitória	Mecânico de Máquinas Industriais	FIC	Matutino	1	25	Presencial	2017/2
Vitória	Torneiro mecânico	FIC	Matutino	1	25	Presencial	2017/2
Vitória	Auxíliar Administrativo	FIC	Matutino	1	25	Presencial	2017/2
Vitória	Pronatec – a definir	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	4	100	Presencial	2016/01
Vitória	Pronatec – a definir	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	4	150	Presencial	2016/02
Vitória	Pronatec – a definir	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	4	100	Presencial	2017/01
Vitória	Pronatec – a definir	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	4	150	Presencial	2017/02
Vitória	Pronatec – a definir	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	4	100	Presencial	2018/01

Vitória	Pronatec – a definir	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	4	150	Presencial	2018/02
Vitória	Pronatec – a definir	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	4	100	Presencial	2019/01
Vitória	Pronatec – a definir	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	4	150	Presencial	2019/02
Vitória	Pronatec – a definir	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	4	100	Presencial	2017/01
Vitória	Pronatec – a definir	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	4	150	Presencial	2017/02
Vitória	Pronatec – a definir	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	4	100	Presencial	2018/01
Vitória	Pronatec – a definir	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	4	150	Presencial	2018/02
Vitória	Pronatec – a definir	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	4	100	Presencial	2019/01
Vitória	Pronatec – a definir	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	4	150	Presencial	2019/02
Vitória	Educação Matemática	Aperfeiçoamento	Noturno	1	30	Presencial	2017/1
Vitória	Capacitação de Tutores: Formação em Proeja	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2016/2
Vitória	Gestão Participativa em Ergonomia	Aperfeiçoamento	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	1	20	Presencial	2017/2
Vitória	Curso FIC - Inglês Instrumental	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	3	30	Presencial	2018/1
Vitória	Argamassa com resíduos de escória de aciaria e epóxi: avaliação da resistência à compessão e expansibilidade	FIC	matutino	1	20	Presencial	2018/1
Vitória	Curso de Geometria nos anos iniciais do Ensino Fundamental	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	2	20	Presencial	2016/1
Vitória	Contação de Histórias e Matemática: Relações Possíveis no Ensino de Grandezas e Medidas	FIC	Vespertino	1	20	Presencial	2017/2
Vitória	Matemática Básica para estudantes do ensino médio	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	1	20	Presencial	2016/2
Vitória	Formação de Agentes do Desenvolvimento SocioAmbiental	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	1	30	Presencial	2016
Vitória	Cadastro de Mini Curso de Planejamento e Orçamento de Obras	FIC	Matutino, Vespertino e/ou Noturno	1	30	Presencial	2016

PLANEJAMENTO DE AÇÕES DE EXTENSÃO – IFES - PROGRAMAS

Campus	Programa	Área Temática principal	Ano/ semestre previsto
Alegre	Educação e Ação	Educação/Ensino	2015/1 – 2016/2
Alegre	Polo de Educação Ambiental da Mata Atlântica Ifes/Alegre	Educação/Meio Ambiente	2015/1 – 2016-2
Alegre	Agroecologia em Rede	Ciências Agrárias	2015/02
Alegre	Núcleo Interdisciplinar de Formação, Pesquisa e Extensão em Educação e Arte-Cultura	Educação	2015/01
Barra de São Francisco	Programa de Apoio a Agroindústria Familiar do Noroeste Capixaba	Agricultura familiar	2015/2
Barra de São Francisco	Programa Intercampi de Apoio aos Produtores de Rochas Ornamentais do Noroeste Capixaba	Rochas Ornamentais	2015/2
Cachoeiro	Seminários abertos para comunidade sobre temas de pesquisas de professores	Multidisciplinar	2015/02; 2016/01 e 02
Cachoeiro	Programa de Incubação de Empreendimentos	Empreendedorismo	2015/2 a 2019/1
Cariacica	Programa de Formação de Trabalhadores Portuários	Trabalho	2015/2
Cariacica	Programa de Iniciação à docência	Educação	2015 a 2019
Colatina	Programa Águas do ES	Educação	2016/1 a 2017/2
Guarapari	Projeto Rondon	Direitos humanos e justiça; Educação; Meio Ambiente	2016/1
Ibatiba	Ações de diagnóstico e recuperação de áreas degradadas no município de Ibatiba – E.S.	Meio Ambiente	2015/1 a 2017/1
Ibatiba	Sala Verde “Caparaó”	Meio Ambiente	2015/2
Ibatiba	Dia de Campo na propriedade rural	Meio Ambiente	2015/1
Ibatiba	Programa de Incubação de Empreendimentos	Tecnologia e Produção	Início a partir de 2014/2
Ibatiba	Programa mais cultura digital	Cultura	Início a partir de 2015/1
Ibatiba	Ações conjuntas com empresa(s) Junior(es)	Tecnologia e Produção	Início a partir de 2014/2
Itapina	Pré-Incubação de Empreendimentos	Tecnologia e Produção	2015/2 a 2017/1
Linhares	Aviso Ação: Programa de desenvolvimento socioeducativo do bairro Aviso	Educação	2014/2, 2015/1, 2015/2, 2016/1, 2016/2, 2017/1, 2017/2, 2018/1, 2018/2, 2019/1
Montanha	Programa Ifes Cidadania	Educação	2015-1 a 2019-1
Montanha	Programa Ifes Portas Abertas	Educação	2014-2 a 2019-1
Montanha	Programa Pré-Ifes	Educação	2014-2 a 2019-1
Piuma	Núcleo de Estudos em Educacao Ambiental - NEEA	Programa	2014-2 a 2019-1
Santa Teresa	PRODUÇÃO INTENSIVA DE LEITE - LEITE COM TÉCNICA	Tecnologia e Produção	2014/2 - 2017/1
Santa Teresa	TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE DA CAFEICULTURA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E REGIÃO SUL E SUDESTE DA BAHIA	Tecnologia e Produção	2014/2 - 2017/1

Santa Teresa	ORGANIZAÇÃO DE NÚCLEOS DE CULTURA EM ASSENTAMENTOS DO MST PARA FOMENTAR A PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DA JUVENTUDE RUAL	Direitos Humanos e Justiça	2014/2 - 2016/2
Santa Teresa	AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO E SUAS CONTRIBUIÇÕES NAS RELAÇÕES SOCIAIS E PRODUTIVAS DA JUVENTUDE DO CAMPO NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	Direitos Humanos e Justiça	2015/1 – 2017/2
São Mateus	Sama Baja	Engenharias	2014/1 a 2019/1
São Mateus	Educação de Jovens e Adultos e o Desenvolvimento Local	Ciências Humanas	2015/2 a 2019/1
São Mateus	Programa Ifes Cidadania	Ciências Humanas e Sociais/ Desenvolvimento Local	2014/1 a 2019/1
São Mateus	Implementação do Comitê Regional em prol dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2016-2030 (ODS/ PNUD/ONU) na Região Litoral Norte Capixaba	Ciências Humanas e Sociais/ Desenvolvimento Local	2015/2 a 2019/1
Serra	LEDS - Laboratório de Extensão em Desenvolvimento de Sistemas	Educação	A partir de 2014/2
Serra	PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS	Empreendedorismo	A partir de 2015/1
Serra	Programa de Extensão do NAC – Núcleo de Artes e Cultura	Artes e Cultura	A partir de 2015/2
Serra	PROGRAMA CONHECER	Educação	A partir de 2016/1
Serra	PROGRAMA DE INTERNACIONALIZAÇÃO	Internacionalização	A partir de 2016/1
Serra	PROGRAMA DE RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE	Extensão Comunitária	A partir de 2016/1
Serra	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE EQUIPES PARA COMPETIÇÕES	Educação	A partir de 2016/1
Serra	PROGRAMA DE RELACIONAMENTO COM EMPRESAS	Extensão Tecnológica	A partir de 2016/2
Serra	PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	Educação	A partir de 2016/2
Serra	Programa de Extensão do Núcleo de Promoção da Cidadania	Social	A partir de 2016/2
Venda Nova do Imigrante	Programa de incubação de empreendimentos	Programa	N/D
Venda Nova do Imigrante	Eco Arte Papel e Inventa Moda	Programa	N/D
Viana	Espaço Empreendedor	Trabalho	2015-2 a 2019
Viana	Extensão à Comunidade	Educação	2015-2 a 2019
Viana	Educação e Cultura	Educação	2016-1 a 2019
Vila Velha	Grupo de Estudos em Microscopia	Ciências Biologicas e Microbiologia	Em execução, sem previsão de término
Vila Velha	Laboratório de Inovação e Empreendedorismo	Ciências Sociais e Aplicadas/Economia	Implantação em 2016/01
Vila Velha	Ifes Portas Abertas		Implantação em 2016/01
Vitória	Programa de Extensão do Núcleo de Artes e Cultura	N/D	2016/17/18
Vitória	Programa de Incubação de Empreendimentos	N/D	2016/17/18
Vitória	Parcerias com Empresa Juniores	N/D	2016/2017

Vitória	Telessaúde	N/D	2016/2017
Vitória	Mapeamento com VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado)	N/D	2016/2017
Vitória	Formar e Transformar para incluir	N/D	2015/2016
Reitoria/ Proex/Agifes	Programa de Incubação de Empreendimentos	Empreededorismo	2014/2 a 2019/1
Reitoria/ Proex/Agifes	Programa de Propriedade Intelectual	Inovação	2015/2 a 2019/1
Reitoria/ Proex/Agifes	Programa de Serviços Tecnológicos	Multidisciplinar	2016/1 a 2019/1
Reitoria/ Proex	Programa de Formação para o Trabalho	Educação	2016/1 a 2019/1
Reitoria/Proex/ Secretaria de Cultura	Mais Cultura Digital no Ifes	Cultura	2016/1 a 2019/1
Reitoria/Proex/ Secretaria de Cultura	Circulação Cultural	Cultura	2016/1 a 2019/1
Reitoria/Proex/Direc	Programa de Promoção da Cidadania	Multidisciplinar	2016/2 a 2019/1
Reitoria/Proex/Direc	Programa de Educação Ambiental	Meio Ambiente	2016/1 a 2019/1
Reitoria/Proex	Programa de Apoio à Extensão	Multidisciplinar	2014/2 a 2019/1

PLANEJAMENTO DE AÇÕES DE EXTENSÃO – IFES - PROJETOS			
Campus	Projeto	Área Temática principal	Ano/ semestre previsto
Alegre	Sensibilização sobre dependência química	Educação	2015/1
Alegre	Oficina de Jiu-Jitsu	Esporte	2014/01 – 2019/02
Alegre	Oficinas de Música e Teatro	Artes	2014/01 – 2019/02
Alegre	Agroecologia urbana	Ciências Agrárias	2015/02
Alegre	Qualidade de vida no trabalho: s percepção dos servidores do Ifes – Campus de Alegre	Saúde	2015/02
Aracruz	Expedição Ifes	Biologia	2015/2
Aracruz	3a. Simulação Geopolítica do Ifes - SiGi 2015	Geopolítica	2015/2
Aracruz	Projeto Se Movimentar	Educação Física	2016/2
Aracruz	Condicionamento Físico ˜Jiu Jitsu˜	Educação Física	2015/2
Aracruz	Expedição Ifes	Biologia	2016/2
Aracruz	4a. Simulação Geopolítica do Ifes - SiGi 2016	Geopolítica	2016/2
Cachoeiro	Show da Física	Teatro	2014/01 e 02; 2015/01 e 02; 2016/01 e 02; 2017/01 e 02; 2018/01 e 02; 2019/01 e 02.
Cachoeiro	Telecentro Maré	informática	2014/02; 2015/01 e 02
Cachoeiro	Semana Nacional do livro da biblioteca	FIC	2015/01; 2016/01; 2017/01; 2018/01 e 2019/01

Cariacica	Café Conscientia	Educação	2015 a 2019
Cariacica	Mini Empresa	Educação	2015 a 2019
Cariacica	Projetos em parceria com a Empresa Junior	Diversas áreas	2015 a 2019
Cefor	Formação de professores em educação ambiental	Educação	N/D
Cefor	Formação de professores em ensino de Matemática	Educação	N/D
Cefor	Formação de professores em ensino de Ciências	Educação	N/D
Colatina	Diagnóstico Científico do Rio Doce	Meio Ambiente	2014/2
Colatina	Projeto Mais Cultura Digital	Cultura	2016/1 a 2016/2
Colatina	Imaginando Viana	Cultura	2015/1
Colatina	Projeto Ação Solidária	Saúde	2015/1
Colatina	Educação Financeira Familiar: realizando sonhos no Santa Margarida em Colatina - ES	Educação	2016/1 a 2016/2
Colatina	Música no Ifes em parceria comunitária	Cultura	2016/1 a 2016/2
Colatina	Pré-Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários	Tecnologia da Produção	2016/1 a 2016/2
Colatina	Projeto Verde que te quero ver nas escolas municipais de Colatina	Educação	2016/1 a 2016/2
Guarapari	Pré-Ifes	Educação	2014/1
Guarapari	Culinária Alternativa	Trabalho	2015/2
Ibatiba	Avaliação da potabilidade das águas de poços da área urbana de Ibatiba	Meio Ambiente	2015/2
Ibatiba	Seguindo as trilhas da História: orientação de alunos para a Olimpíada Nacional em História do Brasil	Direitos Humanos e Justiça	Anualmente
Ibatiba	Cadastramento e Recuperação de Áreas de Preservação Permanente de Nascentes	Meio Ambiente	Anualmente
Ibatiba	Aproveitamento agrícola das águas residuárias do café	Meio Ambiente	Anualmente
Itapina	Jardim Sensorial	Educação	2014/1 a 2015/2
Itapina	Jardim Sensorial	Educação	2015/1 a 2019/1
Itapina	Coral de Libras	Direitos Humanos e Justiça	2014/1 a 2014/2
Itapina	Coral de Libras	Direitos Humanos e Justiça	2015/1 a 2019/1
Itapina	TECENDO O CONHECIMENTO PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA	Educação	2014/2
Itapina	Cinedebate Interdisciplinar	Cultura	2015/1 a 2015/2
Itapina	Cooperando no campo	Tecnologia e produção	2015/1 a 2015/2
Linhares	A Escola na Roda de Capoeira	Cultura	2014/2, 2015/1, 2015/2, 2016/1, 2016/2, 2017/1, 2017/2, 2018/1, 2018/2, 2019/1

Linhares	Cineclube Aviso	Cultura	2014/2, 2015/1, 2015/2, 2016/1, 2016/2, 2017/1, 2017/2, 2018/1, 2018/2, 2019/1
Linhares	Reciclagem de Computadores	Tecnologia e Produção	2015/1, 2015/2, 2016/1, 2016/2, 2017/1, 2017/2, 2018/1, 2018/2, 2019/1
Linhares	Coral Jovem do Ifes Linhares	Cultura	2015/1, 2015/2, 2016/1, 2016/2, 2017/1, 2017/2, 2018/1, 2018/2, 2019/1
Linhares	Horta Agroecológica Comunitária Urbana	Educação	2015/2, 2016/1, 2016/2, 2017/1, 2017/2, 2018/1, 2018/2, 2019/1
Montanha	Museu de família	Educação	2014-1 e 2015-1
Montanha	Comunidade e servidores em movimento: sentidos e problematizações corporais às práticas sociais	Saúde	2015-2
Montanha	Avaliação, Diagnóstico e Treinamento para o manejo de Irrigação na região de Montanha/ES	Agropecuária	2014-2 a 2015-2
Nova Venécia	Ifes Portas Abertas	Educação	2014-2019
Nova Venécia	Rede de Diálogos Geográficos	Educação	2015
São Mateus	Implementação da infraestrutura para funcionamento da Incubadora	Engenharias/ Desenvolvimento Local	2015/2 a 2019/1
São Mateus	Iforró	Linguística, Letras e Artes	2014/1 a2015/2
São Mateus	Dicionário Técnico On-line Integrando o Projeto SamaBaja à Língua Inglesa	Linguística, Letras e Artes	2013/2 a 2015/1
São Mateus	Oficina de Ensino & Práticas Musicais Coletivas	Linguística, Letras e Artes	2015/1 a 2016/1
São Mateus	Pesquisa Aplicada e Intervenção Tecnológica: Aplicativos em Educação em Direitos Humanos para Agentes Públicos	Ciências Humanas	2014/2 a 2016/2
São Mateus	Leitores da Liberdade	Linguística, Letras e Artes	2015/2 a 2016/2
São Mateus	Fomento às Práticas Desportivas	Esporte e Saúde	2016/1 a 2017/1
São Mateus	Produção da Cartilha das Tradições Quilombolas no ES	Ciências Humanas	2016/1 a 2017/1
São Mateus	Rádio Comunitária Quilombola Sapê do Norte	Ciências Humanas e Engenharias	2016/2 a 2017/1
São Mateus	Implementação do Núcleo de Cidadania e Desenvolvimento Humano e Sustentável do Ifes São Mateus	Ciências Humanas	2016/1 a 2017/1
São Mateus	Horta Comunitária	Saúde e Ciências Exatas e da Terra	2017/1
Serra	Projeto Conhecer	Educação	A partir de 2015/01
Serra	LEDS: Sincap- Sistema de Informação de Notificação e Captação de Córnea	Sistema de Informação	2014/01
Serra	LEDS: Bem Forte: Sistema para fortalecimento do economia do território do bem.	Sistema de Informação	2015/01
Serra	LEDS: Sipac – Sistema de informações da produção agropecuária capixaba	Sistema de Informação	2015/02
Serra	LEDS: LifeBox: Sistema de monitoramento de transporte de órgão	Sistemas Embarcados	2015/02

Serra	LEDS: Mapa do Bem - Sistema para auxiliar o turismo cultural e gastronômico no território do bem.	Sistema de Informação	2015/02
Serra	LEDS: Treinamento em desenvolvimento e gestão de projetos de sistema de Informação para o Corpo de Bombeiros/ES	Educação	2015/02
Serra	Projeto de aproveitamento de energia solar para elevação da temperatura da polpa de minério	Energia solar	2015/01 a 2017/01
Serra	Projeto de desenvolvimento de barco para coleta de água em lagoas para análise bioquímica da água	Automação	2015/01 a 2017/01
Serra	Avaliação De Desempenho Do Enlace Tcp/Ip via Satélite Das Plataformas De Exploração De Petróleo	Redes de Computadores	2015/02
Serra	Tecnologia Aplicada às Ciências Humanas	TICS/Humanidades	2015/02
Serra	Projetos de Inovação e Extensão Tecnológicas com empresas graduadas do Núcleo Incubador Serra	Extensão Tecnológica	A partir de 2016/01
Serra	Projetos de Inovação e Extensão Tecnológicas em parceria com empresas Jr.	Extensão Tecnológica	A partir de 2016/02
Venda Nova do Imigrante	Novo Basquete Ifes	Projeto	N/D
Viana	Projeto Integrador	Trabalho	2015-2 a 2019
Viana	Projeto Cursos Fic	Educação	2015-2 a 2019
Viana	Projeto Nivelamento	Educação	2016 a 2019
Viana	Projeto cultura, esporte e Lazer	Educação	2016 a 2019
Vila Velha	Arte e Vida	Ciências Sociais e Humanas	2015/02 2016/01 2016/02
Vila Velha	Coleta seletiva de óleo residual de fritura e unidade produtiva de sabão	Ciências Exatas e da Terra	2015/02 2016/01 2016/02
Vila Velha	Formação em Empreendimentos Econômicos Solidários no Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo	Ciências Sociais e Humanas	2015/02 2016/01 2016/02 2017/01
Vila Velha	Ciclo de Seminários dos Estágios Supervisionados da Licenciatura em Química	Ciências Sociais e Humanas	Implantação em 2014/01 e após continuo.
Vitória	Musculação	N/D	2016
Vitória	Ginástica localizada	N/D	2016
Vitória	Hidroginástica	N/D	2016
Vitória	Natação	N/D	2016
Vitória	Uso de Sensoriamento Remoto por VANT para monitoramento Ambiental do Manguezal da Baía de Vitória	N/D	2016

Vitória	Matemática em cena (TEATRO)	N/D	2016
Vitória	Orquestra Pop & Jazz	N/D	2016
Vitória	Coral Maria Penedo	N/D	2016

PLANEJAMENTO DE AÇÕES DE EXTENSÃO – IFES - EVENTOS			
Campus	Evento	Área Temática principal	Ano/ semestre previsto
Alegre	Encontro de Educadores no Ifes - Campus de Alegre	Educação	2015/02 (bianual)
Alegre	Encontro Bianual de Ciências Biológicas	Ciências Biológicas	2014/02 (bianual)
Alegre	Encontro de Aquicultura	Aquicultura	2015/05 (bianual)
Alegre	Encontro de Cafeicultores do Ifes	Cafeicultura	2015/02 (anual)
Alegre	Jornada Inclusiva	Educação/Inclusão	2016/02 **(anual)**
Alegre	Semana Ciência e Tecnologia	Ciência e Tecnologia	2015/02 (anual)
Alegre	Seminário de Treinadores e Instrutores de Cães-Guia	Educação	2015/02 (anual)
Alegre	Simpósio de Cafeicultura do Caparaó	Cafeicultura	2015/02 (bianual)
Alegre	Simpósio de Tecnologia da Informação	Informática	2015/02 (bianual)
Alegre	Semana de Educação para a Vida	Educação	2015/01 (anual)
Alegre	Feira de Cursos	Educação	2015/02 (anual)
Alegre	Semana de Ambientação	Diverso	2015/01 (anual)
Alegre	Semana do Cooperativismo Estudantil	Diverso/Cooperativismo	2015/02 (anual)
Alegre	Simpósio de Agroecologia	Ciências Agrárias	2016/02 (bianual)
Aracruz	1o. Seminário Internacional de Análises Térmicas	Química Analítica	2015/1
Aracruz	Projeto Noite Cultural 2015	Cultura e Artes	2015/2
Aracruz	Seminário Internacional de Luthieria	Cultura e Artes	2015/2
Aracruz	2o. Seminário Internacional de Análises Térmicas	Química Analítica	2016/1
Aracruz	1o. Seminário de Espectroscopia	Química Analítica	2016/1
Aracruz	1a. Semana da Engenharia Mecânica	Engenharia Mecânica	2016/2
Aracruz	3a. Semana de Licenciatura	Química	2016/2
Aracruz	Projeto Noite Cultural 2016	Cultura e Artes	2016/2
Aracruz	3o. Seminário Internacional de Análises Térmicas	Química Analítica	2017/1
Aracruz	1o. Seminário de Engenharia de Aracruz	Engenharia	2017/2
Aracruz	1a. Semana de Química	Química	2018/1
Barra de São	Biblioteca fazendo arte na rua	Disseminação da leitura	2014/2

Francisco			
Barra de São Francisco	I Mostra de Produtos das Agroindústrias Familiares de Barra de São Francisco	Agroindustria Familiar	2014/2
Barra de São Francisco	Ifes solidário	Convívio social	2014/2
Barra de São Francisco	Palestra – Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais	Educação Financeira	2014/2
Barra de São Francisco	Palestra – Direito do Consumidor	Direito do Consumidor	2015/1
Barra de São Francisco	1ª Mostra de Trabalhos Amadores da Disciplina de Marketing	Marketing	2015/1
Barra de São Francisco	Festa Multicultural - Arraiá do Ifes São Chico	Interação escola/comunidade	2015/1
Barra de São Francisco	Biblioteca fazendo arte na rua	Disseminação da leitura	2015/2
Barra de São Francisco	I Mostra de Produtos das Agroindústrias Familiares de Barra de São Francisco	Agroindustria Familiar	2015/2
Barra de São Francisco	Festa Multicultural - Arraiá do Ifes São Chico	Interação escola/comunidade	2016/1
Barra de São Francisco	Biblioteca fazendo arte na rua	Disseminação da leitura	2016/2
Barra de São Francisco	I Mostra de Produtos das Agroindústrias Familiares de Barra de São Francisco	Agroindustria Familiar	2016/2
Barra de São Francisco	Festa Multicultural - Arraiá do Ifes São Chico	Interação escola/comunidade	2017/1
Barra de São Francisco	Biblioteca fazendo arte na rua	Disseminação da leitura	2017/2
Barra de São Francisco	I Mostra de Produtos das Agroindústrias Familiares de Barra de São Francisco	Agroindustria Familiar	2017/2
Barra de São Francisco	Festa Multicultural - Arraiá do Ifes São Chico	Interação escola/comunidade	2018/1
Barra de São Francisco	Biblioteca fazendo arte na rua	Disseminação da leitura	2018/2
Barra de São Francisco	I Mostra de Produtos das Agroindústrias Familiares de Barra de São Francisco	Agroindustria Familiar	2018/2
Barra de São Francisco	Festa Multicultural - Arraiá do Ifes São Chico	Interação escola/comunidade	2019/1
Cachoeiro	Seminário da matemática	Evento de Extensão	2014/02; 2015/02; 2016/02; 2017/02; 2018/02; 2019/02
Cachoeiro	Semana da Engenharia de Minas	Evento de Extensão	2014/02; 2015/02; 2016/02; 2017/02;

			2018/02; 2019/02
Cachoeiro	Semana da Engenharia Mecânica	Evento de Extensão	2014/02; 2015/02; 2016/02; 2017/02; 2018/02; 2019/02
Cachoeiro	Semana da Informática	Evento de Extensão	2014/01; 2015/01; 2016/01; 2017/01; 2018/01; 2019/01
Cachoeiro	Seminário de Educação Inclusiva e acessibilidade	Evento de Extensão	2014/02; 2015/02; 2016/02; 2017/02; 2018/02; 2019/02
Cachoeiro	Jornada Acadêmica de Ciência, Tecnologia e Cultura	Evento de Extensão	2014/02; 2015/02; 2016/02; 2017/02; 2018/02; 2019/02
Cariacica	EPEFÌs	N/D	2015 a 2019
Cariacica	Semana de Educação para a Vida	N/D	2015 a 2019
Cariacica	Semana de Ciência e Tecnologia	N/D	2015 a 2019
Cariacica	Seminário de Portos	N/D	2015 a 2019
Cariacica	Seminário de Logística	N/D	2015 a 2019
Cariacica	SISFER	N/D	2015 a 2019
Cariacica	Semana de Engenharia de Produção	N/D	2015 a 2019
Cefor	Seminário de Formação e Educação a Distância/ Encontro de Capacitação Continuada – UAB*	N/D	2014/2
Colatina	A CASA E A POLÍTICA HABITACIONAL SOB MÚLTIPLOS OLHARES	Educação	2014/2
Colatina	II Festival de Música	Cultura	2014/2
Colatina	II Semana de Arte e Cultura	Cultura	2014/2
Colatina	I Festival Curta no Quilombo – Produção temática Audiovisual História e Cultura Afro-brasileira	Cultura	2014/2
Colatina	Aprenda a programar com Scratch, Python e o Robo Mindstorms	Educação	2014/2
Colatina	I ENCONTRO DE PESQUISA DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO – IFES CAMPUS COLATINA	Tecnologia e Produção	2015/1
Colatina	III Fórum de Arquitetura e Urbanismo: A cidade que ocupamos!	Cultura	2015/1
Colatina	V Jornada Interna de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão do Ifes, campus Colatina	Educação	2015/1
Colatina	Oficina Pedagógica de Química	Educação	2015/1
Colatina	Oficina Pedagógica de Física	Educação	2015/1
Colatina	VI Seminário Municipal de Ciência, Tecnologia e Informação	Educação	2015/2
Colatina	III Festival de Música	Cultura	2015/2
Colatina	IV Festival de Música	Cultura	2016/2
Colatina	V Festival de Música	Cultura	2017/2
Colatina	VI Festival de Música	Cultura	2018/2

Colatina	III Semana de Arte e Cultura	Cultura	2015/2
Colatina	IV Semana de Arte e Cultura	Cultura	2016/2
Colatina	V Semana de Arte e Cultura	Cultura	2017/2
Colatina	VI Semana de Arte e Cultura	Cultura	2018/2
Colatina	II Festival Curta no Quilombo – Produção temática Audiovisual História e Cultura Afro-brasileira	Cultura	2015/2
Colatina	III Festival Curta no Quilombo – Produção temática Audiovisual História e Cultura Afro-brasileira	Cultura	2016/2
Colatina	IV Festival Curta no Quilombo – Produção temática Audiovisual História e Cultura Afro-brasileira	Cultura	2017/2
Colatina	V Festival Curta no Quilombo – Produção temática Audiovisual História e Cultura Afro-brasileira	Cultura	2018/2
Colatina	II Workshop para desenvolvedores	Tecnologia e Produção	2015/2
Colatina	III Workshop para desenvolvedores	Tecnologia e Produção	2016/2
Colatina	VI Workshop para desenvolvedores	Tecnologia e Produção	2017/2
Colatina	V Workshop para desenvolvedores	Tecnologia e Produção	2018/2
Colatina	II ENCONTRO DE PESQUISA DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO – IFES CAMPUS COLATINA	Tecnologia e Produção	2016/1
Colatina	III ENCONTRO DE PESQUISA DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO – IFES CAMPUS COLATINA	Tecnologia e Produção	2017/1
Colatina	IV ENCONTRO DE PESQUISA DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO – IFES CAMPUS COLATINA	Tecnologia e Produção	2018/1
Colatina	V ENCONTRO DE PESQUISA DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO – IFES CAMPUS COLATINA	Tecnologia e Produção	2019/1
Colatina	IV Fórum de Arquitetura e Urbanismo: A cidade que ocupamos!	Cultura	2016/1
Colatina	V Fórum de Arquitetura e Urbanismo: A cidade que ocupamos!	Cultura	2017/1
Colatina	VI Fórum de Arquitetura e Urbanismo: A cidade que ocupamos!	Cultura	2018/1
Colatina	VII Fórum de Arquitetura e Urbanismo: A cidade que ocupamos!	Cultura	2019/1
Colatina	VI Jornada Interna de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão do Ifes, campus Colatina	Educação	2016/1
Colatina	VII Jornada Interna de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão do Ifes, campus Colatina	Educação	2017/1
Colatina	VIII Jornada Interna de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão do Ifes, campus Colatina	Educação	2018/1
Colatina	IX Jornada Interna de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão do Ifes, campus Colatina	Educação	2019/1
Colatina	VII Seminário Municipal de Ciência, Tecnologia e Informação	Educação	2016/2

Colatina	VIII Seminário Municipal de Ciência, Tecnologia e Informação	Educação	2017/2
Colatina	IX Seminário Municipal de Ciência, Tecnologia e Informação	Educação	2018/2
Colatina	Momento Natalino Ifes - Campus Colatina	Cultura	2015/2
Colatina	Momento Natalino Ifes - Campus Colatina	Cultura	2016/2
Colatina	Momento Natalino Ifes - Campus Colatina	Cultura	2017/2
Colatina	Momento Natalino Ifes - Campus Colatina	Cultura	2018/2
Guarapari	A arte de falar em público	Comunicação	2015/2
Guarapari	Workshop de produção de artigos científicos	Educação; Tecnologia e Produção	2015/1
Guarapari	Workshop de submissão de projetos de pesquisa ao CEP (Comitê de Ética em Pesquisa)	Educação	2015/1
Guarapari	Mostra de Ciências, Tecnologia e Inovação do IFES – Campus Guarapari	Tecnologia e Produção	2014/2
Guarapari	Feira de Troca de Livros	Cultura	2014/2
Guarapari	Concurso de Poesias	Cultura	2014/2
Guarapari	Exposições de produções artísticas	Cultura	2014/2
Guarapari	Painel empreendedor	Trabalho	2014/2
Guarapari	Semana de Educação para Vida	Educação	2014/2
Guarapari	Festa Multicultural	Cultura; Educação	2014/1
Guarapari	Ifes Portas Abertas	Educação; Comunicação	2016/1
Guarapari	Ifes na Praia	Educação; Saúde	2014/1
Guarapari	Circuito ambiental Guarapari	Meio Ambiente	2016/2
Guarapari	Encontro de Egressos do Campus Guarapari	Comunicação; Trabalho	2016/2
Guarapari	Semana de Saúde e Segurança no Trabalho	Saúde; Trabalho	2016/2
Ibatiba	Seminário Brasileiro de Homeopatia na agricultura orgânica e Seminário de educação ambiental e agroecologia.	Meio Ambiente	2015/2
Ibatiba	Semana de Ciência e Tecnologia	Meio Ambiente / Tecnologia e Produção	Anualmente
Ibatiba	Semana da Família Rural na escola	Meio Ambiente	Início a partir de 2016/1
Ibatiba	Semana de Meio Ambiente	Meio Ambiente	Anualmente
Ibatiba	Humanidades	Cultura	Início a partir de 2016/1
Itapina	V Seminário de qualidade do café conilon	Tecnologia e produção	2014/1
Itapina	III Semana da Agricultura Familiar de Colatina	Tecnologia e produção	2014/2
Itapina	Seminário de gestão das propriedades rurais	Tecnologia e produção	2014/2
Itapina	Seminário de gestão das propriedades rurais	Tecnologia e produção	2015/2

Itapina	I workshop de sustentabilidade	Meio ambiente	2014/2
Itapina	I Semana Agricolana de Ciência, Tecnologia e Inovação (I SACTI): englobando: II Feira de Ciências e o V Espaço Empreendedor	Meio ambiente	2014/2
Itapina	II Semana Agricolana de Ciência, Tecnologia e Inovação (II SACTI): englobando: 1. Mostra Científica e Tecnológica 2. Mostra de Empresas 3. Mostra Cultural 4. Cursos de Curta-Duração (aproximadamente 30 cursos já confirmados)	Tecnologia e Produção	2015/2
Itapina	III Semana Agricolana de Ciência, Tecnologia e Inovação (II SACTI): englobando: 1. Mostra Científica e Tecnológica 2. Mostra de Empresas 3. Mostra Cultural 4. Cursos de Curta-Duração (aproximadamente 30 cursos já confirmados)	Tecnologia e Produção	2016/2
Itapina	IV Semana Agricolana de Ciência, Tecnologia e Inovação (II SACTI): englobando: 1. Mostra Científica e Tecnológica 2. Mostra de Empresas 3. Mostra Cultural 4. Cursos de Curta-Duração (aproximadamente 30 cursos já confirmados)	Tecnologia e Produção	2017/2
Itapina	V Semana Agricolana de Ciência, Tecnologia e Inovação (II SACTI): englobando: 1. Mostra Científica e Tecnológica 2. Mostra de Empresas 3. Mostra Cultural 4. Cursos de Curta-Duração (aproximadamente 30 cursos já confirmados)	Tecnologia e Produção	2018/2
Linhares	Seminário de Humanidades	Educação	2015/2, 2016/2, 2017/2, 2018/2
Linhares	Seminário de Pesquisa Social: Brasil em Crise	Educação	2015/2, 2016/2, 2017/2, 2018/2,
Linhares	Semana da Administração	Educação	2014/2, 2015/2, 2016/2, 2017/2, 2018/2
Linhares	Oficina de Metodologia de Formação de Clubes de Leitura e Roda de Conversa com Escritores	Educação	2014/2, 2015/2, 2016/2, 2017/2, 2018/2
Linhares	Seminário de Combate ao Racismo: Formar para Superar	Educação	2014/2
Linhares	Seminário Internacional de Filosofia da Ciência	Educação	2014/2, 2015/2, 2016/2, 2017/2, 2018/2
Linhares	Seminário de Formação do Ifes “Juventude Rural e Participação Política: casos da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária no ES”	Educação	2015/1
Linhares	Semana da Matemática do Ifes Linhares - Semat	Educação	2015/1, 2016/1, 2017/1, 2018/1, 2019/1
Linhares	Oficina de Metodologia de Formação de	Educação	2015/2, 2016/2, 2017/2, 2018/2

	Clubes de Leitura		
Linhares	Roda de Conversa com Escritores	Educação	2015/2, 2016/2, 2017/2, 2018/2
Linhares	Oficina de Criação Literária	Educação	2015/2, 2016/2, 2017/2, 2018/2
Linhares	Festival de Cinema	Cultura	2015/22016/2, 2017/2, 2018/2
Linhares	Seminário de Combate à Violência de Raça, Gênero, Diversidade Sexual, Diversidade Religiosa	Educação	2015/2, 2016/2, 2017/2, 2018/2
Linhares	Semana de Administração e Automação Industrial	Educação	2015/2, 2016/2, 2017/2, 2018/2
Linhares	Seminário de Filosofia da Ciência	Educação	2014/2, 2015/2, 2016/2, 2017/2, 2018/2
Linhares	Semana de Ciência e Tecnologia	Educação	2015/2, 2016/2, 2017/2, 2018/2
Linhares	VI Seminário de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão do Ifes	Educação	2015/2
Montanha	II Feira do Meio Ambiente de Montanha - ES	Meio Ambiente	2015/1
Montanha	II Workshop de Sustentabilidade	Meio Ambiente	2015/1
Montanha	Colóquio sobre Diversidade	Cultura	2014 a 2019
Montanha	Ifestival	Cultura	2014 a 2019
Montanha	Mini-cursos: Prevenção ao Uso de Drogas, Álcool e Educação no Trânsito	Saúde/Educação	2014 a 2019
Montanha	Semana de Ciência e Tecnologia	Ciência e Tecnologia	2015 a 2019
Nova Venécia	1º Seminário de Mineração do Ifes – Campus Nova Venécia	Educação	2014/2
Nova Venécia	Seminário Regional dos Profissionais de Educação	Educação	2015-2019
Nova Venécia	Jornada de Ciência e Tecnologia	Ciência e Tecnologia	2015-2019
Nova Venécia	Semana de Geografia	Geografia	2015-2019
São Mateus	Workshop Sustentabilidade e Economia Solidária (evento para divulgação das ações de extensão desenvolvidas em Comunidades Quilombolas; Cooperativas de Agricultura Familiar e Comunidades de Pescadores)	Ciências Humanas/Desenvolvimento Local	Maio/(Anual)
São Mateus	Sítio Histórico Porto: Eu Cuido	Cultura	Outubro (Anual)
São Mateus	Seminário Internacional: Educação e Desenvolvimento Humano Sustentável no Século XXI	Ciências Humanas	Novembro/2016 (Bienal)
São Mateus	Criança Feliz	Ciências Humanas	(Anual)
São Mateus	SENES	Engenharias	(Anual)
São Mateus	Workshop Internacional de Parcerias Tecnológicas	Engenharias e Ciências Humanas	Outubro/2015
São Mateus	Seminário ODS (PNUD) Campus São Mateus	Ciências Humanas	Outubro/2015
Serra	ISA SHOW ES 2014 - XIII Seminário e Exposição de Instrumentação, Sistemas, Elétrica e Automação	Tecnologia	2014/2
Serra	Semana de Ciência e Tecnologia	Tecnologia	2014/2

Serra	Innova Social	Inovação	2014/2
Serra	Workshop sobre as Ações de Internacionalização do Ifes	Tecnologia	A partir de 2015/1
Serra	SEMANA ESTADUAL DE TECNOLOGIA	Tecnologia	A partir de 2015/2
Serra	MARATONA DE PROGRAMAÇÃO 2015	Informática	2015/2
Serra	ISA SHOW ES	Tecnologia	A partir de 2016/2
Serra	MEC SHOW ES	Tecnologia	A partir de 2016/2
Serra	Concurso Literário	Literatura	2015/2
Serra	Ciclo de Palestras	Literatura	A partir de 2015/2
Serra	Eventos Pré-Flica (Feira Literária Capixaba)	Literatura / Expressões Culturais Locais	2016/1
Serra	Congresso Técnico-Científico e Inovação em Automação e Sistemas Inteligentes	Controle e Automação	2017/2
Venda Nova do Imigrante	2º Ifestival da Canção	Evento	2014/2
Venda Nova do Imigrante	I Feira de Matemática – Ifes Venda Nova do Imigrante	Evento	2014/2
Venda Nova do Imigrante	II Semana do Livro e da Biblioteca	Evento	2014/2
Venda Nova do Imigrante	Semana de Ciência e Tecnologia 2014	Evento	2014/2
Venda Nova do Imigrante	I Encontro para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Venda Nova do Imigrante	Evento	2015/1
Venda Nova do Imigrante	3º Ifestival da Canção	Evento	2015/2
Venda Nova do Imigrante	III Semana do Livro e da Biblioteca	Evento	2015/2
Venda Nova do Imigrante	Semana de Ciência e Tecnologia 2015	Evento	2015/2
Venda Nova do Imigrante	4º Ifestival da Canção	Evento	2016
Venda Nova do Imigrante	IV Semana do Livro e da Biblioteca	Evento	2016/2
Venda Nova do Imigrante	Semana de Ciência e Tecnologia 2016	Evento	2016/2
Venda Nova do Imigrante	5º Ifestival da Canção	Evento	2017
Venda Nova do Im	IV Semana do Livro e da Biblioteca	Evento	2017/2
Venda Nova do	Semana de Ciência e Tecnologia 2017	Evento	2017/2

Imigrante			
Venda Nova do Imigrante	6º Ifestival da Canção	Evento	2018
Venda Nova do Imigrante	V Semana do Livro e da Biblioteca	Evento	2018/2
Viana	Seminário	Trabalho	2015-2 a 2019
Viana	Visitas Técnicas	Trabalho	2015-2 a 2019
Viana	Eventos de Grupos de Pesquisa	Trabalho	2015-2 a 2019
Viana	Oficinas de Matemática	Educação	2016 a 2019
Viana	Oficinas de Português	Educação	2016 a 2019
Viana	Oficinas de Esporte, Cultura e Lazer	Educação	2016 a 2019
Vila Velha	Semana da Química	Ciências Exatas e da Terra	2015/02, 2017/02, 2019/02
Vila Velha	Jornada de Pesquisa, Pós-Graguação e Extensão	N/D	2016/01, 2017/01, 2018/01, 2019-01
Vila Velha	Seminários de Ciência e Tecnologia	N/D	2016/02, 2017/02, 2018/02, 2019/-2
Vila Velha	Semana de Ciência e Tecnologia	N/D	2016/02, 2017/02, 2018/02, 2019/-2
Vila Velha	Dia da Biotecnologia	N/D	2015/01
Vila Velha	I Encontro de Educação Ambiental – Secretaria Municipal de Educação	N/D	2015/02
Vila Velha	Participação na GranExpo	N/D	2015/02, 2016/02, 2017/02, 2018/02, 2019/02
Vila Velha	Jornada Pedagógica do CEET Vasco Coutinho	Ciências Sociais e Humanas	2015/01
Vitória	Impacto para Empreender	N/D	2017
Vitória	5ª Semana da Matemática do Ifes	N/D	2016
Vitória	6ª Semana da Matemática do Ifes	N/D	2017
Vitória	A Escola Inclusiva: Processos de Leitura e Escrita de Sujeitos Atípicos	N/D	2018
Vitória	A Relação da Teoria e Práticana Formação dos Professores de EJA	N/D	2017
Vitória	Comemoração do aniversário de um curso técnico.	N/D	2017
Vitória	2ª Semana da Metalurgia: Abrindo portas para o futuro.	N/D	2016
Vitória	3ª Semana da Metalurgia: Abrindo portas para o futuro.	N/D	2017
Vitória	III Seminário de Pedagogia Social no Contexto da Educação Profissional: Percursos e Perspectivas	N/D	2016
Vitória	Metodologia Científica: abordagens qualitativas na pesquisa em Letras e a escrita de gêneros científicos	N/D	2016
Vitória	II Ciclo de Debates em Resíduos	N/D	2017
Vitória	Coleta e Processamento de Observações Topográficas e de GNSS	N/D	2018
Vitória	Treinamento Esportivo e Desenvolvimento de Tecnologias Assistivas no	N/D	2017

	Auxílio de Paratletas		
Vitória	Semana do Meio Ambiente do Ifes - Campus Vitória 2015	N/D	2016
Vitória	Oficinas de Biologia com alunos que apresentam indícios de altas habilidades/superdotação: Conhecer para preservar	N/D	2017
Vitória	Evento Semana Tecnológica de Edificações	N/D	2019

5. INFRAESTRUTURA

5. INFRAESTRUTURA

O Ifes conta atualmente com a sede de sua Reitoria (local provisório) e mais 21 campi distribuídos em 20 municípios do estado, atendendo ao projeto de interiorização do ensino profissional.

Possui atualmente uma área total aproximada de 14.580.481m2, dos quais 306.798m2 de área construída, utilizada para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão, desportos, lazer e cultura.

Em relação ao deslocamente logístico aos campi, de um modo geral, os mesmos são satisfatoriamente servidos por linhas regulares de transporte coletivo, ressalvando algumas dificuldades particulares. Já em relação ao acesso aos ambientes internos, principalmente para pessoas com necessidades educacionais especiais, o Ifes realiza um grande esforço para dotar seus prédios de equipamentos que permitam facilitar o livre acesso.

No que se refere à acessibilidade de pessoas portadoras com necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, o Ifes vem realizando a adequação de suas instalações conforme um plano de implantação física, principalmente, nos campi mais antigos, que não se encontram totalmente adequados a essa situação.

As áreas voltadas às instalações administrativas contemplam os setores destinados às coordenadorias de patrimônio, almoxarifado, compras e licitação, administração, desenvolvimento de pessoas, registro acadêmico, manutenção, gabinetes da direção, tecnologia da informação e gerência de ensino.

Os espaços administrativos cumprem com a finalidade de propiciar melhores instalações para que os servidores possam desenvolver suas atividades profissional de modo seguro e agradável.

As salas destinadas aos diversos cursos nos 21 Campi do Ifes possuem boa ventilação, boa acústica, boa iluminação, acessibilidade, conservação, comodidade, janelas amplas de alumínio, condicionadores de ar e pisos antiderrapantes.

Em geral, cada sala é composta por 40 carteiras universitárias, quadro branco, tela de projeção fixa, projetor multimídia (data show) e mesa do tipo escritório para a acomodação do professor.

O Ifes conta, em grande parte de seus Campi, auditórios voltados para sessões culturais, palestras, trabalhos acadêmicos, entre outras atividades que se destinem a reunir pessoas a fim de proferir ou ouvir as apresentações.

Todos os ambientes destinados a essas finalidades dispõem de equipamentos adequados ao número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

Os Campi do Ifes contam com espaços destinados aos professores, sejam salas individualizadas ou salas compartilhadas. São 179 salas distribuídas pelos Campi.

Essas salas contam, em sua quase totalidade, condicionadores de ar e mobiliário adequado para que os professores exerçam suas atividades docentes de forma confortável e ergonomica.

Os Campi do Ifes apresentam espaços destinados a apoiar o corpo discente no que se refere aos serviços de assistência social e psicológica à comunidade do campus.

Contam também com espaços destinados ao atendimento médico e de enfermagem a fim de prevenir pequenos incidentes ocasionais e promover campanhas de incentivo à saúde aos alunos de tempo parcial,

integral e aos internados.

Os campi do Ifes oferecem espaços de trabalho adequados aos docentes em tempo integral, disponibilizando salas compartilhadas ou individualizadas para realização de seus trabalhos.

Esses espaços contemplam equipamentos de informática adequados com acesso à rede de dados, seja cabeada ou por meio de wifi (rede sem fio). Além dessa característica, os ambientes possuem boa dimensão, boa iluminação, ventilação e comodidade.

Além das características citadas anteriormente, aspectos como limpeza, iluminação, ventilação e segurança são constantemente monitoradas para que os professores possam exercer suas atividades de forma adequada.

Aspectos de acessibilidade são considerados pela instituição e, estão sendo adequadas, especialmente aos campi mais antigos.

Faz parte da cultura do Ifes apresentar suas instalações em execelente estado de limpeza e conservação. Da mesma maneira se apresentam as instalações sanitárias.

O Ifes apresenta em sua instalações (Reitoria e Campi) estruturas de vestiário e sanitários para uso dos servidores e alunos, tendo, em sua grande maioria, sanitários adequados aos portadores de necessidades especiais.

A reitoria e os campi do Ifes contam, em sua infraestrutura física, com setores destinados a manter a infraestrutura de comunicação de dados e telefonia funcionando de forma ininterrupta.

A reitoria incentiva e promove ações para uso e implantação de tecnologias de informação inovadoras que primam pelo princípio da economicidade, haja vista a utilização de tecnologias de VoIP (*Voice over IP*), vídeo e web conferência. Inicialmente, essas tecnologias estão disponíveis na reitoria e, gradativamente, vão sendo implantadas nos demais Campi, para uso acadêmico e administrativo.

Cada campus disponibiliza os ambientes laboratoriais necessários ao atendimento técnico de cada eixo tecnológico atuação oferecido em suas localidades, bem como laboratório das ciências básicas, física, química, biologia entre outros.

Esses laboratórios se encontram em conformidade ao que preconiza o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do MEC, além de observar as dimensões estabelecidas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Em sua grande maioria, os campi do Ifes possuem em suas instalações: áreas de vivência, pátios cobertos, praças de alimentação e atividades de lazer para a comunidade interna.

No que se refere às práticas esportivas, em sua grande maioria, os campi oferencem áreas cobertas (ginásio poliesportivo e quadras cobertas) adequadas e áreas descobertas destinas à práticas desportivas a céu aberto, como: quadras, piscina, campos de futebol e pista de atletismo.

5.1 Infraestrutura física e instalações atuais

TABELA 6 – INFRAESTRUTURA FÍSICA											
CAMPUS	Total m² área do terreno	Total m² área construída	Total m² área administrativa	Total m² área pedagógica	Total m² área esportiva	Abastecimento de energia elétrica	Abastecimento de água	Esgoto Sanitário	Destinação de lixo	Velocidade de conexão	Conectividade
Alegre	3.339.600,00	61.065,81	436,93	4.697,22	6.920,06	Pública	Própria	Não	Prefeitura	100MB	Baixa
Aracruz	48.000,00	6.000,00	120,00	22,00	-	Rede pública	Rede pública	Rede pública	Coleta periódica	5 MB	Dedicado
Cachoeiro	100.000,00	27.600,00	477,00	444,00	-	Rede pública	Rede pública/poço artesiano	Fossa simples/não atende legislação e demanda	Coleta periódica/implantando coleta seletiva	20 MB	Dedicado
Cariacica	45.487,77	14.590,83	1.066,50	4.085,90	1.476,00	SE em AT com 2 trafos 500 MVA	Caixa Central com 60.000 L	Fossa	Coleta em Contêiner	100 MB	Rede cabeada e Wireless
Colatina	52.320,00	11.884,00	795,00	613,00	1.872,00		60.000 L	150			
Guarapari	42.000,00	3.300,00	340,00	40,00	-	Rede pública	Rede pública	Rede pública	Coleta Periódica	4MB	Dedicado
Ibatiba	23.275,00	9.847,78	672,78	87,62	402,83	1	1	1	0	4MB	6
Itapina	3.150.000,00	29.400,00	6.000,00	6.200,00	16.000,00	01 (uma) Subestação cap. 11.200 Volts.	01 (uma) Estação de Tratamento de água com uma área de 550 M²	01 (uma) Estação de Tratamento de esgoto cap. De volume útil de litros de 52,78 M³	Coleta seletiva 03 vezes por semanal	08 MB	Ideal seria 35 MGB
Linhares	48.195,00	7.976,26	1.132,04	4.541,78	1.704,58	Rede pública	Poço artesiano	Fossa séptica	Coleta Periódica	100 M	Dedicado (alta velocidade/banda larga)
Nova Venécia	56.605,8m²	11.172,30	607,95	2.849,22	3.990,49	Rede Pública	Rede Pública	Fossa	Coleta Periódica	4 MB	Dedicado

TABELA 6 (continuação) – INFRAESTRUTURA FÍSICA											
CAMPUS	Total m² área do terreno	Total m² área construída	Total m² área administrativa	Total m² área pedagógica	Total m² área esportiva	Abastecimento de energia elétrica	Abastecimento de água	Esgoto Sanitário	Destinação de lixo	Velocidade de conexão	Conectividade
Piúma	19.959,73	11.158,00	653,00	641,00	1.176,00	Escelsa/Rede Pública	Cesan/ Rede Pública	Rede Cesan/ Rede Pública	Coleta Periódica/ Reciclagem Rede Pública	4mbps	Outros/ via rádio
Santa Teresa	6.298.300,00	29.775,57	549,53	29.225,04	13.551,00	Sim	Sim	Sim	Sim	4 MB	Mista
São Mateus	121.643,00	7.846,70	415,97	2.084,91	-	SIM	SIM	SIM	SIM	4MB dedicado e 20 MB Banda Larga	Litorâneo: Link dedicado de 4 Mb/s (RNP) Carapina: Internet banda larga de 20 Mb/s
Serra	150.000,00	13.116,84	2.834,73	7.150,52	-	Rede Pública	Rede Pública, Poço Artesiano	Fossa	Coleta Periódica	100 Mbps	Dedicado
Venda Nova do Imigrante	37.423,22	9.359,44	590,91	360,00	58,50	Demanda contratual de 98 KW	Cesan e Nascente	Sim	Coleta Municipal	RN´P 4 Mbps Velox 10Mbps Velox 5 Mbps Velox 2 Mbps	Cabo e Wireless
Viana	3.5550,085	3.529,685	45,10	550,62	-	Rede Pública	Rede Pública	Rede Pública	Coleta Municipal	100 Mbps	Cabo e Wireless
Vila Velha	54.517,33	3.770,32	672,78	2.704,76	-	Rede pública	Rede pública	Rede pública	Coleta Periódica	20 MB	Dedicado e Voip
Vitória	41.352,30	55.916,70	11.808,74	44.107,96	9.883,56	Rede pública	Rede Pública	Rede Pública e Fossa	Coleta Periódica	100 Mega	Dedicado Banda Larga

TABELA 7 - CARACTERIZAÇÃO FÍSICA GERAL												
CAMPUS	Salas de docentes	Salas de aula	Salas ambiente	Salas de videoconferências e teleconferências	Bibliotecas	Auditórios	Cantinas	Refeitórios	Alojamentos para servidores	Alojamentos para discentes	Unidades de assistência médico-odontológicas	Unidades de acompanhamento psicológico
Alegre	2	16	3	0	1	0	2	1	1	1	1	1
Aracruz	12	10	0	0	1	1	1	0	0	0	1	1
Cachoeiro	4	14	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0
Cariacica	28	22	4	0	1	2	1	0	0	0	0	1
Colatina	3	21	0	1	1	1	1	1	0	0	1	1
Guarapari	3	6	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Ibatiba	12	10	2	0	1	0	1	0	0	0	0	1
Itapina	1	4	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1
Linhares	1	8	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1
Montanha	1	4	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1
Nova Venécia	4	16	1	0	1	1	1	0	0	0	1	1
Piúma	4	12	0	0	1	1	1	1	0	0	1	1
Santa Teresa	3	14	7	1	1	1	1	1	0	5	1	1
São Mateus	6	28	4	0	1	0	1	0	0	0	1	1
Serra	26	14	0	0	1	1	1	1	0	0	1	1
Venda Nova	1	25	0	1	1	0	1	0	0	0	1	1
Viana	1	4	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Vila Velha	14	7	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Vitória	53	49	0	0	1	1	1	0	0	0	1	1

TABELA 8 — CARACTERIZAÇÃO FÍSICA ESPORTIVA						
CAMPUS	Quadra de esportes coberta	Ginásio Poliesportivo	Campo de Futebol	Pista de Atletismo	Sala de Musculação	Piscina
Alegre	1	1	1	1	1	1
Aracruz	0	0	0	0	0	0
Cariacica	0	1	0	0	0	0
Cachoeiro	0	0	0	0	0	0
Colatina	3	1	1	1	0	0
Guarapari	0	0	0	0	0	0
Ibatiba	0	0	0	0	0	0
Itapina	1	1	0	0	0	0
Linhares	1	0	0	0	0	0
Nova Venécia	1	0	1	1	0	0
Piúma	0	1	0	0	0	0
Santa Teresa	2	0	2	1	1	0
Serra	0	0	0	0	0	0
Venda Nova	0	0	0	0	0	0
Vila Velha	0	0	0	0	0	0
Vitória	2	1	1	1	1	1

TABELA 9 - LABORATÓRIOS POR GRANDES ÁREAS										
CAMPUS	Ciências exatas e da terra	Ciências biológicas	Engenharias	Ciências da saúde	Ciências agrarias	Ciências sociais aplicadas	Ciências humanas	Linguística, letras e artes	Multidisciplinar	Total
Aracruz	6	0	7	0	0	0	0	0	0	13
Cachoeiro	9	1	5	0	0	0	0	0	0	15
Cariacica	7	1	19	0	0	0	0	0	0	27
Guarapari	2	1	9	0	0	0	0	1	3	16
Linhares	0	1	8	0	0	0	0	0	2	11
Nova Venécia	10	1	4	0	0	3	0	0	0	18
Piúma	3	3	3	0	0	0	0	0	0	9
Santa Teresa	2	2	0	0	3	0	0	0	1	8
São Mateus	0	0	5	0	0	0	0	0	3	8
Serra	8	0	10	0	0	0	0	0	0	18
Viana	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vila Velha	9	1	0	0	0	0	0	0	3	13
Vitória	10	2	58	0	0	0	4	24	18	116

5.2 BIBLIOTECA

As bibliotecas do Ifes têm como missão facilitar o acesso e a difusão dos recursos informacionais e colaborar nos processos de produção do conhecimento, a fim de contribuir para o desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão e com a administração do Ifes.

5.2.1 FORMAS DE ATUALIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ACERVO

É utilizada a política de seleção e desenvolvimento de coleção das bibliotecas do Ifes, na qual são determinados os critérios e responsabilidades para selecionar e adquirir materiais informacionais. Para a formação do acervo, o material informacional deve ser rigorosamente selecionado, observando os seguintes critérios:

- Adequação do material aos objetivos e nível educacional da Instituição;
- Autoridade do autor e/ou editor;
- Atualidade;
- Qualidade técnica;
- Escassez de material sobre o assunto na coleção da biblioteca;
- Preço acessível;
- Idioma acessível;
- Número de usuários potenciais que poderão utilizar o material;
- Condições físicas do material;
- Conveniência do formato do material a ser adquirido e compatibilização com equipamentos existentes na biblioteca;
- Adequação dos Trabalhos Acadêmicos às Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

São duas as forma de avaliação: a qualitativa e a quantitativa. A primeira é voltada para o conteúdo do acervo e a segunda é baseada em dados estatísticos, principalmente os relacionados ao tamanho da coleção, ao assunto, à idade, à clientela etc.

O processo de seleção qualitativa não deve ser assumido apenas pelos bibliotecários. Trata-se de um trabalho coletivo, que não dispensa a contribuição de outros servidores (coordenadores de curso e área ou professores de suas respectivas áreas), conhecedores da literatura de áreas diferenciadas, para a formação de uma coleção expressiva. Alguns critérios específicos devem ser observados com vistas a uma abordagem de seleção qualitativa de material informacional, tais como:

- Assunto – o conteúdo deve ser pertinente aos cursos ofertados pelo Ifes;
- Relevância – além da cobertura dos conteúdos dos cursos, devem ser analisados os aspectos que contribuam para o desenvolvimento e atualização do acervo;
- Idioma – os materiais informacionais devem ser acessíveis aos usuários da biblioteca, priorizando-se assim o idioma oficial brasileiro. Os demais idiomas poderão ser incluídos após verificação de critérios específicos, tais como a inexistência de material correlato em língua portuguesa;
- Idade – deve ser observada a relação idade/demanda/custo de manutenção dos documentos antigos, bem como seu valor histórico;
- Originalidade – não deve ser permitida a incorporação ao acervo de cópias de qualquer tipo de material, com exceção daqueles que possam ser reproduzidos, observando a lei 9.610/98 (BRASIL, 1998), que regulamenta os direitos autorais.

Para a realização da seleção quantitativa serão observados os critérios de proporcionalidade preestabelecidos nesta política para cada tipo de material, sendo que a composição do acervo das bibliotecas dos campi que oferecerem cursos de graduação demanda dos bibliotecários a conscientização sobre os critérios de avaliação definidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela lei 10.861/2004 (BRASIL, 2004).

A aquisição é o meio concretizador das decisões tomadas na seleção de materiais e deve buscar um fluxo

administrativo linear e controlado, podendo ocorrer a partir do processo de compra, permuta ou doações. É necessário que haja clareza em relação às dificuldades e oportunidades que podem existir na atividade de aquisição de materiais informacionais, tornando-se imprescindível a participação da equipe de bibliotecários.

Compra

Observando os parâmetros de seleção de materiais informacionais diversos relacionados na política para fins de compra de material informacional, caberá exclusivamente à biblioteca compilar os dados provenientes das indicações diversas e dos levantamentos de necessidades, e abrir processo de compra, acompanhando os trâmites deste junto aos setores competentes. As indicações das coordenações de curso e área ou responsáveis pelas respectivas áreas deverão ser encaminhadas anualmente, mediante preenchimento de formulários próprios de cada biblioteca. Nesta modalidade, será dada prioridade à aquisição de:

- Obras que façam parte de bibliografias básicas e complementares;
- Assinaturas de periódicos que façam parte da bibliografia básica;
- Materiais informacionais para a implantação de novos cursos e desenvolvimento de pesquisas;
- Materiais informacionais que darão suporte técnico a outros setores da instituição que não estejam ligados diretamente aos cursos.

Permuta

Devido às características das bibliotecas do Ifes, uma instituição pública federal, poderá ser realizada apenas permuta de periódicos científicos produzidos pela instituição, desde que a tiragem possibilite.

Doação

As bibliotecas do Ifes receberão apenas materiais em bom estado de conservação e que, prioritariamente, se enquadrem nos critérios preestabelecidos de seleção de materiais informacionais, reservando-se ao direito de dispor das obras doadas, seja incorporando-as ao acervo ou encaminhando a outras bibliotecas que tenham interesse. Existem duas modalidades de doação.

As bibliotecas do Ifes fazem uma avaliação sistemática da coleção, que é um processo utilizado para se determinar o valor e a adequação da coleção em virtude dos objetivos da biblioteca e da própria instituição de ensino, possibilitando traçar diretrizes quanto aos procedimentos de aquisição, à acessibilidade e ao desbastamento.

A cada 2 (dois) anos o acervo será avaliado, com exceção dos periódicos, que poderão ser avaliados de acordo com a realidade de cada biblioteca. Esta avaliação, feita de acordo com as metodologias de seleção previstas nessa política de desenvolvimento de coleções (quantitativa e qualitativa), subsidiará decisões relativas a alterações na constituição do acervo.

5.2.2 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

As bibliotecas do Ifes atendem nos turnos matutino, vespertino e noturno, de acordo com as especificidades de cada campus/biblioteca.

5.2.3 SERVIÇOS OFERECIDOS

Treinamento para uso do Sistema de Biblioteca

As bibliotecas do Ifes periodicamente fazem treinamento com seus usuários para utilização do Sistema de Biblioteca Pergamum.

Consulta para o usuário externo

O acervo das bibliotecas do sistema Ifes é aberto ao público em geral para consultas e pesquisas. Uma

equipe especializada de bibliotecários e assistentes administrativos está preparada para atender os usuários e orientá-los na busca e recuperação das informações.

Para os usuários externos, a consulta é apenas local, não podendo retirar a obra de dentro da biblioteca.

Consulta local

Por meio dos terminais de consulta localizados na biblioteca, o usuário anotará o número de chamada do material informacional desejado para a sua pesquisa e, através dele, o localizará na estante. Em caso de dúvida na localização dos itens procurados, o usuário deve recorrer ao profissional para orientá-lo.

Empréstimo domiciliar

Todos os alunos regularmente matriculados e servidores que possuem matrícula ativa estarão automaticamente cadastrados no sistema de biblioteca, portanto, terão direito a empréstimo domiciliar. Para efetuá-lo, os alunos deverão apresentar a carteira de estudante e os servidores, os documentos de identidade funcional. Os prazos de devolução variam de acordo com o tipo de material informacional, com a categoria de usuário e com a especificação da quantidade de materiais de cada biblioteca.

Empréstimo Inter bibliotecário

O empréstimo interbibliotecário é caracterizado pela circulação de materiais informacionais entre as bibliotecas de diferentes campi, podendo ser disponibilizado somente mediante consulta de disponibilidade junto à biblioteca que possui o item desejado.

Renovação

O empréstimo poderá ser renovado em qualquer biblioteca do sistema Ifes ou *online*, desde que não haja pedido de reserva e que não se referira a materiais especiais, tais como mapas, slides, fitas de vídeo, entre outros. O Sistema de Biblioteca Pergamum aceita efetuar renovação da(s) obra(s) por 2 (duas) vezes. Na quarta vez, o usuário terá de devolvê-lo(s).

Reserva

As reservas poderão ser feitas, desde que a(s) obra(s) desejada(s) não estejam disponíveis no acervo. A reserva é nominal, obedece à ordem cronológica de solicitações e pode ser feita nas bibliotecas do sistema Ifes ou *online*. A obra em reserva, quando do retorno à biblioteca, estará disponível para o primeiro usuário da lista pelo prazo de 24 horas, a partir da data e hora da liberação, observando o horário de funcionamento de cada biblioteca. Após este período, a obra será liberada automaticamente para o usuário seguinte ou ficará disponível no acervo.

Educação de usuários

As bibliotecas do Ifes promovem educação de usuários, um serviço de orientação aos usuários, com o objetivo de capacitá-los para a utilização de serviços/recursos informacionais disponíveis para a comunidade acadêmica, dando suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Treinamento para uso no portal de periódicos da Capes

As bibliotecas do Ifes acessam o portal de periódicos da Capes por meio dos computadores nas Instituições que estão com os IPs cadastrados na Capes e também por meio do acesso remoto, através da Comunidade Acadêmica Federada (CAFE). Somente poderão acessar o portal os alunos de graduação e de pós-graduação. São realizados periodicamente treinamentos para o uso do portal.

Comutação bibliográfica (COMUT)

As bibliotecas do Ifes integram o Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT), que permite a

obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nas principais bibliotecas e serviços de informação nacionais e internacionais.

Orientação ao uso das normas da ABNT – normalização de trabalho acadêmico

Os profissionais bibliotecários das bibliotecas do Ifes estão à disposição dos alunos e servidores para orientação no uso das normas técnicas na área da informação e documentação. O Ifes possui um caderninho de normalização de trabalho acadêmico editado pela própria instituição.

Uso de equipamentos de informática e multimídia

As bibliotecas do Ifes possuem computadores e outros recursos multimídia para pesquisa e digitação de trabalhos acadêmicos à disposição dos alunos e servidores.

Cabinas de estudo em grupo

A maioria das bibliotecas do Ifes possui cabinas de estudo em grupo.

Elaboração de ficha catalográfica

O setor de processamento técnico tem como responsabilidade a elaboração da ficha catalográfica das monografias produzidas pelos alunos e servidores dos campi do Ifes.

5.2.4 – ACERVO BIBLIOGRÁFICO

TABELA 10 — ACERVO BIBLIOGRÁFICO							
Área (CNPq)	Livros		Produções Seriadas Correntes (Títulos)		Produções não correntes (Títulos)		Acervo eletrônico
	Títulos	Volumes	Nacionais	Estran-geiros	Nacionais	Estran-geiros	
Ciências Exatas e da Terra	7497	30583	101	3	41	4	748
Ciências Biológicas	1666	6944	16	0	17	0	144
Engenharia	5461	23796	114	4	14	3	346
Ciências da Saúde	987	2524	15	0	24	0	33
Ciências Agrárias	1661	5848	67	0	38	0	150
Ciências Sociais Aplicadas	6679	21592	123	2	28	7	195
Ciências Humanas	8428	17907	116	0	29	6	178
Linguística, Letras e Artes	16427	28057	23	1	9	0	519
Multidisciplinar	1402	2922	40	1	15	0	0
Total	50208	140173	615	11	215	20	2313

5.3 LABORATÓRIOS

Com relação aos laboratórios, cada campus reflete a disponibilidade laboratorial necessária ao atendimento técnico de cada eixo tecnológico de atuação oferecido em cada localidade, atendendo à necessidade do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do MEC além de observar as dimensões estabelecidas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

5.3.1 RELAÇÃO EQUIPAMENTO/ALUNO/CURSO

Os laboratórios dos cursos visam a proporcionar atividades experimentais que aproximem a teoria estudada em sala de aula às vivências práticas relacionadas ao exercício profissional das habilidades desenvolvidas ao longo do curso. A relação equipamento/discente varia conforme a relação laboratório/disciplina/curso.

5.4 INCORPORAÇÃO DE AVANÇOS TECNOLÓGICOS

O Ifes adota estrategicamente e operacionalmente a incorporação de avanços tecnológicos em alinhamento com seu **Plano Estratégico de Tecnologia da Informação** (PETI), bem como seu **Plano Diretor de Tecnologia da Informação** (PDTI). Comete especificamente sobre essa temática o seguinte objetivo estratégico e suas ações.

Objetivo estratégico X Ações Estratégicas	
Objetivo Estratégico	Ações Estratégicas
Garantir a infraestrutura de TI	Manter a capacidade do *datacenter* adequada às demandas do Ifes.
	Disponibilizar infraestrutura física necessária ao desenvolvimento de ensino pesquisa e extensão e atividades administrativas segundo os padrões de TI Verde.
	Disponibilizar equipamentos de área de trabalho e *softwares* necessários para o desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão e atividades administrativas segundo os padrões de TI Verde.
	Disponibilizar equipamentos obsoletos a outros órgãos segundo a legislação vigente.

Quadro 1: Objetivos e ações estratégicas da DTI

Desse modo, as políticas, as normas, as diretrizes em Tecnologia da Informação (TI) estão sempre alinhas com a missão institucional da TI que, por sua vez, é alinhada à própria missão institucional.

No contexto macro, salvaguardadas as particularidades, os laboratórios proveem uma estrutura tecnológica satisfatória ao desempenho das atividades acadêmicas. Como práxis, no momento da revisão do PDTI, que ocorre a cada 2 anos, são avaliadas as condições dos recursos de TI (computadores, *softwares*, projetores, lousas digitais, *tablets*, redes de computadores, enlaces de Internet, etc.) quanto à sua real condição de atendimento às necessidades, sempre crescentes, da comunidade acadêmica. Assim, pode-se concluir que em um período máximo de aproximadamente 36 meses, composto da revisão do PDTI e do ciclo de planejamento da contratação, tem-se a atualização do parque de TI da instituição voltados às atividades de ensino pesquisa e extensão.

Em paralelo ao processo de aquisição e atualização da infraestrutura de TI, como agregador de avanços tecnológicos, também se obtêm novas tecnologias pela incorporação daquelas desenvolvidas pelo próprio Ifes, nas diversas inciativas em ensino, pesquisa e extensão, bem como pelos acordos de repasses tecnológicos firmados com instituições parceiras. Assim, com vistas a conferir maior dinamismo às áreas ensino, pesquisa e extensão, a TI vem buscando gradativamente incorporar novas tecnologias e tomando ações que subsidiem de modo eficaz as particularidades das diversas inciativas acadêmicas. São exemplos de tais ações:

- O estabelecimento de gestão de TI baseada em serviços;
- A utilização, sempre que possível, de soluções amplamente difundidas na comunidade acadêmica;
- Ampliação constante das capacidades da infraestrutura de rede de computadores;
- A implantação de um Sistema Integrado de Gestão;
- O provimento de sistemas de auxiliares às atividades acadêmicas (Sistema de Inscrição em Eventos, Sistema de Gerenciamento de Periódicos, Sistema de Gerenciamento de Congressos, etc.);
- Implantação de Tecnologia convergentes de mídias e comunicação (VoIP, Webconf, Videoconferência, entre outros), e
- Participação efetiva da equipe de TI nos projetos de ensino, pesquisa e extensão.

5.5 DIRETRIZES PARA EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA

O Plano de Investimentos para o período de vigência do PDI contempla a necessidade de obras de infraestrutura bem como a necessidade de equipamentos, capazes de dotar todos os campi com uma estrutura satisfatória, que seja capaz de contribuir de forma significativa para o cumprimento das metas estabelecidas no presente PDI.

No plano estão previstas novas obras que integram o plano de expansão, contextualizado com as políticas do Governo Federal no que tange a expansão da Rede Federal, bem como a complementação e a modernização de espaços físicos e equipamentos, capazes de promover a criação de ambientes propícios para a execução das ações educacionais previstas no PDI.

5.5.1 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI.

PLANO DE INVESTIMENTO - PDI 2014-2019 – OBRAS

CAMPUS	DESCRIÇÃO	STATUS	JUSTIFICATIVA	PRIORIDADE	EXECUÇÃO EM 2015 - R$	EXECUÇÃO EM 2016 - R$	EXECUÇÃO EM 2017 - R$	EXECUÇÃO EM 2018 - R$	EXECUÇÃO EM 2019 - R$	VALOR TOTAL (ESTIMADO) - R$
Alegre	3º Módulo Informática	Licitado	Complemento das obras em função das demandas dos cursos TADS e Curso técnico integrado em informática	1	379.890,89					379.890,89
Alegre	Reforma e adequação das salas e laboratórios para o Mestrado	Projeto Elaborado	Atender ao Mestrado em Agroecologia aprovado e com aulas previstas para 2016	2	180.000,00		200.000,00	297.000,00		677.000,00
Alegre	Ampliação/Adequação do Almoxarifado	Licitado	A estrutura do atual almoxarifado possui mais de 50 anos. A adequação visa proporcionar eficiência e o correto armazenamento dos materiais de consumo do Campus bem como atender a normas de Vigilância Sanitária.	3	322.828,00					322.828,00
Alegre	Reforma do Internato. Copa, lavanderia, banheiros e área de estudo	Projeto Pronto - licitação em fase interna	Propiciar condições adequadas de utilização aos alunos em regime de internato	4	363.123,66					363.123,66
Alegre	Reforma de Laboratórios (suinocultura, caprinocultura, ovinocultura)	Projeto em Elaboração	A estrutura atual tem mais de 25 anos e se encontra fora das normas de bem-estar animal. A estrutura também irá atender ao Mestrado.	5		650.000,00				650.000,00
Alegre	Reforma e Adequação da Agroindústria de Vegetais	Projeto em Elaboração	O curso técnico de Agroindústria do Campus utiliza uma sala que não proporciona aulas que sirvam de modelo aos alunos, além de não atender completamente às normas sanitárias.	6		384.665,00				384.665,00
Alegre	Adequações de Acessibilidade	Projeto em Elaboração	Em função do Campus possuir estruturas dos anos 50, vários módulos não contemplam fatores de acessibilidade. É necessário a instalação de elevatórias, adequação em calçadas, salas e banheiros.	7		295.000,00				295.000,00
Alegre	Reforma dos quartos do Internato.	Projeto em Elaboração	O internato do Campus atende a alunos em condição de vulnerabilidade financeira. São necessárias reformas nos quartos e no pátio de acesso para garantir condições dignas de uso.	8	200.000,00	490.550,00				690.550,00
Alegre	Reforma e adequação do refeitório	Projeto Pronto	Adequar o refeitório do Campus às normas vigentes. A estrutura serve 1000 refeições diariamente.	9		220.000,00	396.000,00	596.000,00		1.212.000,00
Alegre	Reforma das salas administrativas do prédio principal (2º pavimento)		As salas do prédio principal datam dos anos 50. São necessárias adequações visando melhoria de salubridade e instalações elétricas.	10			269.000,00			269.000,00
Alegre	Reforma e Adequação do Galpão de Máquinas		O Galpão sofreu forte ação do tempo nos últimos 20 anos e necessitar, além de reformas, adequações visando segurança e funcionalidade.	11			172.000,00			172.000,00
Alegre	Reforma da aquicultura	Projeto Pronto	Parte da infraestrutura que atende à Engenharia de Aquicultura encontra-se extremamente depreciada, dificultando ações didáticas e de pesquisa.	12			192.000,00			192.000,00

Alegre	Reforma dos tanques da aquicultura	Projeto Pronto	Os tanques estão com infiltrações que impossibilitam progressivamente sua utilização	13			150.000,00		150.000,00
Alegre	Reforma do ginásio de esportes		Preservar a estrutura e propiciar condições adequadas de uso aos alunos	14			189.000,00		189.000,00
Alegre	Passeio Público	Projeto em Elaboração	500 metros na área de acesso ao Campus não estão em condições de uso para alunos e comunidade.	15			275.000,00		275.000,00
Alegre	Construção de 2 pontes de pequeno porte	Projeto em fase de estudo	O Campus possui 2 pontes em sua área interna em níveis críticos de segurança em função da ação das chuvas. A proposta visa garantir segurança e condições de trânsito na instituição.	16				213.000,00	213.000,00
Alegre	Construção de nova Estação de Tratamento de Água	Projeto Pronto	A atual Estação de tratamento de Água do Campus foi dimensionada para uma realidade de 17 anos atrás. Nossa capacidade de tratamento precisa ser ampliada para sustentarmos a ampliação do Campus e não chegarmos a níveis críticos de abastecimento.	17				402.600,00	402.600,00
Alegre	Reforma e adequação do sistema de captação de água utilizada para fins de irrigação e aquicultura	Previsto	A atual estrutura se encontra depreciada e inadequada resultando em água com elevada quantidade de sólidos em suspensão e elevada turbidez. Além disso, devido a tubulação antiga, há perda de carga ao longo da tubulação e possíveis vazamentos. A execução desta obra deve ser vista como prioritária para execução em 2016	18		250.000,00			250.000,00
Alegre	Construção do Laboratório Didático de Hidráulica e Elétrica	Previsto	Esta é uma necessidade apontada no PPC do curso superior em Engenharia de Aquicultura. A execução desta obra é de extrema urgência, visto que as aulas destas disciplinas já estão ocorrendo sem ambiente para aulas práticas	19		180.000,00			180.000,00
Alegre	obra de reforma e adequação do Laboratório de Carcinicultura e Maricultura	Previsto	Falta assentar piso e azulejo, adequar a distribuição de energia elétrica, de água e de ar, adequar a tubulação de saída dos efluentes e finalizar o sanitário	20	100.000,00				100.000,00
Alegre	Divisão de tanques de aquicultura e adequação de seus sistemas de abastecimento e drenagem para uso didático e de pesquisa de cursos técnicos e superiores	Previsto		21		250.000,00			250.000,00
Alegre	Ampliação e adequação do Laboratório de Análises de Água para uso em pesquisa e extensão	Previsto		22			60.000,00		60.000,00
Alegre	Construção do laboratório de Pesquisa em Larvicultura de Peixes	Previsto		23			200.000,00		200.000,00
Aracruz	Reservatório de água do Bloco IV	Executado	Caixa de água - para cumprir exigências de abastecimento e bombeiros para o Bloco IV	1	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
Aracruz	CONSTRUÇÃO DE SUBESTAÇÃO ELÉTRICA	Executado	Necessário a melhoria da oferta de energia e controle da Voltagem e	2	1.121.728,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.121.728,68

			Corrente, e minimização de problemas em equipamentos sensíveis a oscilações da rede elétrica							
Aracruz	Bloco de 12 ambientes para ensino, pesquisa e extensão	Previsto	Para atendimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão para a área de mecânica	3	400.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.400.000,00
Aracruz	Quadra Coberta, com fechamento lateral, palco, vestiário e arquibancada para 600 pessoas	Previsto	Necessário para que as aulas de educação física ocorram dentro do campus Aracruz, assim como outras atividades pedagógicas e praticas desportivas	4	0,00	2.030.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	3.030.000,00
Aracruz	Bloco Administrativo-Pedagógico contemplando salas, laboratórios e biblioteca	Previsto	Adequação dos campi à condição mínima de uso, com salas de aulas, laboratórios, ambientes administrativos e biblioteca	5	0,00	0,00	3.035.000,00	3.035.000,00	1.000.000,00	7.070.000,00
Aracruz	Construção de Rede Lógica de transmissão de dados com cabeamento estruturado e videomonitoramento	Previsto	Necessária para otimizar o trafego de dados e a segurança das informações, segurança pessoal e patrimonial. Possibilitará ao campus ofertar EAD e melhorar a produtividade dos setores, reduzir custos.	6	0,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
Aracruz	Plataformas elevatórias	Previsto	Necessário para a acessibilidade	7	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Aracruz	Cercamento do Campus Aracruz	Executado	Necessária para segurança pessoal e patrimonial	8	320.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	320.000,00
Aracruz	Reservatório de água central com sistema de combate a incêndio para os blocos existentes e futuros, salvo para o bloco IV	Previsto	Adequação dos campi à condição mínima de uso	9	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Aracruz	Urbanização	Previsto	Realizar obras de acessibilidade, arruamentos, estacionamentos, cobertura de calçadas e novas calçadas	10	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	500.000,00
Barra de São Francisco	Urbanização	PREVISTA	Adequação dos campi à condição mínima de uso	1		1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00
Barra de São Francisco	Bloco 1 - Biblioteca, salas de professores, coordenadorias, diretorias, administrativo, enfermaria, projetos de pesquisa e extensão, ...	PREVISTA	Biblioteca, salas de professores, coordenadorias, projetos de pesquisa e extensão, ...	2		2.000.000,00	2.000.000,00	2.361.000,00		6.361.000,00
Barra de São Francisco	Bloco 22 salas	PREVISTA	Adequação dos campi à condição mínima de uso Bloco didático 1	3					7.035.000,00	7.035.000,00
Barra de São Francisco	Bloco 22 salas	EM ANDAMENTO	Bloco para expansão do campus	4	4.614.934,70	----	----	----	----	4.614.934,70
Barra de São Francisco	Bloco Terceiros (cantina, refeitório, almoxarifado, terceiros, garagem)	PREVISTA	Adequação dos campi à condição mínima de uso	5	----	2.998.000,00	----	----	----	2.998.000,00
Barra de São Francisco	Quadra Coberta, com fechamento lateral, palco, vestiário e arquibancada para 600 pessoas	PREVISTA	Adequação dos campi à condição mínima de uso	6	----	----	3.030.000,00	----	----	3.030.000,00
Barra de São Francisco	Auditório / Centro de Convenções	PREVISTA	Adequação dos campi à condição mínima de uso	7	----	----	----	1.724.193,00	----	1.724.193,00
Cachoeiro	Manutenção, reforma e	EM	Adequação dos campi à condição mínima	1	300.000,00		50.000,00			350.000,00

de Itapemirim	ampliação do sistema de prevenção de incêndio e pânico	ANDAMENTO	de uso e segurança							
Cachoeiro de Itapemirim	Projetos, manutenção, reforma e ampliação do Bloco da área de mineração	EM ANDAMENTO	Adequação dos campi à condição de segurança e economia de uso	2	300.000,00		50.000,00			350.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Bloco 22 salas	PREVISTA	Adequação para expansão de vagas no campus	3		3.600.000,00	3.435.000,00			7.035.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Quadra Coberta, com alambrado, iluminação, vestiários, sala de organização e materiais, espaço p/futuras instalações de salas (musculação, dança, judô, ...) e arquibancada para 600 pessoas	EM ANDAMENTO	Adequação dos campi à condição mínima de uso	4	1.200.000,00		100.000,00			1.300.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Construção de uma subestação de energia - Reforma e manutenção do sistema existente	PREVISTA	A demanda atual já esta comprometida em alguns momentos, segundo diagnóstico de Engenheiros Eletricistas Docentes do Campus para suprir a demanda atual e a que já esta posta com laboratórios de Engenharia Mecânica e demais obras essenciais.	5		800.000,00	400.000,00			1.200.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Auditório / Centro de Convenções	PREVISTA	Adequação dos campi à condição mínima de uso	6			1.000.000,00	724.193,00		1.724.193,00
Cachoeiro de Itapemirim	Obras de acessibilidade e instalação de elevador p/deficientes físicos	PREVISTA	Obrigação legal e que deve ser trabalhada com urgência.	7	100.000,00	100.000,00				200.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Bloco Terceiros (cantina, refeitório, almoxarifado, terceiros, garagem)	8	Adequação dos campi à condição mínima de uso	8			2.000.000,00	998.000,00		2.998.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Construção de fossas sépticas	9	Adequação dos campi à condição mínima de uso e higiene	9		250.000,00	50.000,00			300.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Manutenção, reforma e projeto de ampliação da cantina	PREVISTA	Adequação dos campi à condição mínima de uso	10	75.000,00					75.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Manutenção, reforma e ampliação do almoxarifado e patrimônio	PREVISTA	Adequação dos campi à condição mínima de uso	11		150.000,00	50.000,00			200.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Ampliação, reforma e manutenção da biblioteca	PREVISTA	Adequação dos campi à condição orientadas pelo MEC	12		250.000,00	175.000,00			425.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Sistema de captação de águas de chuvas	PREVISTA	Adequação dos campi à condição de sustentabilidade e economia de uso	13	80.000,00	50.000,00	50.000,00			180.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Reforma e manutenção do telhados dos blocos da edificação central do campus	EM ANDAMENTO	Adequação das instalações existentes dos campi à condição mínima de uso	14	300.000,00					300.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Reforma, manutenção e ampliação de instalações hidro sanitárias do campus	PREVISTA	Adequação das instalações existentes dos campi à condição mínima de uso	15	40.000,00	40.000,00				80.000,00
Cachoeiro	Construção de estrutura	PREVISTA	O Campus já ministra a Licenciatura em	16				200.000,00	100.000,00	300.000,00

de Itapemirim	física de polo de ensino à distância.		Informática e o EJA e, trabalha com os objetivos de Especialização, Disciplinas do núcleo presencial e outros cursos.						
Cachoeiro de Itapemirim	Reforma, manutenção e ampliação do campo de futebol society - Pista de atletismo/mini	EM ANDAMENTO	Adequação dos campi à condição mínima de uso	17	50.000,00			70.000,00	120.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Identidade visual do campus (fachada de entrada) e projeto de paisagístico	PREVISTA	Necessidade de adequar o layout, a logomarca e as cores das instalações, bem como um projeto paisagístico ambientalmente proativo.	18			50.000,00	50.000,00	100.000,00
Cariacica	Bloco C - Espigão Obras de aproveitamento de estrutura de concreto armado existente no campus, com o seu fechamento e adequação dos espaços internos para implantação de salas de aula, laboratórios, salas de professores, miniauditório, ambientes administrativos de apoio, acessos, climatização, etc. Projeto em análise na PMC para aprovação. 1ª Fase - envelopamento, lajes, elevadores e escada externa (R$4.065.743,02). 2ª Fase - 4 primeiros andares e coluna dágua+esgoto e barramento blindado até último andar e quadros gerais de proteção e controle e cabeamento tronco de rede de dados (R$4.223.081,00) 3ª Fase - 2 andares maiores completos (R$2.070.386,00) 4ª Fase - último andar completo (R$1.035.011,00)	PREVISTA	Necessidade de novos espaços (salas de aula, laboratórios, salas de professores, ambientes de apoio, miniauditório, administração,.....) para atender às demandas por espaços acadêmicos e de apoio. Essas demandas decorrem da oferta de novos cursos e do aumento de vagas ofertadas. Se não aumentarmos os ambientes/espaços acadêmicos, em 2017 não mais poderemos ofertar vagas à comunidade. O custo de novas construções a partir de fundações no solo, para atender a essas necessidades, excede a R$16.500.000,00 e exige prazo de execução bem maior que no caso de aproveitamento da estrutura existente. Essa edificação comporá a estrutura necessária para abrigar cursos nas áreas de Engenharias, Portos e Física.	1	0,00	4.065.743,02	4.223.081,00	2.070.386,00	1.035.011,00	11.394.221,02
Cariacica	Pórtico e cabine de medição Construção de Pórtico de entrada com sistema de acesso (vias, cancelas e barreiras) e vigilância para controle de entrada/saída de veículos e de pessoas e construção de cabine de medição em AT para fornecimento de ramais de energia em AT no interior do campus dentro da normatização que regulamenta o fornecimento de energia elétrica. A		Necessidade de construir uma entrada para o campus, com sistema de acesso (vias, barreiras e cancelas) e vigilância para controle de entrada/saída de veículos e de pessoas para garantir maior segurança ao campus. Essa obra produzirá uma economicidade no contrato de vigilância armada do campus. E necessidade de construção de cabine de medição de AT para atender à norma que regulamenta o fornecimento de energia elétrica.	2	0,00	2.050.000,00	0,00	0,00	0,00	2.050.000,00

	cabine de medição e pórtico estão integrados.									
Cariacica	Anexo Ferrovias Construção de galpão (com 2 laboratórios, 1 sala de aula, 1 fosso e banheiros) e trecho de via permanente (linha escola).		Necessidade de laboratórios de campo para área Ferroviária e para suportar material rodante com peso mínimo e 104 toneladas. O campus recebeu por doação, vários materiais ferroviários e precisa acomodá-los e arranjá-los em laboratórios para uso didático. A necessidade de um trecho de via permanente também torna-se imprescindível para a qualidade das aulas e para suportar o material rodante.	3	0,00	1.500.000,00	1.576.300,50	0,00	0,00	3.076.300,50
Cariacica	Videomonitoramento Instalação de sistema de vigilância eletrônica completo baseado em videomonitoramento (câmeras, cabeamento, servidores, sala de controle,...)		Necessidade de otimizar o serviço de vigilância patrimonial no campus tornando-o mais efetivo e mais barato, passando a utilizar o conceito de brigada móvel. Com o sistema de videomonitoramento e utilização de brigada móvel, poderemos dispensar dois postos de vigilância armada. Com a economicidade alcançada, ao longo de três anos esse sistema se paga.	4	0,00	0,00	0,00	1.720.000,00	0,00	1.720.000,00
Cariacica	Oficina, Garagem e Depósito Construção de oficina de manutenção do campus, depósito e garagem de veículos oficiais.	PREVISTA	Necessidade de oficina para realizar pequenos consertos, reparos em equipamentos e materiais de uso geral no campus e produção de outros utensílios e materiais. Necessidade de um depósito para a guarda e armazenamento de materiais e patrimônios. Necessidade de uma garagem para a proteção dos veículos oficiais do campus.	5	0,00	884.800,00	0,00	0,00	0,00	884.800,00
Cariacica / Viana	Urbanização de entrada do prédio do campus Serviços de urbanização de área de entrada (pátio externo de entrada) do campus	PREVISTA	Necessidade de calçamento de área de entrada (pátio externo e estacionamento) do prédio do campus, com sua também urbanização e iluminação externa para melhores condições de acesso e de segurança dos usuários e visitantes do campus.	1	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
Cariacica / Viana	Projeto de Subestação de energia elétrica Serviços de elaboração de projeto de ponto de entrega de energia elétrica em AT com subestação para atendimento ao campus	PREVISTA	Necessidade de instalação de subestação de distribuição de energia elétrica para atendimento às demandas de energia do campus. O atual ponto de entrega em BT não suporta nem mesmo a atual carga dimensionada para o campus.	2	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Cariacica / Viana	Instalação de subestação de energia elétrica Serviços de instalação de ponto de entrega de energia elétrica em AT e subestação de energia elétrica para o campus.	PREVISTA	Necessidade de instalação de subestação de distribuição de energia elétrica para atendimento às demandas de energia do campus. O atual ponto de entrega em BT não suporta nem mesmo a atual carga dimensionada para o campus.	3	395.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	395.000,00
Cariacica / Viana	Quadra de esportes Construção de quadra coberta de esportes	PREVISTA	Necessidade de quadra coberta de esportes para a prática de atividades físicas constantes do currículo dos cursos integrados que se iniciarão no campus em 2016/1.	4		2.550.000,00	605.000,00	0,00	0,00	3.155.000,00

Cariacica / Viana	Cabeamento estruturado Serviços de instalação de cabeamento estruturado no segundo andar e na área lateral anexa do prédio principal do campus, notadamente nas áreas que estarão sendo constituídas (incorporadas) como parte do campus	PREVISTA	Necessidade de reforma civil em áreas do segundo piso, na área lateral anexa, no anexo ao pátio interno e na rampa de acesso ao 2º piso, de forma a possibilitar o seu bom uso para o desenvolvimento das atividades do campus	5	0,00	93.500,00	65.000,00	0,00	0,00	158.500,00
Cariacica / Viana	Reforma de telhado Serviços de reforma e substituição de telhado (estrutura, telhamento, calhas, rufos, vedações e assessórios) no andar piso no segundo andar do prédio principal do campus, notadamente nas áreas que estarão sendo constituídas (incorporadas) como parte do campus.	PREVISTA	Necessidade de reforma/substituição de telhado no segundo andar do prédio principal do campus como medida para garantir a segurança de usuários e de patrimônio público.	6	0,00	64.000,00	0,00	0,00	0,00	64.000,00
Cariacica / Viana	Reforma de banheiros Serviços de reforma de banheiros de alunos (M/F) no segundo andar e na área lateral anexa, e no anexo ao pátio interno.	PREVISTA	Necessidade de reforma nos banheiros do segundo andar, na área lateral anexa e no anexo ao pátio interno de modo a possibilitar o seu uso para atrendimento ao alunado e servidores do campus	7	0,00	24.000,00	26.500,00	0,00	0,00	50.500,00
Cariacica / Viana	Tratamento de piso Serviços de correção, aplicação de resina e de cera nos pisos do segundo andar e na área lateral anexa.	PREVISTA	Necessidade de reforma nos pisos do segundo andar e anexo lateral, com correção de nível e de imperfeições, tratamento com resina e aplicação de cera; de modo a garantir a segurança de passantes e melhor apresentação.	8	0,00	24.000,00	19.000,00	0,00	0,00	43.000,00
Cariacica / Viana	Projeto de rede de energia elétrica Serviços de elaboração de projeto de rede de distribuição de energia para o segundo andar do prédio, anexos ao pátio interno e da área lateral anexa (a serem incorporadas) ao campus até o início de 2016)	PREVISTA	Necessidade de elaborar projeto de rede de distribuição de energia elétrica para as áreas que estão sendo constituídas (incorporadas) ao campus, para futura instalação. A precariedade, falta de segurança e ausência de documentação técnica sobre as instalações elétricas existentes nessas áreas torna imprescindível a elaboração do referido projeto para o bom atendimento às demandas do campus. Torna-se necessário, portanto, elaborar projeto redimensionando toda a sua rede de distribuição de energia elétrica (circuitos de iluminação/tomadas/força, alimentação de aparelhos de ar condicionado, iluminação externa, etc)	9	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Cariacica / Viana	Reforma na rede elétrica interna Serviços de reforma em toda a rede de distribuição elétrica do segundo andar do prédio, dos anexos ao pátio interno e da área lateral anexa (a	PREVISTA	Necessidade de reformar toda a rede de distribuição de energia elétrica nas áreas que estarão sendo constituídas como parte do campus (2º andar do prédio principal, anexos ao pátio interno, área lateral anexa). Com a entrada em operação do campus, a necessidade de	10	0,00	110.200,00	0,00	0,00	0,00	110.200,00

	serem incorporadas ao campus até o início de 2016).		novos ambientes acadêmicos e administrativos para acomodar a estrutura demandada, é inevitável. As áreas que estarão sendo constituídas como parte do campus, possuem instalações elétricas precárias e inseguras para atender às necessidades do campus.							
Cariacica / Viana	Projeto de cabeamento estruturado Serviços de elaboração de projeto de cabeamento estruturado para o segundo andar e área lateral anexa do prédio principal do campus.	PREVISTA	Necessidade de elaborar projeto de cabeamento estruturado para áreas que estarão sendo constituídas (incorporadas) como constituintes do campus; para futura instalação.	11	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Cariacica / Viana	Cabeamento estruturado Serviços de instalação de cabeamento estruturado no segundo andar e na área lateral anexa do prédio principal do campus, notadamente nas áreas que estarão sendo constituídas (incorporadas) como parte do campus	PREVISTA	Necessidade de suprir as áreas acadêmica e administrativas do campus com as funcionalidade de rede de comunicação de dados.	12	0,00	0,00	163.000,00	0,00	0,00	163.000,00
Cariacica / Viana	Instalação de aparelhos de ar condicionado Serviços de instalação de aparelhos de ar condicionado nas áreas que estarão sendo incorporadas como constituintes do campus	PREVISTA	Necessidade de instalação de aparelhos de ar condicionado nas áreas que estarão sendo incorporadas, como constituintes do campus, para melhor conforto dos usuários.	13	0,00	19.500,00	0,00	0,00	0,00	19.500,00
Cariacica / Viana	Auditório Auditório para 100 lugares, mobiliado (cadeiras, tablado, púlpito, mesas, projetor e tela de projeção, etc).	PREVISTA	Necessidade de reforma e adaptação física em espaço existente para criar um auditório para atender às demandas do campus.	14	0,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00
Cariacica / Viana	Videomonitoramento Instalação de sistema de vigilância eletrônica baseado em videomonitoramento (câmeras, cabeamento, servidores, sala de controle,...)	PREVISTA	Necessidade de otimizar o serviço de vigilância patrimonial no campus tornando-o mais efetivo e mais barato, passando a utilizar o conceito de brigada móvel. Com esse o sistema, poderemos dispensar um posto de vigilância armada. Com a economicidade alcançada, ao longo de 1 ano, esse sistema se paga.	15	0,00	246.000,00	0,00	0,00	0,00	246.000,00
Cariacica / Viana	Guarita Construção de guarita de vigilância	PREVISTA	Necessidade de uma guarita na entrada do campus para uma segurança e controle mais efetivo.	16	15.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.800,00
Centro-Serrano	Conclusão do prédio acadêmico, administrativo, biblioteca e auditório.	Em andamento	Implantação do Campus	1	4.211.643,20					4.211.643,20
Centro-Serrano	Urbanização	Prevista	Proporcionar acesso e utilização plena dos prédios, disponibilizar estacionamento, regularizar o abastecimento de água e tratamento de esgoto, atender as normas de acessibilidade, implementar iluminação	2		4.000.000,00				4.000.000,00

			externa, etc.						
Centro-Serrano	Construção de poço artesiano.	Prevista	Abastecimento de água potável	3		40.000,00			40.000,00
Centro-Serrano	Construção de guarita	Prevista	Proporcionar controle de acesso e segurança ao Campus.	4		251.195,98			251.195,98
Centro-Serrano	Adequação para instalação dos laboratórios	Prevista	PossibilItapinar a oferta de aulas práticas.	5		100.000,00			100.000,00
Centro-Serrano	Instalação da rede de dados (cabeamento estruturado)	Prevista	Implementar a rede de dados.	6		200.000,00			200.000,00
Centro-Serrano	Bloco Terceiros (cantina, refeitório, almoxarifado, terceiros, garagem)	Prevista	Ofertar espaços não contemplados no projeto inicial e importantes para o funcionamento do Campus	7			2.998.000,00		2.998.000,00
Centro-Serrano	Quadra Coberta, com fechamento lateral, palco, vestiário e arquibancada para 600 pessoas	Prevista	A quadra é fundamental da atividades escolar, sobretudo para a disciplina de Educação Física.	8				2.000.000,00	2.000.000,00
Centro-Serrano	Climatização	Prevista	Climatização do Campus	9				1.000.000,00	1.000.000,00
Colatina	Ampliação e Reforma do Bloco G	Prevista	A DPPGE necessita de espaço para funcionamento. Possui apenas uma pequena sala, não contemplando toda sua estrutura institucional, também necessita prover alguns laboratórios para a pesquisa, bem como dispor de um espaço físico destinado ao Ensino à Distância, liberando assim o atual espaço usado para a necessária ampliação da biblioteca do campus. Necessitamos de prover a demanda de espaço para planejamento de aulas. É necessário atender os dínames do MEC quando a espaço físico de planejamento, pois inclusive é objeto de avaliação dos cursos.	1			1.500.000,00	1.500.000,00	3.000.000,00
Colatina	Ampliação da entrada do campus com construção de nova guarita	Prevista	Dar maior funcionalidade para o trabalho de segurança, trânsito de pedestres e veículos no campus.	2		60.000,00			60.000,00
Colatina	Construção de 02 (dois) banheiros destinados para acessibilidade de cadeirantes, conforme NBR 9.050, que especifica a acessibilidade em prédios, mobiliário, equipamentos urbanos e espaços.	Prevista	Propiciar acessibilidade à edificação.	3		15.000,00			15.000,00
Colatina	Construção de um foyer com aproximadamente 100 metros quadrados em área contígua ao auditório do campus	Prevista	Propiciar um espaço onde a comunidade escolar possa se reunir nos intervalos de eventos que ocorrem no auditório.	4			0,50	0,50	1,00
Colatina	Ampliação do estacionamento de veículos	Prevista	Prover estacionamento para todos os veículos dos usuários do campus Colatina	5		40.000,00			40.000,00
Colatina	Adequar as atuais instalações do Campus à Legislação que trata de pânico e incêndio	Prevista	Atender às normas exigidas pelo corpo de bombeiros.	6		500.000,00			500.000,00
Guarapari	CONSTRUÇÃO DO	Finalizada	Toda estrutura de laboratórios	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	BLOCO DE LABORATÓRIOS									
Guarapari	Master plan	Previsto	Planejar futuro do campus	2	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
Guarapari	Área Poliesportiva	Previsto	Adequação dos campi à condição mínima de uso	3	0,00	200.000,00	265.000,00	0,00	0,00	465.000,00
Guarapari	Auditório com salas de apoio para eventos + biblioteca	Previsto	Adequação dos campi à condição mínima de uso	4	0,00	0,00	1.100.000,00	0,00	0,00	1.100.000,00
Guarapari	Bloco Administrativo e apoio de Terceiros (cantina, refeitório, almoxarifado, terceiros, garagem)	Previsto	Adequação dos campi à condição mínima de uso	5	0,00	1.800.000,00	400.000,00			2.200.000,00
Guarapari	Quadra Coberta, com fechamento lateral, palco, vestiário e arquibancada para 600 pessoas	Previsto	Adequação dos campi à condição mínima de uso	6	530.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	3.030.000,00
Guarapari	Terraplanagem / Aterro da área baixa do campus	Previsto	aproveitar a licença e o contexto politico municipal atual	7	500.000,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00	1.050.000,00
Guarapari	Segurança, urbanismo e paisagismo dos dois primeiros blocos	Licitação em andamento	Adequação dos campi à condição mínima de uso, com aspecto especial de ganho de segurança para toda a comunidade interna (grande incidência de assaltos)	8	1.150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.150.000,00
Ibatiba	Construção do Bloco Acadêmico II	Previsto	Dotar o Campus de infraestrutura acadêmica indispensável para as práticas pedagógicas exigidas para os cursos ministrados no Campus.	1		3.000.000,00	7.000.000,00			10.000.000,00
Ibatiba	Construção de Edificações Diversas e Urbanização	Previsto	Adequação do ambiente para melhor atender a comunidade acadêmica, proporcionando segurança e bem estar.	2						0,00
Ibatiba	Aquisição da área rural	Previsto	Dotar o Campus de infraestrutura acadêmica indispensável para as práticas pedagógicas exigidas para os cursos ministrados no Campus.	3		2.500.000,00				2.500.000,00
Ibatiba	Construção da Biblioteca e Auditório	Previsto	Melhorar as condições acadêmicas, propiciando ao aluno infraestrutura adequada e com isso melhorando o seu rendimento.	4		2.500.000,00	2.500.000,00			5.000.000,00
Ibatiba	Sistema de Vídeo Monitoramento	Previsto	Adequar o Campus as condições de vigilância e segurança patrimonial bem como da vida acadêmica.	5		900.000,00				900.000,00
Ibatiba	Construção da cantina e refeitório	Previsto	Possibilitar o funcionamento adequado dos Cursos e dar condições de uso aos servidores e alunos do Campus.	6	1.000.000,00	600.000,00				1.600.000,00
Ibatiba	Construção da Cobertura do Bloco Acadêmico I	Previsto	Proteger o prédio Acadêmico das intemperes, propiciando condições de conforto térmico, acústico e de segurança aos alunos e servidores no interior do prédio.	7		450.000,00				450.000,00
Ibatiba	Cobertura da quadra com mureta e alambrado	Previsto	Dar condições as práticas esportivas e culturais para a comunidade acadêmica	8	200.000,00	100.000,00				300.000,00
Ibatiba	Estação de pesquisas treinamento e educação ambiental	Previsto	Possibilitar o funcionamento adequado dos Cursos e dar condições de uso a área de pesquisa aplicada e educação ambiental.	9			700.000,00			700.000,00
Ibatiba	Ampliação do Almoxarifado	Previsto	Ampliação do depósito/almoxarifado, para atender a demanda de ampliação do campus	10		300.000,00				300.000,00

Ibatiba	Cobertura do Pátio Acadêmico e das Passarelas de acesso.	Previsto	Proporcionar à comunidade acadêmica, um espaço adequado para leitura e atividades culturais	11			300.000,00	200.000,00	500.000,00
Ibatiba	Estação de tratamento de efluentes residuais	Previsto	Adequar o Campus a legislação vigentes de sustentabilidade.	12		250.000,00			250.000,00
Ibatiba	Ginásio Poliesportivo, com palco, vestiário e arquibancada para 600 pessoas	Previsto	Adequação dos campi à condição mínima de uso	13			3.500.000,00		3.500.000,00
Itapina	CONSTRUÇÃO DE PREDIO SETOR DE TI	EM ANDAMENTO	Atender o Setor de Tecnologia da Informação, pois o ambiente onde esta funcionando este Setor tem apenas 18 m².	1	39.794,00	0,00	0,00		39.794,00
Itapina	Construção de um Bloco Prédio Contendo Aproximadamente 12 Salas de Aula, Sala de Planejamento, Sala de Coordenações de Cursos, Cantina, Registro Acadêmico e Banheiros.	PREVISTO	Atender as demandas do Campus, pois as salas existentes já não estão atendendo o numero de alunos matriculados.	2	0,00	1.850.000,00	1.525.000,00		3.375.000,00
Itapina	Auditório / Centro de Convenções	PREVISTO	Atender as demandas do Campus, pois não existe no Campus um espaço físico como este para receber e reunir a comunidade escolar.	3	0,00	1.000.000,00	2.664.000,00		3.664.000,00
Itapina	Reforma e ampliação da Biblioteca	PREVISTO	Atender as demandas do Campus, pois o Setor atual esta insuficiente para atender a comunidade escolar.	4	0,00	600.000,00	0,00		600.000,00
Itapina	Portal (Guarita de Entrada do Campus)	PREVISTO	Modificar o Layout do Campus, de acordo com o IFES e dar maior segurança ao Setor e condições de trabalho para um melhor atendimento.	5	0,00	125.000,00	0,00		125.000,00
Itapina	Construção de uma Fabrica de Ração Completa com Equipamentos.	EM ANDAMENTO	Atender as demandas do Campus e em especial dar maior segurança nos níveis de garantia das rações.	6	200.000,00	551.000,00	0,00		751.000,00
Itapina	Reforma e Ampliação do Refeitório	PREVISTO	Atender as demandas do Campus e exigências da Vigilância Sanitária.	7	150.000,00	450.000,00	0,00		600.000,00
Itapina	Reforma e Adaptação de 03 (três) Alojamentos Internos e 02 (dois) Semi- internos	PREVISTO	Atender solicitações dos alunos e exigências da Vigilância Sanitária.	8	0,00	450.000,00	300.000,00		750.000,00
Itapina	Construção de um Centro Esportivo Contendo (Piscina semiolímpica, Sala de Musculação, Pista de Atletismo e Quadra de Vôlei de Areia)	PREVISTO	Atender solicitações dos alunos e adequar o Campus para promover os eventos do IFES e a comunidade escolar.	9	0,00	0,00	2.000.000,00	1.000.000,00	3.000.000,00
Itapina	Reforma do Alambrado e Estrutura de uma Quadra Coberta e Reformar o Piso e Fazer a Cobertura de uma Quadra Descoberta.	PREVISTO	Atender as demandas do Setor de Esporte e Lazer do Campus.	10	0,00	200.000,00	0,00		200.000,00
Itapina	Reforma e Ampliação do Setor de Almoxarifado	PREVISTO	Atender as necessidades do Setor e exigências da Vigilância Sanitária.	11	0,00	250.000,00	0,00		250.000,00
Itapina	Serviço de instalação de alambrado com tela quadrangular e tubos galvanizados sobre meio fio de concreto e iluminação	PREVISTO	Atender as demandas do Campus no que diz respeito ao critério de segurança para a comunidade escolar.	12	0,00	0,00	1.400.000,00		1.400.000,00

	das margens direita e esquerda que divisa da BR 259 do Campus.									
Linhares	Passarela com estrutura metálica tubular em dois pavimentos	Prevista	As demandas do campus Linhares do Ifes justificam-se em função da defasagem das instalações e dos equipamentos disponíveis atualmente. A partir das obras e dos investimentos relacionados, a capacidade de atendimento aos alunos do quadro regular do campus, a alunos de outras instituições e à comunidade em geral se ampliará de forma significativa, fazendo do Ifes uma instituição capaz de oferecer ensino, pesquisa e extensão de qualidade às sociedades do município de Linhares e de municípios vizinhos atendidos pelo campus, tais como Sooretama, Jaguaré, Rio Bananal, João Neiva e Aracruz. Nesse sentido, relacionamos obras e equipamentos ligados às áreas de Esportes, Artes, Cultura, Música, Matemática, Informática, Linguagens e Códigos, Humanidades, Administração e Automação Industrial, considerando, inclusive, os laboratórios necessários para a implantação da graduação em Engenharia de Controle e Automação, hoje em estudo no campus. Além disso, consideramos instalações para professores e grupos de pesquisa e extensão. Acreditamos que as obras e investimentos relacionados farão do campus Linhares um espaço de excelência nos diversos ramos do conhecimento abordados hoje por sua equipe de trabalho.	1	--	104.000,00	105.000,00	--	--	209.000,00
Linhares	Edifício de apoio a equipe de limpeza/garagem (2 pavimentos) = 461,72 m²	Prevista		2	--	500.000,00	561.956,00	--	--	1.061.956,00
Linhares	Auditório / Centro de Convenções	Prevista	Adequação dos campi à condição mínima de uso	3	--	--	500.000,00	500.000,00	724.193,00	1.724.193,00
Linhares	Rampa para acesso ao prédio de Laboratórios e de Ensino	Prevista		4	--	75.000,00	75.000,00	--	--	150.000,00
Linhares	Rampa para acesso ao prédio novo de Ensino, 8% de inclinação, 4 mts de largura, material concreto armado.	Prevista		5	--	55.000,00	55.000,00	--	--	110.000,00
Linhares	Ampliação do Bloco “C” (salas dos professores) 1 pavimento de 200m²	Prevista		6	--	--	420.000,00	--	--	420.000,00
Linhares	Reforma quadra	Prevista	Precisa reforma e adaptações. Difícil uso em dias de chuva.	7	300.000,00	600.000,00	--	--	--	900.000,00
Linhares	Adequações reforma	Prevista	Melhorias e reformas em instalações existentes	8	300.000,00	600.000,00	600.000,00	500.000,00	--	2.000.000,00
Montanha	Urbanização e Paisagismo	EM ANDAMENTO	Conclusão de obras de urbanização e paisagismo do Campus, Guarita.	1	2.000.000,00					2.000.000,00

			Subestação de energia elétrica.					
Montanha	Bloco 22 salas	EM ANDAMENTO	Adequação dos campi à condição mínima de uso	2	4.000.000,00			4.000.000,00
Montanha	Bloco Terceiros (cantina, refeitório, almoxarifado, terceiros, garagem)	PREVISTA	Adequação dos campi à condição mínima de uso	3		2.998.000,00		2.998.000,00
Montanha	Quadra Coberta, com fechamento lateral, palco, vestiário e arquibancada para 600 pessoas	PREVISTA	Adequação dos campi à condição mínima de uso	4		3.030.000,00		3.030.000,00
Montanha	Bloco 1 - Biblioteca, salas de professores, coordenadorias, diretorias, administrativo, enfermaria, projetos de pesquisa e extensão, ...	PREVISTA	Biblioteca, salas de professores, coordenadorias, projetos de pesquisa e extensão, ...	5			6.400.000,00	6.400.000,00
Montanha	Bloco 22 salas	PREVISTA	Bloco para expansão do campus	6			7.500.000,00	7.500.000,00
Montanha	Auditório / Centro de Convenções	PREVISTA	Adequação dos campi à condição mínima de uso	7			1.800.000,00	1.800.000,00
Nova Venécia	Adequação da estrutura atual para sustentabilidade	Prevista	Com a abertura de novos cursos previstos no PDI (Licenciatura em Geografia, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Estradas, Bacharelado em Geologia, Pós-Graduação Lato Sensu Gestão Ambiental) e expansão do número de matriculas dos novos e atuais cursos (dos atuais 485 para 1157 em 2016/1) faz-se necessária a criação de espaços adequados para atendimentos aos alunos.	1	300.000,00			300.000,00
Nova Venécia	Laboratório de química (2 salas, almoxarifados, depósitos) padrão setec.	Prevista	O laboratório se faz necessário para o atendimento dos alunos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, bem como aos demais cursos que ensejem aulas práticas de laboratório de Química.	2	377.920,00			377.920,00
Nova Venécia	Laboratório de física (2 salas, almoxarifados, depósitos) padrão setec.	Prevista	O laboratório se faz necessário para o atendimento dos alunos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, bem como aos demais cursos que ensejem aulas práticas de laboratório de Física.	3	377.920,00			377.920,00
Nova Venécia	Sala para Núcleo de Arte e Cultura	Prevista	Com a implantação do Núcleo de Arte e Cultura do Campus, faz-se necessário um espaço para acolher os projetos e possibilitar reuniões, ensaios, etc.	4			236.200,00	236.200,00
Nova Venécia	Laboratório de línguas	Prevista	O laboratório irá proporcionar o desenvolvimento dessa importante área do conhecimento humano, promovendo os recursos necessários ao atendimento aos alunos e servidores, bem como a proposição de projetos de pesquisa e extensão.	5			188.960,00	188.960,00
Nova Venécia	Laboratório de Humanidades (sala de discussão/leitura, acervo, sala responsável)	Prevista	O laboratório irá proporcionar o desenvolvimento dessa importante área do conhecimento humano, promovendo os recursos necessários ao atendimento aos alunos e servidores, bem como a	6			236.200,00	236.200,00

			proposição de projetos de pesquisa e extensão.				
Nova Venécia	Miniauditório (aproximadamente 90 a 100 pessoas)	Prevista	Espaço necessário para palestras, aulas específicas, reuniões de grande porte envolvendo os servidores do campus, com a vantagem de diminuir gastos de manutenção com a utilização do auditório, cujo espaço é para 375 pessoas.	7		354.300,00	354.300,00
Nova Venécia	Salas de aula (12 salas para 45 alunos e incluindo circulação)	Prevista	Com a abertura de novos cursos previstos no PDI (Licenciatura em Geografia, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Estradas, Bacharelado em Geologia, Pós-Graduação Lato Sensu Gestão Ambiental) e expansão do número de matrículas dos novos e atuais cursos (dos atuais 485 para 1157 em 2016/1) faz-se necessária a criação de espaços adequados para atendimentos aos alunos. Além disso, é necessário prover mais espaços para o desenvolvimento de projetos de extensão no campus.	8	2.007.700,00		2.007.700,00
Nova Venécia	Salas de reuniões (2 salas)	Prevista	Espaço necessário reuniões de pequeno e médio porte envolvendo os servidores do campus.	9	283.440,00		283.440,00
Nova Venécia	Salas de professores (35 salas para 2 professores)	Prevista	Espaço necessário para melhor acomodação dos professores e planejamento mais adequados das atividades inerentes à docência.	10		1.653.400,00	1.653.400,00
Nova Venécia	Ampliação da biblioteca	Prevista	Com a abertura de novos cursos previstos no PDI (Licenciatura em Geografia, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Estradas, Bacharelado em Geologia, Pós-Graduação Lato Sensu Gestão Ambiental) e expansão do número de matrículas dos novos e atuais cursos (dos atuais 485 para 1157 em 2016/1) faz-se necessária a ampliação da Biblioteca, afim de garantir o atendimento aos alunos.	11	873.940,00		873.940,00
Nova Venécia	Ampliação do protocolo para suportar arquivo do campus	Prevista	A ampliação do espaço é de fundamental importância para que possa comportar o arquivo do campus.	12	94.480,00		94.480,00
Nova Venécia	Restaurante para 300 refeições/dia (áreas de preparo, limpeza, refeitório e depósitos)	Prevista	O espaço é necessário para atender aos alunos e servidores do campus, de modo que haja condições adequadas de alimentação saudável.	13	755.840,00		755.840,00
Nova Venécia	Ampliação da cantina	Prevista	Ampliação necessária ao pleno atendimento dos alunos e servidores, tendo em vista a ampliação da demanda do campus.	14	118.100,00		118.100,00
Nova Venécia	Laboratório de geologia sedimentar	Prevista	O laboratório se faz necessário para o atendimento dos alunos do Curso de Geologia, cujo projeto está em fase de conclusão e tem perspectiva de entrar em funcionamento em 2016.	15	236.200,00		236.200,00
Nova Venécia	Laboratório de geofísica	Prevista	O laboratório se faz necessário para o atendimento dos alunos do Curso de Geologia, cujo projeto está em fase de	16	236.200,00		236.200,00

			conclusão e tem perspectiva de entrar em funcionamento em 2016.				
Nova Venécia	Laboratório de laminação	Prevista	O laboratório se faz necessário para o atendimento dos alunos do Curso de Geologia, cujo projeto está em fase de conclusão e tem perspectiva de entrar em funcionamento em 2016.	17		236.200,00	236.200,00
Nova Venécia	Ampliação da sala de TI	Prevista	A ampliação do espaço é de fundamental importância para que possa comportar o aumento da demanda de TI.	18		60.000,00	60.000,00
Nova Venécia	Adequação da estrutura atual para a acessibilidade	Prevista	Com a abertura de novos cursos previsto no PDI (Licenciatura em Geografia, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Estradas, Bacharelado em Geologia, Pós-Graduação Lato Sensu Gestão Ambiental) e expansão do número de matrículas dos novos e atuais cursos (dos atuais 485 para 1157 em 2016/1) faz-se necessário a criação de espaços adequados para atendimentos aos alunos, bem como garantir a acessibilidade, conforme a legislação vigente.	19		500.000,00	500.000,00
Nova Venécia	Prédio Administrativo do Ensino – 2 pavimentos.	Prevista	Abarcar setores ligados ao Ensino, sobretudo os que atendem diretamente ao aluno, como Caed (psicologia, enfermagem, assistência social), Napne, CGP, etc.	20	425.160,00		425.160,00
Piúma	Climatização	Prevista	Climatização: do ponto de vista legal, considerando a legislação que regula as condições de trabalho no Brasil, é extremamente necessário oferecer aos trabalhadores um ambiente de trabalho com condições adequadas. Nesse aspecto consideramos que o Campus Piúma não oferece conforto térmico adequado aos seus servidores bem como aos alunos. Na maior parte do ano as temperaturas são bastante elevadas e os ambientes administrativos chegaram a ultrapassar uma temperatura de 35°. Isso ocasiona interferências na produtividade e no humor durante a jornada de trabalho. Outro fator importante é que grande parte dos equipamentos estão expostos ao calor excessivo o que causa danos e diminui a vida útil dos mesmos. A Biblioteca não oferece condições de permanência dos alunos (é extremamente quente!), além disso o acervo é altamente danificado. Face ao exposto é indiscutível a priorização da climatização no Campus Piúma.	1	1.000.000,00		1.000.000,00
Piúma	Drenagem	PREVISTA	Drenagem: O Campus Piúma já sofreu e continua exposto a problemas socioeconômicos gravíssimos como perda de bens patrimoniais e	2		500.000,00	500.000,00

			documentais, além de expor os servidores, alunos e terceirizados a risco, em especial a possibilidade de proliferação de doenças que as inundações ocasionam. Isso se deve ao fato de que nos períodos de chuvas parte do Campus não consegue drenar a água, causando inundações na área interna do Campus. Considerando o exposto, a solução para o problema é a elaboração de estudo hidrológico e geotécnico com definição de solução técnica do sistema de drenagem do Campus Piúma em caráter prioritário.						
Piúma	Adequação dos laboratórios	PREVISTA	Adequação dos laboratórios do Campus Piúma: visto ser condição básica para provimento e aprovação dos cursos que o Campus oferece, em especial a graduação em Engenharia de Pesca.	3		1.000.000,00	1.000.000,00		2.000.000,00
Piúma	Reforma quadra	PREVISTA	Está em condições péssimas de uso, impedindo o uso	4		750.000,00	750.000,00		1.500.000,00
Piúma	Bloco de salas de aula	PREVISTA	Dispomos de 13 salas de aulas que não são suficiente para atender a demanda do Campus. Com a entrada de novas turmas da Engenharia de Pesca no próximo anos já não teremos nenhuma sala disponível para atendimento, monitorias e outros projetos.	5			1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00
Piúma	Bloco da pesca	PREVISTA	Necessidade caso não haja construção de um bloco de sala de aulas. Objetivo abrigar laboratórios técnicos da área da pesca	6			500.000,00	500.000,00	1.000.000,00
Piúma	NEEA	PREVISTA	Existe a necessidade de construir a sede do Neea para as atividade de Educação Ambiental. (o Campus tem projetos que necessitam de local apropriado para receber a comunidade, além de diversos projetos que necessitam de estruturação de espaço.	7				300.000,00	300.000,00	600.000,00
Piúma	Depósito	PREVISTA	Não existe local adequado para depósito no Campus	8				400.000,00	400.000,00	800.000,00
Reitoria	Aquisição da sede própria com adaptações necessárias	Prevista	A Reitoria hoje se situa em prédio alugado e sem condições mínimas de funcionamento, com equipe amontoada e distribuída em outros prédios	1		18.800.000,00				18.800.000,00
Santa Teresa	Caixa de água	Em andamento	Caixa de água - para cumprir exigências de abastecimento e bombeiros	1	537.000,00					537.000,00
Santa Teresa	Readequação elétrica	Em andamento	Adequar a rede elétrica do Campus à nova realidade da Instituição, corre risco de acidente.	2	657.175,50					657.175,50
Santa Teresa	Reformas e adaptações em edificação para uso de grêmio estudantil e Diretórios acadêmicos	prevista	Necessidades de espaços onde os discentes possam se reunir. O galpão já existente tratar-se de um espaço amplo e de localização privilegiada, atendendo às solicitações do grêmio estudantil e diretórios acadêmicos.	3		150.000,00				150.000,00
Santa Teresa	Reforma e ampliação de edificação para adaptações	prevista	Ausência de espaços para os docentes desenvolverem suas atividades de	4		1.500.000,00				1.500.000,00

	em salas de professores		planejamento e atendimento aos discentes do Campus em condições favoráveis ao desempenho de suas funções acadêmicas.						
Santa Teresa	Reforma e adaptações das salas de aula do campo	prevista	Necessária a reforma com adaptações dos espaços às necessidades dos técnicos, alunos e docentes para desenvolverem suas atividades, pois as mesmas são muito antigas.	5		700.000,00	500.000,00	200.000,00	1.400.000,00
Santa Teresa	Bovinocultura	prevista	Para atendimento dos componentes curriculares, relacionados às atividades de ensino e pesquisa dos cursos técnico em agropecuária e agronomia, sendo a bovinocultura uma das atividades mais importantes na microrregião de inserção do campus.	6			950.000,00		950.000,00
Santa Teresa	Bloco 12 salas	prevista	Para atender as demandas dos cursos superiores em função da crescente procura para desenvolvimento de pesquisas e extensão. Padrão Montanha.	7				2.227.229,00	2.227.229,00
Santa Teresa	Quadra Coberta, com fechamento lateral, palco, vestiário e arquibancada para 600 pessoas	prevista	Adequação dos campi à condição mínima de uso	8				1.500.000,00 1.530.000,00	3.030.000,00
São Mateus	Prédio Principal	Em andamento	Alocação do Curso de Engenharia Mecânica, Biblioteca, Auditório e Salas para Professores	1		3.000.000,00	2.000.000,00		5.000.000,00
São Mateus	Anexo II	Em andamento	Alocação dos Cursos Técnicos em Mecânica e Eletrotécnica	2	3.500.000,00				3.500.000,00
São Mateus	Reforma da Cantina	Em andamento	Proporcionar condições adequadas de atendimento à comunidade	3	500.000,00				500.000,00
São Mateus	Reforma do Anexo I	Em andamento	Proporcionar condições adequadas de atendimento à comunidade	4	500.000,00				500.000,00
São Mateus	Depósito de Bens	Previsto	Alojamento de Bens Patrimoniais para desocupação do galpão da Oficina Mecânica	5	500.000,00				500.000,00
São Mateus	Adequação do Galpão da Oficina Mecânica	Previsto	Alocação de Laboratórios da Engenharia Mecânica, do Curso Técnico em Mecânica, da Oficia Mecânica e do SAMA BAJA	6	1.000.000,00				1.000.000,00
São Mateus	Cercamento do Campus	Previsto	Proporcionar maior segurança à comunidade acadêmica através de muros e monitoramento eletrônico	7		1.500.000,00			1.500.000,00
São Mateus	Complexo Esportivo	Previsto	Atender às necessidades de práticas desportivas dos alunos do Campus através de um ginásio fechado com vestiário, com arquibancada para 600 pessoas, pista de atletismo, piscina olímpica e campo society	8	500.000,00	2.500.000,00	2.000.000,00		5.000.000,00
São Mateus	Prédio da Engenharia Elétrica	Previsto	Alocação do Curso de Engenharia Elétrica em um prédio sustentável que utilize reúso de água, geração elétrica, e sistema de climatização sustentável	9		1.500.000,00	3.500.000,00		5.000.000,00
São Mateus	Centro de Vivência e Reurbanização do Campus	Previsto	Em função do crescimento do Campus serão necessárias áreas para atividades de cunho artístico/cultural para as comunidades interna e externa	10		1.500.000,00	1.500.000,00		3.000.000,00
São	Centro de Pesquisa e Pós-	Previsto	Prédio para alocar todos os laboratórios	11			3.500.000,00	3.500.000,00	7.000.000,00

Mateus	Graduação e Nova Biblioteca		de pesquisa, novos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu. Espaço para Biblioteca no segundo piso							
São Mateus	Centro Educacional Tecnológico	Previsto	Prédio para desenvolvimento dos projetos de extensão e ações comunitárias	12			2.000.000,00	2.000.000,00		4.000.000,00
São Mateus	Incubadora	Previsto	Prédio para alocar a Incubadora para atender às demandas da região	13				1.500.000,00	1.500.000,00	3.000.000,00
São Mateus	Laboratório de Energias Renováveis	Previsto	Estrutura definitiva para alocar o laboratório de controle e monitoramento das pesquisas em energias renováveis	14				500.000,00		500.000,00
São Mateus	Cabine de Medição	Previsto	Será necessária uma nova subestação e um sistema para troca de energia da planta de geração eólica/fotovoltaica e a rede elétrica	15				250.000,00	5.000.000,00	5.250.000,00
São Mateus	Pista do Baja	Previsto	Necessária para os testes preparatórios do carro	16					300.000,00	300.000,00
São Mateus	Adequação da Infraestrutura para os Modelos Sustentáveis	Previsto	Inserção de sistemas de tratamento de água, painéis solares, e sistemas de climatização nos prédios construídos antes de 2016	17					3.000.000,00	3.000.000,00
São Mateus	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário e Adequação da Drenagem Pluvial		Com o crescimento do Campus são necessários investimentos para ampliação da rede de esgoto, do tratamento e da drenagem pluvial, para as novas instalações	18					3.000.000,00	3.000.000,00
Serra	Bloco 09	EM ANDAMENTO	Bloco de Salas de Aula, Laboratórios e Sala Administrativas	1	943.126,18					943.126,18
Serra	Sistema de Climatização do Bloco 09	PREVISTA	Sistema de Climatização, a ser instalado no Bloco 09, composto de 6 centrais de ar condicionado	2	1.250.000,00					1.250.000,00
Serra	Alimentador Elétrico Principal do Bloco 09	PREVISTA	O Bloco 09 necessita ser ligado à sub-estação elétrica, sistema trifásico, com cabos e proteções elétricas	3	150.000,00					150.000,00
Serra	Ampliação da Sub-estação Elétrica	PREVISTA	A atual sub-estação não comporta a expansão do campus, com a inclusão do Bloco 09, quadra poliesportiva e outras. A atual sub-estação necessita de reforma e expansão com urgência. Pela expansão, serão criadas duas SE de menor porte, para adequação da distribuição das demandas elétricas	4	150.000,00	100.000,00	250.000,00	250.000,00		750.000,00
Serra	Sistema de Cabeamento Estruturado do Bloco 09	PREVISTA	Instalação de equipamentos e cabeamento estruturado para rede de computadores	5	250.000,00					250.000,00
Serra	Quadra Poliesportiva Coberta, com fechamento lateral, palco, vestiários, banheiros e arquibancada para 500 pessoas	PREVISTA	Adequação dos campi à condição mínima de uso e para os novos cursos do campus	6		2.052.000,00	1.220.400,00			3.272.400,00
Serra	Aplicação do Sistema de Esgotamento Sanitário e Adequação da Drenagem Pluvial	PREVISTA	Com o crescimento do campus, é necessário investimentos na ampliação da rede de esgoto, do tratamento, da drenagem pluvial, para os novos blocos.	7		250.000,00				250.000,00
Serra	Campo de Futebol Society	PREVISTA	Construção de campo de futebol society para atividades de lazer e de educação física de alunos e servidores, além de torneios (Jifes) e atividades de extensão	8			250.000,00			250.000,00
Serra	Reestruturação da	PREVISTA	Com o crescimento do campus, é	9			400.000,00	400.000,00		800.000,00

	Segurança do Campus		necessário investimentos em segurança, com a construção de guarita elevada e cercamento do perímetro do campus com gradil						
Serra	Reurbanização e Adequação do Campus Serra ao Plano Diretor Urbano da Prefeitura Municipal da Serra.	PREVISTA	Em função das novas obras e a regularização total do campus perante a Prefeitura Municipal da Serra, o novo plano diretor urbano do município da Serra, demanda estudo de impacto de vizinhança, acessibilidade, aumento significativo do estacionamento, inclusão de vagas para portadores de necessidades especiais (PNE), rampas de acesso, piso táctil, entre outras ações. Os alvarás de execução de obras atuais e futuras do campus estão condicionados a esta reurbanização.	10			1.500.000,00	1.500.000,00		3.000.000,00
Serra	Centro de Pesquisa e Pós-Graduação / Nova Biblioteca	PREVISTA	Edificação para alojar todos os laboratórios de pesquisa, novos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu. Espaço da biblioteca com campus, no segundo piso.	11			3.062.558,19	3.062.558,19		6.125.116,38
Serra	Auditório/Teatro	PREVISTA	O campus Serra necessita de um auditório para atender as necessidades suas acadêmicas, culturais e sociais. Na sua concepção original, este auditório também é um teatro completo, que nesta função tem uma grande relevância para o município, tão carente de espaços culturais. Com 386 lugares, arquitetura moderna e arrojada e projeto arquitetônico básico e executivo pronto.	12			1.542.969,21	1.542.969,21	1.542.969,20	4.628.907,62
Serra	Centro Vocacional Tecnológico	PREVISTA	Edificação com salas de aulas, laboratórios, biblioteca setorial, sala de projeções, cantina e outros. Espaço para cursos de extensão e cursos Pronatec do MEC.	13				2.649.849,71	2.649.849,71	5.299.699,42
Serra	Incubadora de Empresas	PREVISTA	Construção de uma nova incubadora para alocar 20 empresas, garantindo a expansão da incubadora, cuja capacidade não atende à demanda atual	14					2.200.000,00	2.200.000,00
Serra	Centro de Vivência	PREVISTA	Centro de Vivência do campus, para atividades de lazer, culturais e sociais da comunidade interna e externa.	15					1.000.000,00	1.000.000,00
Venda Nova do Imigrante	Refeitório	Licitação em andamento	Proporcionará um grande avanço na qualidade do ensino oferecido por esta instituição que, até o presente momento, não dispõe de um espaço adequado para fazer suas refeições. Os alunos, principalmente os dos cursos integrados tempo integral, que passa o dia todo na instituição, não terão que se deslocar do Campus para fazer suas refeições. Evitando assim um grande transtorno , tanto para si como para o Campus.	1	400.000,00	700.000,00				1.100.000,00
Venda Nova do Imigrante	Adequação de Ambientes administrativos	Licitado	Oferecer as devidas condições de trabalho aos Servidores, reestruturando os ambientes físicos já existentes,	2	200.000,00	200.000,00				400.000,00

			oferecendo salas adequadas para os professores e para técnicos administrativos, assim como ambientes para convivência dos alunos e usuários.						
Venda Nova do Imigrante	Laboratório Alimentos e Pesquisa e Extensão	Previsto	Atender o curso superior de Ciência e Tecnologia de Alimentos e dar Suporte às Atividades de Pesquisa e Extensão no Campus.	3				1.500.000,00	1.500.000,00	3.000.000,00
Venda Nova do Imigrante	Ampliação da Biblioteca	Previsto	A estrutura atual da biblioteca não suporta a implantação de novos cursos previstos no PDI.	4			1.900.000,00	1.100.000,00		3.000.000,00
Venda Nova do Imigrante	Espaços de vivência para os Alunos	Previsto	A implantação dos cursos integrais requerem a existência de uma espaços de vivência para os alunos.	5		250.000,00				250.000,00
Venda Nova do Imigrante	Ampliação do campus e criação de área de prática esportiva	Previsto	Hoje o campus ocupa apenas 38.000 m2, devido à região ser muito acidentada. Porém, necessita expandir devido à demanda. - Desapropriação do terreno R$ 3.500.000,00 - Pista de atletismo, campo de futebol, vestiários, arquibancadas, drenagem, paisagismo, calçamento e iluminação R$ 9.000.000,00	6				3.500.000,00	9.000.000,00	12.500.000,00
Venda Nova do Imigrante	Manutenção das edificações do Campus	Previsto	Realizar manutenções preventiva e corretiva nas instalações do Campus, compreendendo alvenaria, elétrica e hidrossanitária.	7			150.000,00		100.000,00	250.000,00
Vila velha	Cobertura do prédio principal	EXECUTADA	Adequação dos campi à condição mínima de uso	1	298.512,22					298.512,22
Vila velha	Adequação elétrica do bloco 1	EXECUTADA	Adequação dos campi à condição mínima de uso	2	316.243,69					316.243,69
Vila velha	Climatização de blocos existentes	EXECUTADA	Adequação dos campi à condição mínima de uso	3	30.320,00					30.320,00
Vila velha	Pintura das Fachadas dos Prédios existentes	EM ANDAMENTO	Manutenção dos prédios existentes	4	105.425,13					105.425,13
Vila velha	Bloco 17 salas + miniauditório + biblioteca + refeitório + cantina/ Bloco Terceiros / Urbanização Parcial	EM ANDAMENTO	Adequação dos campi à condição mínima de uso	5	5.404.510,79	3.460.489,21				8.865.000,00
Vila velha	Implantação de rede estruturada e Segurança Eletrônica no Segundo Bloco Acadêmico e Prédio de Terceirizados	PREVISTA	Adequação dos campi à condição mínima de uso	6		800.000,00				800.000,00
Vila velha	Readequação de espaços internos do Primeiro Bloco Acadêmico (devido a construção do Segundo Bloco Acadêmico)	PREVISTA	Adequação dos campi à condição mínima de uso	7		100.000,00				100.000,00
Vila velha	Almoxarifado Químico	PREVISTA	Adequação dos campi à condição mínima de uso	8		300.000,00				300.000,00
Vila velha	Reforma da Fachada do Primeiro Bloco Acadêmico e Bloco Administrativo (revestimento com pastilha e instalação de brises	PREVISTA	Manutenção dos prédios existentes	9		700.000,00				700.000,00

	metálicos)								
Vila velha	Quadra Coberta, com fechamento lateral, palco, vestiário e arquibancada para 600 pessoas	PREVISTA	Adequação dos campi à condição mínima de uso	10		2.500.000,00			2.500.000,00
Vila velha	Auditório/centro de convenções	PREVISTA	Adequação dos campi à condição mínima de uso	11		1.724.193,00			1.724.193,00
Vila velha	Muros do Campus	PREVISTA	Adequação dos campi à condição mínima de uso	12		800.000,00			800.000,00
Vila velha	Aquisição de lote para ampliar entrada do Campus e Construção de Guarita definitiva	PREVISTA	Adequação dos campi à condição mínima de uso	13			500.000,00	500.000,00	1.000.000,00
Vila velha	Bloco dos Integrados (08 Salas, 4 Labs, 5 Salas Prof, 2 Salas Adm)	PREVISTA	Bloco para expansão do campus com inclusão de cursos integrados ao ensino médio	14			1.750.000,00	1.750.000,00	3.500.000,00
Vila velha	Implantação de rede estruturada e Segurança Eletrônica no Bloco dos Integrados	PREVISTA	Adequação dos campi à condição mínima de uso	15				300.000,00	300.000,00
Vila velha	Urbanização (Complemento para Bloco dos Integrados, auditório e quadra)	PREVISTA	Urbanização complementar para blocos, auditório, quadras etc	16			500.000,00	500.000,00	1.000.000,00
Vitória	Bloco M - Eletrotécnica (complementação)	Recebimento Provisório	As obras relacionadas justificam-se em virtude em dar melhor acomodação ao corpo discente e docente. Ao final da década de 1990 e início de 2000 vários cursos foram criados no campus Vitória mantendo a mesma estrutura física. Com a criação do Instituto Federal iniciou-se também a verticalização dos cursos, mantendo-se também a mesma estrutura física. Atualmente vemos a necessidade de ampliar a nossa estrutura em face da verticalização do ensino, crescimento de ações de pesquisa, e para termos a possibilidade de ampliar a oferta de cursos de extensão.	1	876.767,57	-	-	-	-	876.767,57
Vitória	Reforma da Subestação	Prevista (processo em andamento)	Estrutura física comprometida, capacidade de carga insuficiente para atender as novas demandas da escola, necessidade de contratação de projeto	2	200.000,00	500.000,00	300.000,00	-	-	1.000.000,00
Vitória	Projeto Completo da Obra nº 6 – Bloco I	Prevista (ante projeto pronto)	Verticalização de prédios para atender às demandas, aumento de área, etc	3	-	1.000.000,00	-	-	-	1.000.000,00
Vitória	Verticalização das Oficinas - Bloco I	Prevista	Verticalização de prédios para atender às demandas, aumento de área, etc	4	-	-	5.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	15.000.000,00
Vitória	Reforma da Arquibancada/Depósito	Prevista	Necessidade de troca imediata dos refletores e gaiolas do campo e arquibancada, cobertura da parte descoberta da arquibancada, tratamento de toda a estrutura da arquibancada	5	-	500.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	-	2.500.000,00
Vitória	Reforma do Muro	Prevista (projeto executivo pronto, aguardando OK prefeitura)	Risco de desabamento do muro. Processo aguardando liberação da prefeitura	6	290.000,00	-	-	-	-	290.000,00
Vitória	Fechamento e Reforma das	Prevista	Melhorar condições das quadras.	7	-	400.000,00	-	-	-	400.000,00

	Quadras Esportivas		Atualmente não são utilizadas quando chove (cobertura atual inadequada)							
Vitória	Reforma do Telhado	Prevista	Necessidade de reparos gerais. Existem diversas infiltrações e vazamentos que comprometem as dependências da escola e o patrimônio público	8	500.000,00	2.500.000,00	2.000.000,00	-	-	5.000.000,00
Vitória	Urbanização	Prevista	Adequações na área de estacionamento para aumento do número de vagas	9	-	50.000,00	-	-	-	50.000,00
Vitória	Reforma da Metalurgia - Bloco L	Em andamento	Laboratórios dos técnicos, Graduação, Pós-graduação, salas de professores	10	1.654.209,68	1.625.790,32	-	-	-	3.280.000,00
Vitória	Instalação de aparelhos de ar condicionado nas salas de aula	Prevista	Melhorar condições das salas	11	-	70.000,00	-	-	-	70.000,00
Vitória	Reforma do castelo d'agua	Prevista	Tubulação corroída, impermeabilização deficiente, estrutura da casa de máquinas comprometida, necessidade de reforma imediata (nas 2 caixas d'água)	12	50.000,00	50.000,00	-	-	-	100.000,00
Vitória	Ampliação da Bloco K	Prevista	Aumentar o espaço físico (construção de mezaninos) para atender ao novo curso de Engenharia Civil (em desenvolvimento)	13	-	-	500.000,00	500.000,00	500.000,00	1.500.000,00
Vitória	Ampliação da Bloco I e T	Prevista	Aumentar o espaço físico (construção de mezaninos) para atender ao novo curso de Engenharia Mecânica (em desenvolvimento)	14	-	500.000,00	500.000,00	500.000,00	-	1.500.000,00
Vitória	Tratamento acústico Bloco J e K	Prevista	Tratamento acústico da coordenadoria e salas de aula da Geomática que atualmente são “atrapalhadas” pelos laboratórios de mecânica (ex. Soldagem) do Bloco J	15	-	500.000,00	-	-	-	500.000,00
Vitória	Reforma Bloco S	Prevista	Adequação dos espaços utilizados pela coordenadoria de Saneamento	16	-	500.000,00				500.000,00
Vitória	Reforma da rede de esgoto e drenagem do campus	Prevista	A rede de drenagem e esgoto precisa ser toda reparada e reformada. Atualmente o esgoto do campus está interligado na rede de drenagem, o que precisa ser resolvido. Temos também diversos pontos de entupimento devido às manilhas estarem deterioradas ou totalmente obstruídas por raízes	17	-	200.000,00	200.000,00	100.000,00	-	500.000,00
Vitória	Adequação do espaço e construção de abrigo para armazenamento de resíduos sólidos	Prevista	Atualmente o armazenamento inadequado dos resíduos sólidos gerados pelo campus têm nos trago grandes transtornos devido a grande proliferação de ratos/ baratas e outros. É necessário adequar o local de acordo com as normas vigentes	18	-	100.000,00	120.000,00			220.000,00
TOTAIS					**49.325.033,89**	**118.124.133,53**	**111.782.758,40**	**69.529.078,61**	**56.078.582,91**	**404.839.587,34**

CAMPUS	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA	STATUS	PRIORIDADE	EXECUÇÃO EM 2015	EXECUÇÃO EM 2016	EXECUÇÃO EM 2017	EXECUÇÃO EM 2018	EXECUÇÃO EM 2019	VALOR TOTAL (ESTIMADO) R$
Alegre	Aquisição de 36 computadores	Atualizar o parque da instituição e criar mais uma sala de pesquisa na atual biblioteca	Previsto	1	54.000,00	54.000,00	54.000,00		50.000,00	**212.000,00**
Alegre	Aquisição de material permanente	Aquisição de materiais complementares para laboratório e de suporte para o Mestrado com implantação prevista para 2015	Licitado	2	100.000,00	111.700,00	111.700,00	111.700,00	111.700,00	**546.800,00**
Alegre	Aquisição de material permanente	Aquisição de mobiliário para 2 novas salas de aula e 1 conjunto de salas administrativas com previsão de inauguração em 2015.	Licitado	3	50.000,00	67.000,00				**117.000,00**
Alegre	Renovação da Frota	Substituição de 2 veículos que se encontram em situação anti-econômica e com elevado desgaste deviso ao uso frequente.	Previsto	4			59.900,00	50.000,00		**109.900,00**
Aracruz	Difração de raio X	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de química	Previsto	1	0,00	0,00	540.000,00	0,00	0,00	**540.000,00**
Aracruz	Microdurômetro	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de materiais	Previsto	2	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	**300.000,00**
Aracruz	DSC - Calorimetria Diferenciada Exploratória	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de química	Previsto	3	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	**150.000,00**
Aracruz	Analisador Voltamétrico	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de química	Previsto	4	0,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	**230.000,00**
Aracruz	Infravermelho	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de química	executado	5	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**200.000,00**
Aracruz	Fluorímetro	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de química	executado	6	0,00	0,00	0,00	440.000,00	0,00	**440.000,00**
Aracruz	Potenciostato	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de química	executado	7	238.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**238.000,00**
Aracruz	Mobiliário	Necessário para mobiliar as novas edificações e as existentes	Previsto	8	0,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	100.000,00	**700.000,00**
Aracruz	Acessórios para máquina universal de ensaios	Necessário para ampliar as aplicações e possibilidade de novos ensaios industriais	Previsto	9	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**100.000,00**
Aracruz	Aparelho Ultrassom para END	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de materiais e ensaios de materiais	Previsto	10	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**400.000,00**
Aracruz	Equipamentos de TI	Computadores, nobreakes, ultrabooks	Previsto	11	150.000,00	200.000,00	150.000,00	100.000,00	100.000,00	**700.000,00**
Aracruz	Alinhador de eixos a laser	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de materiais manutenção mecânica	Previsto	12	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**45.000,00**
Aracruz	Alinhador de Polias	Equipamento para ensino, pesquisa e	Previsto	13	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**6.000,00**

	a laser	extensão na área de materiais manutenção mecânica								
Aracruz	Analisador de Ponto de Fulgor Cleveland	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de manutenção e lubrificação	Previsto	14	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**10.000,00**
Aracruz	Analisador de Ponto de Fulgor Pensky-Martens	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de manutenção e lubrificação	Previsto	15	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**10.000,00**
Aracruz	Forno tipo mufla 1300ºC	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de materiais e ensaios de materiais	Previsto	16	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**25.000,00**
Aracruz	Analisador de vibração com módulo de balanceamento	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de manutenção	Previsto	17	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**120.000,00**
Aracruz	Serra Fita	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de fabricação	Previsto	18	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**25.000,00**
Aracruz	Viscosimetro Furol	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de manutenção e lubrificação	Previsto	19	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**8.000,00**
Aracruz	Trabalhador de graxa	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de manutenção e lubrificação	Previsto	20	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**2.000,00**
Aracruz	Penetrômetro	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de manutenção e lubrificação	Previsto	21	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**3.000,00**
Aracruz	Viscosimetro Saybolt	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de manutenção e lubrificação	Previsto	22	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**8.000,00**
Aracruz	Medidor de espessura por ultra som	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de materiais e ensaios de materiais	Previsto	23	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**15.000,00**
Aracruz	Máquina de corte CNC a plasma	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de soldagem e fabricação	Previsto	24	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**80.000,00**
Aracruz	Fresadoras ferramenteiras	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de fabricação	Previsto	25	0,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	**450.000,00**
Aracruz	Furadeiras de coluna	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de fabricação	Previsto	26	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	**60.000,00**
Aracruz	Furadeira de bancada com mesa XY	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de fabricação	previsto	27	0,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	**85.000,00**
Aracruz	Microabrasometro	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de materiais	previsto	28	0,00	0,00	280.000,00	0,00	0,00	**280.000,00**
Aracruz	Cavitrômetro	Equipamento para ensino, pesquisa e extensão na área de materiais	Previsto	29	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	**150.000,00**
Barra de	Mobiliários gerais	Mobiliário para equipar blocos.	Em	1	R$	R$	----	----	----	**2.600.000,00**

São Francisco			Andamento		1.000.000,00	1.600.000,00				
Barra de São Francisco	Equipamentos de Tecnologia da Informação	Aquisição de computadores e demais equipamentos de TI para infraestrutura do Campus.	Em Andamento	2	R$ 467.450,00	R$ 532.550,00	----	----	----	**1.000.000,00**
Barra de São Francisco	Equipamentos Laboratórios básicos, Quimica, Fisica, Biologia, Matemática e outros	Laboratórios necessários a realização dos cursos técnicos do Campus.	Previsto	3	----	R$ 1.100.000,00	R$ 1.000.000,00	----	----	**2.100.000,00**
Barra de São Francisco	Laboratórios Técnicos para o curso de Agropecuária	Equipamentos para montar os laboratórios técnicos do Curso de Técnico em agropecuária.	Previsto	4	----	R$ 1.000.000,00	R$ 1.000.000,00	----	----	**2.000.000,00**
Cachoeiro de Itapemirim	Diretoria de Administração (Equipamentos de infraestrutura e TI, mobiliários, ar condicionado, Equipamentos p/sustentabilidade e outros).	para o desenvolvimento do processo administrativo de forma mais eficiente, segura, econômica e sustentável.	Previsto	1	500.000,00	600.000,00	660.000,00	720.000,00	780.000.00	**2.480.000,00**
Cachoeiro de Itapemirim	Diretoria de ensino (Livros, equipamentos de laboratórios e didático-pedagógicos, Investimento em novos cursos e outros).	para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem com melhor qualidade, eficiência, atendendo as exigências básicas do MEC e de segurança.	Previsto	2	500.000,00	600.000,00	660.000,00	720.000,00	780.000.00	**2.480.000,00**
Cachoeiro de Itapemirim	Diretoria de pós-graduação, pesquisa e extensão (Livros p/pós-graduação, equipamentos de pesquisa e extensão, e outros).	para o desenvolvimento do processo de pós-graduação, pesquisa e extensão com melhor qualidade, eficiência, atendendo as exigências básicas do MEC e cumprimento de metas do ensino/pesquisa/extensão, bem como a verticalização por meio de cursos de pós-graduação.	Previsto	3	150.000,00	300.000,00	330.000,00	360.000,00	390.000,00	**1.530.000,00**
Cariacica	Aparelhamento de laboratórios das áreas: Eletromecânica Ferroviária (5 laboratórios) → Metalografia e Tratamentos Térmicos; Manutenção Eletromecânica;	Necessidade de aparelhamento de laboratórios para os cursos das áreas de Eletromecânica Ferroviária, Física, Engenharia de Produção. Os ambientes dos laboratórios já estão prontos. Os cursos das áreas de Eletromecânica Ferroviária e Engenharia de Produção, já funcionam em condição de regime e precisam ser aparelhados para promovermos uma formação mais efetiva de nossos alunos. Devido à falta de aulas práticas em	Previsto	1	0,00	2.250.000,00	1.870.000,00	1.703.000,00	1.478.000,00	**7.301.000,00**

	Acionamentos Elétricos; Eletrônicas; Maquete Ferroviária Engenharia de Produção (3 laboratórios) → Sistemas Integrados de Manufatura; Manufatura Digital; Processos de Fabricação; Física (2 laboratórios) → Física dos Materiais; Física Aplicada.	laboratórios, causada pela falta de equipamentos didáticos, a formação de nossos alunos nessas áreas tem sido deficitária. Quanto aos labotatórios da área de Física, os mesmos atenderão aos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Física e também ao Mestrado em Ensino de Física.								
Cariacica	Equipamentos de TI [Computadores, notebooks, datashow's, impressoras, copiadoras, servidores de armazenamento e processamento, nobreaks]	Necessidade de aparelhamento com equipamentos de TI para ambientes acadêmicos (salas de aula, laboratórios, salas de professores, apoio), administrativos e de suporte (CTI)	Previsto	2	0,00	285.000,00	0,00	0,00	0,00	**285.000,00**
Cariacica	Mobiliário Mobiliários diversos (salas de aula, laboratórios, salas de professores, ambientes acadêmico/administrativo diversos)	Necessidade de mobiliar os diversos ambientes que serão construídos (espigão, anexo ferroviário) e os atuais adaptados para receber/acomodar servidores	Previsto	3	0,00	150.000,00	100.000,00	0,00	0,00	**250.000,00**
Cariacica	Acervo bibliográfico Acervo bibliográfico nas áreas dos currículos dos curos ofertados pelo campus e de conhecimentos gerais	Necessidade de constante atualização, complementação e reposição de acervo bibliográfico nas áreas de Física, Eng.Prod., Ferrovias, Portos, Administração, Gerais.	Previsto	4	0,00	210.000,00	0,00	100.000,00	0,00	**310.000,00**
Cariacica / Viana	Aparelhamento de laboratórios das áreas: Logística (1 laboratório) → (R$385.000,00) Física (1	Necessidade de aparelhamento de laboratórios para os cursos (Técnico e Tecnólogo) da área de: Logística [PC´s e softwares que contemplam Simulação de Jogos de Logística; envolvendo coordenação de estoques, avaliação de tempos de transporte e espera, cálculo de custos, planejamento da produção e	Previsto	1	0,00	750.000,00	0,00	1.030.000,00	0,00	**1.780.000,00**

	laboratório) → (R$365.000,00) Química (1 laboratório) → (R$635.000,00) Biologia (1 laboratório) → (R$395.000,00)	controle de estoques, etc,]; Física [laboratório padrão do IFES para estudos de Física, dos Cursos Integrados], Química [laboratório padrão do IFES para estudos de Química, dos Cursos Integrados] e Biologia [Laboratório padrão do IFES para estudos de Biologia, dos Cursos Integrados].Esses laboratórios precisam ser aparelhados para promovermos uma formação de qualidade e mais efetiva de nossos alunos.								
Cariacica / Viana	Mobiliário Mobiliários diversos (salas de aula e ambientes acadêmico/administrativos diversos).	Necessidade de mobiliar os diversos ambientes que serão adaptados para receber novas turmas de alunos, novos servidores em seus setores. Com a entrada em operação desse campus, novos setores serão criados para suprir suas demandas acadêmico/administrativas.	Previsto	2	0,00	179.800,00	0,00	0,00	0,00	**179.800,00**
Cariacica / Viana	Equipamentos de TI Computadores, notebooks, impressoras multifuncionais, copiadoras, datashows, servidores e telefones	Necessidade de aparelhar o campus com equipamentos de TI para possibilitar o melhor desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem (salas de aula, laboratórios, salas de professores) e das atividades técnico-administrativas.	Previsto	3	0,00	312.800,00	177.400,00	0,00	0,00	**490.200,00**
Cariacica / Viana	Extintores de incêndio e bebedouros Extintores classe A (água pressurizada), classe B (pó químico seco) classe C (gas carbônico) e classe D (pó químico especial) e bebedouros (de pressão e purificadores de água)	Necessidade de atendimento às normas de segurança de combate a incêndios. Necessidade de mais bebedouros para atendimento ao alunado e servidores	Previsto	4	7.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**7.300,00**
Cariacica / Viana	Acervo bibliográfico Acervo bibliográfico nas áreas do currículo (parte propedêutica e técnica) dos cursos ofertados pelo campus e de conhecimentos	Necessidade de complementação e novas aquisições de acervo bibliográfico para atender aos novos cursos e turmas de alunos.	Previsto	5	0,00	210.000,00	0,00	100.000,00	0,00	**310.000,00**

	gerais									
Cariacica / Viana	Caminhoneta Veículo automotivo a diesel, cabine dupla, tração 4x4	Necessidade de veículo automotivo com capacidade de transporte de pessoas e de cargas para promover o atendimento à áreas rurais e urbanas do município de Viana e vizinhas.	Previsto	6	0,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	**160.000,00**
Cariacica / Viana	Equipamentos para sala de repouso (maca hospitalar, carro maca padiola, cadeira de rodas, prancha de imobilização, balança com régua antropômetro, armário, esfignomanômetro, desfribilador/ressuc itador, nebulizador, estetoscópio, termômetro, adipômetro penicos hospitalares (papagaio e comadre)	Necessidade de aparelhamento para a sala de repouso	Previsto	7	0,00	19.800,00	0,00	0,00	0,00	**19.800,00**
Centro-Serrano	Equipamentos de Informática (computadores, projetores, copiadoras, etc)	Atender os servidores e alunos.	Prevista	1	150.000,00	50.000,00				**200.000,00**
Centro-Serrano	Equipamentos de infraestrutura de rede.	Implantação da rede de dados e voz	Prevista	2	200.000,00	150.000,00				**350.000,00**
Centro-Serrano	Monitoramento – CFTV	Proporcionar segurança e diminuir custo com contrato de vigilância.	Prevista	3			200.000,00	100.000,00		**300.000,00**
Centro-Serrano	Mobiliário para salas de aula	Mobiliar as novas salas de aula	Prevista	4		40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	**160.000,00**
Centro-Serrano	Mobiliário e equipamentos para refeitório	Equipar o refeitório	Prevista	5			80.000,00			**80.000,00**
Centro-Serrano	Mobiliário para área administrativa	Mobiliar o bloco administrativo	Prevista	6		50.000,00	50.000,00			**100.000,00**
Centro-Serrano	Mobiliário e equipamento para auditório	Mobiliar o auditório	Prevista	7		300.000,00				**300.000,00**
Centro-Serrano	Equipamento para laboratórios educacionais	Equipar os laboratórios didáticos	Prevista	8			150.000,00	100.000,00	100.000,00	**350.000,00**
Centro-Serrano	Mobiliário para biblioteca	Mobiliar a biblioteca	Prevista	9		75.000,00	20.000,00	20.000,00		**115.000,00**

Centro-Serrano	Livros	Atualizar acervo bibliográfico	Prevista	10	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	**150.000,00**
Centro-Serrano	Veículo	Suprir a demanda dada a localização do Campus	Prevista	11			70.000,00			**70.000,00**
Colatina	Instalação de equipamentos de monitoramento eletrônico (CFTV e alarmes	Dar maior segurança pessoal e patrimonial no Ifes Campus Colatina	Previsto	1		850.000,00				**850.000,00**
Colatina	Prensa Hidráulica	Complementar o laboratório de materiais de construção civil e tecnologia das construções do campus para ser usado também pelo novo curso superior de arquitetura	Previsto	2		400.000,00				**400.000,00**
Colatina	Equipamentos de Informática	Necessidade de atualizar os equipamentos dos cursos da área de informática e prover salas de planejamento de aulas a serem construídas.	Previsto	3			325.000,00			**325.000,00**
Colatina	Móveis e mobiliários	Prover salas de planejamento a serem construídas	Previsto	4			400.000,00			**400.000,00**
Colatina	Instalação de equipamentos de monitoramento eletrônico (CFTV e alarmes	Dar maior segurança pessoal e patrimonial no Ifes Campus Colatina	Previsto	5		850.000,00				**850.000,00**
Colatina	Prensa Hidráulica	Complementar o laboratório de materiais de construção civil e tecnologia das construções do campus para ser usado também pelo novo curso superior de arquitetura	Previsto	6		400.000,00				**400.000,00**
Colatina	Equipamentos de Informática	Necessidade de atualizar os equipamentos dos cursos da área de informática e prover salas de planejamento de aulas a serem construídas.	Previsto	7			325.000,00			**325.000,00**
Colatina	Móveis e mobiliários	Prover salas de planejamento a serem construídas	Previsto	8			400.000,00			**400.000,00**
Guarapari	Climatização prédio em construção e pronto	Adequação de estrutura	Em andamento	1	52.262,03	0,00	0,00	0,00	0,00	**52.262,03**
Guarapari	Acervo bibliográfico	Acervo mínimo para atendimento de normatização e para reconhecimento de cursos	previsto	2	300.000,00	110.000,00	110.000,00	110.000,00	110.000,00	**740.000,00**
Guarapari	Equipamentos de informática	Ampliação de laboratórios e estruturação das coordenadorias administrativas	Em andamento	3	150.000,00	210.000,00	210.000,00	150.000,00	150.000,00	**870.000,00**
Guarapari	Máquinas e equipamentos, mobiliários	Estruturação do funcionamento	Em andamento	4	750.000,00	330.000,00	330.000,00	330.000,00	330.000,00	**2.070.000,00**

Guarapari	Laboratórios dos cursos industriais (mecânica)	Estruturação do funcionamento conforme projeto do curso	Em andamento	5	1.500.000,00	1.500.000,00	1.000.000,00	250.000,00	205.000,00	**4.455.000,00**
Guarapari	Laboratórios dos cursos industriais (Engenharia elétrica)	Estruturação do funcionamento conforme projeto do curso	previsto	6	0,00	800.000,00	200.000,00	200.000,00	100.000,00	**1.300.000,00**
Guarapari	Laboratórios dos cursos industriais (eletrotécnica)	Estruturação do funcionamento conforme projeto do curso	previsto	7	450.000,00	450.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	**1.050.000,00**
Ibatiba	Equipamentos para laboratório de análise química e física de solos	Necessidade de atendimento aos Alunos dos Cursos Técnicos, Superior e Pós-Graduação, bem como para atividades de Pesquisa e Extensão.	Previsto	1			500.000,00	500.000,00	250.000,00	**1.250.000,00**
Ibatiba	Equipamentos e mobiliários para a nova cantina e refeitório	Necessidade para funcionamento dessas novas estruturas para o atendimento aos Alunos dos Cursos Técnicos, Superior e Pós-Graduação.	Previsto	2		300.000,00	300.000,00			**600.000,00**
Ibatiba	Veículo Automotivo	Reposição da frota. Veículo Cabine dupla e carroceria.	Previsto	3				170.000,00	120.000,00	**290.000,00**
Ibatiba	Climatização para Bloco acadêmico II.	Proporcionar um ambiente adequado para um melhor rendimento acadêmico.	Previsto	4			1.500.000,00	1.500.000,00		**3.000.000,00**
Ibatiba	Equipamentos para captação e transformação de energia fotovoltaica.	Proporcionar sustentabilidade em energias.	Previsto	5			1.500.000,00			**1.500.000,00**
Ibatiba	Climatização para Biblioteca e Auditório	Proporcionar um ambiente adequado para um melhor rendimento acadêmico, e conservação do acervo.	Previsto	6			1.000.000,00	1.000.000,00		**2.000.000,00**
Ibatiba	Equipamentos de TI	Atender a demanda e ampliação.	Previsto	7		300.000,00				**300.000,00**
Ibatiba	Equipamentos para Ginásio Poliesportivo	Equipar para o uso da comunidade acadêmica.	Previsto	8				150.000,00		**150.000,00**
Ibatiba	Equipamentos e Mobiliários para o bloco acadêmico II	Equipar para o uso da comunidade acadêmica.	Previsto	9		750.000,00	750.000,00			**1.500.000,00**
Ibatiba	Equipamentos e mobiliários para a biblioteca e auditório a serem construídos.	Demanda para o atendimento de todas as atividades acadêmicas e culturais do Campus.	Previsto	10			800.000,00	200.000,00		**1.000.000,00**
Itapina	Equipamentos de TI (CPU, Monitor, Notebook, Projetor, Ponto de Acesso WI FI, Suporte e Impressora) e equipamentos de	Atender as demandas do Campus, pois as maquinas existentes se encontram em estado obsoleto e sua manutenção as vezes se tornam antieconômico, devido o tempo de uso.	Previsto	1	355.170,00	0,00	491.500,00	0,00	490.800,00	**1.337.470,00**

	áudio e video.									
Itapina	Equipamentos de Laboratório	Atender as demandas do Campus, de acordo com as necessidades dos cursos.	Previsto	2	150.000,00	250.000,00	850.000,00	150.000,00	100.000,00	**1.500.000,00**
Itapina	Equipamentos e Máquinas Agrícolas	Atender as demandas do Campus em especial os cursos de Agronomia, Licenciatura e as Unidades de Produção, Pesquisa e Extensão.	Previsto	3	0,00	150.000,00	250.624,00			**400.624,00**
Itapina	Mobiliário	Atender as demandas do Campus, de acordo com as necessidades dos cursos.	Em andamento	4	400.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	200.000,00	**1.050.000,00**
Linhares	Instalação de aparelhos de ar-condicionado para o prédio de ensino		previsto	1	--	215.000,00	--	--	--	**215.000,00**
Linhares	Projetores multimídia para o novo prédio de ensino		previsto	2		20.000,00	--	--	--	**20.000,00**
Linhares	Equipamentos para Empresa Júnior - automação industrial	Implantação da Engenharia de Controle e Automação	previsto	3	--	--	35.000,00	--	--	**35.000,00**
Linhares	Equipamentos para Escritório Modelo		previsto	4	--	16.000,00	25.000,00	25.000,00	--	**66.000,00**
Linhares	Equipamentos para Laboratório de Hidráulica	Implantação da Engenharia de Controle e Automação	previsto	5	--	80.000,00	80.000,00	--	--	**160.000,00**
Linhares	Equipamentos para Laboratório Eletricidade/Eletrônica	Implantação da Engenharia de Controle e Automação	previsto	6	--	80.000,00	30.000,00	--	--	**110.000,00**
Linhares	Equipamentos para Laboratório de Informática	Implantação da Engenharia de Controle e Automação	previsto	7	73.668,00	90.000,00	36.332,00	--	--	**200.000,00**
Linhares	Livros para Engenharia	Implantação da Engenharia de Controle e Automação	previsto	8		10.000,00	50.000,00	50.000,00	30.000,00	**140.000,00**
Linhares	Equipamentos para Laboratório Física		previsto	9	--	15.000,00	135.000,00	--	--	**150.000,00**
Linhares	Equipamentos para Laboratório Química		previsto	10		20.000,00	180.000,00	--	--	**200.000,00**
Linhares	Equipamentos para Laboratório Biologia		previsto	11		15.000,00	135.000,00	--	--	**150.000,00**
Linhares	Equipamentos para Laboratório Matemática		previsto	12			40.000,00	--	--	**40.000,00**

Linhares	Equipamentos para Laboratório Humanidades		previsto	13	--	--	20.000,00	20.000,00	--	**40.000,00**
Linhares	Equipamentos para Laboratório Códigos e Linguagens		previsto	14	--	20.000,00	20.000,00	--	--	**40.000,00**
Linhares	Equipamentos para academia		previsto	15	--	--	100.000,00	200.000,00	200.000,00	**500.000,00**
Linhares	Equipamento para pista de atletismo		previsto	16	--	20.000,00	20.000,00	60.000,00	--	**100.000,00**
Linhares	sonorização das salas de aulas (Cachoeiro de Itapemirimxas, notebook, cabos)		previsto	17	--	--	30.000,00	50.000,00	50.000,00	**130.000,00**
Linhares	Sala de ensaio da aula de música (Caixas, som, mixers, instrumentos musicais, pedestais)		previsto	18	--	30.000,00	90.000,00	90.000,00	70.000,00	**280.000,00**
Linhares	Estúdio de gravação de áudio (Caixas, mixers, computadores, cubos)		previsto	19	--	--	100.000,00	100.000,00	100.000,00	**300.000,00**
Linhares	Produção de vídeos (filmadoras, tripés, iluminadores, computadores, monitores)		previsto	20	--	--	80.000,00	80.000,00	70.000,00	**230.000,00**
Montanha	Laboratórios	Laboratórios básicos e técnicos dos cursos do Campus Montanha	Previsto	1	200.000,00	800.000,00	700.000,00	1.300.000,00	1.000.000,00	**4.000.000,00**
Montanha	Equipamentos de Informática	Computares e demais equipamentos de TI	Previsto	2	300.000,00	200.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	**1.400.000,00**
Montanha	Máquinas e equipamentos	Máquinas agrícolas para cursos técnicos	Previsto	3	800.000,00	1.000.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	**3.300.000,00**
Montanha	Mobiliários	Mobiliários para ambientes administrativos e acadêmicos	Previsto	4	500.000,00	1.200.000,00	250.000,00	300.000,00	250.000,00	**2.500.000,00**
Nova Venécia	Micro-ônibus (25 lugares)	Necessidade do curso de Geologia, prevista no Projeto de Curso	Previsto	1			280.000,00			**280.000,00**
Nova Venécia	Camioneta 4x4 diesel (cabine dupla com carroceria)	Necessidade do curso de Geologia, prevista no Projeto de Curso	Previsto	2			160.000,00			**160.000,00**
Nova Venécia	Equipamentos para laboratórios de	Necessidade do curso de Geologia, prevista no Projeto de Curso	Previsto	3		1.372.671,00				**1.372.671,00**

	Geologia									
Nova Venécia	Equipamentos de Informática	Necessidade imediata de atualização dos equipamentos de Informática, além de ampliação devido ao aumento da oferta de vagas dos campus.	Previsto	4		1.397,50				**1.397,50**
Piúma	Plataforma elevatória	Plataforma elevatória: item de exigência para acessibilidade ao prédio de Análise de Alimentos.	Previsto	1	80.000,00					**80.000,00**
Piúma	Impressoras	Necessidade de novas impressoras para atender a reprografia, tendo em vista que a que temos hoje não atende a nossa demanda. E troca de algumas com defeitos consideradas inservíveis ou antieconômicas.	Previsto	2	20.000,00	10.000,00				**30.000,00**
Piúma	Computadores	Aquisição de computadores para atender a demanda dos professores.	Previsto	3		50.000,00	50.000,00			**100.000,00**
Piúma	Equipamentos para laboratórios	Necessidade de aquisição de equipamentos para estruturação dos laboratórios, condição para aprovação dos cursos ofertados pelo Campus.	Previsto	4	150.000,00	250.000,00	250.000,00	175.000,00	175.000,00	**1.000.000,00**
Santa Teresa	Implantação do sistema de vigilância eletrônica	Necessidade do sistema como instrumento de prevenção e inibição de comportamentos inadequados ao ambiente escolar.	Previsto	1		1.000.000,00				**1.000.000,00**
Santa Teresa	Mobiliário	Devido ao crescimento do Campus faz-se necessária a aquisição de mobiliários diversos e equipamentos de informática para atender às necessidades administrativas e pedagógicas.	Em andamento	2	80.000,00	150.000,00				**230.000,00**
Santa Teresa	Implementos Agrícolas	Aquisição de implementos agrícolas e zootécnicos visando a substituição e atualização dos equipamentos.	Previsto	3		30.000,00	30.000,00	60.000,00	80.000,00	**200.000,00**
São Mateus	Compra de livros para atendimento aos Projetos de Curso Técnico Integrados de Mecânica e Eletrotécnica (compra em andamento, previsto um aumento de 100% do acervo de livros, com a inclusão de aproximadamente 1600 exemplares)			1	50.000,00					**50.000,00**
São Mateus	Comprar de livros para atendimento ao Projeto de Curso de			2	50.000,00					**50.000,00**

	Engenharia Mecânica								
São Mateus	Comprar de livros para atendimento ao Projeto de Curso de Engenharia Elétrica			3	50.000,00				**50.000,00**
São Mateus	Comprar material informacional especial para atendimento a público com necessidades especiais (audiolivros)			4	10.000,00				**10.000,00**
Serra	Equipamentos para Laboratório de Redes de Computadores	É necessária a criação deste Laboratório para a Pós-graduação em Redes de Computadores, cuja primeira oferta está prevista para 2016/1.	Em andamento	1	150.000,00				**150.000,00**
Serra	Mobiliários para os Blocos 08 e 09	Aquisição de Mobiliários para os novos blocos do campus	Em andamento	2	200.000,00	471.000,00			**671.000,00**
Serra	Arquivos Deslizantes	Arquivos Deslizantes para atendimento dos setores e criação do Arquivo Técnico do campus	Em andamento	3	52.000,00	52.000,00	52.000,00		**156.000,00**
Serra	Equipamentos de Automação	Aquisição de Equipamentos de Automação, visando a atualização tecnológica e suprindo o crescimento da demanda face à expansão do campus. Em 2015/2, haverá a oferta do Mestrado Profissional em Engenharia de Controle e Automação.	Previsto	4	330.000,00	300.000,00		300.000,00	**930.000,00**
Serra	Equipamentos de Informática	Aquisição de Computadores, Impressoras e outros equipamentos, visando a atualização tecnológica e suprindo o crescimento da demanda face à expansão do campus. Em 2018, haverá a oferta do Mestrado Profissional em Informática.	Previsto	5	400.000,00		300.000,00	300.000,00	**1.000.000,00**
Serra	Livros para os Novos Cursos	Com a expansão do campus e a oferta de novos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação, é necessário suprir a biblioteca com novos livros para tais cursos.	Previsto	6	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	**200.000,00**
Serra	Veículo Automotor com Carroceria	Aquisição de Veículo Automotor para atendimento das demandas externas, tendo em vista que campus possui dois veículos com mais de 100 mil km rodados. O veículo será usado para transporte de equipamentos e materiais, portanto necessita de ter carroceria.	Previsto	7		100.000,00			**100.000,00**
Serra	Máquinas para	Os atuais equipamentos da Marcenaria	Previsto	8		15.000,00			**15.000,00**

	Marcenaria e Oficina de Manutenção	encontram-se obsoletos e sem peças de reposição. Além do mais, é necessária a aquisição de outros equipamentos extras.								
Venda Nova do Imigrante	Equipamento de TI	Completar e atualizar o parque de TICs do Campus.	Previsto	1	200.000,00	80.000,00	100.000,00	60.000,00	150.000,00	**590.000,00**
Venda Nova do Imigrante	Equipamento para Laboratórios	Equipar os laboratórios de Alimentos, Administração, Matemática e de Pesquisa e Extensão	Previsto	2	200.000,00	150.000,00	100.000,00	-	1.000.000,00	**1.450.000,00**
Venda Nova do Imigrante	Mobiliários	Para atender às adequações e novas construções realizadas no Campus	Previsto	3	150.000,00	300.000,00	100.000,00	100.000,00	300.000,00	**950.000,00**
Venda Nova do Imigrante	Livros	Necessidade de atualiza/completar o Acervo bibliográfico nas áreas dos currículos dos cursos ofertados pelos Campus e para os novos cursos que serão abertos pelo Campus.	Previsto	4	300.000,00	350.000,00	350.000,00	250.000,00	250.000,00	**1.500.000,00**
Vila Velha	Mobiliários –(Bloco 17 salas + Bloco Terceiros)	Adequação dos campi à condição mínima de uso	Previsto	9		500.000,00	500.000,00			**1.000.000,00**
Vila Velha	Laboratórios (Equipamentos e Mobiliários) -(Bloco 17 salas + Bloco Terceiros)	Adequação dos campi à condição mínima de uso	Previsto	10		300.000,00	1.500.000,00	400.000,00		**2.200.000,00**
Vila Velha	Equipamentos de informática -(Bloco 17 salas + Bloco Terceiros)	Adequação dos campi à condição mínima de uso	Previsto	11		360.000,00	430.000,00	135.000,00		**925.000,00**
Vila Velha	Aparelhos de Ar Condicionado (com instalações) -(Bloco 17 salas + Bloco Terceiros)	Adequação dos campi à condição mínima de uso	Previsto	12			400.000,00			**400.000,00**
Vila Velha	Acervo bibliográfico	Adequação dos campi à condição mínima de uso	Previsto	13	8.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00	48.000,00	**200.000,00**
Vila Velha	Mobiliários -(Bloco dos Integrados)	Bloco para expansão do campus com inclusão de cursos integrados ao ensino médio	Previsto	14					200.000,00	**200.000,00**
Vila Velha	Laboratórios (Equipamentos e Mobiliários) -(Bloco dos Integrados)	Bloco para expansão do campus com inclusão de cursos integrados ao ensino médio	Previsto	15					800.000,00	**800.000,00**
Vila Velha	Equipamentos de informática -(Bloco dos Integrados)	Bloco para expansão do campus com inclusão de cursos integrados ao ensino médio	Previsto	16					370.000,00	**370.000,00**
Vila Velha	Aparelhos de Ar Condicionado (com instalações) -(Bloco	Bloco para expansão do campus com inclusão de cursos integrados ao ensino médio	Previsto	17					100.000,00	**100.000,00**

	dos Integrados)									
Vitória	Eletrodomésticos, máquinas para laboratórios		Previsto	1	935.725,55	3.290.981,61	900.000,00	-	-	**5.126.707,16**
Vitória	Mesas, cadeiras, armários		Previsto	2	937.666,00	400.000,00	400.000,00	-	-	**1.737.666,00**
Vitória	Equip. TI (Impressoras, catracas, solução backup, equip. rede, computadores, servidores, videomonitoramento)		Previsto	3	868.200,00	5.543.748,00	1.851.000,00	-	-	**8.262.948,00**
Vitória	Equip. Educação Física		Previsto	4	84.264,06	-		-	-	**84.264,06**
Vitória	Livros		Previsto	5	600.000,00	200.000,00	200.000,00	-	-	**1.000.000,00**
Vitória	Plotter para setor de Engenharia e Escritório Modelo		Previsto	6	50.000,00	-	-	-	-	**50.000,00**
Vitória	Equipamentos de laboratórios de mecânica	para atender ao curso de engenharia mecânica	Previsto	7	150.000,00	-	500.000,00	-	-	**650.000,00**
Vitória	Equipamentos para controle e acompanhamento de obras/ manutenção		Previsto	8	-	10.000,00	-	-	-	**10.000,00**
Vitória	Equipamentos e softwares para CSO	Infraestrutura para criação da CSO	Previsto	9	-	100.000,00	100.000,00	-	-	**200.000,00**
Vitória	Conteiner compactador	Armazenamento adequado de resíduos sólidos	Previsto	10	-	70.000,00	-	-	-	**70.000,00**
Vitória	Equipamento e Software	Equipamentos e softwares para Laboratório de Fisiologia do Exercício para criação do Curso de Educação Física – Licenciatura 1	Previsto	11	-	100.000,00	200.000,00	-	-	**300.000,00**
Vitória	Equipamento e Software	Equipamentos e softwares para Laboratório de Biomecânica para criação do Curso de Educação Física – Licenciatura 1	Previsto	12	-	100.000,00	100.000,00	-	-	**200.000,00**
Vitória	Equipamento e Software	Equipamentos e softwares para Laboratório de Anatomia para criação do Curso de Educação Física – Licenciatura 1	Previsto	13	-	200.000,00	100.000,00	-	-	**300.000,00**
	TOTAIS				**16.790.705,64**	**40.148.448,11**	**31.732.456,00**	**15.487.700,00**	**10.848.500,00**	**115.007.809,75**

6. GESTÃO INSTITUCIONAL E DE PESSOAS

6.1. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Ifes é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Conforme estabelece a Lei nº 11.892/2008, tem sede e foro em Vitória com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. É organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada por campus e reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

A estrutura institucional encontra-se regulamentada pelo Estatuto e pelo Regimento Geral da Instituição em anexo. O Estatuto do Ifes foi aprovado pela Resolução nº 11/ 2009-CS, de 01 de dezembro de 2009; já o Regimento Geral, integrado ao Estatuto e à legislação federal, foi aprovado pela Resolução nº 64/ 2010-CS, de 22 de novembro de 2010, constituindo-se ambos os documentos no conjunto de normas que disciplinam a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, administrativas e acadêmicas deste Instituto Federal.

Complementam e normatizam, ainda, as disposições estatutárias e regimentais os Regimentos Internos dos Campi e da Reitoria, além dos Regimentos dos quatro principais órgãos colegiados do Ifes: o Conselho Superior (CS), o Colégio de Dirigentes (CD), o Conselho de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (CEPE) e o Conselho de Gestão do Campus (CGC).

6.1.1 Estrutura Organizacional Atual

A administração geral do Ifes é feita por seus órgãos colegiados deliberativos e por seus órgãos executivos, nos níveis da administração geral e da administração de cada campus, em que se desdobra a sua estrutura organizacional, objetivando a integração e a articulação dos diversos órgãos situados em cada um dos níveis.

Para administrar seu quadro de pessoal e sua infraestrutura física, o Ifes conta atualmente com as seguintes estruturas administrativas:

Os órgãos superiores da Administração compreendem:

I. Órgãos Colegiados:

1. Conselho Superior;

2. Colégio de Dirigentes;

3. Conselho de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão;

4. Conselho de Gestão do campus.

II. Órgãos Executivos:

1. Reitoria;

1.1 Gabinete;

1.1.1 Assessorias;

1.2 Pró-reitoras;

1.2.1 Diretorias Sistêmicas;

2. Diretorias-Gerais dos campi.

2.1Conselho de Gestão do campus

III. Órgãos de Assessoramento:

1. Conselho Comunitário;

2. Ouvidoria;

3. Comissão de Ética;

4. Fóruns.

§ 1º A Procuradoria Jurídica do Ifes é um órgão descentralizado da Procuradoria-Geral Federal no Estado do Espírito Santo, nos termos da legislação vigente.

IV. Órgãos de Controle:

1. Auditoria Interna;

2. Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Todos os órgãos colegiados são montados com representação de todos os segmentos da comunidade acadêmica a partir de eleições.

O Conselho Superior (CS), órgão máximo, consultivo, normativo e deliberativo nas dimensões acadêmica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, tem sua composição, competências, organização e funcionamento definidos e regulamentados no Estatuto do Ifes, no Regimento Geral e em Regimento próprio.

O Conselho de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (CEPE) é um órgão colegiado normativo e de assessoramento no que tange às políticas de ensino, pesquisa e extensão e tem sua composição, competências e funcionamento definidos e regulados no Regimento Geral e em Regimento próprio.

O Colégio de Dirigentes (CD), de caráter consultivo, é órgão de apoio da Reitoria, composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Ifes, com sua competência e atribuições dispostas no Estatuto do Ifes, no Regimento Geral e em Regimento próprio.

O Conselho de Gestão do Campus (CGC) é órgão consultivo da Direção-Geral e tem a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento da gestão e do processo educativo, além de zelar pela correta execução das políticas do Ifes em cada campus.

O Conselho Comunitário objetiva subsidiar o Instituto com informações da comunidade relativas a assuntos administrativos, de Ensino, de Pesquisa e de Extensão e avaliar as metas de atuação de sua política.

A Ouvidoria é o órgão de assessoramento do Reitor responsável pelo acolhimento e encaminhamento de manifestações e reivindicações das comunidades interna e externa.

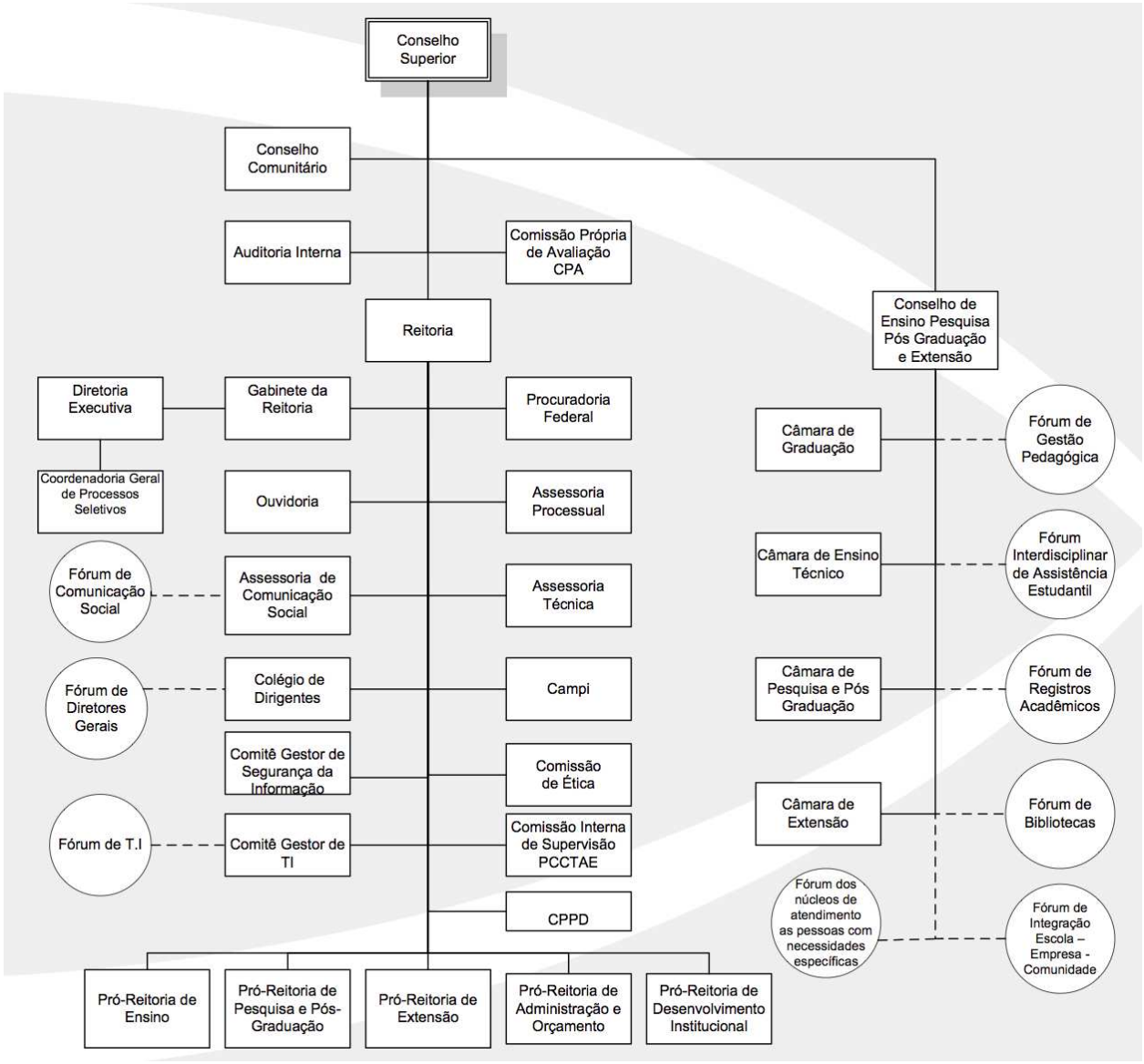
Os Fóruns são órgãos de assessoramento de caráter especializado e consultivo, tendo como principal objetivo propor diretrizes e políticas na sua área de atuação.

Os Fóruns têm natureza horizontalizada, com representação dos campi do Ifes.

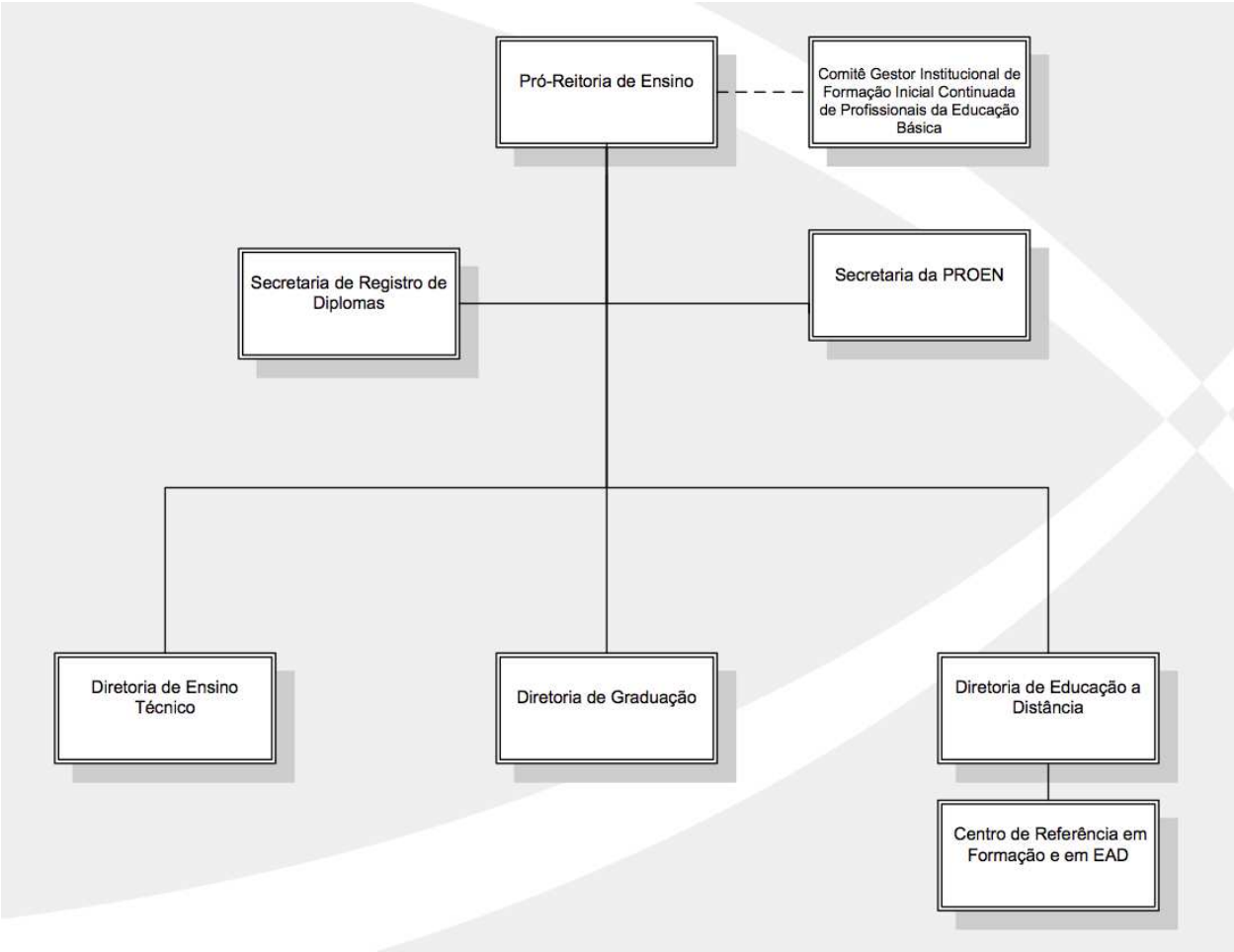
A organização e o funcionamento das unidades organizacionais que compõem a Reitoria e os Campi do Ifes, bem como as características e competências dos órgãos estão definidas no Estatuto, Regimento Geral, Regimento Interno e Regulamentos do Ifes.

6.1.2 Organograma da Reitoria e dos Campi

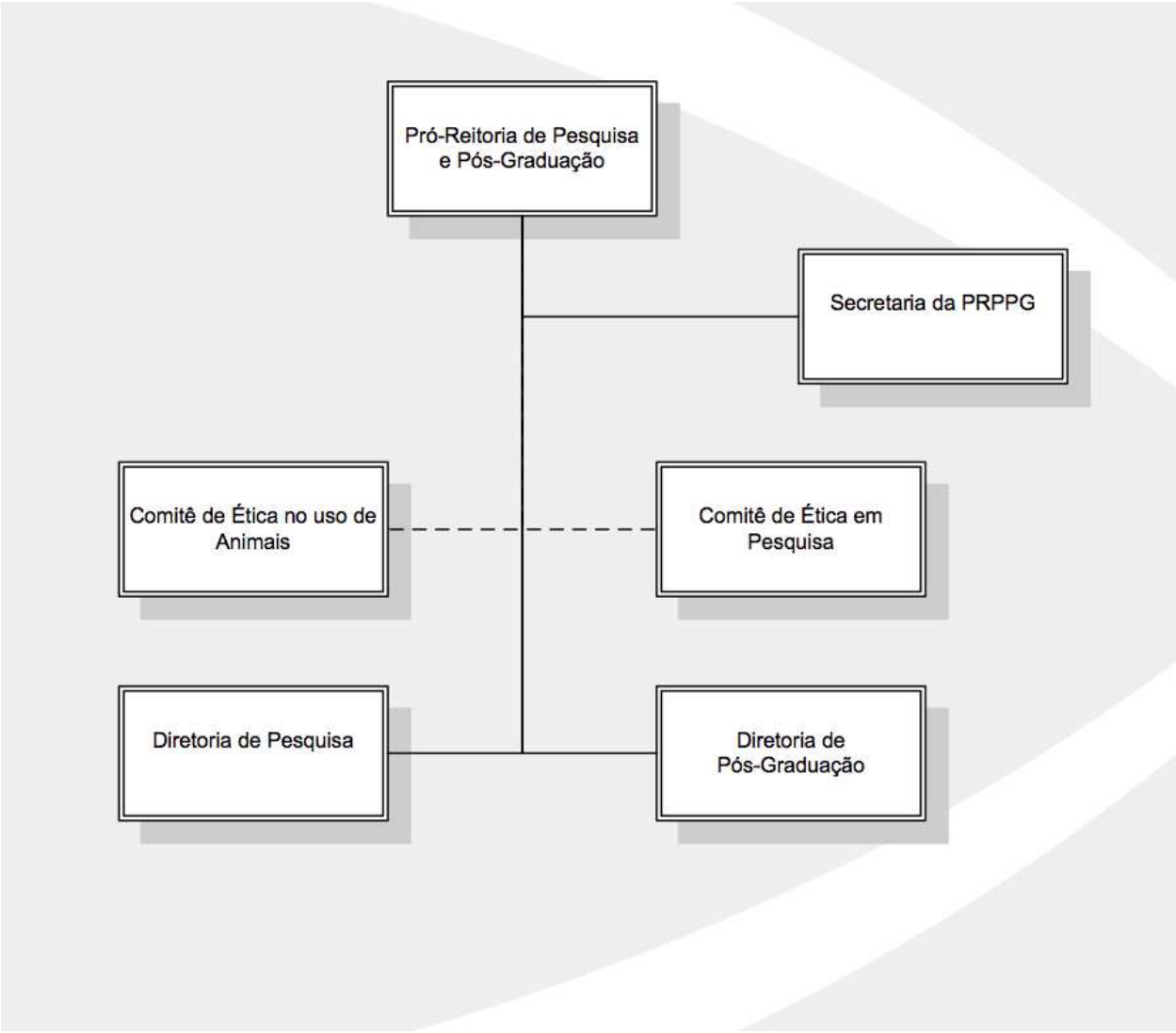
6.1.2.1 Organograma da Reitoria



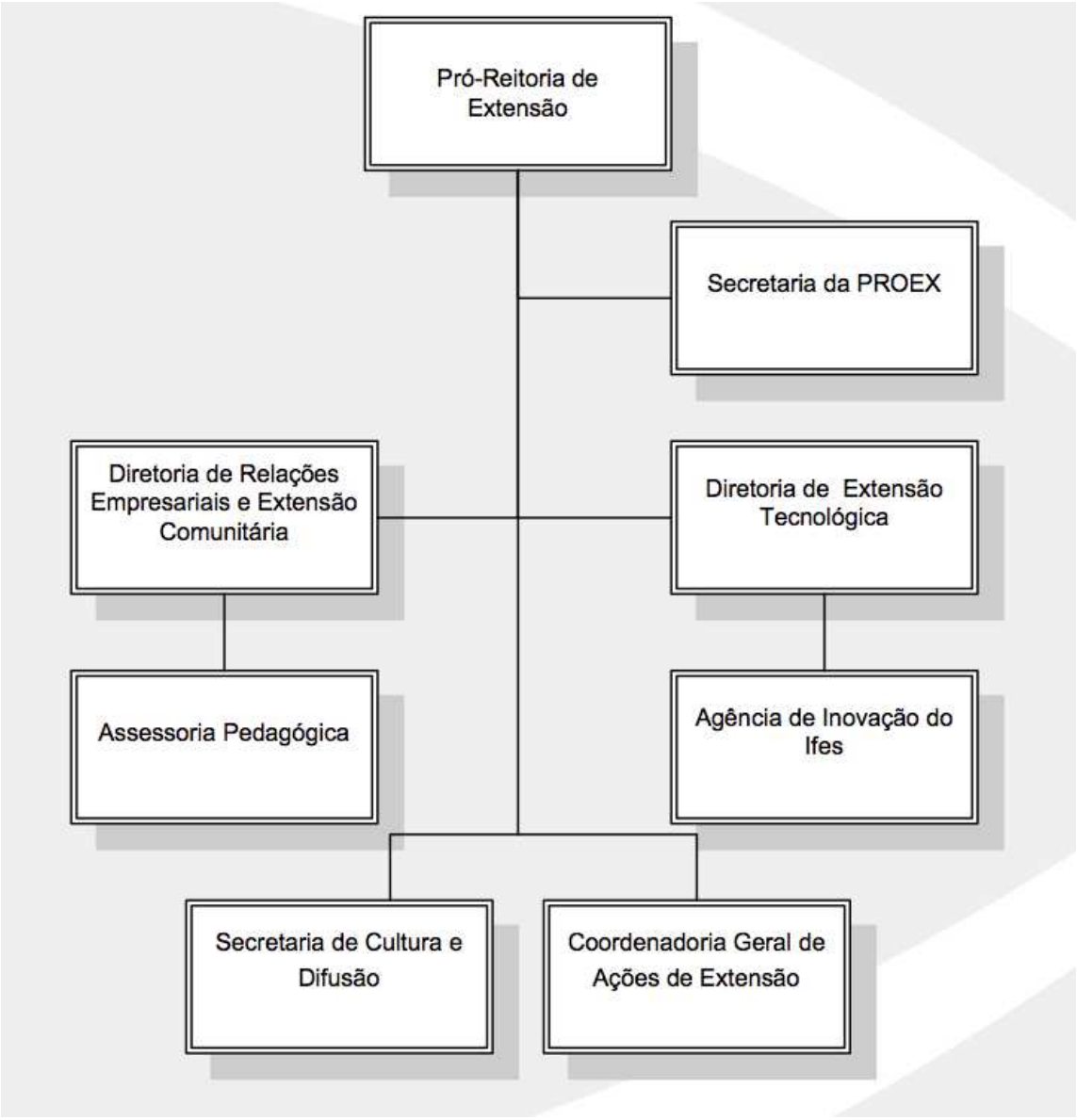
6.1.2.2 Organograma da Pró-Reitoria de Ensino



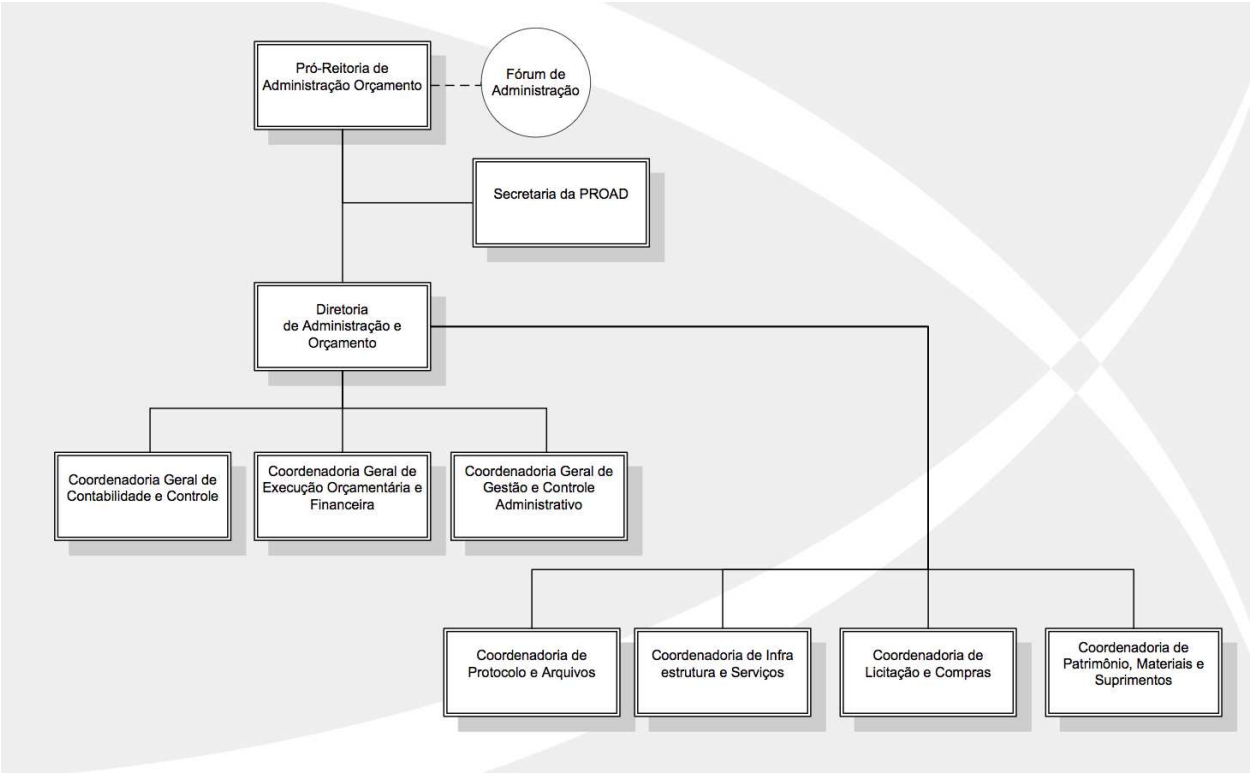
6.1.2.3 Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação



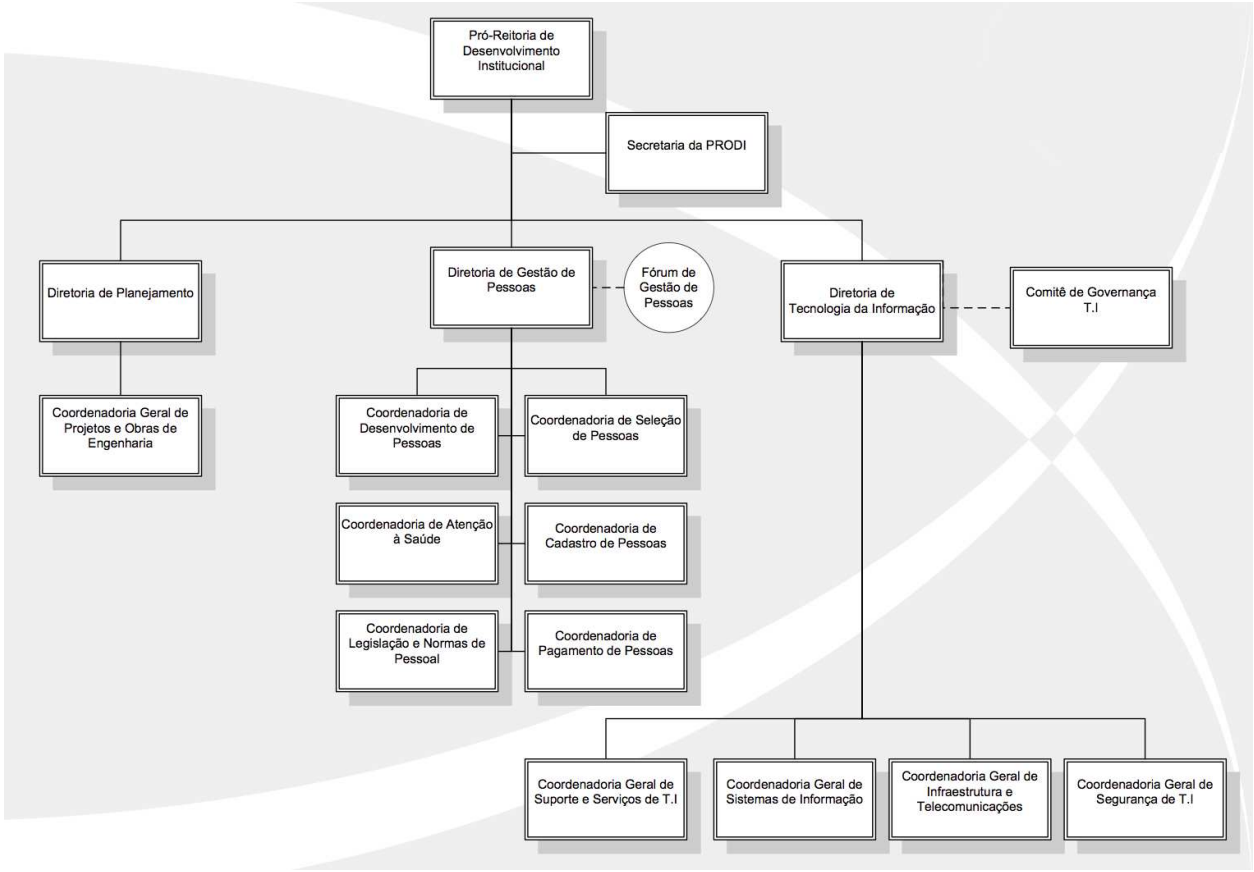
6.1.2.4 Organograma da Pró-Reitoria de Extensão



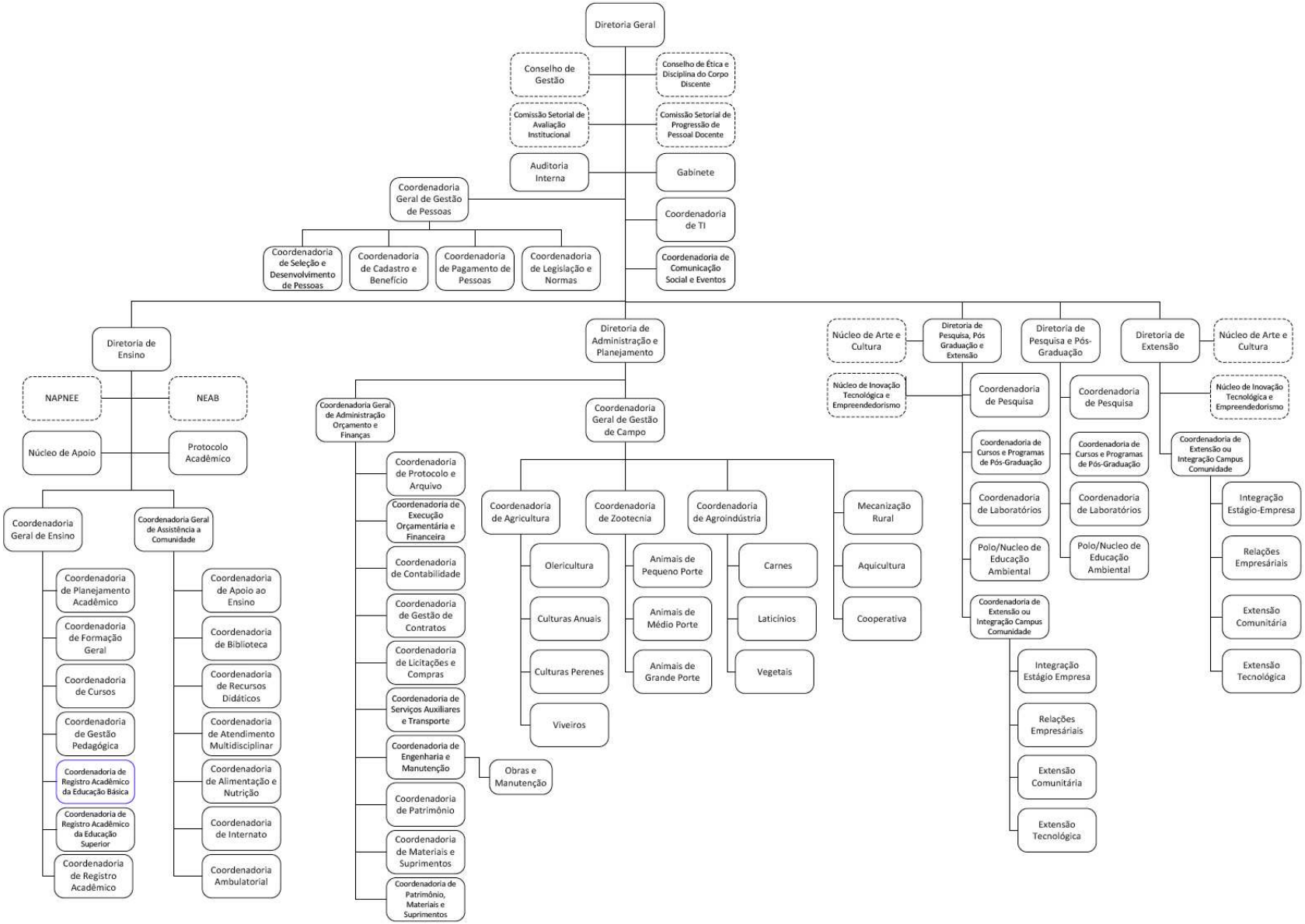
6.1.2.5 Organograma da Pró-Reitoria de Administração e Orçamento



6.1.2.6 Organograma da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional



6.1.2.7 Organograma Geral dos Campi



6.2 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

A Carta de Brasília da Gestão Pública, assinada em maio de 2008 pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e o presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Administração, Paulo César Medeiros, registra as principais preocupações e diretrizes que devem orientar as estratégias e as ações em prol da construção de um pacto para melhorar a gestão pública. Nela, um dos tópicos que merece destaque é a gestão de pessoas, por ser este um elemento estruturador da gestão.

Na política de Gestão de desenvolvimento de pessoal do Ifes, pretendem-se criar condições para o crescimento pessoal e profissional, proporcionando oportunidade de conhecimento, desenvolvimento de habilidades e de competências, por meio de compromisso com a instituição e com a sociedade. Busca-se, através das estratégias definidas para os próximos 05 (cinco) anos, propiciar um ambiente harmônico, humanístico nas relações de trabalho e convívio social.

6.2.1 Requisitos de titulação, regime de trabalho e critérios de seleção, contratação e substituição

Os requisitos de titulação para ingresso nos cargos efetivos Técnico-administrativos em Educação são definidos de acordo com o que rege a Lei 11.091/2005 – PCCTAE –, sendo a carga horária de 40 horas, 30 horas, 25 horas ou 20 horas semanais, dependendo da necessidade da instituição e das leis específicas de carreira que assim o exigem. Para ingresso no cargo, é necessário ser aprovado em concurso público de provas e ter a titulação mínima definida pela legislação.

Os requisitos de titulação para ingresso, os perfis e áreas de atuação para o cargo de docente são definidos de acordo com as necessidades específicas da instituição. Os regimes de trabalho são de 20h semanais ou 40h semanais com dedicação exclusiva, sendo possível, desde que devidamente justificado e em caso de excepcionalidade, a admissão de docente em regime de 40h semanais, conforme rege a Lei 12.772/2012. Para ingresso no cargo é necessário ser aprovado em concurso público de provas e títulos e ter a titulação mínima exigida no edital.

A legislação permite a substituição do docente através da contratação de professor substituto nos termos da Lei 8.745/93 e suas alterações. A contratação de substitutos é limitada a 20% do total de docentes efetivos prevista no Banco de Professor Equivalente

6.2.2 Política de desenvolvimento de pessoas e plano de carreira

Está em construção a política de desenvolvimento de pessoas e o plano anual de capacitação, alinhados ao planejamento estratégico, que se encontra em fase de conclusão.

Quanto ao plano de carreira, o mesmo é definido para os servidores Técnico-administrativos em Educação na Lei 11091/2005 e na Lei 12.772/2012. A lei que regula o plano de carreira para os docentes é a lei 12.772/2012.

6.2.3 Política de atenção à saúde do servidor

Foi nomeada uma comissão para tratar das políticas de saúde para o servidor. Temos estruturado um calendário de ações de promoção à saúde com os eventos conforme consta na planilha abaixo.

Após visita aos campi e reuniões regionalizadas com as equipes de técnicos e auxiliares de enfermagem do Ifes com a enfermeira, foi elaborado o Manual de enfermagem, que será disponibilizado a todas as áreas de saúde dos campi de forma impressa e à comunidade em geral de forma eletrônica.

Está em fase de licitação um processo para iniciar os exames periódicos para os servidores.

6.2.4 Composição

O plano de expansão do quadro de pessoal depende da expansão da matriz orçamentária do banco de professores equivalentes e do quadro de referência dos Técnico-administrativos em Educação, bem como da liberação de códigos de vaga para contratação de servidores.

Nos quadros a seguir, levamos em consideração, para o ano de 2014, o quantitativo de códigos de vagas já publicados o DOU para o Ifes. Para o ano de 2015, consideramos o total do limite do Banco de professores equivalentes subtraído de 20% – destinados à contratação de professores substitutos e total do quadro de referência para os técnico-administrativos em educação. Para os anos de 2016 a 2018,

utilizamos como referência o modelo estabelecido no MEC para os campi da Rede, respeitadas suas fases de expansão e a proposta apresentada pelo Ifes à SETEC de adequações para o quadro de vagas. Já no ano de 2019, estimamos em 2% a ampliação do quadro de vagas para a instituição.

6.2.5 A seguir, tabelas com os dados atuais e previsão de expansão de vagas para servidores.

TABELA 12— TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO EM 01/03/2014													
Campus	Titulação								Regime de trabalho				
	FC	EMC	G	A	E	M	D	Total	20h	25h	30h	40h	Total
Vitória	2	32	26	0	73	22	0	155	0	0	0	155	155
Colatina	3	15	29	0	8	7	0	62	0	0	0	62	62
Serra	1	32	23	0	4	0	0	60	0	0	0	60	60
Cachoeiro	1	21	25	0	3	0	0	50	0	0	0	50	50
Cariacica	0	20	21	0	5	1	0	47	1	0	1	47	47
São Mateus	0	13	6	0	11	0	0	30	0	0	0	30	30
Aracruz	0	8	10	0	18	6	0	42	0	0	0	42	42
Linhares	0	6	11	0	23	2	1	43	0	0	0	43	43
Nova Venécia	0	5	7	0	25	3	0	40	0	0	0	40	40
Santa Teresa	7	42	37	0	5	4	0	95	0	0	0	95	95
Itapina	8	22	27	0	38	2	1	98	0	0	1	97	98
de Alegre	3	56	47	0	0	1	1	108	0	0	2	106	108
Guarapari	0	5	14	0	11	1	0	31	0	0	0	31	31
Venda Nova do Imigrante	0	6	16	0	14	1	0	37	0	0	0	37	37
Piúma	0	9	11	0	11	2	0	33	0	0	0	33	33
Vila Velha	0	8	8	0	13	2	0	31	0	0	0	31	31
Ibatiba	0	9	12	0	9	2	0	32	0	0	0	32	32
Montanha	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1
Barra de São Francisco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Centro-serrano	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1
Reitoria	0	27	43	0	73	16	0	159	1	3	0	155	159

Legenda:

FC – Fundamental Completo
EMC – Ensino Médio Completo
G – Graduação
A – Aperfeiçoamento
E – Especialização
M – Mestrado
D – Doutorado

TABELA 13 — PREVISÃO DE CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO							
IFES	Cronograma de Expansão do quadro técnico administrativo						
	2014	2015	2016	2017	2018	Total expansão	Total geral
	107	47	68	68	69	26	385

TABELA 14 — DOCENTES EFETIVOS EM 01/03/2014										
Campus	Titulação						Regime de Trabalho			
	G	E	M	D	PD	Total	20h	40h	DE	Total
Vitória	19	38	135	101	0	293	13	13	267	293
Colatina	5	15	36	14	0	70	0	5	65	70
Serra	2	10	46	21	0	79	1	5	73	79
Cachoeiro	7	15	32	5	0	61	1	6	54	61
Cariacica	1	15	37	10	0	63	1	12	50	63
São Mateus	15	10	21	6	0	52	0	5	47	52
Aracruz	4	10	27	12	0	53	3	8	42	53
Linhares	8	17	19	4	0	48	1	11	36	48
Nova Venécia	5	17	18	2	0	42	0	2	40	42
Santa Teresa	3	4	29	29	0	65	2	3	60	65
Itapina	1	6	17	39	0	63	0	1	62	63
de Alegre	4	9	18	32	0	63	0	3	60	63
Guarapari	2	5	32	4	0	43	0	3	40	43
Venda Nova do Imigrante	4	9	23	7	0	43	0	1	42	43
Piúma	2	8	18	5	0	33	0	1	32	33
Vila Velha	0	0	14	29	0	42	0	4	39	43
Ibatiba	2	7	18	4	0	31	0	3	28	31
Montanha	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Barra de São Francisco	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1
Centro-serrano	0	0	1	0	0	1	0	0	1	1
Reitoria	0	1	2	4	0	7	0	1	6	7

TABELA 15 — DOCENTES SUBSTITUTOS EM 01/03/2014										
Campus	Titulação						Regime de Trabalho			
	G	E	M	D	PD	Total	20h	40h	DE	Total
Vitória	18	7	4	0	0	29	3	26	0	29
Colatina	9	0	1	0	0	10	0	10	0	10
Serra	7	1	1	0	0	9	0	9	0	9
Cachoeiro	7	0	0	0	0	7	0	7	0	7
Cariacica	4	0	3	0	0	7	0	7	0	7
São Mateus	1	4	0	0	0	5	1	4	0	5
Aracruz	3	0	0	0	0	3	1	2	0	3
Linhares	5	0	0	0	0	4	1	4	0	5
Nova Venécia	0	1	1	1	0	3	1	2	0	3
Santa Teresa	5	0	3	0	0	8	0	8	0	8
Itapina	8	0	2	1	0	11	4	7	0	11
de Alegre	5	0	2	0	0	7	0	7	0	7
Guarapari	3	0	0	0	0	2	2	1	0	3
Venda Nova do Imigrante	2	1	0	1	0	4	0	4	0	4
Piúma	0	0	1	0	0	1	0	1	0	1
Vila Velha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ibatiba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Montanha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Barra de São Francisco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Centro-serrano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reitoria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

2013	TABELA 16— CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO QUADRO DOCENTE – EFETIVOS						
	2014	2015	2016	2017	2018	Total Expansão	Total geral
	147	104	192	192	193	25	853

7. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

7. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

7.1 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

7.1.1 Política de Assistência Estudantil do Ifes

A Política de Assistência Estudantil do Ifes (PAE) foi criada em 2011 pela Resolução nº 19/2011, do Conselho Superior do Ifes, a fim de promover ações que contribuam para a equidade no processo de formação dos discentes do Ifes, buscando prevenir e minimizar as taxas de reprovação e evasão escolar. Pensando em uma política participativa, optou-se por levantar as demandas para Assistência Estudantil junto aos alunos, o que proporcionou a discussão coletiva e, a partir disso, a eleição das demandas prioritárias na área. A partir da realidade apresentada, elaboraram-se os programas de apoio à formação discente, vinculados à PAE e regulamentados pela Portaria nº 1.602/2011, do Reitor do Ifes.

Os Programas de Apoio à Formação Discente estão divididos em:

A) Programas Específicos, que visam ao atendimento preferencialmente ao aluno em vulnerabilidade social:

- Auxílio Material Didático e Uniforme
- Auxílio Moradia
- Auxílio-alimentação
- Auxílio-transporte
- Auxílio Financeiro
- Auxílio Monitoria

A) Programas Universais, cujo atendimento será oferecido a toda comunidade discente:

- Programa de Incentivo a Atividades Culturais e de Lazer;
- Programa de Apoio à Pessoa com Necessidade Educacional Especial;
- Programa de Ações Educativas/ Formação para Cidadania;
- Programa de Atenção Biopsicossocial.

7.1.1.1 Objetivos

O objetivo geral da política é promover a Assistência Estudantil contribuindo para a equidade no processo de formação dos discentes do Ifes. Os objetivos específicos são:

- Contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais, políticas, culturais e de saúde dos discentes;
- Buscar alternativas para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes, a fim de prevenir e minimizar a reprovação e a evasão escolar.

7.1.1.2 Número de Discentes Atendidos

Considerando que os Programas Universais da PAE são ofertados a todos os alunos, podemos entender que as ações realizadas no âmbito da Assistência Estudantil têm atingido ao total de alunos matriculados no Ifes. No entanto, com relação aos Programas Específicos da PAE, há um recorte delimitado pelos critérios estabelecidos para recebimento dos Auxílios por parte dos discentes, de forma que o contingente de alunos atendidos representa uma fração do todo.

A seguir, quantitativo de alunos atendidos no ano de 2014.

TABELA 17 — CORPO DISCENTE ATENDIDO EM PROGRAMAS		
Nível/Modalidade de ensino	Quantitativo de alunos	%
Educação Profissional Técnica de Nível Médio – Proeja	372	5,07%
Educação Profissional Técnica de Nível Médio – integrado	1921	26,19%
Educação Profissional Técnica de Nível Médio – concomitante	691	9,42%
Educação Profissional Técnica de Nível Médio – concomitante EAD	86	1,17%
Educação Profissional Técnica de Nível Médio – subsequente	167	2,28%
Educação Profissional Técnica de Nível Médio – subsequente EAD	68	0,93%
Educação Superior – Tecnologia	190	2,59%
Educação Superior – Tecnologia EAD	0	0,00%
Educação Superior – Bacharelado	526	7,17%
Educação Superior – Licenciatura	283	3,86%
Educação Superior – Licenciatura EAD	8	0,11%
Pós-Graduação – *Lato Sensu*	26	0,35%
Pós-Graduação – *Lato Sensu EAD*	0	0,00%
Pós-Graduação – *Stricto Sensu*	0	0,00%
Total Presencial	2174	29,64%
Total EAD	20	0,27%
Total	6923	100%

8. GESTÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

8.1 CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIA

A gestão econômico-financeira consiste em estabelecer e supervisionar a implementação de políticas e diretrizes voltadas à economicidade e à eficácia administrativa no âmbito da Reitoria e dos campi; fiscalizar a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto; e atuar no planejamento estratégico e operacional da Instituição, com vistas a subsidiar a definição das prioridades administrativas da Reitoria e dos Campi. Cabe à Pró-Reitoria de Administração e Orçamento (PROAD), com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODI), disponibilizar os tetos orçamentários anuais para a Reitoria e todos os campi, distribuindo-os orçamentariamente, de modo a atender as ações e políticas educacionais e administrativas de cada unidade.

O Ifes é uma Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação e, como tal, sua sustentabilidade financeira é viabilizada, majoritariamente, com recursos repassados pelo Tesouro Nacional. Desta forma, os recursos necessários para arcar com as despesas de custeio, investimentos, pessoal ativo, inativos e pensionistas são consignados anualmente no orçamento da Instituição, o que permite visualizar de forma clara os limites da gestão financeira.

Além dos recursos da União, o Ifes conta com recursos diretamente arrecadados e com outros obtidos por meio de convênios firmados com a iniciativa privada.

Os recursos diretamente arrecadados são gerados mediante a comercialização da produção excedente, dos projetos decorrentes do processo ensino-aprendizagem, bem como da prestação de serviços e outras formas de captação. Os convênios firmados subsidiam as ações de expansão e melhoria da educação tecnológica.

O Orçamento de Custeio e Capital – OCC –, exceto benefícios, convênios e emendas, oriundo do Tesouro Nacional é enviado para cada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) do MEC, com base numa matriz parametrizada.

A totalidade dos recursos orçamentários e financeiros, exceto de pessoal e benefícios, deverão ser submetidos aos procedimentos e normas da gestão pública, em respeito à legislação vigente.

Nas Tabelas, estão discriminadas as naturezas dos recursos previstos pela Instituição, no período de 2014/2 a 2019/1, utilizados em Custeio e Investimentos, Recursos Próprios e Convênios.

O Item **Custeio**, excetuando a folha de pessoal, é aquele que tem maior valor no orçamento da Instituição e refere-se às despesas com diárias, passagens, materiais de consumo, serviços de pessoa física e jurídica, como luz, telefone, limpeza e conservação, entre outras.

Os **Investimentos ou Capital** envolvem a aquisição de equipamentos e materiais permanentes e a execução de obras para manutenção e ampliação da infraestrutura física.

Entre os **Recursos Próprios**, têm-se parte do custeio e capital da Instituição e o pagamento obrigatório do PASEP.

Os **Convênios** referem-se às dotações feitas ou concedidas pela União, Estados, Municípios ou por quaisquer Entidades Públicas ou Privadas. Nos recursos referentes aos convênios do Ifes estão inseridos os oriundos da SETEC/MEC, repassados através da publicação de Portarias e Emendas Parlamentares, além de outros Ministérios, que são alocados tanto para suplementação do orçamento como para investimentos em instalações e aquisição de equipamentos.

8.2 A Matriz CONIF

A parcela do orçamento da União referente às despesas de custeio (manutenção, materiais de consumo e serviços) e capital (investimento, equipamentos permanentes e obras), prevista na LOA para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – e projetos correlatos – é dividida entre os Institutos Federais pela SPO/MEC, com base em uma matriz parametrizada, denominada Matriz CONIF.

Essa matriz é um modelo matemático, elaborado através de discussão conjunta entre o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), por meio do seu Fórum de Planejamento e Administração (FORPLAN), e a SETEC/MEC.

A metodologia que vem sendo utilizada para distribuição dos recursos destinados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia nos últimos exercícios considera, para efeito de composição e cálculos, uma estrutura e alguns parâmetros. A estrutura da Matriz é composta por blocos: pré-expansão, expansão, reitoria, ensino a distância, assistência estudantil e pesquisa aplicada. Os parâmetros utilizados

são os dados extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) referentes aos dois semestres anteriores à programação orçamentária, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), as categorias dos campi (implantado ou em implantação, agrícola ou não etc.) e os tipos e pesos dos cursos.

Dessa forma, as principais variáveis que impactam no valor destinado a cada instituição são a quantidade de alunos matriculados e os pesos distintos para os vários cursos ofertados. Esses pesos são definidos considerando-se o custo de implantação e manutenção de um curso na Rede Federal. As matrículas são equalizadas pela carga horária anualizada de cada curso e seu período de oferta ao longo de um semestre. Assim, é possível fazer comparações entre matrículas equalizadas de toda a rede federal.

Após estes ajustes e discussões entre o CONIF e a SETEC/MEC, a Instituição tem seu orçamento previsto e posteriormente aprovado pelo Congresso Nacional na LOA. A metodologia utilizada visa à participação de todos os gestores e executores das ações da Instituição, para garantir a manutenção e o crescimento das suas atividades, instrumentalizando o contínuo caminho para um orçamento participativo, e, sobretudo, buscando maior eficiência na gestão da despesa pública.

A projeção orçamentária para a manutenção das unidades do Instituto, considerando suas necessidades pode ser observada na tabela 14.

Os recursos distribuídos na Matriz Conif são previstos, na LOA, como créditos orçamentários vinculados às principais ações orçamentárias referentes ao funcionamento da educação profissional, à capacitação de servidores e à assistência estudantil.

Além disso, a seção da LOA destinada a cada Instituto Federal ainda traz créditos orçamentários referentes à folha de pagamento dos servidores e a outras ações específicas, para as quais não é possível estabelecer uma estimativa.

8.3 Previsão Orçamentária e Cronograma de Execução

TABELA 18 — PROJEÇÃO DE ORÇAMENTO DESTINADO ÀS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS (EM R$ 1,00)

Item	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Obras	26.000.000,00	36.000.000,00	40.000.000,00	41.000.000,00	40.000.000,00	40.000.000,00
Máquinas	3.619.525,00	4.360.000,00	3.860.000,00	3.865.000,00	4.023.400,00	4.185.530,00
Equipamentos e mobiliários	7.890.050,00	8.950.000,00	5.328.000,00	5.791.000,00	1.10	1.109.230,00
Acervo bibliográfico	750.000,00	950.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
Assistência estudantil	13.000.000,00	13.800.000,00	17.000.000,00	18.000.000,00	19.500.000,00	21.000.000,00
EAD	360.000,00	500.000,00	1.100.000,00	1.500.000,00	1.800.000,00	2.100.000,00
Pesquisa	979.180,37	1.032	1.2	1.181.939,07	1.3	1.348.046,27
Extensão	944.000,00	1.076.400,00	1.246.040,00	1.286.944,00	1.324.138,40	1.402.652,24
Qualificação	227.300,00	267.100,00	301.180,00	337.588,00	369.776,00	405.704,00
Capacitação	1.116.038,20	1.499.912,02	1.651.027,22	1.806.857,04	1.751.955,02	1.956.440,52
Outros						0,00
Total	54.886.093,57	68.435.510,42	73.772.555,46	76.769.328,11	72.687.702,40	75.007.603,03

TABELA 19 — RESUMO FINANCEIRO		
ANO	RECEITAS	DESPESAS
2014	457.882.183,11	457.882.183,11
2015	484.668.290,82	484.668.290,82
2016	513.748.388,27	513.748.388,27
2017	547.142.033,51	547.142.033,51
2018	582.706.265,69	582.706.265,69
2019	620.582.172,96	620.582.172,96
TOTAL GERAL	3.206.729.334,36	3.206.729.334,36

9. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

9. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Programa de Avaliação Institucional do Ifes (PAVI), desenvolvido na Instituição, é decorrente de um programa federal, intitulado Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Contudo, dentre os objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, está a oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio, reafirmando a verticalização como um dos seus princípios. Assim sendo, o PAVI abrange todas as atividades desenvolvidas pelo Ifes.

As políticas de acompanhamento e avaliação das atividades-fim, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, além das atividades-meio, caracterizadas pelo planejamento e gestão do Ifes, abrangerão toda a comunidade acadêmica, articulando diferentes perspectivas o que garantirá um melhor entendimento da realidade institucional.

Diversos instrumentos e métodos combinados serão utilizados, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação do Ifes.

A avaliação institucional proposta adotará uma metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, e se dará globalmente a cada ano.

As técnicas utilizadas poderão ser seminários, painéis de discussão, reuniões técnicas, questionários e sessões de trabalho, dentre outras. Para problemas complexos, poderão ser adotados métodos que preservem a identidade dos participantes.

9.1 PROCEDIMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO FEDERAL

A Autoavaliação Institucional fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação oferecida em todos os níveis e modalidades pelo Ifes, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais.

Além dos princípios fundamentais do SINAES, a avaliação institucional é pautada por:

- Responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- Reconhecimento da diversidade do sistema;
- Respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
- Globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada; e
- Continuidade do processo avaliativo.

O Ifes entende que a estrutura da avaliação institucional deve:

- Implantar um processo contínuo de avaliação institucional, promovendo o desenvolvimento de uma cultura de avaliação;
- Construir um planejamento institucional norteado pela gestão democrática e autonomia;
- Focalizar o processo de auto avaliação nas diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional;

9.1.2 DIMENSÕES AVALIADAS NO PROJETO INSTITUCIONAL

Os objetivos da proposta do SINAES estão sintetizados no Art. 3º da Lei nº 10.861/2004, transcrito a seguir:

Art. 3º: A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre as quais, obrigatoriamente, as seguintes:

I - a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II - a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de

pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV - a comunicação com a sociedade;

V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI - organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, bem como a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII - infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII - planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia do auto avaliação institucional;

IX - políticas de atendimento aos estudantes;

X - sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

9.1.3 INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

- Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Relatório de Gestão;
- Documentos financeiros e orçamentários;
- Documentos de controle acadêmico;
- Relatórios de acompanhamento da aprendizagem e do desempenho estudantil;
- Relatórios de Insumos publicados pelo Inep;
- Questionários aplicados à comunidade acadêmica;
- Outros que venham a ser estabelecidos pela CPA.

9.1.4 AUTOAVALIAÇÃO INTERNA DA CPA

Na já mencionada Lei 10.861/2004, em seu Art. 11, o Governo Federal determinou que cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituísse uma Comissão Própria de Avaliação – CPA –, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP – Institucional Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais –, obedecidas as seguintes diretrizes:

I - constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II - atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

Depreende-se, portanto:

- Existência de uma equipe de coordenação, a Comissão Própria de Avaliação – CPA;
- Participação dos integrantes da instituição;
- Compromisso explícito por parte dos dirigentes das IES;
- Informações válidas e confiáveis;

- Uso efetivo dos resultados.

O Ifes poderá contratar especialistas em avaliação institucional para assessorar a CPA na condução do processo.

9.1.5 ETAPAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

9.1.5.1 Fase 1 – Sensibilização

Objetivo: Sensibilizar a comunidade para a importância e os objetivos da auto avaliação institucional.

Ações:

1. Elaborar o Programa de Sensibilização;

2. Conduzir eventos de sensibilização (seminários, reuniões de grupos, palestras por especialistas convidados etc.);

3. Capacitar a equipe;

4. Levantar e registrar sugestões;

5. Divulgar informações.

Responsável: Comissão Própria de Avaliação (CPA) e Comissões Setoriais de Avaliação (CSA)

9.1.5.2 Fase 2 – Diagnóstico

Objetivo: Descrever a situação real dos cursos ofertados pelo Ifes, utilizando para isso o cadastro e as opiniões da comunidade acadêmica, através de coleta e da organização de informações.

Ações:

1. Elaborar o Programa para Diagnóstico;

2. Analisar dados e documentos obtidos;

3. Estabelecer critérios e indicadores de qualidade;

4. Levantar as necessidades;

5. Elaborar Relatório Diagnóstico;

Responsável: CPA e Comissão Setorial de Avaliação

9.5.3 Fase 3 - Avaliação Interna

Objetivos: Analisar os dados obtidos no diagnóstico e implementar o processo de avaliação interna.

Ações:

1. Elaborar o Programa para Avaliação Interna;
2. Preparar e validar os instrumentos para a avaliação interna;
3. Aplicar os instrumentos;
4. Divulgar os resultados na Instituição como um todo.

Responsável: CPA e Comissão Setorial de Avaliação

9.1.5.4 Fase 4 - Reformulação e Publicidade

Objetivos: Avaliar as propostas de correção, tomar decisões e definir as reformulações e/ou ações a serem empreendidas.

Ações:

1. Organizar um Seminário Geral de Avaliação;

2. Avaliar as Propostas;

3.Tomar decisões sobre as propostas de ações necessárias;

4. Elaborar o Relatório Final da Avaliação Institucional;

5. Publicar o Relatório Final;

Responsável: CPA e Comissão Setorial de Avaliação

9.1.5.5 Fase 5 – Reavaliação

Objetivos: Discutir e refletir internamente sobre os resultados e propor medidas para a melhoria de cada área funcional e da avaliação realizada.

Os relatórios finais contendo os resultados e diagnósticos apresentados nas avaliações servirão como indicadores para a atualização e o redimensionamento do plano de desenvolvimento institucional, definição de programas e projetos e embasarão novos procedimentos da gestão administrativa e acadêmica.

Ao final do cada ciclo avaliativo, realizar-se-á uma meta avaliação, ou seja, uma análise crítica do ciclo anterior de autoavaliação, a fim de identificar melhorias nos processos subsequentes. Responsável: CPA

9.2 MONITORAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

Gerir resultados significa defini-los (a partir de um planejamento abrangente), alcançá-los (mediante processos claros de implementação), monitorá-los e avaliá-los (a partir de “controles”, acompanhamentos e ajustes decorrentes). Em suma, trata-se não apenas de uma visão de PDCA, mas de uma noção de geração e incorporação das informações sobre desempenho nos processos decisórios tanto internos quantos externos da organização (ou governo), criando demandas para essas informações (situação de institucionalização), sem ideologizações e comportamentos puramente ritualísticos.

O modelo de Gestão da Estratégia adotado pelo IFES abaixo procura organizar o processo de tomada de decisão com o foco na estratégia de atuação do Instituto. O modelo propõe a formação de diferentes níveis de elementos (Câmara de Governança do Planejamento, Diretoria de Planejamento, Líder do Portfólio, Líder do Programa, Líder do Projeto, Unidade de informação gerencial e o Responsável pelo indicador), que contribuem direta ou indiretamente para a realização das Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE), para monitoramento dos resultados alcançados na execução da estratégia do Ifes.

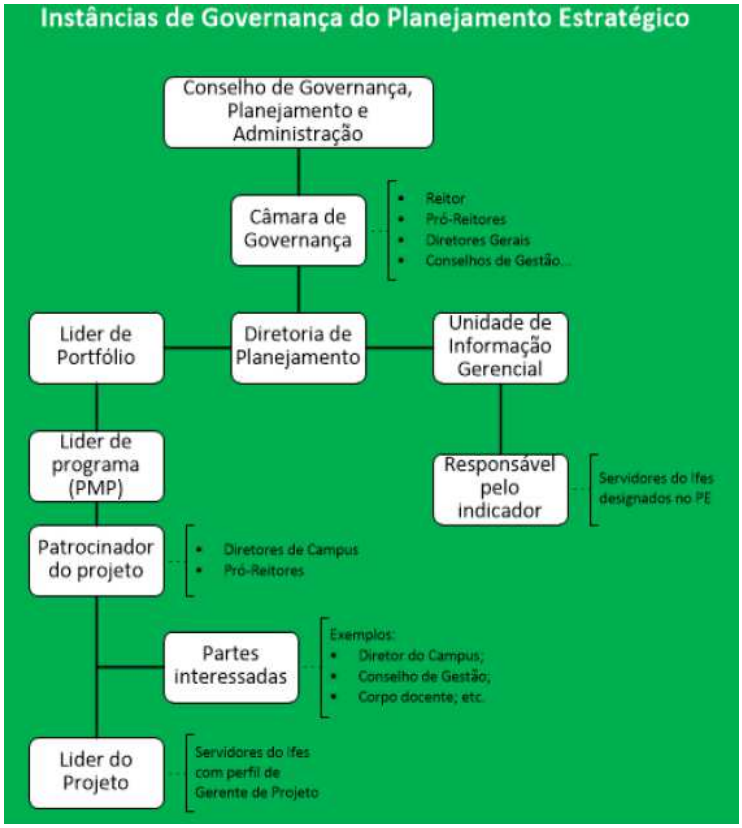


Ilustração 8: Instâncias de governança do PE

Inicialmente estão previstas reuniões trimestrais para avaliação da estratégia. Essa proposta para realização de reuniões em um curto intervalo de tempo faz parte de uma estratégia de choque de gestão visando à mudança da cultura da associação, trazendo para a pauta de discussões o tema da Gestão Estratégica.

Responsabilidades das Instâncias do modelo de governança:

PROAD e PRODI

- Coordenar o processo de elaboração do PPA.

Câmara de Governança

- Participa das Reuniões de Avaliação da Estratégia:
- Alinhamento; repactuação; balanço;
- Participa de reuniões técnicas para definição de critérios de priorização do Portfólio;
- Aprovação do Plano Plurianual (PPA)

Diretoria de Planejamento

- Realizar análise estratégica;
- Elaborar proposta de ajuste nos referenciais estratégicos;
- Comunicar os resultados das Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE)

Líder do Portfólio

- Verificar a viabilidade das propostas de novos projetos;
- Propor critérios para seleção de portfólio;
- Verificar classificação dos projetos quanto aos critérios;
- Consolidar os indicadores do período.

Líder do Programa

- Analisar o desempenho do programa;
- Consolidar o desempenho do programa;
- Propor reunião de repactuação do programa.

Líder do Projeto

- Gerenciar a iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle e encerramento do projeto em seu campus.

Responsável pelo indicador

- Levantar os dados e apurar os indicadores;
- Analisar o desempenho do indicador.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Crescer envolve diversos aspectos: físicos, estruturais, humanos, de valores e até, por que não dizer, de ideais. O desenvolvimento do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) é uma meta diária que perpassa as mais diversas personalidades envolvidas nesse cenário, onde a educação é uma ferramenta única capaz de transformar, a cada dia, nossa nação.

O movimento de crescer percorre também caminhos intrínsecos como a realização de sonhos. Quem pode ser capaz de mensurar o valor que um aluno do Ifes dá ao fato de estudar na melhor* escola pública do Brasil? Ou calcular o tamanho do orgulho de ser uma aluna condecorada com menção honrosa numa Olimpíada Internacional de Astronomia e Astronáutica (OLAA), na Indonésia?

Embora esses valores sejam incalculáveis, eles são frutos do trabalho colaborativo entre alunos, professores e servidores técnico-administrativos, construído, dia após dia no Instituto, por inciativas e ações planejadas e definidas em importantes documentos como este PDI.

A Visão de Futuro, traçada durante a elaboração do Planejamento Estratégico 2014-2018 por toda a comunidade, já foi alcançada. O Instituto é, hoje, referência em Educação Profissional, proporcionando o desenvolvimento tecnológico e socieconômico do Espírito Santo, com reconhecimento nacional e internacional.

O Ifes alcançou o resultado de **melhor escola pública do Brasil**, no Enem 2014*. O *campus* Vitória do Instituto também atingiu a marca de 22º lugar entre todas as instituições educacionais do País e o **1º lugar entre todas as escolas, públicas e privadas, do Espírito Santo**.

O bom desempenho do Instituto, porém, não ficou restrito ao *campus* Vitória. Outros *campi* do Ifes ficaram entre as 50 melhores escolas do Estado, sendo eles: Vitória (1º), Colatina (5º), Cachoeiro de Itapemirim (8º), Cariacica (10º), Guarapari (15º), Aracruz (17º), São Mateus (18º), Nova Venécia (19º), Linhares (23º), Venda Nova do Imigrante (32º) e Ibatiba (47º).

Assim como esse grande resultado, o Instituto apresenta, nesta gestão, importantes conquistas que merecem ser registradas, uma vez que são construções erguidas a muitas mãos, como se pretende proceder na execução deste PDI. Algumas delas são:

- **Polo Embrapii Ifes**: o Ifes é um dos cinco (5) Institutos Federais do país a conquistar a implantação do Polo de Inovação junto à Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii);

- Inauguração do **Centro de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-guia**: oferta **inédita** no Brasil do curso técnico de instrutor de cão-guia. Ao final, os deficientes visuais receberão os 40 cães treinados durante o curso;

- **Planejamento Estratégico 2014-2018**: construído coletivamente de modo participativo e democrático por toda a comunidade do Ifes;

- **Ifes entre as 50 melhores Instituições de Ensino Superior do Brasil**: de acordo com o *ranking* do Índice Geral de Cursos (IGC), alcançando nota 4 em uma escala de 1 a 5;

- **Inauguração de 3 novos *campi* do Ifes**: Montanha, Centro-serrano e Viana;

- Institucionalização do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor), com 7 novos cursos e 34 Polos de Apoio Presencial. **Aumento da oferta de vagas em EaD, de 1.624 para 5.355 vagas**;

- O Ifes **quadruplicou a oferta de cursos de pós-graduação**. Aprovou **mais 4 mestrados profissionais**, totalizando 9 cursos de mestrado no Ifes. Além disso, o Instituto oferece 12 especializações *lato sensu* presenciais e 6 na modalidade a distância;

- Em 2016, espera-se a aprovação do 1º doutorado do Ifes, assim como do 1º mestrado profissional a ser ofertado em rede nacional pelos Institutos Federais, em Educação Profissional e Tecnológica, voltado para a capacitação de servidores. Além de mais um mestrado profissional em Tecnologias Química e Biológica;

- Desde a institucionalização dos Institutos Federais, em 2008, o Ifes **abriu 37 novos cursos de graduação**, 26 dos quais já foram reconhecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), e **61 novos cursos técnicos** foram ofertados;

- Trabalho constante no **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), no Rede e-Tec Brasil e na Universidade Aberta do Brasil (UAB)**, alcançando regiões onde não existem *campi* do Instituto.

- Avanço das incubadoras e intervenção junto às comunidades, além de estabelecimento de parcerias com pequenas e grandes empresas;

- Resultado de **excelência nos editais 17 e 94 de Pesquisa Aplicada**, em parceria com empresas de todo o país.

- **160 grupos de pesquisa** desenvolvendo soluções para importantes problemas relacionados à produção de bens e serviços e ao aumento da qualidade de vida dos capixabas;

- **Ações de extensão** que inserem o Ifes em zonas de extrema vulnerabilidade social, além de comunidades rurais tradicionais, indígenas e quilombolas do Espírito Santo.

- **Apoio à capacitação dos servidores**:

  * Mestrado em Gestão Pública na Ufes;

  * Minter com a Ufes em Educação;

  * Mestrado em Administração na Fucape;

  * Mestrado em Educação Agrícola na UFRRJ;

  * Dinter com a USP em Engenharia Metalúrgica;

  * Dinter com a UFRGS em Engenharia de Produção;

  * Dinter com a UFRJ em Educação, Ciência e Saúde;

  * Dinter com a Unicamp em Engenharia Mecânica.

- Conquista do **Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para docentes** do Ifes.

- A aluna Carolina Lima Guimarães, do *campus* Vitória, foi condecorada com menção honrosa na **9ª Olimpíada Internacional de Astronomia e Astronáutica**, na Indonésia, em agosto de 2015. Em outubro de 2014, conquistou medalha de prata na **Olimpíada Latino-Americana de Astronomia e Astronáutica**, no Uruguai;

- Em 2013, os alunos do *campus* Itapina venceram a Olimpíada Brasileira de Agropecuária (Obap) e representaram o Brasil na **7ª International Earth Science Olympiad (IESO)**, na Índia, conquistando medalhas e menção honrosa. Em 2014, foram medalhistas de ouro na **Olimpíada Brasileira de Agropecuária** e participarão da **Olimpíada Internacional de Ciências da Terra**, em setembro de 2015;

- 30 alunos de diversos *campi* do Ifes receberam medalhas de ouro (3), prata (17) e bronze (10) na **Olimpíada Internacional de Matemática Sem Fronteiras**;

- O aluno Arthur Pratti Dadalto, do *campus* Vitória, recebeu medalha de prata na **Olimpíada Internacional de Informática**, em Taiwan.

- Dois alunos do *campus* Aracruz receberam medalhas e um recebeu menção honrosa na **Olimpíada Brasileira de Química**.

- Três equipes do Ifes, duas do *campus* Serra e uma do *campus* Colatina, ficaram entre as cinco melhores classificadas no **II Torneio de Robótica** da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes);

- Duas equipes do Ifes, uma do *campus* Linhares e uma do *campus* Ibatiba, conquistaram medalhas na **7ª Olimpíada Nacional de História do Brasil**.

Para que projetos e sonhos se transformem em realizações como essas é necessário dedicação e trabalho constante. Trabalho que desenvolvemos coletivamente no Instituto de modo democrático, participativo e fundamentado em planejamento, já que este é um exercício que envolve a construção de cenários, a percepção dos *campi* acerca das suas potencialidades e das suas limitações, contribuindo para que os itens descritos anteriormente neste PDI possam ser desenvolvidos a contento por todos os órgãos institucionais.

É importante ressaltar, no entanto, que a operacionalização deste plano está condicionada à disponibilidade de recursos financeiros e de recursos humanos capacitados. Vale destacar que, no processo de planejamento do Ifes, prevalece a perspectiva sistêmica, objetivando, acima de tudo, promover educação profissional pública de excelência, integrando ensino, pesquisa e extensão, para a construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável.

Trabalhar em rede, com participação coletiva e visão compartilhada entre os *campi* é uma nova cultura que se estabelece no Instituto. Ao mobilizar a comunidade Ifes e dela extrair conhecimentos, saberes e expectativas, o efeito sinérgico ganha força e se transforma em planejamento, visando uma instituição que prioriza as ações em rede e o crescer de modo conjunto e inovador.

A criação dos Institutos Federais é considerada por todos nós como a mais importante inovação que aconteceu nas últimas décadas. E como toda inovação, requer apoio no início de suas atividades para que possa desenvolver todo o seu potencial e se transformar, efetivamente, em cultura organizacional para cada um que dela faz parte.

*Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 05/08/2015.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/ 96. Brasília:1996.

_____. Decreto n° 7.234, de 19 de julho de 2010.

_____. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http:/ /www.planalto.gov.br/ ccivil_03/ Leis/ L8742.htm>

_____. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Brasília, DF: Governo Federal, 2004

_____. Decreto nº 5.773 de nove de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, DF: Governo Federal, 2006.

_____. Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, DF: Governo Federal, 2000.

_____. Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES e dá outras providências. Brasília, DF: Governo Federal, 2004.

_____. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia no país. Brasília, DF: Governo Federal, 2009. Disponível em: planalto.gov.br

_____. Ministério da Educação (MEC). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em, <http:/ / portal.mec.gov.br/ arquivos/ pdf/ ldb.pdf> Acesso em: 23 jul 2014.

_____. MEC. Catálogo nacional de cursos técnicos. Brasília, DF: Governo Federal, 2009. Disponível em: portal.mec.gov.br.

_____. MEC. Catálogo nacional dos cursos superiores de tecnologia. Brasília, DF: Governo Federal, 2006. Disponível em: portal.mec.gov.br.

_____. MEC. Plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014. Disponível em: publicacoes.inep.gov.br.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Planejamento Estratégico. Vitória: IFES, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Projeto Pedagógico Institucional. Vitória: IFES, 2014.

Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP) do Espírito Santo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br

ANEXOS

- Estatuto
- Regimento Geral